

**CAPÍTULO 2 – ANDAMENTO DO PROJETO BÁSICO AMBIENTAL**

**Anexo 2 – 1 – Planilha de Normas e Leis**

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Norma	14.001		ISO	31/12/2004	Sistemas da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Constituição Federal		Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	10.406	Federal	Congresso Nacional	11/01/2002	Institui o Código Civil.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	5.172	Federal	Congresso Nacional	27/10/1966	Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	592	Federal	Presidência	07/07/1992	Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos. Promulgação.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	591	Federal	Presidência	07/07/1992	Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Medida Provisória	2.186-16	Federal	Presidência	24/08/2001	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	5.459	Federal	Presidência	08/06/2005	Regulamenta o art. 30 da Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	07/04/2011	Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.985	Federal	Congresso Nacional	18/07/2000	Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto Legislativo	2	Federal	Congresso Nacional	03/02/1994	Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Decreto	2.519	Federal	Presidência	17/03/1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.795	Federal	Congresso Nacional	28/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	4.297	Federal	Presidência	11/07/2002	Regulamenta o art. 9o, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto Legislativo	788	Federal	Congresso Nacional	13/07/2005	Autoriza o Poder Executivo a implantar o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, localizado em trecho do Rio Xingu, no Estado do Pará, a ser desenvolvido após estudos de viabilidade pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	11.284	Federal	Congresso Nacional	03/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	378	Federal	CONAMA	20/10/2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1o, art. 19 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	6.040	Federal	Presidência	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	7.340	Federal	Presidência	22/10/2010	Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, o seu Comitê Gestor e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	6.321	Federal	Presidência	21/12/2007	Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Lei	6.001	Federal	Congresso Nacional	19/12/1973	Dispõe sobre o Estatuto do Índio.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Convenção	169	Internacional	OIT	27/06/1989	Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto-lei	2.848	Federal	Presidência	31/12/1940	Código Penal.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	2.661	Federal	Presidência	09/07/1998	Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	94-N	Federal	IBAMA	10/07/1998	Institui a Autorização para Queima Controlada.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	13/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	11.959	Federal	Congresso Nacional	09/07/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	1.765	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	19/09/2007	Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente do município de Altamira, dispõe sobre a política e o sistema municipal de meio ambiente, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	1.514	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	08/12/2003	Dá nova redação ao Código de Posturas do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	1.840	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	21/12/2007	Institui taxas deocorrentes das atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento, em virtude do controle da qualidade ambiental e do exercício do poder de polícia ambiental.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	429	Federal	CONAMA	28/02/2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.394	Federal	Congresso Nacional	20/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	10.172	Federal	Congresso Nacional	10/01/2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Constituição		Estadual/ PA		27/10/1989	Constituição do Estado do Pará.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	7.441	Estadual/ PA	Assembleia Legislativa	02/07/2010	Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	1	Estadual/ PA	Conselho Estadual de Educação	05/01/2010	Dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	3	Federal	Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE)	10/11/1999	Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Decreto	5.154	Federal	Presidência	26/07/2004	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Portaria	2.656	Federal	Ministério da Saúde	18/10/2007	Dispõe sobre as responsabilidades na prestação da atenção à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e regulamentação dos Incentivos de Atenção Básica e Especializada aos Povos Indígenas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	8.080	Federal	Congresso Nacional	19/09/1990	Dispõem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	3.965	Federal	Ministério da Saúde	15/12/2010	Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Saúde e institui as competências da Secretaria Especial de Saúde Indígena.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	3.739	Federal	Presidência	01/02/2001	Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e da contribuição de reservatórios de montante para a geração de energia hidrelétrica, de que trata a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	1.541	Federal	FUNASA	14/01/2008	Estabelece critérios de priorização de obras de saneamento em áreas indígenas e manutenção das obras implantadas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	1.671	Federal	Conselho Federal de Medicina	09/07/2003	Dispõe sobre a regulamentação do atendimento pré-hospitalar e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	2.226	Federal	Ministério da Saúde	23/09/2009	Institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	840	Federal	FUNASA	24/08/2007	Estabelece as diretrizes para projetos físicos de estabelecimentos de saúde para povos indígenas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	50	Federal	ANVISA	21/02/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	475	Federal	Ministério da Saúde	02/09/2008	Inclui na tabela de estabelecimentos do Sistema do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de saúde (SCNES), o tipo de estabelecimento 72 - Unidade de Atenção à Saúde Indígena e seus subtipos conforme tabela descrita nesta portaria.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	91	Federal	Ministério da Saúde	16/01/2007	Regulamenta a unificação do processo de pactuação de indicadores e estabelece os indicadores do Pacto pela Saúde, a serem pactuados por municípios, estados e Distrito Federal.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	373	Federal	Ministério da Saúde	27/02/2002	Amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução RDC	306	Federal	MS/ANVISA	10/12/2004	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	9.050	Federal	ABNT	Ano de 2004	Trata da acessibilidade a edificações, mobiliário e equipamentos urbanos.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Lei	11.350	Federal	Legislativo	06/10/2006	Regulamenta o § 5o do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2o da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	302	Federal	Ministério da Saúde	18/02/2009	Estabelece que profissionais de Saúde Bucal que estejam previamente vinculados a Estratégia Saúde da Família poderão ser incorporados às Equipes de Agentes Comunitários de Saúde (EACS).	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Portaria	2.488	Federal	Ministério da Saúde	24/10/2011	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Portaria	1.106	Federal	Ministério da Saúde	14/05/2010	Atualiza a regulamentação das transferências de recursos financeiros federais do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, destinados à execução das ações de Vigilância Sanitária.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	2.246	Federal	Ministério da Saúde	20/10/2004	Institui e divulga orientações básicas para a implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, no âmbito das ações básicas de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, em todo o território nacional.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	399	Federal	Ministério da Saúde	23/02/2006	Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	3.120	Federal	Ministério da Saúde	02/07/1998	Aprova a Instrução Normativa de vigilância em saúde do trabalhador no SUS, com a finalidade de definir procedimentos básicos para o desenvolvimento das ações correspondentes.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	47	Federal	Ministério da Saúde	04/01/2007	Dispõe sobre a avaliação do potencial malarígeno e o atestado de condições sanitárias para os projetos de assentamento agrário e para outros Empreendimentos, nas regiões endêmicas de malária.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	286	Federal	CONAMA	30/08/2001	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de Empreendimentos nas regiões endêmicas de malária.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	5.840	Federal	Executivo	14/07/2006	Institui no âmbito Federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e adultos- PROEJA	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	7.498	Federal	Congresso Nacional	25/06/1986	Dispõe sobre o exercício da enfermagem, regulamentado pelo Decreto nº 94406, de 08 de junho de 1987.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	5.905	Federal	Congresso Nacional	12/07/1973	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federais e Regionais de Enfermagem e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	1.996	Federal	Ministro de Estado da Saúde	22/08/2007	Dispõe sobre as diretrizes para a Implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	4	Federal	CNE/CEB	Ano de 1999	Institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de nível técnico.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	1	Federal	CNE/CEB	05/07/2000	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	3.156	Federal	Presidência	27/08/1999	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nº 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	5.051	Federal	Presidência	20/04/2004	Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos indígenas e Tribais.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	5.813	Federal	Presidência	23/06/2006	Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	8.142	Federal	Congresso Nacional	28/12/1990	Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	852	Federal	Ministério da Saúde	01/10/1999	Cria os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e dispõe sobre as competências do DSEI, Casa de Saúde do Índio, Conselho Distrital de Saúde Indígena e Chefe da Casa do Índio.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	333	Federal	Ministério da Saúde	04/11/2003	Aprova as diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	17/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.456	Federal	Congresso Nacional	25/04/1997	Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	25/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	10.711	Federal	Congresso Nacional	05/08/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	2.366	Federal	Presidência	06/11/1997	Regulamenta a Lei nº 9.456/97, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	3.991	Federal	Presidência	31/10/2001	Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, através de parcerias entre os órgãos e as entidades da Administração Pública, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações sociais, incluindo aqüicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas indígenas e quilombolas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	5.153	Federal	Presidência	26/07/2004	Aprova o Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	5.231	Federal	Presidência	07/10/2004	Dispõe sobre os princípios a serem observados pela administração pública federal na criação, organização e exploração de Terminais Pesqueiros Públicos.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Resolução	428	Federal	CONAMA	17/12/2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	6.713	Estadual/ PA	Assembleia Legislativa	25/01/2005	Regulamentada pelo Decreto Estadual nº 2.020/06, que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, com o objetivo de promover o ordenamento, a exploração sustentável e a recuperação dos ecossistemas aquáticos; e o desenvolvimento econômico, social, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira e aquícola, bem como das comunidades envolvidas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	7.019	Estadual/ PA	Assembleia Legislativa	24/07/2007	Cria a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAq), cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável integrado das atividades pesqueira e aquícola no Pará, em todas as suas modalidades, possibilitando o incremento dos benefícios sociais e econômicos do setor, visando ao bem-estar das gerações presentes e futuras.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	4.054	Estadual/ PA	Governo do Estado	15/05/2000	Cria o Programa Raízes, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	6	Federal	MAPA	25/07/1985	Normas Higiênico-Sanitárias e Tecnológicas para Mel, Cera de Abelhas e Derivados.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	127	Federal	MAPA	04/10/1991	Aprova a norma de embalagens para acondicionamento, manuseio, transporte, armazenagem e comercialização de produtos hortícolas destinados ao mercado atacadista interno.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	1.428	Federal	ANVISA	26/11/1993	Determina que os estabelecimentos relacionados à área de alimentos adotem, sob responsabilidade técnica, as suas próprias Boas Práticas de Produção e/ou Prestação de Serviços, seus Programas de Qualidade, e atendam aos padrões de identidade e qualidade para Produtos e Serviços na Área de Alimentos.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	554	Federal	MAPA	30/08/1995	Estabelece novas especificações para a Padronização e Classificação da Farinha de Mandioca, destinada à comercialização no mercado interno.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	711	Federal	MAPA	01/11/1995	Padroniza Métodos de Elaboração de Produtos de Origem Animal no tocante às Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	9	Federal	DAS	Ano de 2003	Institui o Comitê Científico Consultivo em Sanidade Apícola - CCSA, que terá por finalidade oferecer subsídios técnico-científicos ao Departamento de Defesa Animal - DDA, para elaboração de normas e procedimentos relacionados à sanidade do plantel apícola brasileiro e à importação de abelhas e produtos apícolas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Instrução Normativa	16	Federal	MAPA	11/06/2004	Estabelece os procedimentos a serem adotados, até que se conclua os trabalhos de regulamentação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para registro e renovação de registro de matérias-primas e produtos de origem animal e vegetal, orgânicos, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Instrução Normativa	56	Federal	MAPA	04/12/2007	Estabelece os Procedimentos para Registro, Fiscalização e Controle de Estabelecimentos Avícolas de Reprodução e Comerciais.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Instrução Normativa	42	Federal	MAPA	05/01/2009	Institui o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto-Lei	25	Federal	Poder Executivo	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto Legislativo	143	Federal	Senado Federal	27/08/1993	Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Convenção	17.10.2003	Internacional	UNESCO	17/10/2003	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.	Convenção de Paris
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto Legislativo	5.753	Federal	Poder Executivo	13/04/2006	Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Declaração		Internacional	Nações Unidas	17/09/2007	Declaração das Nações Unidas sobre os Povos indígenas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	693	Federal	FUNAI	20/07/2000	Cria o Cadastro do Patrimônio Cultural Indígena.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	3.551	Federal	Poder Executivo	04/08/2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	177	Federal	FUNAI	16/02/2006	Regulamenta o procedimento administrativo de autorização pela FUNAI - de entrada de pessoas em terras indígenas interessadas no uso, aquisição e ou cessão de direitos autorais e de direitos de imagem indígenas; e orienta procedimentos afins, com o propósito de respeitar os valores, criações artísticas e outros meios de expressão cultural indígenas, bem como proteger sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	11.904	Federal	Congresso Nacional	14/01/2009	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Lei	1.518	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	15.576	Federal	ABNT	14/04/2008	Esta Norma especifica as características mínimas exigíveis para os tachões refletivos destinados à sinalização horizontal viária.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Norma Técnica de ligação de água		Estadual/ PA	COSANPA	03/01/2011	Esta Norma foi elaborada com o objetivo de melhorar a qualidade das ligações de água, tanto para novos clientes quanto para correção e melhoria dos padrões antigos, estabelecendo a padronização das ligações de água de diâmetro de Ø1/2" a Ø3/4", em todas as cidades operadas pela Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, no estado do Pará.	Trata-se de norma técnica , sem cunho legal.
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.218	Federal	ABNT	30/07/1994	Esta Norma fixa as condições exigíveis na elaboração de projeto de rede de distribuição de água abastecimento público.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	10.156	Federal	ABNT	30/12/1987	Esta Norma fixa as condições exigíveis para a lavagem e desinfecção de tubulações de sistemas públicos de abastecimento de água, usando gás cloro ou compostos clorados.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.211	Federal	ABNT	30/04/1992	Esta Norma fixa as condições exigíveis para estudos de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.212	Federal	ABNT	31/03/2006	Esta Norma fixa os requisitos exigíveis para elaboração de projeto de poço tubular para captação de água subterrânea.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.213	Federal	ABNT	30/04/1992	Esta Norma fixa as condições exigíveis para a elaboração de projeto de captação de água de superfície para abastecimento público.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.214	Federal	ABNT	30/04/1992	Esta Norma fixa as condições exigíveis para a elaboração de projeto de sistema de bombeamento de água para abastecimento público.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.215	Federal	ABNT	31/12/1991	Esta Norma fixa as condições exigíveis na elaboração de projeto de sistema de adução de água para abastecimento público.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.216	Federal	ABNT	30/04/1992	Esta Norma fixa as condições exigíveis na elaboração de projeto de estação de tratamento de água destinada à produção de água potável para abastecimento público.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.217	Federal	ABNT	30/07/1994	Esta Norma fixa as condições exigíveis na elaboração de projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.244	Federal	ABNT	31/03/2006	Esta Norma fixa os requisitos exigíveis na construção de poço tubular para captação de água subterrânea, estabelecendo procedimentos técnicos para o acesso seguro aos mananciais subterrâneos, objetivando a extração de água de forma eficiente e sustentável.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.586	Federal	ABNT	30/04/1992	Esta Norma fixa as condições exigíveis para a elaboração de cadastro de sistema de abastecimento de água.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	7.367	Federal	ABNT	30/12/1988	Esta Norma fixa as condições exigíveis para projeto e assentamento de tubulações de esgoto sanitário com tubos e conexões de PVC rígido com junta elástica, conforme as ABNT NBR 7362, ABNT NBR 10569 e ABNT NBR 10570.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	9.648	Federal	ABNT	30/11/1986	Esta Norma fixa as condições exigíveis no estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário do tipo separador, com amplitude suficiente para permitir o desenvolvimento do projeto de todas ou qualquer das partes para que o constituem, observada a regulamentação específica das entidades responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do sistema de esgoto sanitário.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	9.649	Federal	ABNT	30/11/1986	Esta Norma fixa as condições exigíveis na elaboração de projeto hidráulico-sanitário de redes coletoras de esgoto sanitário, funcionando em lâmina livre, observada a regulamentação específica das entidades responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do sistema de esgoto sanitário.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	9.814	Federal	ABNT	30/05/1987	Esta Norma fixa as condições exigíveis para a construção de rede coletora de esgoto sanitário com tubos pré-fabricados, de seção circular.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.208	Federal	ABNT	30/04/1992	Esta Norma fixa as condições exigíveis para a elaboração de projeto hidráulico sanitário de estações elevatórias de esgoto sanitário com emprego de bombas centrífugas, observada a regulamentação específica das entidades responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do sistema de esgoto sanitário.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.209	Federal	ABNT	24/11/2011	Esta Norma apresenta as condições recomendadas para a elaboração de projeto hidráulico e de processo de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETE), observada a regulamentação específica das entidades responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do sistema de esgoto sanitário.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.266	Federal	ABNT	30/04/1992	Esta Norma fixa as condições exigíveis para projeto e execução de valas para assentamentos de tubulações de água, esgoto ou drenagem urbana.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	13.133	Federal	ABNT	30/05/1994	Esta Norma fixa as condições exigíveis para a execução de levantamento topográfico.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	10.844	Federal	ABNT	30/12/1989	Esta Norma fixa as exigências necessárias aos projetos das instalações de drenagem de águas pluviais, visando a garantir níveis aceitáveis de funcionalidade, segurança, higiene, conforto, durabilidade e economia.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	8.216	Federal	ABNT	30/10/1983	Esta Norma define os termos empregados em irrigação e drenagem.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	10.004	Federal	ABNT	31/05/2004	Esta Norma classifica os resíduos sólidos quanto aos seus potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	10.005	Federal	ABNT	31/05/2004	Esta Norma fixa os requisitos exigíveis para a obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólidos, visando diferenciar os resíduos classificados pela NBR 10004 como classe I - perigosos - e classe II - não-perigosos.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	10.006	Federal	ABNT	31/05/2004	Esta Norma fixa os requisitos exigíveis para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos, visando diferenciar os resíduos classificados na NBR 10004 como classe II A - não-inertes - e classe II B - inertes.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	10.007	Federal	ABNT	31/05/2004	Esta Norma fixa os requisitos exigíveis para amostragem de resíduos sólidos.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	10.703	Federal	ABNT	30/07/1989	Esta Norma define os termos empregados nos estudos, projetos, pesquisas e trabalhos em geral, relacionados à análise, ao controle e à prevenção da degradação do solo.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	13.896	Federal	ABNT	30/06/1997	Esta Norma fixa as condições mínimas exigíveis para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos, de forma a proteger adequadamente as coleções hídricas superficiais e subterrâneas próximas, bem como os operadores destas instalações e populações vizinhas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	11.174	Federal	ABNT	30/07/1990	Esta Norma fixa as condições exigíveis para obtenção das condições mínimas necessárias ao armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes, de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	13.894	Federal	ABNT	30/06/1997	Esta Norma fixa as condições exigíveis para o tratamento no solo de resíduos sólidos industriais suscetíveis à biodegradação.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	13.221	Federal	ABNT	16/04/2010	Esta Norma especifica os requisitos para o transporte terrestre de resíduos, de modo a minimizar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.807	Federal	ABNT	30/01/1993	Esta Norma define os termos empregados em relação aos resíduos de serviços de saúde.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.808	Federal	ABNT	30/01/1993	Esta Norma classifica os resíduos de serviços de saúde quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que tenham gerenciamento adequado.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.809	Federal	ABNT	28/02/1993	Esta Norma fixa os procedimentos exigíveis para garantir condições de higiene e segurança no processamento interno de resíduos infectantes, especiais e comuns, nos serviços de saúde.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	12.810	Federal	ABNT	30/01/1993	Esta Norma fixa os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	4.873	Federal	Presidência	12/11/2003	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	10.762	Federal	Congresso Nacional	12/11/2003	Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, altera as Leis nos 8.631, de 4 de março de 1993, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	10.438	Federal	Congresso Nacional	29/04/2002	Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, altera as Leis nos 8.631, de 4 de março de 1993, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	223	Federal	ANEEL	29/04/2003	Estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	459	Federal	ANEEL	05/09/2003	Estabelece a forma de utilização de recursos provenientes dos pagamentos pelo uso de bem público (UBP) e multas aplicadas pela ANEEL, para fins do "programa de universalização do acesso à energia elétrica em áreas rurais".	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução Normativa	414	Federal	ANEEL	09/09/2010	Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	5.410	Federal	ABNT	30/09/2004	Esta Norma estabelece as condições a que devem satisfazer as instalações elétricas de baixa tensão, a fim de garantir a segurança de pessoas e animais, o funcionamento adequado da instalação e a conservação dos bens.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	15.688	Federal	ABNT	06/03/2009	Esta Norma padroniza as estruturas para redes de distribuição aérea com condutores nus de sistemas monofásicos e trifásicos de baixa e média tensão até 36,2 kV.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	5.422	Federal	ABNT	28/02/1985	Esta Norma fixa as condições básicas para o projeto de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica com tensão máxima, valor eficaz fase-fase, acima de 38 kV e não superior a 800 kV, de modo a garantir níveis mínimos de segurança e limitar perturbações em instalações próximas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	5.101	Federal	ABNT	30/04/1992	Esta Norma fixa requisitos, considerados como mínimos necessários, à iluminação de vias públicas, os quais são destinados a propiciar algum nível de segurança aos tráfegos de pedestres e veículos.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NTD	1	Estadual/ PA	CELPA Rede Energia	05/01/2004	Dispõe sobre o fornecimento de energia de baixa tensão.	Trata-se de norma técnica , e não de um requisito legal propriamente dito.
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NTD	2	Estadual/ PA	CELPA Rede Energia	Ano de 2001	Dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica em tensão primária de distribuição.	Trata-se de norma técnica , e não de um requisito legal propriamente dito.
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NTD	5	Estadual/ PA	CELPA Rede Energia	11/01/2007	Critérios técnicos para elaboração de projetos para rede primária aérea de distribuição rural em tensão de 13,8 e 34,5 KV.	Trata-se de norma técnica , e não de um requisito legal propriamente dito.
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NTD	10	Estadual/ PA	CELPA Rede Energia	01/04/2003	Fixa critérios básicos para elaboração de projetos e procedimentos para execução, ligação e manutenção de redes de iluminação pública para redes de distribuição urbana.	Trata-se de norma técnica , e não de um requisito legal propriamente dito.
Plano de Gestão Ambiental			PBA	PD	1	Estadual/ PA	CELPA Rede Energia	01/05/1993	Padrões de estruturas trifásica para montagem de rede aérea de distribuição rural em tensão de 13,8 e 34,5 KV.	Trata-se de norma técnica , e não de um requisito legal propriamente dito.
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NTD	14	Estadual/ PA	CELPA Rede Energia	13/07/2004	Determina regras para as instalações básicas padronizadas para montagem de redes primárias aéreas, trifásicas e monofásicas com retorno pela terra MRT.	Trata-se de norma técnica , e não de um requisito legal propriamente dito.
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NTD-RE	1	Estadual/ PA	CELPA Rede Energia	01/01/2009	Dispõe sobre a montagem de redes de distribuição compacta protegida – classe 15 k.	Trata-se de norma técnica , e não de um requisito legal propriamente dito.
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	26	Federal	Presidência	05/02/1991	Dispõe sobre a educação indígena no Brasil.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	254	Federal	Ministério da Saúde	06/02/2002	Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos indígenas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	4.132	Federal	Congresso Nacional	07/11/1962	Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	4.504	Federal	Congresso Nacional	30/11/1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	6.766	Federal	Congresso Nacional	19/12/1979	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	26/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	8.987	Federal	Congresso Nacional	14/02/1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.074	Federal	Congresso Nacional	08/07/1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	10.257	Federal	Congresso Nacional	11/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto-Lei	3.365	Federal	Poder Executivo	18/07/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	24.643	Federal	Presidência	10/07/1934	Decreta o Código de Águas.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	95.733	Federal	Presidência	12/02/1988	Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	95.715	Federal	Presidência	11/02/1988	Regulamenta as desapropriações para reforma agrária, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	4.340	Federal	Presidência	23/08/2002	Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre critérios básicas e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	369	Federal	CONAMA	28/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	387	Federal	CONAMA	27/12/2006	Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Portaria	687	Federal	INCRA	28/09/2004	Determina a inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária os agricultores familiares atingidos com a construção de barragens para aproveitamento hidrelétrico.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Instrução Normativa	42	Federal	INCRA	18/09/2007	Dispõe sobre procedimentos para reconhecimento de Projeto de Reassentamento de Barragem - PRB e a inclusão das agricultoras e dos agricultores reassentados em função da construção de barragens no Programa Nacional de Reforma Agrária e acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - Grupo A.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	279	Federal	ANEEL	11/09/2007	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	NBR	14.653	Federal	ABNT	30/04/2001	Esta Norma fixa as diretrizes para avaliação de bens.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	5.887	Estadual/ PA	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	30	Estadual/ PA	COEMA	30/09/1991	Cria a área especial para pesca esportiva denominada –Sítio Pesqueiro Turístico Estadual Volta Grande do Xingu II.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	99.710	Federal	Presidência	22/11/1990	Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	4.377	Federal	Presidência	16/09/2002	Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	65.810	Federal	Presidência	08/12/1969	Promulga a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto-Lei	9.760	Federal	Presidência	06/09/1946	Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto-Lei	2.398	Federal	Presidência	22/12/1987	Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.636	Federal	Congresso Nacional	18/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	11.952	Federal	Congresso Nacional	26/06/2009	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	11.977	Federal	Congresso Nacional	08/07/2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Medida Provisória	2.220	Federal	Presidência	04/09/2001	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	6.015	Federal	Congresso Nacional	31/12/1973	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	6.941	Federal	Congresso Nacional	14/09/1981	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, com a modificação constante da Lei nº 6.850, de 12 de novembro de 1980, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.835	Federal	Congresso Nacional	18/11/1994	Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	10.169	Federal	Congresso Nacional	29/12/2000	Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	10.931	Federal	Congresso Nacional	02/08/2004	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 10 de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto-Lei	271	Federal	Poder Executivo	28/02/1967	Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	9.785	Federal	Congresso Nacional	01/02/1999	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	1.517	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na zona urbana de Altamira, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	2.269	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2011	Dispõe sobre as descrições de limites do perímetro urbano do Município de Altamira.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto-Lei	3.763	Federal	Presidência	25/10/1941	Consolida disposições sobre águas e energia elétrica, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	5.371	Federal	Congresso Nacional	06/12/1967	Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	3	Federal	MMA	27/05/2003	Reconhece diversas "Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção".	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	99.274	Federal	Congresso Nacional	07/06/1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	MMA	24/09/2008	Dispõe sobre as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção e com deficiência de dados.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	5.793	Estadual/ PA	Congresso Nacional	04/01/1994	Define a política Minerária e hídrica do Estado do Pará, seus objetivos, diretrizes; instrumentos e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	5.977	Estadual/ PA	Congresso Nacional	12/07/1996	Dispõe sobre a proteção à fauna silvestre no Estado do Pará.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Lei	6.745	Estadual/ PA	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	17/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela lei n.º 6938/81 e pelas Resoluções CONAMA n.º 001/86 e n.º 237/97.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	802	Estadual/ PA	Presidência	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Resolução	303	Federal	CONAMA	20/03/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Instrução Normativa	184	Federal	IBAMA	18/07/2008	Estabelece, no âmbito desta Autarquia, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Decreto	6.848	Federal	Presidência	15/05/2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	09/06/2010	Estabelece os requisitos técnicos para regulamentar os procedimentos para avaliação do estado de manutenção dos veículos em uso.	
Plano de Gestão Ambiental			PBA	Instrução Normativa	14	Federal	IBAMA	19/05/2009	Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviços de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito do IBAMA.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Portaria	117	Federal	MME	05/04/2012	O Ministro de Estado de Minas e Energia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto no 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta do Processo no 48000.000513/2013-71, resolve:	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Portaria	341	Federal	MMA	31/08/2011	A Ministra de Estado do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e tendo em vista o disposto no art. 4o do Decreto no 6.099, de 27 de abril de 2007 1, publicado no Diário Oficial da União - DOU do dia subsequente, combinado com o disposto no Decreto no 7.353, de 04 de novembro de 2010 2, publicado no DOU de 05 de novembro de 2010, resolve:	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Resolução	129	Federal	CNRH	29/06/2011	Estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Resolução	122	Federal	CNRH	29/06/2011	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1o do art. 17, da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2012/2013.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	DECRETO	7.378	Federal	Presidência	01/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Resolução	412	Federal	ANEEL	05/10/2010	Estabelece procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico e para autorização de aproveitamento de potencial de energia hidráulica de 1.000 até 50.000 kW, sem características de PCH.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	LEI	12.334	Federal	Presidência	20/09/2010	Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA	31	Federal	IBAMA	03/12/2009	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, nomeado pela Portaria no 382, de 02 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I ao Decreto no 6.099, de 27 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, considerando o que consta do Processo no 02001.002269/2008-10 IBAMA/MMA, resolve:	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Resolução	70	Federal	CNRH	19/03/2007	Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	DECRETO	276	Estadual/ PA	Governador	02/12/2011	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, substituindo o Decreto no 2.070, de 20 de fevereiro de 2006.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	DECRETO	4.613	Federal	Presidência	11/03/2003	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	LEI	6.381	Estadual/ PA	Assembleia Legislativa	25/07/2001	Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Resolução	16	Federal	CNRH	08/05/2001	O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 13 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 1, pelo art. 11 do Decreto nº 2.612, de 3 de junho de 1998 2, e conforme o disposto em seu Regimento Interno.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Resolução	395	Federal	ANEEL	04/12/1998	Estabelece os procedimentos gerais para registro e aprovação de estudos de viabilidade e projeto básico de empreendimentos de geração hidrelétrica, assim como da autorização para exploração até 30 MW e dá outras providências	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Portaria	16	Federal	IBAMA	27/05/2008	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 22, do anexo I ao Decreto no 6.099, de 26 de abril de 2007 1, que aprova a Estrutura Regimental do IBAMA, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007.	
Plano de Gestão Ambiental			Atualização	Portaria	954	Federal	MIN	24/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providência	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Resolução	85	Estadual/ PA	ARPE-PE	15/10/2013	Estabelece as condições relacionadas ao segmento comercial referente aos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	1.225	Federal	FUNASA	23/10/2013	Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do programa de Resíduos Sólidos Urbanos, no que se refere à implantação de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	7.731	Estadual/ PA	Congresso Nacional	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	35	Federal	ICMBio	30/12/2013	Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria Normativa	35	Federal	IBAMA	26/12/2013	Dispõe sobre os termos próprios de fiscalização ambiental que deverão ser lavrados por meio do Sistema de Auto de Infração Eletrônico AI-E.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	30/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	1	Federal	IBAMA	31/01/2014	Altera o Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15.03.2013.	Como a alteração é referente ao Anexo I, o ato normativo foi mantido.
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	7	Federal	ICM	31/01/2014	Regulamenta o art. 18 da portaria nº 526, de 26 de agosto de 2013, da procuradoria-geral federal/agu, dispõe sobre a elaboração e envio de consultas jurídicas à unidade da procuradoria-geral federal/agu junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, regulamenta os procedimentos relativos a processos judiciais.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	55	Federal	MMA	17/02/2014	Estabelece procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA relacionados à Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-Conama e dá outras providências no âmbito do licenciamento ambiental federal.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	24/03/2014	Regulamentar o relatório anual de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais (RAPP), nos termos desta instrução normativa.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	05/05/2014	Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural-CAR.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	13.004	Federal		24/06/2014	ALTERA OS ARTS. 1º, 4º E 5º DA LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985, PARA INCLUIR, ENTRE AS FINALIDADES DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA, A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Resolução	463	Federal	CONAMA	30/07/2014	Revogou a Resolução CONAMA nº 314, de 20.11.2002, regulamentando o uso, a comercialização, exportação, importação e produção de remediadores destinados à recuperação de ambientes e ecossistemas contaminados, bem como ao tratamento de efluentes e resíduos	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Decreto	8.235	Federal		05/05/2014	Procedimentos necessários para inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural – CAR, definido pela Lei nº 12.651, de 25.05.2012, como registro público eletrônico nacional, instituído com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	53	Federal	ICMBIO	02/05/2014	Regulamenta os procedimentos para formalização de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC e de acordos judiciais em matéria finalística	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	51	Federal	INMETRO	28/01/2014	Aprova os requisitos de avaliação da conformidade para instalações elétricas de baixa tensão.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	38	Federal	CONTRAN	01/04/2014	Divulga os limites de emissões de gases e os procedimentos para a fiscalização de veículos do ciclo diesel e do ciclo otto, motocicletas e semelhantes do ciclo otto, conforme a resolução contran nº 452, de 26.09.2013.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Decreto	8.235	Federal		05/05/2014	Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos estados e do distrito federal, de que trata o decreto no 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	1297	Federal	MTE	13/08/2014	Aprova o anexo 1 - vibração - da norma regulamentadora nº 9 - programas de prevenção de riscos ambientais (PPRA), altera o Anexo 8 - vibração - da Norma Regulamentadora nº 15 - atividades e operações insalubres, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria Conjunta	2	Federal	IBAMA - PFE	26/08/2014	Trata sobre o planejamento da atuação conjunta entre as divisões técnicas e procuradorias federais especializadas junto às superintendências estaduais e gerências executivas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para instrução, propositura e acompanhamento de ações civis públicas para reparação de danos ambientais deverá atender ao disposto nesta ordem de serviço.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	164	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	22/05/2013	Institui o Código de Meio Ambiente do município de Brasil Novo e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	180	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	05/11/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Brasil Novo	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	181	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	11/11/2013	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano nas Macrozonas Urbanas do município de Brasil Novo	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	182	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	11/11/2013	Dispõe sobre o uso e ocupação do solo nas Macrozonas Urbanas do município de Brasil Novo.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	5	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	10/05/1993	Dispõe sobre as construções no município de Brasil Novo, estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Plano Gerenciamento de Resíduos		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	04/07/1905	Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do município de Brasil Novo.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	6	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	10/05/1993	Institui normas sobre a polícia administrativa no município de Brasil Novo, Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	199	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/03/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Anapu e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	174	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	08/11/2010	Dispõe sobre o Sistema de Fiscalização Ambiental do município de Anapu e dá outras providências	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	223	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	03/06/2014	Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, instrumento da política municipal de resíduos sólidos, e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	226	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	22/09/2014	Dispõe sobre a Expansão da Área Urbana do Município de Anapu e dá outras providências	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	187	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/11/2011	Dispõe sobre as complementações das atividades consideradas de impacto ambiental no âmbito do Município de Anapu e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	64	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	23/11/2001	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	190	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	12/12/2011	Institui o Código de Obras do município de Anapu, Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	201	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/03/2013	Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano do município de Anapu.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	201	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/03/2013	Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano do município de Anapu.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	3178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	08/05/2013	Define normas de licenciamento ambiental local para as atividades no município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	183	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	17/12/2010	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano do município e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	168	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	20/08/2009	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal	12/06/1905	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Estudo para elaboração de Plano Diretor	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Plano Diretor Municipal de Vitória do Xingu.	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Plano Diretor	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Código de Obras	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Código de Posturas	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre a Lei de Parcelamento do Solo	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	7	Federal	ICMBio	05/11/2014	Estabelece Procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos Processos de Licenciamento Ambiental	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Decreto-Lei	1.876	Federal	Presidência	16/07/1981	Dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que específica, e dá outras providências	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	9.514	Federal	Presidência	24/11/1997	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	11.124	Federal	Presidência	17/06/2005	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	11	Federal	ICMBio	12/12/2014	Estabelecer procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	19/12/2014	Institui a Política de Integração e Segurança da Informação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	1	Federal	ICMBio/ IBAMA	19/12/2014	Estabelece procedimentos entre o ICMBio e o Ibama para o manejo e a conservação de espécies da fauna silvestre brasileira.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	13.081	Federal	Poder Executivo	05/01/2015	Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	05/01/2015	Define as diretrizes e os procedimentos para a destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados por autoridade competente ou entregues voluntariamente pela população, bem como para o funcionamento dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA - CETAS.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	297	Federal	ANA	29/12/2014	Dispõe sobre procedimentos internos para implementação do Protocolo de Segurança de Barragens em Caso de Emergência, para atendimento à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	21	Federal	IBAMA	29/12/2014	Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, em observância ao disposto no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	22	Federal	IBAMA	29/12/2014	Estabelecer critérios e procedimentos para solicitação, análise e concessão de anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, nos termos do Art.19 do Decreto nº 6.660, de 2008.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	10	Federal	ICMBio	08/12/2014	Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso para cumprimento da obrigação referente à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito das unidades de conservação federais, e dá outras providências (processo 02070.000426/2014-79).	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Instrução Normativa	19	Federal	IBAMA	22/12/2014	Estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do IBAMA, para a apreensão e a destinação, bem como o registro e o controle, de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos, embarcações ou veículos de qualquer natureza apreendidos em razão da constatação de prática de infração administrativa ambiental.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	540	Federal	DNPM	19/12/2014	Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	443	Federal	MMA	18/12/2014	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo à presente Portaria, que inclui o grau de risco de extinção de cada espécie, em observância aos arts. 6o e 7o, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Portaria	444	Federal	MMA	18/12/2014	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos arts. 6o e 7o, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		Atualização	NR	20	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	06/07/1978	Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NR	9	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	30/12/1990	Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NR	7	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	04/10/1996	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		Nova	Portaria	1.892	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	09/12/2013	Altera o Anexo II do Quadro II da Norma Regulamentadora n.º 7.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		Nova	Portaria	526	Federal	DNPN	09/12/2013	Estabelece a periodicidade de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM), conforme art. 8º, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e art. 8º da Portaria no 416, de 3 de setembro de 2012.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NBR	5.410	Federal	ABNT	30/09/2004	Estabelece as condições a que devem satisfazer as instalações elétricas de baixa tensão, a fim de garantir a segurança de pessoas e animais, o funcionamento adequado da instalação e a conservação dos bens.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NR	10	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	08/09/2004	Estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NR	11	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	02/06/2004	É norma de segurança para operação de elevadores, guindastes, transportadores industriais e máquinas transportadoras.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NR	4	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2009	Dispõe sobre Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NR	6	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	09/12/2010	Dispõe sobre Equipamentos de Proteção Individual - EPI.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NR	5	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/07/2011	Dispõe sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		PBA	NR	18	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	19/12/2011	Estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		Atualização	NR	35	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	27/03/2012	Estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		Nova	Portaria	526	Federal	DNPM	11/12/2013	Estabelece a periodicidade de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM), conforme art. 8º, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e art. 8º da Portaria nº 416, de 3 de setembro de 2012.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		Nova	Portaria	111	Federal	SEP-PR	08/08/2013	Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos para a pré-qualificação dos operadores portuários de que trata o inciso IV do art. 16 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		Nova	Portaria	415	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	02/01/2014	Institui o Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura - GMAI.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Capacitação de Mão de Obra		Nova	Resolução	1.048	Federal	CONFEA	19/08/2013	Consolida as áreas de atuação, as atribuições e as atividades profissionais relacionadas nas leis, nos decretos-lei e nos decretos que regulamentam as profissões de nível superior abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT		PBA	Lei	3.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal		Código de Obras do Município.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	Regulamento para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM)		Internacional	Conferência Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar iniciada em Londres	20/10/1972	Regula o trânsito de embarcações em mar aberto e em todas as águas a este ligado, no âmbito internacional.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	NR	21	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	06/07/1978	Trabalho a Céu Aberto	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NR	9	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	30/12/1990	Altera a NR 4.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	Decreto	2	Federal	Presidência	17/03/1992	Aprova o texto da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, adotada em Genebra, em 1981, durante a 67ª Seção da Conferência Internacional do Trabalho	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	Lei	9.537	Federal	Congresso Nacional	12/12/1997	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	Decreto	2.596	Federal	Presidência	19/05/1998	Regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	Decreto	4.552	Federal	Presidência	27/12/2002	Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NBR	14.970-1	Federal	ABNT	30/07/2003	Fixa os requisitos que garantem a acessibilidade no processo de dirigibilidade de veículos automotores para condutores com mobilidade reduzida (c.m.r.).	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NBR	14.970-2	Federal	ABNT	30/07/2003	Fornecer diretrizes para avaliações clínicas em condutores com mobilidade reduzida candidatos à obtenção da permissão para dirigir ou da renovação da Carteira Nacional de Habilitação, a serem realizadas por médicos peritos examinadores, conforme Resolução 80/1998 CONTRAN.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NBR	14.970-3	Federal	ABNT	30/07/2003	Fornecer as diretrizes para os examinadores de prova prática terem condições de avaliar o processo de dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida (c.m.r.) em veículos automotor apropriado.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NBR	9.050	Federal	ABNT	31/05/2004	Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NBR	15.320	Federal	ABNT	30/12/2005	Estabelece os padrões e critérios que visam proporcionar à pessoa com deficiência a acessibilidade ao transporte rodoviário.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NBR	15.450	Federal	ABNT	01/12/2006	Estabelece os critérios e parâmetros técnicos a serem observados para acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário, de acordo com os preceitos do Desenho Universal.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	NBR NM	313	Federal	ABNT	02/07/2007	Especifica os requisitos para o acesso e uso seguros e independentes de elevadores por pessoa, incluindo pessoas com as deficiências mencionadas na Tabela B. 1 do Anexo B.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NR	17	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	26/06/2007	Estabelece parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	NBR e ISO	2.408	Federal	ABNT e ISO	14/01/2008	Especifica os requisitos mínimos para a fabricação e ensaios de cabos de aço para uso geral, incluindo operações com equipamentos de elevação de carga, tais como guindastes e guinchos. Também são abrangidos cabos de aço para laços e apresentadas tabelas fornecendo as cargas de ruptura mínimas para os diâmetros, categorias de resistência e construções mais comuns de cabos de aço. Esta Norma se aplica a cabos de aço de camada simples, resistente à rotação e com pernas fechadas em paralelo feitos de arames sem acabamento (polidos), galvanizados e revestidos com liga de zinco em cabos de aço com diâmetros de até 60 mm, fornecidos a granel.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NBR	14.022	Federal	ABNT	06/01/2011	Estabelece os parâmetros e critérios técnicos de acessibilidade a serem observados em todos os elementos do sistema de transporte coletivo de passageiros de características urbanas, de acordo com os preceitos do Desenho Universal.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NBR	15.646	Federal	ABNT	25/11/2011	Estabelece as prescrições para desempenho, projeto, instalação, inspeção e manutenção de plataformas elevatórias e rampas de acesso para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros abrangidos pela ABNT NBR 15570, de forma a garantir condições de segurança, conforto, acessibilidade e mobilidade aos seus usuários, independentemente da idade, estatura e condição física ou sensorial.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		PBA	NR	15	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	09/12/2011	Regula as atividades e Operações Insalubres.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	Decreto	7.602	Federal	Presidência	07/11/2011	Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	NBR ISO/CIE	8.995-1	Federal	ABNT	21/03/2013	Esta Norma especifica os requisitos de iluminação para locais de trabalho internos e os requisitos para que as pessoas desempenhem tarefas visuais de maneira eficiente, com conforto e segurança durante todo o período de trabalho.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Atualização	NR	16	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	06/07/1978	Atividades e Operações Perigosas	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Nova	Portaria	1.885	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	02/12/2013	Aprova o Anexo 3 - Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT		Nova	Decreto	8.084	Federal	Presidência	27/08/2013	Regulamenta a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	NR	228	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego		Altera a Norma Regulamentadora n.º 19.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Lei	5.318	Federal	Congresso Nacional	26/09/1967	Institui a Política Nacional de Saneamento e Cria o Conselho Nacional de Saneamento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.213	Federal	ABNT	28306	Elaboração de projetos hidráulicos de sistemas de captação de água de superfície para abastecimento público - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	NR	20	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	06/07/1978	Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	NR	16	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	28677	Atividades e Operações Perigosas	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	1.885	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	02/12/2013	Aprova o Anexo 3 - Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NR	19	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	08/06/1978	Normas Regulamentadora - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, no que tange à explosivos.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.215	Federal	ABNT	33603	Projeto de adutora de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	9.649	Federal	ABNT	30/11/1986	Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.211	Federal	ABNT	30/04/1992	Estudos de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.214	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de sistema de bombeamento de água para abastecimento público - Procedimento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.216	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.207	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de interceptores de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.208	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estações elevatórias de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.209	Federal	ABNT	33.724	Esta Norma apresenta as condições recomendadas para a elaboração de projeto hidráulico e de processo de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETE), observada a regulamentação específica das entidades responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do sistema de esgoto sanitário.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Decreto	2	Federal	Presidência	17/03/1992	Aprova o texto da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, adotada em Genebra, em 1981, durante a 67ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	7.229	Federal	ABNT	34242	Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.217	Federal	ABNT	34545	Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.218	Federal	ABNT	30/07/1994	Projeto de rede de distribuição de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	13.969	Federal	ABNT	30/09/1997	Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	8.160	Federal	ABNT	30/09/1999	Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	Resolução	307	Federal	CONAMA	05/07/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Decreto	4.552	Federal	Presidência	27/12/2002	Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	38428	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NBR	12.212	Federal	ABNT	31/03/2006	Poço tubular - Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	Lei	1.765	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	19/09/2007	Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente do município de Altamira, dispõe sobre a política e o sistema municipal de meio ambiente, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		PBA	NR	12	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	17/12/2010	Define referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, nas normas técnicas oficiais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais aplicáveis.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Decreto	7.217	Federal	Presidência	22/06/2010	Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Resolução	430	Federal	CONAMA	13/05/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Decreto	7.602	Federal	Presidência	07/11/2011	Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Portaria	177	Federal	FUNASA	21/03/2011	Estabelece as diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Resolução	448	Federal	CONAMA	18/01/2012	Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Atualização	Lei	11.445	Federal	Congresso Nacional	08/01/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Resolução	401	Federal	CONAMA	04/11/2008	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	130	Federal	MDS	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	1	Federal	SVS	14/01/2014	Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos e competência para obtenção do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) de projetos de assentamento de reforma agrária e outros empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental em áreas de risco ou endêmica para malária.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	857	Federal	MCT	09/09/2013	Aprova o Regimento Interno do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	12.862	Federal	Congresso Nacional	18/09/2013	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores		PBA	Lei	9.795	Federal	Congresso Nacional	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores		PBA	Decreto	4.281	Federal	Presidência	25/06/2002	Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores		Atualização	Portaria Funasa	560	Federal	Fundação Nacional de Saúde	04/07/2012	O Presidente da Fundação Nacional de Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso XII, do Estatuto aprovado pelo Decreto no 7.335, de 19 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 subsequente, resolve	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		PBA	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	30/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		PBA	Decreto	97.632	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		PBA	Decreto	99.274	Federal	Presidência	07/06/1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	SECTAM	05/06/2006	Estabelece os critérios de recuperação, recomposição e reabilitação de áreas alteradas ou degradadas, inclusive as situadas em Reserva Legal, bem como a recomposição, a proteção e a reabilitação de Áreas de Preservação Permanente.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		PBA	Lei	1.765	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	19/09/2007	Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente do município de Altamira, dispõe sobre a política e o sistema municipal de meio ambiente, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Atualização	Decreto	6.514	Federal	Presidência	22/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	SEMA	08/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	MMA	05/03/2008	Regulamenta os procedimentos administrativos das entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente em relação ao embargo de obras ou atividades que impliquem em desmatamento, supressão ou degradação florestal quando constatadas infrações administrativas ou penais contra a flora.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado do Pará	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Atualização	Lei	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	10/12/2012	Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a cobrança de multas no âmbito do IBAMA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Instrução Normativa	11	Estadual	SEMA	13/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	PBA	Decreto-Lei	5.452	Federal	Presidência	01/05/1943	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Atualização	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/12/1977	Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	PBA	Portaria	3.214	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	06/06/1978	Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação da Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	PBA	Portaria	33	Federal	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT)	31/10/1983	Altera as Normas Regulamentadoras NR 4 e NR 5, aprovadas pela Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, que passam a vigorar com redação dada por esta Portaria.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente. □	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	PBA	NR	9	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	30/12/1990	Altera a NR 4.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Atualização	Decreto	2	Federal	Presidência	17/03/1992	Aprova o texto da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, adotada em Genebra, em 1981, durante a 67ª Seção da Conferência Internacional do Trabalho	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Atualização	Decreto	4.552	Federal	Presidência	27/12/2002	Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	PBA	NR	4	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2009	Dispõe sobre Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	PBA	Portaria	76	Federal	Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e Diretoria do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho	21/11/2009	Altera o Quadro I da Norma Regulamentadora n.º 4, aprovada pela Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Atualização	Portaria	1.823	Federal	MS	24/08/2012	Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Atualização	Resolução	63	Federal	ANVISA-RCD	28/11/2011	Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Atualização	Decreto	7.602	Federal	Presidência	07/11/2011	Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Nova	Lei	12.871	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Nova	Portaria	1	Federal	SVS	14/01/2014	Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos e competência para obtenção do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) de projetos de assentamento de reforma agrária e outros empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental em áreas de risco ou endêmica para malária.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Nova	Resolução	52	Federal	ANVISA-RCD	18/11/2013	Dispõe sobre a utilização do número de Registro Único, emitido pelo Ministério da Saúde, nos termos do parágrafo 3º do art. 16 da Lei nº 12.871/2013, para fins de cumprimento de normas sanitárias.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	Decreto-Lei	5.452	Federal	Presidência	09/08/1943	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	NR	26	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	06/07/1978	Sinalização de Segurança	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	NR	8	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	06/07/1978	Edificações	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	NR	21	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	06/07/1978	Trabalho a Céu Aberto	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	Convenção	155	Internacional	OIT	22/06/1981	Trata sobre a segurança e saúde dos trabalhadores.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NR	2	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	29/12/1983	Institui a obrigatoriedade re realização de inspeção prévia antes do início das atividades do estabelecimento.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Decreto	127	Federal	Presidência	22/05/1991	Promulga a Convenção nº 161, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Decreto	2	Federal	Presidência	17/03/1992	Aprova o texto da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, adotada em Genebra, em 1981, durante a 67ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Decreto	1.254	Federal	Presidência	30/09/1994	Promulga a Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de junho de 1981.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	Convenção	161	Internacional	OIT	26/06/1995	Trata sobre os serviços de saúde no trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NR	7	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	04/10/1996	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	Lei	6.514	Federal	Congresso Nacional	22/12/1977	Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	Lei	9.503	Federal	Congresso Nacional	24/09/1997	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Decreto	4.552	Federal	Presidência	27/12/2002	Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NBR	13.434	Federal	ABNT	29/07/2005	Define os requisitos mínimos de desempenho e os métodos de ensaio exigidos para sinalização contra incêndio e pânico de uso interno e externo às edificações, a fim de garantir a sua legibilidade e integridade, quando dimensionadas e instaladas em conformidade com a ABNT NBR 13434-1 e ABNT NBR 13434-2.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NBR	15.438	Federal	ABNT	08/11/2013	Esta Norma especifica os métodos de ensaio em laboratório para tintas empregadas para sinalização horizontal viária.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NR	4	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2009	Dispõe sobre Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NR	6	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	09/12/2010	Dispõe sobre Equipamentos de Proteção Individual - EPI.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Lei	12.452	Federal	Congresso Nacional	22/07/2011	Altera o art. 143 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", de modo a disciplinar a habilitação de condutores de combinações de veículos.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NR	5	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/07/2011	Dispõe sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NR	18	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	19/12/2011	Estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NR	23	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	10/05/2011	Estabelece medidas de proteção contra incêndio.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Decreto	7.602	Federal	Presidência	07/11/2011	Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	NR	35	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	27/03/2012	Trabalho em Altura.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Lei	12.760	Federal	Congresso Nacional	20/12/2012	Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Lei	12.619	Federal	Congresso Nacional	30/04/2012	Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Segurança e Alerta	Projeto de Segurança e Alerta	PBA	NBR	13.275	Federal	ABNT	26/09/2013	Especifica os requisitos mínimos e estabelece os métodos de ensaio para o recebimento de chapas de poliéster reforçado com fibra de vidro, planas e opacas, fabricadas por processo de laminação contínua ou por sistema de prensagem a quente, destinadas à confecção de placas de sinalização viária.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Segurança e Alerta	Projeto de Segurança e Alerta	Atualização	Portaria	314	Federal	CENAD	17/10/2012	Portaria nº 314, de 17 de outubro de 2012, Cria e estabelece o Protocolo de Ação Integrada entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD)	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Segurança e Alerta	Projeto de Segurança e Alerta	Nova	Portaria	526	Federal	DNPM	11/12/2013	Estabelece a periodicidade de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM), conforme art. 8º, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e art. 8º da Portaria no 416, de 3 de setembro de 2012.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Segurança e Alerta	Projeto de Segurança e Alerta	Nova	Portaria Conjunta	148	Federal	ANA/ CEMADEN/ SEPED/MCTI/ CENAD/ SEDEC/MI/ CPRM	24/12/2013	Estabelece o Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Centro Nacional de Monitoramento a Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Segurança e Alerta	Projeto de Segurança e Alerta	Nova	Portaria	149	Federal	MCT	24/12/2013	Altera o Anexo I da Portaria nº 314, de 17 de outubro de 2012, que cria e estabelece o Protocolo de Ação Integrada entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), nesse documento representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento a Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), nesse documento representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCTI).	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria Normativa	35	Federal	IBAMA	26.12.2013	DISPÕE SOBRE OS TERMOS PRÓPRIOS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DEVERÃO SER LAVRADOS POR MEIO DO SISTEMA DE AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO AI-E.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Resolução	1	Federal	ANP	06.01.2014	ESTABELECE OS REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS PELOS PRODUTORES, IMPORTADORES E FORNECEDORES DE ADITIVOS QUE COMERCIALIZAM ADITIVOS PARA COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL E PELOS DISTRIBUIDORES QUE FORMULAM OS COMBUSTÍVEIS ADITIVADOS, ASSIM COMO OS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DESTES ADITIVOS.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Resolução	460	Federal	CONAMA	30.12.2013	ALTERA A RESOLUÇÃO NO 420, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, QUE DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E VALORES ORIENTADORES DE QUALIDADE DO SOLO QUANTO À PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	30.12.2013	INSTAURA O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL SIGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	48	Federal	INMETRO	27.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CADEIA DE CUSTÓDIA PARA PRODUTOS DE BASE FLORESTAL.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Portaria	48	Federal	INMETRO	27.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CADEIA DE CUSTÓDIA PARA PRODUTOS DE BASE FLORESTAL.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	54	Federal	INMETRO	28.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL, APROVADOS PELA PORTARIA INMETRO N.º 547, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2012, SEÇÃO 01, PÁGINA 78, NO CAPÍTULO 6, ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Portaria	54	Federal	INMETRO	28.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL, APROVADOS PELA PORTARIA INMETRO N.º 547, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2012, SEÇÃO 01, PÁGINA 78, NO CAPÍTULO 6, ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Resolução	3.259	Federal	ANTAQ	30.01.2014	APROVA A NORMA QUE DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O PROCEDIMENTO SANCIONADOR EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA ANTAQ.	
Plano Ambiental de Construção			Nova	Instrução Normativa	1	Federal	IBAMA	31.02.2014	ALTERA O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 15 DE MARÇO DE 2013.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	55	Federal	MMA	17.02.2014	ESTABELECE PROCEDIMENTOS ENTRE O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES E O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA RELACIONADOS À RESOLUÇÃO NO 428, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	25.06.2014	FAZ ALTERAÇÕES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013, NOS ARTIGOS 36 E 36.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	25.06.2014	FAZ ALTERAÇÕES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013, NOS ARTIGOS 36 E 36.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Resolução	25	Federal	SFB	02.04.2014	ESTABELECE OS PARÂMETROS DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS EDITAIS E DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL, DEFINE O POTENCIAL VOLUMÉTRICO DE REFERÊNCIA, REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA A COBRANÇA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS FLORESTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Resolução	25	Federal	SFB	02.04.2014	ESTABELECE OS PARÂMETROS DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS EDITAIS E DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL, DEFINE O POTENCIAL VOLUMÉTRICO DE REFERÊNCIA, REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA A COBRANÇA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS FLORESTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Resolução	641	Federal	ANA	14.04.2014	ESTABELECE REGRAS DE RESTRIÇÃO DE USO PARA AS CAPTAÇÕES DE ÁGUA COM FINALIDADES DE IRRIGAÇÃO E AQUICULTURA LOCALIZADAS NOS SEGUINTE CORPOS HÍDRICOS, IDENTIFICADOS NO MAPA CONSTANTE DO ANEXO I.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	741	Federal	MCTI	22.07.2014	ALTERA A PORTARIA MCTI Nº 728, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE INSTITUIU A REDE BRASILEIRA DE PESQUISAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS - REDE CLIMA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	17	Federal	MAPA	31.07.2014	DEFINIR PARA O ANO-SAFRA 2014-2015 DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - PNCR/VEGETAL AS CULTURAS AGRÍCOLAS QUE SERÃO MONITORADAS; O ESCOPO MÍNIMO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS; OS LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS (LMR) DE AGROTÓXICOS POR CULTURA; E O ESCOPO MÍNIMO DE CONTAMINANTES QUE DEVEM SER MONITORADOS POR CULTURA AGRÍCOLA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	12	Federal	IBAMA	06.08.2014	DEFINE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES DECORRENTES DE INFRAÇÕES COMETIDAS ANTES DE 22 DE JULHO DE 2008, RELATIVAS À SUPRESSÃO IRREGULAR DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DE RESERVA LEGAL E DE USO RESTRITO, E DE DECLARAÇÃO DE CONVERSÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE, NOS TERMOS DO § 5º DO ART. 59 DA LEI N. 12.651, DE 2012.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Instrução Normativa	12	Federal	IBAMA	06.08.2014	DEFINE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES DECORRENTES DE INFRAÇÕES COMETIDAS ANTES DE 22 DE JULHO DE 2008, RELATIVAS À SUPRESSÃO IRREGULAR DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DE RESERVA LEGAL E DE USO RESTRITO, E DE DECLARAÇÃO DE CONVERSÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE, NOS TERMOS DO § 5º DO ART. 59 DA LEI N. 12.651, DE 2012.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Resolução	463	Federal	CONAMA	30.07.2014	Revogou a Resolução CONAMA nº 314, de 20.11.2002, regulamentando o uso, a comercialização, exportação, importação e produção de remediadores destinados à recuperação de ambientes e ecossistemas contaminados, bem como ao tratamento de efluentes e resíduos	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13.01.2014	ESTABELECE DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, FLUXOS E COMPETÊNCIA PARA OBTENÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO (LAPM) E DO ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS) DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCO OU ENDÊMICA PARA MALÁRIA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13.01.2014	ESTABELECE DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, FLUXOS E COMPETÊNCIA PARA OBTENÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO (LAPM) E DO ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS) DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCO OU ENDÊMICA PARA MALÁRIA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto Segurança e Alerta	Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13.01.2014	ESTABELECE DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, FLUXOS E COMPETÊNCIA PARA OBTENÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO (LAPM) E DO ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS) DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCO OU ENDÊMICA PARA MALÁRIA.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	51	Federal	INMETRO	28.01.2014	APROVA OS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	5	Federal	MAPA	14.03.2014	ESTABELECE A ESTRATÉGIA DE VAZIO SANITÁRIO COMO FERRAMENTA DE DEFESA PARA O CONTROLE DE PRAGAS NÃO QUARENTENÁRIAS DE INTERESSE ECONÔMICO NO BRASIL COMO PARTE DA POLÍTICA FITOSSANITÁRIA NACIONAL.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Resolução	12	Federal	ANVISA	24.03.2014	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTO PARA A NOTIFICAÇÃO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANVISA, DE ALTERAÇÕES DE NATUREZA TÉCNICA NO REGISTRO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	38	Federal	CONTRAN	01.04.2014	DIVULGA OS LIMITES DE EMISSÕES DE GASES E OS PROCEDIMENTOS PARA A FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS DO CICLO DIESEL E DO CICLO OTTO, MOTOCICLOS E ASSEMELHADOS DO CICLO OTTO, CONFORME A RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 452, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Decreto	8.235	Federal		05.05.2014	ESTABELECE NORMAS GERAIS COMPLEMENTARES AOS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL, DE QUE TRATA O DECRETO NO 7.830, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012, INSTITUI O PROGRAMA MAIS AMBIENTE BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa Conjunta	1	Federal	MAPA - IBAMA - ANVISA	16.06.2014	ESTABELECE AS DIRETRIZES E EXIGÊNCIAS PARA O REGISTRO DOS AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS PARA CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE, BEM COMO O LIMITE MÁXIMO DE RESÍDUOS PERMITIDO.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	1.297	Federal	M.T.E	13.08.2014	APROVA O ANEXO 1 - VIBRAÇÃO - DA NORMA REGULAMENTADORA Nº 9 - PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA), ALTERA O ANEXO 8 - VIBRAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria Conjunta	2	Federal	IBAMA - PFE	26.08.2014	TRATA SOBRE O PLANEJAMENTO DA ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE AS DIVISÕES TÉCNICAS E PROCURADORIAS FEDERAIS ESPECIALIZADAS JUNTO ÀS SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS E GERÊNCIAS EXECUTIVAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA PARA INSTRUÇÃO, PROPOSITURA E ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS PARA REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS DEVERÁ ATENDER AO DISPOSTO NESTA ORDEM DE SERVIÇO.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Lei	164	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	22/05/2013	Institui o Código de Meio Ambiente do município de Brasil Novo e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	5	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	10/05/1993	Dispõe sobre as construções no município de Brasil Novo, estado do Pará e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Plano Gerenciamento de Resíduos		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	2012	Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do município de Brasil Novo.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	174	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	08/11/2010	Dispõe sobre o Sistema de Fiscalização Ambiental do município de Anapu e dá outras providências	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	223	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	03/06/2014	Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, instrumento da política municipal de resíduos sólidos, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	226	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	22/09/2014	Dispõe sobre a Expansão da Área Urbana do Município de Anapu e dá outras providências	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	187	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/11/2011	Dispõe sobre as complementações das atividades consideradas de impacto ambiental no âmbito do Município de Anapu e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	64	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	23/11/2001	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	190	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	12/12/2011	Institui o Código de Obras do município de Anapu, Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental			Nova	Lei	3.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	08/05/2013	Define normas de licenciamento ambiental local para as atividades no município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	168	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	20/08/2009	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano de Gestão Ambiental	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Lei	168	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	20/08/2009	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal	12/06/1905	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Código de Obras	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	15	Federal	IBAMA	03/12/2014	Instituir o Sistema Nacional de Emergências Ambientais - Siema, ferramenta informatizada de comunicação de acidentes ambientais, visualização de mapas interativos e geração de dados estatísticos dos acidentes ambientais registrados pelo Ibama.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	7	Federal	ICMBio	05/11/2014	Estabelece Procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos Processos de Licenciamento Ambiental	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	11	Federal	ICMBio	12/12/2014	Estabelecer procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Instrução Normativa	11	Federal	ICMBio	12/12/2014	Estabelecer procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	19/12/2014	Institui a Política de Integração e Segurança da Informação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	1	Federal	ICMBio/ IBAMA	19/12/2014	Estabelece procedimentos entre o ICMBio e o Ibama para o manejo e a conservação de espécies da fauna silvestre brasileira.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	05/01/2015	Define as diretrizes e os procedimentos para a destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados por autoridade competente ou entregues voluntariamente pela população, bem como para o funcionamento dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA - CETAS.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	297	Federal	ANA	29/12/2014	Dispõe sobre procedimentos internos para implementação do Protocolo de Segurança de Barragens em Caso de Emergência, para atendimento à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança	Projeto de Segurança e Alerta	Nova	Portaria	297	Federal	ANA	29/12/2014	Dispõe sobre procedimentos internos para implementação do Protocolo de Segurança de Barragens em Caso de Emergência, para atendimento à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Instrução Normativa	21	Federal	IBAMA	29/12/2014	Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, em observância ao disposto no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	21	Federal	IBAMA	29/12/2014	Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, em observância ao disposto no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		Nova	Instrução Normativa	22	Federal	IBAMA	29/12/2014	Estabelecer critérios e procedimentos para solicitação, análise e concessão de anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, nos termos do Art.19 do Decreto nº 6.660, de 2008.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	22	Federal	IBAMA	29/12/2014	Estabelecer critérios e procedimentos para solicitação, análise e concessão de anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, nos termos do Art.19 do Decreto nº 6.660, de 2008.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	10	Federal	ICMBio	08/12/2014	Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso para cumprimento da obrigação referente à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito das unidades de conservação federais, e dá outras providências (processo 02070.000426/2014-79).	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Instrução Normativa	19	Federal	IBAMA	22/12/2014	Estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do IBAMA, para a apreensão e a destinação, bem como o registro e o controle, de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos, embarcações ou veículos de qualquer natureza apreendidos em razão da constatação de prática de infração administrativa ambiental.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	540	Federal	DNPM	19/12/2014	Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Saúde e Segurança		Nova	Portaria	540	Federal	DNPM	19/12/2014	Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	443	Federal	MMA	18/12/2014	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo à presente Portaria, que inclui o grau de risco de extinção de cada espécie, em observância aos arts. 6o e 7o, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014.	
Plano Ambiental de Construção	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		Nova	Portaria	444	Federal	MMA	18/12/2014	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos arts. 6o e 7o, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	FUNAI	12/01/2012	Estabelece normas sobre a participação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencial e efetivamente causadoras de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria Interministerial	3	Federal	Ministério do Desenvolvimento Nacional e Ministério do Meio Ambiente	09/10/2009	Dispõe sobre a cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Meio Ambiente direcionada para instituir a destinação para a Estratégia Fome Zero de bens oriundos de apreensão em operações de fiscalização ambiental e a aplicação dos recursos auferidos em leilões destes bens.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Resolução	8	Federal	Conselho Nacional de Assistência Social	30/04/2013	Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei Complementar	11	Federal	Congresso Nacional	26/11/1971	Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	29	Federal	ICMBIO	10/09/2012	Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Portaria	64	Federal	Ministério da Saúde	04/11/2013	Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento da execução de ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	70	Federal	Ministério da Saúde	22/01/2004	Aprova as Diretrizes da Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	233	Federal	Ministério da Fazenda	28/06/2012	Estabelece os procedimentos a serem adotados, no âmbito do Ministério da Fazenda, para atender o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, quanto ao acesso à informação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	254	Federal	Ministério da Saúde	06/02/2002	Aprovar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	261	Estadual	Governo do Estado	23/11/2011	Institui a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria Interministerial	340	Federal	Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	04/06/2012	Estabelece competências e procedimentos para a execução do Cadastro Socioeconômico para fins de identificação, quantificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, nos termos previstos no Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	560	Federal	FUNASA	06/07/2012	Institui o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - DESAM, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	591	Federal	Presidência	07/07/1992	Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	24/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria Interministerial	1.053	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	17/07/2006	Cria a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo - CNVC -, com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragem.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Portaria	1.139	Federal	Ministério da Saúde	12/06/2013	Define, no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS), as responsabilidades das esferas de gestão e estabelece as Diretrizes Nacionais para Planejamento, Execução e Avaliação das Ações de Vigilância e Assistência à Saúde em Eventos de Massa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	2.656	Federal	Ministério da Saúde	18/10/2007	Dispõe sobre as responsabilidades na prestação de atenção à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e regulamentação dos Incentivos de Atenção Básica e Especializada aos Povos Indígenas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Portaria	2.806	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	18/11/2013	Estabelece procedimentos para inscrição no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPROF-PA, para as atividades extração de madeira e micro serraria por ribeirinhos e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	3.156	Federal	Presidência	28/08/1999	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nos 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	3.948	Estadual	Governo do Estado	10/10/1985	Regulamenta a Lei no 5.199, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	5.199	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/1984	Dispõe sobre o Sistema de Saúde de Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	5.761	Federal	Presidência	28/04/2006	Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	6.001	Federal	Congresso Nacional	21/12/1973	Dispõe sobre o Estatuto do Índio.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	6.481	Federal	Presidência	13/06/2008	Regulamenta os artigos 3o, alínea "d", e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	6.949	Federal	Presidência	26/08/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2o do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	7.272	Federal	Presidência	26/08/2010	Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	7.342	Federal	Presidência	27/10/2010	Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	7.492	Federal	Presidência	03/06/2011	Institui o Plano Brasil Sem Miséria.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	7.651	Estadual	Assembleia Legislativa	05/09/2012	Institui a política estadual de proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	7.724	Federal	Presidência	16/05/2012	Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	7.752	Federal	Presidência	15/06/2012	Promulga a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, firmada em Quebec, Canadá, em 16 de outubro de 1945, e atualizada por emendas que lhe foram apostas até novembro de 1955.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	7.943	Federal	Presidência	06/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	8.080	Federal	Congresso Nacional	20/09/1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Decreto	8.086	Federal	Presidência	30/08/2013	Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.435, de 2011)	8.742	Federal	Congresso Nacional	07/12/1993	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	10.741	Federal	Congresso Nacional	03/10/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	11.340	Federal	Congresso Nacional	08/08/2006	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	11.343	Federal	Congresso Nacional	24/08/2006	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	11.346	Federal	Congresso Nacional	18/09/2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	12.288	Federal	Congresso Nacional	21/07/2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	12.435	Federal	Congresso Nacional	07/07/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	12.527	Federal	Congresso Nacional	18/11/2011	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	12.594	Federal	Congresso Nacional	19/01/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986; 7.998, de 11 de janeiro de 1990; 5.537, de 21 de novembro de 1968; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Lei	12.845	Federal	Congresso Nacional	02/08/2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Lei	12.852	Federal	Congresso Nacional	06/08/2013	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Lei	12.871	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	87.620	Federal	Congresso Nacional	22/09/1982	Dispõe sobre o procedimento administrativo para o reconhecimento da aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais compreendidos em terras devolutas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	FUNAI	12/01/2012	Estabelece normas sobre a participação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencial e efetivamente causadoras de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria Normativa Interministerial	2	Federal	Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário	03/11/2007	Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura - MinC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para o estabelecimento de ações conjuntas que contribuam para a inserção da cultura nos processos de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, promovendo a afirmação e o reconhecimento das identidades culturais dos territórios e o seu potencial criativo e produtivo, no âmbito do Programa Mais Cultura.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria Interministerial	3	Federal	Ministério do Desenvolvimento Nacional e Ministério do Meio Ambiente	09/10/2009	Dispõe sobre a cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Meio Ambiente direcionada para instituir a destinação para a Estratégia Fome Zero de bens oriundos de apreensão em operações de fiscalização ambiental e a aplicação dos recursos auferidos em leilões destes bens.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Resolução	5	Federal	Conselho Nacional de Educação	25/06/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei Complementar	11	Federal	Congresso Nacional	26/11/1971	Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Resolução	63	Federal	ANVISA	28/11/2011	Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Resolução	63	Federal	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável	13/07/2007	Aprova Recomendações e Proposição sobre o Programa Nacional de Educação do Campo.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Nova	Portaria	64	Federal	Ministério da Saúde	04/11/2013	Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento da execução de ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	70	Federal	Ministério da Saúde	22/01/2004	Aprova as Diretrizes da Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	169	Federal	Ministério do Meio Ambiente	24/05/2012	Institui no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto-legislativo	186	Federal	Presidência	10/07/2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	254	Federal	Ministério da Saúde	06/02/2002	Aprovar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria Interministerial	340	Federal	Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	04/06/2012	Estabelece competências e procedimentos para a execução do Cadastro Socioeconômico para fins de identificação, quantificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, nos termos previstos no Decreto no 7.342, de 26 de outubro de 2010.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	560	Federal	FUNASA	06/07/2012	Institui o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - DESAM, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	591	Federal	Presidência	07/07/1992	Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	618	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2007	Cria o Selo de Responsabilidade Social denominado "Parceiros da Juventude", que poderá ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuarem em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, qualificação, preparação e inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	24/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria Interministerial	1.053	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	17/07/2006	Cria a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo - CNVC -, com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragem.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Nova	Portaria	1.139	Federal	Ministério da Saúde	12/06/2013	Define, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as responsabilidades das esferas de gestão e estabelece as Diretrizes Nacionais para Planejamento, Execução e Avaliação das Ações de Vigilância e Assistência à Saúde em Eventos de Massa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	1.948	Federal	Presidência	04/07/1996	Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	2.656	Federal	Ministério da Saúde	18/10/2007	Dispõe sobre as responsabilidades na prestação da atenção à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e regulamentação dos Incentivos de Atenção Básica e Especializada aos Povos Indígenas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	2.759	Federal	Ministério da Saúde	26/10/2007	Estabelece diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas e cria o Comitê Gestor.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	3.156	Federal	Presidência	27/08/1999	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nos 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	3.298	Federal	Presidência	21/12/1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	3.948	Estadual	Governo do Estado	10/10/1985	Regulamenta a Lei no 5.199, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	5.199	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/1984	Dispõe sobre o Sistema de Saúde de Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	5.296	Federal	Presidência	03/12/2004	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	5.904	Federal	Presidência	22/09/2006	Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	6.001	Federal	Congresso Nacional	21/12/1973	Dispõe sobre o Estatuto do Índio.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Atualização	Lei	6.015	Federal	Congresso Nacional	31/12/1973	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	6.481	Federal	Presidência	13/06/2008	Regulamenta os artigos 3o, alínea "d", e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	6.949	Federal	Presidência	26/08/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2o do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	7.272	Federal	Presidência	26/08/2010	Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	7.342	Federal	Presidência	27/10/2010	Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	7.651	Estadual	Assembleia Legislativa	05/09/2012	Institui a política estadual de proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	7.853	Federal	Congresso Nacional	25/10/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	7.943	Federal	Presidência	06/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	8.069	Federal	Congresso Nacional	16/07/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Nova	Decreto	8.086	Federal	Presidência	30/08/2013	Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.435, de 2011)	8.742	Federal	Congresso Nacional	07/12/1993	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	8.842	Federal	Congresso Nacional	05/01/1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	8.842	Federal	Congresso Nacional	05/01/1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	9.394	Federal	Congresso Nacional	23/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	10.098	Federal	Congresso Nacional	20/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	10.741	Federal	Congresso Nacional	03/10/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	11.126	Federal	Congresso Nacional	28/06/2005	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia..	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	11.340	Federal	Congresso Nacional	08/08/2006	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	11.343	Federal	Congresso Nacional	24/08/2006	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	11.346	Federal	Congresso Nacional	18/09/2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	12.288	Federal	Congresso Nacional	21/07/2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	12.435	Federal	Congresso Nacional	07/07/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	12.594	Federal	Congresso Nacional	19/01/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	12.594	Federal	Congresso Nacional	19/01/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Nova	Lei	12.845	Federal	Congresso Nacional	02/08/2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Nova	Lei	12.871	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	87.620	Federal	Congresso Nacional	22/09/1982	Dispõe sobre o procedimento administrativo para o reconhecimento da aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais compreendidos em terras devolutas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	99.710	Federal	Presidência	22/11/1990	Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará	17/06/2011	Regulamenta os pedidos de certidão de títulos e registros de terras perante o Instituto de Terras do Pará – ITERPA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	3	Estadual	Instituto de Terras do Pará	11/06/2010	Dispõe sobre o processo de criação dos Projetos Estaduais de Assentamentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	5	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe sobre os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Nova	Portaria	7	Federal	Ministério do do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe, para efeito de obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, sobre o valor máximo do imóvel por família beneficiária, por região geográfica e bioma incidente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	9	Federal	INCRA	18/12/2002	Define diretrizes básicas da atividade de fiscalização cadastral de imóveis rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	05/04/2004	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	42	Federal	INCRA	21/09/2007	Dispõe sobre procedimentos para reconhecimento de Projeto de Reassentamento de Barragem - PRB e a inclusão das agricultoras e dos agricultores reassentados em função da construção de barragens no Programa Nacional de Reforma Agrária e acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - Grupo A.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto-lei	57	Estadual	Governo do Estado	23/08/1969	Dispõe sobre as terras públicas do Estado e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei Complementar	93	Federal	Congresso Nacional	05/02/1998	Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	prova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Norma de Execução	95	Federal	INCRA	30/08/2010	Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria Interministerial	229	Federal	Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	29/05/2012	Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Resolução	275	Federal	ANVISA	23/10/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Nova	Resolução Normativa	560	Federal	ANEEL	17/07/2013	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	739	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	24/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	PBA	Decreto-Lei	3.365	Federal	Presidência	18/07/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei	4.504	Federal	Congresso Nacional	30/11/1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto (Alterado pelo Decreto Federal nº 8.025/2013)	4.892	Federal	Presidência	26/11/2003	Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	7.215	Federal	Presidência	16/06/2010	Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Nova	Decreto	8.025	Federal	Presidência	07/06/2013	Altera o Decreto no 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	PBA	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	25/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Atualização	Lei	11.124	Federal	Congresso Nacional	17/06/2005	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei	11.977	Federal	Congresso Nacional	08/07/2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei	12.188	Federal	Congresso Nacional	12/01/2010	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Nova	Lei	12.854	Federal	Congresso Nacional	27/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	PBA	NBR	14.653-3	Federal	ABNT	31/05/2004	Avaliação de Bens; Parte 3: Imóveis Rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	2	Estadual	Instituto de Terras do Pará	11/06/2010	Fixa o procedimento para regularização fundiária não onerosa de terras públicas do Estado de áreas até 100 (cem) hectares, com fulcro no art. 241, inciso I da Constituição Estadual de 1989, Lei no 7.289, de 2009 e Decreto no 2.135, de 2010.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei	7.289	Estadual	Assembleia Legislativa	29/07/2009	Dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso e Permissão de Passagem das terras públicas pertencentes ao Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	2.135	Estadual	Governo do Estado	02/03/2010	Regulamenta a Lei no 7.289, de 24 de julho de 2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	22/06/2011	Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de Biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	FUNAI	06/02/2012	Dispõe sobre todo e qualquer processo ou expediente deflagrado visando ao recebimento de indenização por benfeitoria edificada ou implantada em terra indígena decorrente da ocupação de boa-fé deverá seguir os critérios e o procedimento estabelecido nesta Instrução Normativa.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	INCRA	06/03/2006	Aprova a Instrução Normativa/INCRA/no 30, de 24 de março de 2006 3, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a transferência de domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	FUNAI	06/02/2012	Dispõe sobre todo e qualquer processo ou expediente deflagrado visando ao recebimento de indenização por benfeitoria edificada ou implantada em terra indígena decorrente da ocupação de boa-fé deverá seguir os critérios e o procedimento estabelecido nesta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Decreto-lei	1.985	Federal	Presidência	31/12/1940	Código de Minas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto-Lei	2.375	Federal	Presidência	25/11/1987	Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	5.764	Federal	Congresso Nacional	16/12/1971	Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das Sociedades Cooperativas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Resolução	1	Estadual	Conselho Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Pará	25/07/2011	Estabelece a tabela de Valor da Terra Nua (VTN) que deverá incidir nas regularizações onerosas de imóveis rurais integrantes do patrimônio fundiário do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	FUNAI	06/02/2012	Dispõe sobre todo e qualquer processo ou expediente deflagrado visando ao recebimento de indenização por benfeitoria edificada ou implantada em terra indígena decorrente da ocupação de boa-fé deverá seguir os critérios e o procedimento estabelecido nesta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	23	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	05/05/2010	Dispõe sobre os procedimentos para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais no âmbito da Amazônia Legal, definidas no art. 3o da Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, até quinze módulos fiscais, e não superiores a mil e quinhentos hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	2.280	Estadual	Governo do Estado	08/06/2010	Cria o Pró-Assentamento Estadual - PRO-PA e os Projetos Estaduais de Assentamentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	6	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida			PBA	Decreto-Lei	2.398	Federal	Presidência	22/12/1987	Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	1.148	Estadual	Governo do Estado	18/07/2008	Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA, Área de Reserva Legal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Dispõe sobre a exploração econômica das florestas, nas propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, incluindo as áreas de reserva legal e ressaltando as de preservação permanente estabelecidas na legislação vigente, será realizada mediante práticas de manejo florestal sustentável de uso múltiplo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Decreto	2.483	Federal	Presidência	02/02/1998	Cria a Floresta Nacional de Altamira, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	5.868	Federal	Congresso Nacional	14/12/1972	Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Nova	Decreto	2.614	Federal	Presidência	04/06/1998	Altera a redação do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	5.868	Federal	Congresso Nacional	14/12/1972	Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria	88	Federal	Ministério Extraordinário de Política Fundiária	07/10/1999	Proíbe a desapropriação, a aquisição e outros quaisquer formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal Mato-grossense e em outras áreas protegidas, assim definidas pelos órgãos federais e estaduais do meio ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Decreto	2.614	Federal	Presidência	04/06/1998	Altera a redação do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria Interministerial	1.053	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	17/07/2006	Cria a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo - CNVC -, com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragem.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	FUNAI	06/02/2012	Dispõe sobre todo e qualquer processo ou expediente deflagrado visando ao recebimento de indenização por benfeitoria edificada ou implantada em terra indígena decorrente da ocupação de boa-fé deverá seguir os critérios e o procedimento estabelecido nesta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Portaria Conjunta	10	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA	02/12/2004	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados em relação aos imóveis rurais com situação jurídica de posse por simples ocupação, localizados nos municípios que menciona.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	23/06/2010	Estabelece, no âmbito desta Autarquia, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal para a regularização ambiental da malha rodoviária federal em operação mediante o competente processo de licenciamento ambiental corretivo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	5.868	Federal	Congresso Nacional	14/02/1972	Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará	17/06/2011	Regulamenta os pedidos de certidão de títulos e registros de terras perante o Instituto de Terras do Pará - ITERPA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Instrução Normativa Conjunta	2	Federal	Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	15/07/2013	Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, na forma de seu Anexo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Instrução Normativa Conjunta	2	Federal	Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	15/07/2013	Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, na forma de seu Anexo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	22/01/2002	Regula a exploração de recursos florestais realizada por pequenos extratores de madeira, cujos proprietários ou legítimos possuidores de glebas, que processam ou não sua produção através de pequenas serrarias e que exerçam suas atividades tradicionalmente, poderá ser implementada através de corte seletivo de indivíduos com DAP de 45 cm.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Decreto	2.614	Federal	Presidência	04/06/1998	Altera a redação do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Dispõe sobre a exploração econômica das florestas, nas propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, incluindo as áreas de reserva legal e ressaltando as de preservação permanente estabelecidas na legislação vigente, será realizada mediante práticas de manejo florestal sustentável de uso múltiplo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	6.001	Federal	Congresso Nacional	21/12/1973	Dispõe sobre o Estatuto do Índio.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	6.001	Federal	Congresso Nacional	21/12/1973	Dispõe sobre o Estatuto do Índio.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Decreto	2.614	Federal	Presidência	04/06/1998	Altera a redação do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Instrução Normativa Conjunta	2	Federal	Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	15/07/2013	Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, na forma de seu Anexo.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Instrução Normativa Conjunta	2	Federal	Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	15/07/2013	Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, na forma de seu Anexo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	22/01/2002	Regula a exploração de recursos florestais realizada por pequenos extratores de madeira, cujos proprietários ou legítimos possuidores de glebas, que processam ou não sua produção através de pequenas serrarias e que exerçam suas atividades tradicionalmente, poderá ser implementada através de corte seletivo de indivíduos com DAP de 45 cm.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	PBA	Lei	7.289	Estadual	Assembleia Legislativa	24/07/2009	Dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso e Permissão de Passagem das terras públicas pertencentes ao Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Resolução	85	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Resolução Normativa	563	Federal	ANEEL	18/07/2013	Altera as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Resolução	458	Federal	CONAMA	18/07/2013	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Portaria	7	Federal	Ministério do do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe, para efeito de obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, sobre o valor máximo do imóvel por família beneficiária, por região geográfica e bioma incidente.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Resolução Normativa	560	Federal	ANEEL	17/07/2013	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	22/01/2002	Regula a exploração de recursos florestais realizada por pequenos extratores de madeira, cujos proprietários ou legítimos possuidores de glebas, que processam ou não sua produção através de pequenas serrarias e que exerçam suas atividades tradicionalmente, poderá ser implementada através de corte seletivo de indivíduos com DAP de 45 cm.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	2.707	Federal	Congresso Nacional	05/08/1998	Promulga o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, assinado em Genebra, em 26 de janeiro de 1994.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	PBA	Portaria	687	Federal	INCRA	28/09/2004	Objetiva cadastrar e selecionar atingidos por empreendimentos hidrelétricos para que usufruam dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar "A" (PRONAF A), dos Serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Resolução	548	Federal	CONAMA	05/07/1905		
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	22/01/2002	Regula a exploração de recursos florestais realizada por pequenos extratores de madeira, cujos proprietários ou legítimos possuidores de glebas, que processam ou não sua produção através de pequenas serrarias e que exerçam suas atividades tradicionalmente, poderá ser implementada através de corte seletivo de indivíduos com DAP de 45 cm.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Dispõe sobre a exploração econômica das florestas, nas propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, incluindo as áreas de reserva legal e ressaltando as de preservação permanente estabelecidas na legislação vigente, será realizada mediante práticas de manejo florestal sustentável de uso múltiplo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	3.156	Federal	Presidência	28/08/1999	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nos 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	3.156	Federal	Presidência	27/08/1999	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nos 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará e INCRA	08/12/2009	Dispõe sobre a criação e titulação conjunta de Projetos de Assentamentos pelo INCRA e pelo ITERPA em áreas de jurisdição estadual e federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	06/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	215	Federal	INCRA	07/06/2006	Aprova os Procedimentos Metodológicos para a Criação e Execução de Projetos de Assentamento Florestal no Âmbito do II Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	9	Federal	INCRA	18/12/2002	Define diretrizes básicas da atividade de fiscalização cadastral de imóveis rurais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	3.298	Federal	Presidência	21/12/1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	3.298	Federal	Presidência	21/12/1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	739	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Decreto	3.321	Federal	Presidência	31/12/1999	Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	5	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe sobre os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará	17/06/2011	Regulamenta os pedidos de certidão de títulos e registros de terras perante o Instituto de Terras do Pará - ITERPA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria Interministerial	229	Federal	Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	29/05/2012	Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto-lei	57	Estadual	Governo do Estado	23/08/1969	Dispõe sobre as terras públicas do Estado e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	2.135	Estadual	Governo do Estado	02/03/2010	Regulamenta a Lei no 7.289, de 24 de julho de 2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	3	Estadual	Instituto de Terras do Pará	11/06/2010	Dispõe sobre o processo de criação dos Projetos Estaduais de Assentamentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	2	Estadual	Instituto de Terras do Pará	11/06/2010	Fixa o procedimento para regularização fundiária não onerosa de terras públicas do Estado de áreas até 100 (cem) hectares, com fulcro no art. 241, inciso I da Constituição Estadual de 1989, Lei no 7.289, de 2009 e Decreto no 2.135, de 2010.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	2.135	Estadual	Governo do Estado	02/03/2010	Regulamenta a Lei no 7.289, de 24 de julho de 2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	06/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	PBA	Decreto-Lei	3.365	Federal	Presidência	18/07/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	PBA	Norma de Execução	52	Federal	INCRA	27/10/2006	Aprova o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	06/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Decreto-Lei	3.365	Federal	Presidência	18/07/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Decreto-Lei	3.365	Federal	Presidência	18/07/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Decreto-Lei	3.365	Federal	Presidência	18/07/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Decreto-Lei	3.365	Federal	Presidência	18/07/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Resolução	1	Estadual	Conselho Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Pará	25/07/2011	Estabelece a tabela de Valor da Terra Nua (VTN) que deverá incidir nas regularizações onerosas de imóveis rurais integrantes do patrimônio fundiário do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	23	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	05/05/2010	Dispõe sobre os procedimentos para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais no âmbito da Amazônia Legal, definidas no art. 3o da Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, até quinze módulos fiscais, e não superiores a mil e quinhentos hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria Conjunta	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Programa Municípios Verdes	02/12/2011	Fixa os procedimentos administrativos para o levantamento dos embargos ambientais nos imóveis rurais situados nos municípios participantes do Programa Municípios Verdes.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	116	Federal	FUNAI	15/02/2012	Estabelece diretrizes e critérios a serem observados na concepção e execução das ações de demarcação de terras indígenas	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	2.280	Estadual	Governo do Estado	08/06/2010	Cria o Pró-Assentamento Estadual - PROA-PA e os Projetos Estaduais de Assentamentos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	6	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	14/06/2012	Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural - CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	3.420	Federal	Congresso Nacional	22/04/2000	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	1.148	Estadual	Governo do Estado	18/07/2008	Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA, Área de Reserva Legal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	3.420	Federal	Congresso Nacional	22/04/2000	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	3.420	Federal	Congresso Nacional	22/04/2000	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	88	Federal	Ministério Extraordinário de Política Fundiária	07/10/1999	Proíbe a desapropriação, a aquisição e outros quaisquer formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal Mato-grossense e em outras áreas protegidas, assim definidas pelos órgãos federais e estaduais do meio ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	3.420	Federal	Congresso Nacional	22/04/2000	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	06/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria Conjunta	10	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA	02/12/2004	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados em relação aos imóveis rurais com situação jurídica de posse por simples ocupação, localizados nos municípios que menciona.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	5.879	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/1994	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará e Secretaria Estadual do Meio Ambiente	24/02/2010	Disciplina a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural CAR - PA, para regularização fundiária de imóveis rurais com áreas até 300ha e criação de Projetos Estaduais de Assentamento em suas diferentes modalidades, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	15	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	15/09/2008	Dispõe sobre a expedição de Autorização como procedimento excepcional e preliminar ao licenciamento ambiental para implantação de Projeto de Assentamento de Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Resolução	3.545	Federal	Banco Central do Brasil	03/03/2008	Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	16	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/08/2008	Disciplina a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA de imóveis rurais com área não superior a 4(quatro) módulos fiscais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	333	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Dispõe sobre a Reserva Legal em regime de condomínio dos imóveis rurais situados no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	3	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/05/2012	Estabelece procedimentos para a dispensa da certidão de autenticidade fundiária nos processos de licenciamento em curso na Secretaria Estadual de Meio Ambiente	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	6	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	52	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	26/07/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a solicitação de assentimento prévio ao Conselho de Defesa Nacional - CDN, para regularização fundiária de ocupações rurais e urbanas localizadas na faixa de fronteira da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto-lei	3.583	Federal	Presidência	08/09/1941	Proíbe a derrubada de cajueiros em áreas rurais do território nacional e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Secretaria de Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	17	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	15/09/2008	Dispõe sobre a expedição de Autorização como procedimento excepcional e preliminar ao licenciamento ambiental para implantação de Projeto de Assentamento de Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Resolução	107	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	12/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Portaria	268	Federal	INCRA	25/10/1996	Cria em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista, destinado à exploração de área dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	3.956	Federal	Presidência	09/10/2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Resolução	79	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	06/07/2009	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Decreto	3.991	Federal	Presidência	31/10/2001	Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	3.991	Federal	Presidência	31/10/2001	Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	4.281	Federal	Presidência	26/06/2002	Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	4.281	Federal	Presidência	26/06/2002	Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	6.198	Federal	Congresso Nacional	27/12/1974	Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Resolução	85	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Resolução Normativa	563	Federal	ANEEL	18/07/2013	Altera as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Resolução	485	Federal	CONAMA	18/07/2013	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Portaria	7	Federal	Ministério do do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe, para efeito de obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, sobre o valor máximo do imóvel por família beneficiária, por região geográfica e bioma incidente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Resolução Normativa	560	Federal	ANEEL	17/07/2013	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legalsob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Lei	6.437	Federal	Congresso Nacional	24/08/1997	Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	6.437	Federal	Congresso Nacional	24/08/1997	Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	6.513	Federal	Congresso Nacional	20/12/1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	6.513	Federal	Congresso Nacional	20/12/1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Lei	6.567	Federal	Presidência	26/09/1978	Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei	6.739	Federal	Congresso Nacional	06/12/1979	Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras Providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Decreto	4.377	Federal	Presidência	16/09/2002	Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Decreto	4.854	Federal	Presidência	09/10/2003	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	6.739	Federal	Congresso Nacional	06/12/1979	Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras Providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	6.739	Federal	Congresso Nacional	06/12/1979	Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras Providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	4.876	Federal	Presidência	13/11/2003	Dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos Projetos Inovadores de Cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará e INCRA	08/12/2009	Dispõe sobre a criação e titulação conjunta de Projetos de Assentamentos pelo INCRA e pelo ITERPA em áreas de jurisdição estadual e federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	215	Federal	INCRA	07/06/2006	Aprova os Procedimentos Metodológicos para a Criação e Execução de Projetos de Assentamento Florestal no Âmbito do II Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	9	Federal	INCRA	18/12/2002	Define diretrizes básicas da atividade de fiscalização cadastral de imóveis rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	4.887	Federal	Presidência	21/11/2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	4.887	Federal	Presidência	21/11/2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.739	Federal	Congresso Nacional	06/12/1979	Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras Providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.424, de 2011 e nº 12.608, de 2012)	6.766	Federal	Congresso Nacional	19/12/1979	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	4.887	Federal	Presidência	21/11/2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	739	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.424, de 2011 e nº 12.608, de 2012)	6.766	Federal	Congresso Nacional	19/12/1979	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.424, de 2011 e nº 12.608, de 2012)	6.766	Federal	Congresso Nacional	19/12/1979	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	4.887	Federal	Presidência	21/11/2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	5	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe sobre os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará	17/06/2011	Regulamenta os pedidos de certidão de títulos e registros de terras perante o Instituto de Terras do Pará - ITERPA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria Interministerial	229	Federal	Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	29/05/2012	Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto-lei	57	Estadual	Governo do Estado	23/08/1969	Dispõe sobre as terras públicas do Estado e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	2.135	Estadual	Governo do Estado	02/03/2010	Regulamenta a Lei no 7.289, de 24 de julho de 2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	3	Estadual	Instituto de Terras do Pará	11/06/2010	Dispõe sobre o processo de criação dos Projetos Estaduais de Assentamentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	2	Estadual	Instituto de Terras do Pará	11/06/2010	Fixa o procedimento para regularização fundiária não onerosa de terras públicas do Estado de áreas até 100 (cem) hectares, com fulcro no art. 241, inciso I da Constituição Estadual de 1989, Lei no 7.289, de 2009 e Decreto no 2.135, de 2010.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	7.289	Estadual	Assembleia Legislativa	29/07/2009	Dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso e Permissão de Passagem das terras públicas pertencentes ao Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	2.135	Estadual	Governo do Estado	02/03/2010	Regulamenta a Lei no 7.289, de 24 de julho de 2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legalsob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto (Alterado pelo Decreto Federal nº 8.025/2013)	4.892	Federal	Presidência	26/11/2003	Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto (Alterado pelo Decreto Federal nº 8.025/2013)	4.892	Federal	Presidência	26/11/2003	Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto (Alterado Pelo Decreto Federal nº 8.025/2013)	4.892	Federal	Presidência	26/11/2003	Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	216	Estadual	Governo do Estado	26/09/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	6.803	Federal	Congresso Nacional	02/07/1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Resolução	1	Estadual	Conselho Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Pará	25/07/2011	Estabelece a tabela de Valor da Terra Nua (VTN) que deverá incidir nas regularizações onerosas de imóveis rurais integrantes do patrimônio fundiário do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legalsob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	23	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	05/05/2010	Dispõe sobre os procedimentos para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais no âmbito da Amazônia Legal, definidas no art. 3o da Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, até quinze módulos fiscais, e não superiores a mil e quinhentos hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/06/2011	Disciplina a nova regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR e define os procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Atividades Rurais – LAR no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria Conjunta	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Programa Municípios Verdes	02/12/2011	Fixa os procedimentos administrativos para o levantamento dos embargos ambientais nos imóveis rurais situados nos municípios participantes do Programa Municípios Verdes.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	116	Federal	FUNAI	15/02/2012	Estabelece diretrizes e critérios a serem observados na concepção e execução das ações de demarcação de terras indígenas	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	2.280	Estadual	Governo do Estado	08/06/2010	Cria o Pró-Assentamento Estadual - PRO-PA e os Projetos Estaduais de Assentamentos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	6	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	14/06/2012	Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural - CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto (Alterado pelo Decreto Federal nº 8.025/2013)	4.892	Federal	Presidência	26/11/2003	Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	1.148	Estadual	Governo do Estado	18/07/2008	Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA, Área de Reserva Legal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Presidência	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	6.803	Federal	Congresso Nacional	03/07/1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Congresso Nacional	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	30/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	88	Federal	Ministério Extraordinário de Política Fundiária	07/10/1999	Proíbe a desapropriação, a aquisição e outros quaisquer formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal Mato-grossense e em outras áreas protegidas, assim definidas pelos órgãos federais e estaduais do meio ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Congresso Nacional	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	26/06/2008	Dispõe sobre os procedimentos técnicos para o licenciamento ambiental para o uso sustentável de florestas públicas, na modalidade concessão florestal, e para a elaboração, apresentação e avaliação técnica do Relatório Ambiental Preliminar-RAP.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria Conjunta	155	Federal	INCRA e IBAMA	01/04/2002	Institui procedimentos e mecanismos visando efetivar a compensação de áreas de reserva legal nos projetos de assentamento e reforma agrária ou de colonização do INCRA, relativamente aos imóveis transferidos para o IBAMA objetivando a criação de unidades de conservação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	INCRA	10/04/2012	Estabelece as seguintes diretrizes e o correspondente fluxo para os procedimentos de obtenção de terras.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria Conjunta	10	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA	02/12/2004	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados em relação aos imóveis rurais com situação jurídica de posse por simples ocupação, localizados nos municípios que menciona.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	INCRA	10/04/2012	Estabelece as seguintes diretrizes e o correspondente fluxo para os procedimentos de obtenção de terras.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	INCRA	10/04/2012	Estabelece as seguintes diretrizes e o correspondente fluxo para os procedimentos de obtenção de terras.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	5.879	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/1994	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Congresso Nacional	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças SSM, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará e Secretaria Estadual do Meio Ambiente	24/02/2010	Disciplina a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural CAR - PA, para regularização fundiária de imóveis rurais com áreas até 300ha e criação de Projetos Estaduais de Assentamento em suas diferentes modalidades, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Resolução	3.545	Federal	Banco Central do Brasil	03/03/2008	Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	Secretaria do Meio Ambiente	05/06/2013	Estabelece os procedimentos para celebração de Convênio de Delegação de Competência para o Licenciamento Ambiental entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	15/06/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira nas categorias de Pescador Amador, Organizador de Competição de Pesca Amadora e de Embarcações utilizadas na pesca amadora, no âmbito do MPA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	16	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/08/2008	Disciplina a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA de imóveis rurais com área não superior a 4(quatro) módulos fiscais no Estado do Pará e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	15/06/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira nas categorias de Pescador Amador, Organizador de Competição de Pesca Amadora e de Embarcações utilizadas na pesca amadora, no âmbito do MPA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	333	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Dispõe sobre a Reserva Legal em regime de condomínio dos imóveis rurais situados no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	3	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/05/2012	Estabelece procedimentos para a dispensa da certidão de autenticidade fundiária nos processos de licenciamento em curso na Secretaria Estadual de Meio Ambiente	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	6	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	2.436	Estadual	Governo do Estado	11/08/2010	Dispõe sobre as Atividades Agrosilvopastoris executadas dentro das áreas de uso alternativo do solo, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Congresso Nacional	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Portaria	52	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	26/07/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a solicitação de assentimento prévio ao Conselho de Defesa Nacional - CDN, para regularização fundiária de ocupações rurais e urbanas localizadas na faixa de fronteira da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	30/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	30/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	17	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	15/09/2008	Dispõe sobre a expedição de Autorização como procedimento excepcional e preliminar ao licenciamento ambiental para implantação de Projeto de Assentamento de Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	5.296	Federal	Presidência	03/12/2004	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	6.941	Federal	Congresso Nacional	14/09/1981	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, com a modificação constante da Lei nº 6.850, de 12 de novembro de 1980, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	741	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.296	Federal	Presidência	03/12/2004	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes								
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2o do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2o do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2o do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Resolução	85	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	07/09/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Instrução Normativa	10	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Portaria	133	Federal	ICMBIO	11/12/2012	Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Altamira, localizada no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Resolução	485	Federal	CONAMA	18/07/2013	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Portaria	7	Federal	Ministério do do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe, para efeito de obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, sobre o valor máximo do imóvel por família beneficiária, por região geográfica e bioma incidente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Resolução Normativa	560	Federal	ANEEL	17/07/2013	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará e INCRA	08/12/2009	Dispõe sobre a criação e titulação conjunta de Projetos de Assentamentos pelo INCRA e pelo ITERPA em áreas de jurisdição estadual e federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	PBA	Norma de Execução	60	Federal	INCRA	07/05/2007	Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	03/07/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do MPA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	215	Federal	INCRA	07/06/2006	Aprova os Procedimentos Metodológicos para a Criação e Execução de Projetos de Assentamento Florestal no Âmbito do II Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2o do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	9	Federal	INCRA	18/12/2002	Define diretrizes básicas da atividade de fiscalização cadastral de imóveis rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	739	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2o do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	5	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe sobre os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Instituto de Terras do Pará	17/06/2011	Regulamenta os pedidos de certidão de títulos e registros de terras perante o Instituto de Terras do Pará - ITERPA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria Interministerial	229	Federal	Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	29/05/2012	Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto-lei	57	Estadual	Governo do Estado	23/08/1969	Dispõe sobre as terras públicas do Estado e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.135	Estadual	Governo do Estado	02/03/2010	Regulamenta a Lei no 7.289, de 24 de julho de 2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	3	Estadual	Instituto de Terras do Pará	11/06/2010	Dispõe sobre o processo de criação dos Projetos Estaduais de Assentamentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	2	Estadual	Instituto de Terras do Pará	11/06/2010	Fixa o procedimento para regularização fundiária não onerosa de terras públicas do Estado de áreas até 100 (cem) hectares, com fulcro no art. 241, inciso I da Constituição Estadual de 1989, Lei no 7.289, de 2009 e Decreto no 2.135, de 2010.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	7.289	Estadual	Assembleia Legislativa	29/07/2009	Dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso e Permissão de Passagem das terras públicas pertencentes ao Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.135	Estadual	Governo do Estado	02/03/2010	Regulamenta a Lei no 7.289, de 24 de julho de 2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Norma de Execução	69	Federal	INCRA	13/03/2008	Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	216	Estadual	Governo do Estado	26/09/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2o do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	1	Estadual	Conselho Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Pará	25/07/2011	Estabelece a tabela de Valor da Terra Nua (VTN) que deverá incidir nas regularizações onerosas de imóveis rurais integrantes do patrimônio fundiário do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	23	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	05/05/2010	Dispõe sobre os procedimentos para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais no âmbito da Amazônia Legal, definidas no art. 3o da Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, até quinze módulos fiscais, e não superiores a mil e quinhentos hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Norma de Execução	69	Federal	INCRA	13/03/2008	Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/06/2011	Disciplina a nova regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR e define os procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Atividades Rurais – LAR no Estado do Pará e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	14/06/2011	Disciplina a regularização de atividades estratégicas para o Estado do Pará em reflorestamento e cultura de dendê consolidados ou a serem implantados em áreas alteradas e/ou subutilizadas, fora da Reserva Legal e de área de preservação permanente, nos termos da legislação vigente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	15	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/11/2011	Institui o modelo da Declaração de Corte e Colheita – DCC e estabelece os procedimentos administrativos para a colheita, transporte e industrialização dos produtos oriundos de florestas plantadas no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	116	Federal	FUNAI	15/02/2012	Estabelece diretrizes e critérios a serem observados na concepção e execução das ações de demarcação de terras indígenas	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.280	Estadual	Governo do Estado	08/06/2010	Cria o Pró-Assentamento Estadual - PROA-PA e os Projetos Estaduais de Assentamentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	6	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	14/06/2012	Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural – CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.758	Federal	Presidência	17/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAPE, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	1.148	Estadual	Governo do Estado	18/07/2008	Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA, Área de Reserva Legal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	5.758	Federal	Presidência	17/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e procedimentos para o Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPROF-PA e do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará - SISFLORA-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	7.505	Federal	Congresso Nacional	03/07/1986	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	5.758	Federal	Presidência	17/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	7.853	Federal	Congresso Nacional	25/10/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	88	Federal	Ministério Extraordinário de Política Fundiária	07/10/1999	Proíbe a desapropriação, a aquisição e outros quaisquer formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal Mato-grossense e em outras áreas protegidas, assim definidas pelos órgãos federais e estaduais do meio ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.758	Federal	Presidência	17/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, nos termos desta Instrução Normativa.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria Conjunta	155	Federal	INCRA e IBAMA	01/04/2002	Institui procedimentos e mecanismos visando efetivar a compensação de áreas de reserva legal nos projetos de assentamento e reforma agrária ou de colonização do INCRA, relativamente aos imóveis transferidos para o IBAMA objetivando a criação de unidades de conservação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	02/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria Conjunta	10	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA	02/12/2004	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados em relação aos imóveis rurais com situação jurídica de posse por simples ocupação, localizados nos municípios que menciona.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	02/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	02/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	7.853	Federal	Congresso Nacional	25/10/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	5.879	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/1994	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	8.069	Federal	Congresso Nacional	16/07/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	5.758	Federal	Presidência	17/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	02/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	3.545	Federal	Banco Central do Brasil	03/03/2008	Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Resolução	548	Federal	CONAMA	Xx/XX/2013		
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	IBAMA	26/08/2003	Dispõe sobre os planos de manejo florestal sustentável que contemplem a exploração da espécie Mogno (Swietenia macrophylla King)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	02/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	16	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/08/2008	Disciplina a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA de imóveis rurais com área não superior a 4(quatro) módulos fiscais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Instrução Normativa	8	Federal	ICMBIO	19/09/2008	Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	333	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Dispõe sobre a Reserva Legal em regime de condomínio dos imóveis rurais situados no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	3	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/05/2012	Estabelece procedimentos para a dispensa da certidão de autenticidade fundiária nos processos de licenciamento em curso na Secretaria Estadual de Meio Ambiente	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	6	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.436	Estadual	Governo do Estado	11/08/2010	Dispõe sobre as Atividades Agrosilvopastoris executadas dentro das áreas de uso alternativo do solo, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Norma de Execução	69	Federal	INCRA	13/03/2008	Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma Agrária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	5.761	Federal	Presidência	28/04/2006	Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	8.069	Federal	Congresso Nacional	16/07/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades de exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Norma de Execução	71	Federal	INCRA	15/05/2008	Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	17	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	15/09/2008	Dispõe sobre a expedição de Autorização como procedimento excepcional e preliminar ao licenciamento ambiental para implantação de Projeto de Assentamento de Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.612	Estadual	Governo do Estado	07/12/2006	Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu nos Municípios de São Félix do Xingu e Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.761	Federal	Presidência	28/04/2006	Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.235	Estadual	Governo do Estado	13/04/2010	Institui o Plano de Safra Florestal Madeireiro no Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	741	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	5.796	Federal	Presidência	07/06/2006	Regulamenta a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	5.796	Federal	Presidência	07/06/2006	Regulamenta a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.796	Federal	Presidência	07/06/2006	Regulamenta a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades de exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Decreto	5.796	Federal	Presidência	07/06/2006	Regulamenta a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Decreto	5.796	Federal	Presidência	07/06/2006	Regulamenta a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	5.864	Federal	Presidência	02/08/2006	Promulga o Acordo de Cooperação no Campo do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, celebrado em Brasília, em 25 de junho de 2000.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	5.904	Federal	Presidência	22/09/2006	Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.904	Federal	Presidência	22/09/2006	Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Nova	Portaria	64	Federal	Ministério da Saúde	04/11/2013	Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento da execução de ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de Imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Norma de Execução	71	Federal	INCRA	15/05/2008	Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Portaria Conjunta	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Programa Municípios Verdes	02/12/2011	Fixa os procedimentos administrativos para o levantamento dos embargos ambientais nos imóveis rurais situados nos municípios participantes do Programa Municípios Verdes.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Portaria Interministerial	1.053	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	17/07/2006	Cria a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo - CNVC -, com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragem.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Resolução	3.093	Federal	Banco Central do Brasil	26/06/2003	Institui o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades de exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	2.612	Estadual	Governo do Estado	07/12/2006	Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu nos Municípios de São Félix do Xingu e Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	741	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Constituição (Atualizado pela EC nº 64/2010 e nº 69/2012)	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	07/04/2011	Dispões sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	8.172	Federal	Congresso Nacional	22/01/1991	Restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	8.313	Federal	Congresso Nacional	24/12/1991	Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	8.623	Federal	Congresso Nacional	28/01/1993	Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	PBA	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	25/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	25/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	25/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	25/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	25/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	25/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Lei	8.629	Federal	Congresso Nacional	25/02/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.435, de 2011)	8.742	Federal	Congresso Nacional	07/12/1993	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	NBR	14.653-3	Federal	ABNT	31/05/2004	Avaliação de Bens. Parte 3: Imóveis Rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Norma	14.653	Estadual	IBAPE	13/09/2011	Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Resolução	1.066	Federal	COFECI	29/11/2007	Estabelece nova regulamentação para o funcionamento do Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários, assim como para elaboração de Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Resolução	1.066	Federal	COFECI	29/11/2007	Estabelece nova regulamentação para o funcionamento do Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários, assim como para elaboração de Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.435, de 2011)	8.742	Federal	Congresso Nacional	07/12/1993	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	8.842	Federal	Congresso Nacional	05/01/1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	8.842	Federal	Congresso Nacional	05/01/1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Decreto	739	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades de exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Portaria	529	Federal	Ministério das Cidades	08/11/2010	Dispõe sobre a análise, no âmbito do Ministério das Cidades, do pedido de doação ou concessão de direito real de uso de terras para regularização fundiária em área de expansão urbana de que trata a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Resolução Recomendada	34	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Propõe orientações e diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a implementação do Programa de Aceleração o Crescimento - PAC, de forma a alcançar seus objetivos e promover crescimento com inclusão territorial, estimulando a ação federativa e compartilhada entre o Governo Federal, Governos Estaduais, Distrito Federal e Governos Municipais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades de exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	8.842	Federal	Congresso Nacional	05/01/1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Carta de Princípios	s/n	Internacional	ONU	28/06/2005	"Principles on Housing and Property Restitution for Refugees and Displaced Persons".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Carta de Princípios	s/n	Internacional	ONU	07/09/1990	"Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials" - Uso da Força Policial.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Carta de Princípios	s/n	Internacional	ONU	16/12/2005	"Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law". - Reparação para vítimas de violações de direitos humanos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Comentário Geral	4	Internacional	Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas	13/12/1991	Sobre o direito a uma habitação condigna.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Comentário Geral	7	Internacional	Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas	20/05/1997	Sobre despejos forçados e remoções.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Constituição (Atualizado pela EC nº 64/2010 e nº 69/2012)	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Nova	Resolução Normativa	560	Federal	ANEEL	17/07/2013	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura	14/06/2012	Estabelece Normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Convenção	s/n	Internacional	Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos	22/11/1969	Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Convenção	s/n	Internacional	ONU	18/12/1990	"International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Declaração	s/n	Internacional	Assembléia Geral das Nações Unidas	10/12/1948	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Declaração	s/n	Internacional	ONU	07/09/2007	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Diretriz Operacional	s/n	Internacional	Banco Mundial	01/06/1990	Manual de Operações do Banco Mundial.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Guia	s/n	Internacional	ONU	29/06/1905	"United Nations Comprehensive Guidelines on Development-Based Evictions and Displacement."	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Guia	s/n	Internacional	ONU	30/09/1998	"Guiding Principles on Internal Displacement".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	8.935	Federal	Congresso Nacional	18/11/1994	Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.767, de 2012)	8.987	Federal	Congresso Nacional	13/02/1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	PBA	Lei	9.042	Federal	Congresso Nacional	09/05/1995	Dispensa a publicação de atos constitutivos de pessoa jurídica, para efeito de registro público.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Lei	9.074	Federal	Congresso Nacional	07/07/1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	9.394	Federal	Congresso Nacional	23/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	9.394	Federal	Congresso Nacional	23/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Lei	9.432	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Lei	9.432	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	9.432	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos entre outras medidas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Lei	9.503	Federal	Congresso Nacional	24/09/1997	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida			PBA	Lei	9.636	Federal	Congresso Nacional	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Lei	9.782	Federal	Congresso Nacional	27/01/1999	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Pacto	s/n	Internacional	Assembléia Geral das Nações Unidas	16/12/1966	Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Resolução	302	Federal	CONAMA	20/03/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Resolução	369	Federal	CONAMA	28/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	9.782	Federal	Congresso Nacional	27/01/1999	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	9.785	Federal	Congresso Nacional	29/01/1999	Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	9.795	Federal	Congresso Nacional	28/04/1999	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	9.795	Federal	Congresso Nacional	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura	14/06/2012	Estabelece Normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	21/03/2009	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Decreto	739	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	21/03/2009	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Norma de Execução	71	Federal	INCRA	15/05/2008	Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2004	Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, os procedimentos relativos ao enquadramento prévio e habilitação das operações de crédito para a execução de ações de drenagem urbana e saneamento integrado a que se refere a Resolução no 3.173, de 19/02/2004, do Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Resolução Normativa	384	Federal	ANEEL	17/12/2009	Estabelece as condições para atendimento com redes de energia elétrica nos parcelamentos de solo para fins urbanos e na regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, bem como para incorporação dos respectivos bens e instalações ao ativo da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Portaria	529	Federal	Ministério das Cidades	08/11/2010	Dispõe sobre a análise, no âmbito do Ministério das Cidades, do pedido de doação ou concessão de direito real de uso de terras para regularização fundiária em área de expansão urbana de que trata a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Portaria	616	Federal	Ministério das Cidades	16/12/2010	Aprova o Manual para Apresentação de Propostas do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, no âmbito da ação Apoio à Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	21/03/2009	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Portaria	52	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	26/07/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a solicitação de assentimento prévio ao Conselho de Defesa Nacional - CDN, para regularização fundiária de ocupações rurais e urbanas localizadas na faixa de fronteira da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Resolução	412	Federal	CONAMA	14/05/2009	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	21/03/2009	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	21/03/2009	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Resolução Recomendada	34	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Propõe orientações e diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a implementação do Programa de Aceleração o Crescimento - PAC, de forma a alcançar seus objetivos e promover crescimento com inclusão territorial, estimulando a ação federativa e compartilhada entre o Governo Federal, Governos Estaduais, Distrito Federal e Governos Municipais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2004	Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, os procedimentos relativos ao enquadramento prévio e habilitação das operações de crédito para a execução de ações de drenagem urbana e saneamento integrado a que se refere a Resolução no 3.173, de 19/02/2004, do Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Resolução	107	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	12/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Decreto	6.144	Federal	Presidência	04/07/2007	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, instituído pelos arts. 1º a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Resolução	79	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	06/07/2009	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Lei	7.719	Estadual	Assembleia Legislativa	25/06/2013	Dispõe sobre normas gerais da prestação de serviço de movimentação de gás canalizado para consumidor livre, autoprodutor e autoimportador no Estado do Pará, pela Companhia de Gás do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Decreto	6.144	Federal	Presidência	04/07/2007	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, instituído pelos arts. 1o a 5o da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	6.144	Federal	Presidência	04/07/2007	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, instituído pelos arts. 1o a 5o da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	05/04/2004	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	07/04/2011	Dispões sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	1.517	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na zona urbana de Altamira, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	1.518	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	10.098	Federal	Congresso Nacional	20/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	10.098	Federal	Congresso Nacional	20/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	10.169	Federal	Congresso Nacional	29/12/2000	Regula o § 2o do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	PBA	Lei	10.172	Federal	Congresso Nacional	09/01/2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Lei	10.233	Federal	Congresso Nacional	06/06/2001	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	1.516	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Define o Perímetro da Zona Urbana do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	2.269	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2011	Dispõe sobre as descrições de limites do perímetro urbano do Município de Altamira.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	2.270	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2011	Delimita as áreas que compõem os Bairros de Altamira, altera denominações e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	07/04/2011	Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Resolução	396	Federal	CONAMA	07/04/2008	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	
Plano de Atendimento à População Atingida			PBA	Lei	10.406	Federal	Congresso Nacional	10/01/2002	Cria o Código Civil.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Instituto de Terras do Pará	15/06/2010	Fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado do Pará, com fulcro no art. 241, inciso II da Constituição Estadual de 1989, na Lei Estadual no 7.289/09 e no Decreto Estadual no 2.135/10.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	PBA	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	08/09/1994	Dispõe sobre o procedimento para as alterações cadastrais previstas no artigo 5º do Decreto 72.106, de 18 de Abril de 1.973, que regulamentou a Lei 5.868, de 12 de Dezembro de 1.972, que criou o Sistema Nacional de Cadastro Rural - S.N.C.R.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	6.296	Federal	Presidência	12/12/2007	Aprova o Regulamento da Lei no 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos arts. 25 e 56 do Anexo ao Decreto no 5.053, de 22 de abril de 2004, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Decreto	739	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.323	Federal	Presidência	28/12/2007	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Norma de Execução	71	Federal	INCRA	15/05/2008	Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	05/04/2004	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Resolução	92	Federal	Conselho das Cidades	20/12/2010	Estabelece orientações relativas ao monitoramento das ações de destinação de terras da União aos municípios da Amazônia Legal para fins de regularização fundiária urbana.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Resolução Normativa	384	Federal	ANEEL	17/12/2009	Estabelece as condições para atendimento com redes de energia elétrica nos parcelamentos de solo para fins urbanos e na regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, bem como para incorporação dos respectivos bens e instalações ao ativo da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Portaria	529	Federal	Ministério das Cidades	08/11/2010	Dispõe sobre a análise, no âmbito do Ministério das Cidades, do pedido de doação ou concessão de direito real de uso de terras para regularização fundiária em área de expansão urbana de que trata a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Portaria	616	Federal	Ministério das Cidades	16/12/2010	Aprova o Manual para Apresentação de Propostas do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, no âmbito da ação Apoio à Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Portaria	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/05/2010	Fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.323	Federal	Presidência	28/12/2007	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	6.323	Federal	Presidência	28/12/2007	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Portaria	52	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	26/07/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a solicitação de assentimento prévio ao Conselho de Defesa Nacional - CDN, para regularização fundiária de ocupações rurais e urbanas localizadas na faixa de fronteira da Amazônia Legal.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Nova	Resolução Normativa	560	Federal	ANEEL	17/07/2013	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Resolução	412	Federal	CONAMA	14/05/2009	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Atualização	Decreto	741	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	6.323	Federal	Presidência	28/12/2007	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Decreto	6.403	Federal	Presidência	18/03/2008	Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	PBA	Pacto	s/n	Internacional	Assembléia Geral das Nações Unidas	16/12/1966	Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	6.481	Federal	Presidência	13/06/2008	Regulamenta os artigos 3o, alínea "d", e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	6.481	Federal	Presidência	13/06/2008	Regulamenta os artigos 3o, alínea "d", e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	6.481	Federal	Presidência	13/06/2008	Regulamenta os artigos 3o, alínea "d", e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	2.612	Estadual	Governo do Estado	07/12/2006	Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu nos Municípios de São Félix do Xingu e Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	741	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	PBA							
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Decreto	6.830	Federal	Presidência	28/04/2009	Regulamenta a Medida Provisória no 458, de 10 de fevereiro 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar, no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	379	Federal	Ministério da Integração Nacional	02/07/2012	Dispõe sobre a padronização de objetos ea implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS", instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	6.830	Federal	Presidência	28/04/2009	Regulamenta a Medida Provisória no 458, de 10 de fevereiro 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar, no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	10.711	Federal	Congresso Nacional	05/08/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudras, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Resolução Normativa	560	Federal	ANEEL	17/07/2013	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	05/04/2004	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	6.830	Federal	Presidência	28/04/2009	Regulamenta a Medida Provisória no 458, de 10 de fevereiro 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar, no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Decreto	6.830	Federal	Presidência	28/04/2009	Regulamenta a Medida Provisória no 458, de 10 de fevereiro 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar, no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução	98	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	30/07/2009	Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	05/04/2004	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	6.830	Federal	Presidência	28/04/2009	Regulamenta a Medida Provisória no 458, de 10 de fevereiro 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar, no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	05/04/2004	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução	476	Federal	Ministério do Emprego e do Trabalho - Conselho Curador do Fundo de Garantia do tempo de Serviço	03/05/2005	Aprova o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	192	Federal	FUNASA	04/02/2013	Institui Processo Seletivo para repasses de recursos para ações de saneamento básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada	75	Federal	Conselhos da Cidade	05/10/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada	17	Federal	Conselhos da Cidade	13/07/2011	Recomenda a inclusão do saneamento básico no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, como um Macrodesafio Estratégico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.874	Federal	Presidência	08/06/2009	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Decreto	326	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Estabelece requisitos higiênicos sanitários para a manipulação de Açaí e Bacaba por batedores artesanais, de forma a prevenir surtos com Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) e minimizando o risco sanitário, garantindo a segurança dos alimentos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	14/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada	34	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Propõe orientações e diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a implementação do Programa de Aceleração o Crescimento - PAC, de forma a alcançar seus objetivos e promover crescimento com inclusão territorial, estimulando a ação federativa e compartilhada entre o Governo Federal, Governos Estaduais, Distrito Federal e Governos Municipais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.874	Federal	Presidência	08/06/2009	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	05/04/2004	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	1.428	Federal	Ministério da Saúde	02/12/1993	Aprova o "Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada	107	Federal	Ministério das Cidades	13/07/2011	Recomenda a inclusão do saneamento básico no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, como um Macrodesafio Estratégico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	10.711	Federal	Congresso Nacional	05/08/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Norma Executiva	92	Federal	INCRA	22/02/2010	Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no §1o, do artigo 9o, do Decreto 4.449, de 30 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto 5.570, de 31 de outubro de 2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução	377	Federal	CONAMA	10/10/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução	375	Federal	CONAMA	30/08/2006	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	6.874	Federal	Presidência	08/06/2009	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.882	Federal	Presidência	22/06/2009	Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar - PRONAF Sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Portaria	64	Federal	Ministério da Saúde	04/11/2013	Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento da execução de ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	6.949	Federal	Presidência	26/08/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Decreto	6.949	Federal	Presidência	26/08/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Portaria	902	Federal	FUNASA	16/07/2013	Dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento e saúde ambiental custeadas pela Fundação Nacional de Saúde e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Portaria	389	Federal	Ministério das Cidades	30/08/2013	Altera o Manual Técnico Para Apresentação de Propostas Para Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Programa Saneamento Básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	PBA	Decreto	6.949	Federal	Presidência	25/08/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Portaria	1.139	Federal	Ministério da Saúde	12/06/2013	Define, no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS), as responsabilidades das esferas de gestão e estabelece as Diretrizes Nacionais para Planejamento, Execução e Avaliação das Ações de Vigilância e Assistência à Saúde em Eventos de Massa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	27/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	PBA	Decreto	6.992	Federal	Presidência	29/10/2009	Regulamenta a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	177	Federal	Ministério da Integração Nacional	24/03/2011	Estabelece as diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Moção	55	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	01/02/2011	Recomenda a manutenção do Programa de Pesquisas em Saneamento Básico - PROSAB, como uma ação permanente de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e inovação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Portaria	1.541	Federal	FUNASA	14/01/2008	Estabelece critérios de priorização de obras de saneamento em áreas indígenas e manutenção das obras implantadas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução	5	Federal	CONAMA	16/11/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de saneamento básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução	107	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	12/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Moção	61	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	14/08/2012	Recomenda promoção de ações de ciência e tecnologia para melhoria de técnicas de monitoramento e de tratamento de água de abastecimento e de efluentes, visando a remoção de micropoluentes emergentes e eliminação de micro-organismos patogênicos emergentes.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	10.711	Federal	Congresso Nacional	05/08/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Atualização	Resolução	79	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	06/07/2009	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	INCRA	05/04/2004	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	PBA						Registro público.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Nova	Portaria	289	Federal	Ministério do Meio Ambiente	19/07/2013	Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Nova	Portaria Interministerial	288	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes	19/07/2013	Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis-PROFAS, para fins de regularização ambiental das rodovias federais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Nova	Portaria	124	Federal	Ministério dos Transportes	14/08/2013	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de transportes, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Nova	Resolução	469	Federal	Conselho Nacional de Trânsito	20/12/2013	Altera dispositivos e os Anexos da Resolução CONTRAN no 402, de 26 de abril de 2012, com redação dada pelas Deliberações no 104 de 24 de dezembro de 2010 e no 132 de 20 de dezembro de 2012, que estabelecem requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Nova	Resolução	441	Federal	Conselho Nacional de Trânsito	31/05/2013	Dispõe sobre o transporte de cargas de sólidos a granel nas vias abertas à circulação pública em todo o território nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Portaria Conjunta	423	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes	28/10/2011	Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis para a regularização ambiental das rodovias federais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	10.711	Federal	Congresso Nacional	05/08/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	10.711	Federal	Congresso Nacional	05/08/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Resolução	3.871	Federal	ANTT	07/08/2012	Estabelece procedimentos a serem observados pelas empresas transportadoras, para assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na utilização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e, dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Portaria Interministerial	423	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes	28/10/2011	Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis para a regularização ambiental das rodovias federais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Portaria	420	Federal	Ministério do Meio Ambiente	28/10/2011	Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - na regularização e no licenciamento ambiental das rodovias federais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Resolução	3.056	Federal	ANTT	13/03/2009	Dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, estabelece procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Portaria	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	14/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Resolução Recomendada	34	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Propõe orientações e diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a implementação do Programa de Aceleração o Crescimento - PAC, de forma a alcançar seus objetivos e promover crescimento com inclusão territorial, estimulando a ação federativa e compartilhada entre o Governo Federal, Governos Estaduais, Distrito Federal e Governos Municipais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Resolução	349	Federal	CONAMA	17/08/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Norma de Execução	93	Federal	INCRA	21/07/2010	Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados - Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	10.711	Federal	Congresso Nacional	05/08/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Portaria Interministerial	273	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes	05/11/2004	Cria e estabelece diretrizes para o Programa Nacional de Regularização Ambiental de Rodovias Federais e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Resolução	107	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	12/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Portaria Interministerial	282	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes	17/09/2008	Dispõe sobre a criação de estradas sobre de parques.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Atualização	Resolução	79	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	06/07/2009	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	PBA	Resolução	368	Federal	CONAMA	28/03/2006	Altera dispositivos da Resolução n o 335, de 3 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	PBA	Resolução	335	Federal	CONAMA	03/04/2003	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Resolução	107	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	12/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Relocação de Cemitérios	Atualização	Resolução	79	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	06/07/2009	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	PBA							
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Portaria	2.806	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	18/11/2013	Estabelece procedimentos para inscrição no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPFOP-PA, para as atividades extração de madeira e micro serraria por ribeirinhos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Instrução Normativa	10	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Portaria	133	Federal	ICMBIO	11/12/2012	Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Altamira, localizada no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Portaria Interministerial	54	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério da Fazenda	13/11/2013	Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO - Brasil Agroecológico.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais - POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Portaria	403	Federal	Ministério da Integração Nacional	30/08/2013	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Portaria Interministerial	984	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário	17/10/2013	Institui o Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	INCRA	26/04/2004	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Lei	10.741	Federal	Congresso Nacional	03/10/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reparação	PBA	Decreto	7.037	Federal	Presidência	22/12/2009	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Atualização	Lei	10.741	Federal	Congresso Nacional	03/10/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	7.565	Estadual	Assembleia Legislativa	26/10/2011	Dispõe sobre normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	480	Estadual	Governo do Estado	16/07/2012	Regulamenta a Lei 7.565, de 25 de outubro de 2011, que dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reparação	PBA	Decreto	7.037	Federal	Presidência	22/12/2009	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	9	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/01/2012	instituída a metodologia do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade Familiar de Produção – Pronaf Sustentável.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	INCRA	26/04/2004	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	10.831	Federal	Congresso Nacional	24/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	10.831	Federal	Congresso Nacional	24/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	10.831	Federal	Congresso Nacional	24/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Regularização Fundiária Rural	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	INCRA	26/04/2004	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	215	Federal	INCRA	07/06/2006	Aprova os Procedimentos Metodológicos para a Criação e Execução de Projetos de Assentamento Florestal no Âmbito do II Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	10.831	Federal	Congresso Nacional	24/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reassentamento Rural	Atualização	Decreto	7.215	Federal	Presidência	16/06/2010	Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Resolução	275	Federal	ANVISA	23/10/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	890	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	23/05/2011	Regulamenta o procedimento de licenciamento nos processos cujo objeto seja licença de atividade rural para reflorestamento, plantios de culturas industriais de ciclo-longo, frutíferas de porte arbóreo e sistemas agroflorestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	INCRA	26/04/2004	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	PBA	Lei	10.931	Federal	Congresso Nacional	02/08/2004	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 10 de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	477	Federal	INCRA	04/11/1999	Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	60	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/12/2010	Estabelece o procedimento de análise prévia para protocolo de projetos agrossilvopastoris.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	1.001	Estadual	Governo do Estado	30/05/2008	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Reassentamento Urbano	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	174	Estadual	Governo do Estado	18/05/2007	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	216	Estadual	Governo do Estado	26/09/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e procedimentos para o Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPROF-PA e do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará - SISFLORA-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	5.106	Federal	Congresso Nacional	02/09/1966	Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	11.284	Federal	Congresso Nacional	02/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	93	Federal	IBAMA	03/03/2006	Dispõe sobre o protocolo no Ibama dos Planos de Manejo Florestal Sustentável e das solicitações de autorização para uso alternativo do solo nos diversos biomas brasileiros.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	5.879	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/1994	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	11/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria Interministerial	239	Federal	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social	22/07/2009	Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	40	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/02/2010	Estabelece normas para a atividade de manejo florestal praticada, no Estado do Pará, por pequenos extrativistas de madeira, de forma individual ou comunitária, que processam ou não sua produção, nas áreas de várzea, às margens dos rios, ou em terrenos de marinha e seus acrescidos, denominados de ribeirinhos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria Normativa Interministerial	2	Federal	Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário	04/10/2007	Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura - MinC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para o estabelecimento de ações conjuntas que contribuam para a inserção da cultura nos processos de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, promovendo a afirmação e o reconhecimento das identidades culturais dos territórios e o seu potencial criativo e produtivo, no âmbito do Programa Mais Cultura.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	7.043	Estadual	Assembleia Legislativa	09/10/2007	Dispõe Sobre a Política Estadual para a Promoção do Uso de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária e Agroindustrial	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	20/03/2007	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2008	Revogar a Instrução Normativa no 12, SECTAM, 01 de dezembro de 2006 1, e estabelecer normas e procedimentos para disciplinar o uso da Guia Florestal - GF-PA para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Resolução	425	Federal	CONAMA	27/05/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	1.703	Federal	Presidência	20/11/1995	Promulga a Convenção 141, da Organização Internacional do Trabalho, Relativa às Organizações de Trabalhadores Rurais e sua Função no Desenvolvimento Econômico e Social, Adotada em Genebra, em 23 de junho de 1975.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	08/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	1.428	Federal	Ministério da Saúde	02/12/1993	Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Resolução	375	Federal	CONAMA	30/08/2006	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30/10/2009	Aprova o Regulamento Técnico de Cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	7.079	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/2007	Institui a Taxa de Modernização da Cacaicultura Paraense.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	12.805	Federal	Congresso Nacional	30/04/2013	Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	7.602	Estadual	Assembleia Legislativa	12/03/2012	Dispõe sobre a criação do Selo de Certificação de Origem para o cacau e seus derivados produzidos no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	13	Estadual	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e procedimentos para disciplinar o uso da DECLARACAO DE VENDA DE PRODUTOS FLORESTAIS-DVPF-PA e da DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO FLORESTAIS - DTCF-PA, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	38	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	16/05/2013	Define requisitos e procedimentos a serem atendidos para a incorporação de territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT na vigência do plano plurianual 2012-2015.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	7.580	Estadual	Assembleia Legislativa	21/12/2011	Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SISANS-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.874	Federal	Presidência	08/06/2009	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	7.093	Estadual	Assembleia Legislativa	18/01/2008	Institui o Programa de Aceleração do Crescimento e Consolidação da Cacaucultura no Estado do Pará - PAC CACAU-PA e cria o Fundo de Apoio a Cacaucultura do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	06/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria	477	Federal	INCRA	04/11/1999	Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	05/06/2006	Dispõe sobre a recuperação, recomposição e reabilitação de áreas alteradas ou degradadas, inclusive as situadas em Reserva Legal, bem como em Área de Preservação Permanente, através de sistemas florestais e/ ou agroflorestais para fins energéticos, madeireiros, sócio-ambientais, frutíferos, industriais e outras finalidades.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	12.512	Federal	Congresso Nacional	17/10/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Resolução	485	Federal	CONAMA	16/07/2013	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	27/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	7.752	Federal	Presidência	15/06/2012	Promulga a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, firmada em Quebec, Canadá, em 16 de outubro de 1945, e atualizada por emendas que lhe foram apostas até novembro de 1955.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	23/05/2011	Dispõe sobre os procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	7.392	Estadual	Assembleia Legislativa	09/04/2010	Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Resolução	342	Federal	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	11/05/1990	Discrimina atividades relativas a empreendimentos agropecuários, florestais, agroindustriais e de armazenagem com ou sem utilização de Crédito Rural ou Incentivo Fiscal, que implicam a participação efetiva e autoria declarada de profissionais legalmente habilitados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Portaria Interministerial	411	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente	21/08/2002	Cria no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, instituído pelo Decreto no 3.991, de 30 de outubro de 2001 e do Programa Nacional de Florestas - PNF, instituído pelo Decreto no 3.420, de 20 de abril de 2000, ações de incentivo à silvicultura e sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas nas pequenas propriedades rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	27/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Estabelece que a exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévio licenciamento da SECTAM, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	07/10/2011	Estabelecer o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos I a VII.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	6.328	Estadual	Assembleia Legislativa	05/12/2000	Dispõe sobre atividades na área de biotecnologia, engenharia genética e produção, plantio, cultivo e comercialização de produtos transgênicos no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Resolução	3.896	Federal	Banco Central do Brasil	18/08/2010	Institui, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa	45	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	13/05/2010	Estabelece normas para a utilização de matéria prima florestal remanescente de autorizações para exploração florestal de PMFSs – Planos de Manejo Florestal Sustentáveis - POAS – Planos Operacionais Anuais, para supressão florestal e para corte de floresta plantada, dentre outras..	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Lei	6.482	Estadual	Governo do Estado	18/09/2002	Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	16/05/2008	Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	PBA	Norma de Execução	60	Federal	INCRA	07/05/2007	Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	12.787	Federal	Congresso Nacional	14/01/2013	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nos 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nos 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	89.496	Federal	Congresso Nacional	30/03/1984	Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	54	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	27/09/2002	Institui os Programas de Incentivo à Correção da Acidez dos Solos e de Incentivo à Implantação de Viveiros Florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Congresso Nacional	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças SISM, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Decreto	7.943	Federal	Presidência	06/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Lei	12.854	Federal	Congresso Nacional	27/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Portaria	2.806	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	18/11/2013	Estabelece procedimentos para inscrição no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPROF-PA, para as atividades extração de madeira e micro serraria por ribeirinhos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Resolução Normativa	563	Federal	ANEEL	18/07/2013	Altera as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Resolução	458	Federal	CONAMA	18/07/2013	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Portaria Interministerial	54	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério da Fazenda	13/11/2013	Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO - Brasil Agroecológico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	26/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais - POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Portaria	403	Federal	Ministério da Integração Nacional	30/08/2013	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Portaria Interministerial	984	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário	17/10/2013	Institui o Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Instrução Normativa Conjunta	2	Federal	Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	15/07/2013	Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, na forma de seu Anexo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.492	Federal	Presidência	03/06/2011	Institui o Plano Brasil Sem Miséria.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	7.565	Estadual	Assembleia Legislativa	26/10/2011	Dispõe sobre normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	480	Estadual	Governo do Estado	16/07/2012	Regulamenta a Lei 7.565, de 25 de outubro de 2011, que dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.794	Federal	Presidência	21/08/2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Decreto	8.026	Federal	Presidência	07/06/2013	Altera os Decretos no 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; no 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; no 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto (Alterado pelo Decreto Federal nº 8.026/2013)	7.775	Federal	Presidência	05/07/2012	Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	9	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/01/2012	instituída a metodologia do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade Familiar de Produção – Pronaf Sustentável.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	65	Federal	INCRA	31/12/2010	Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.572	Federal	Presidência	29/09/2011	Regulamenta dispositivos da Medida Provisória no 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	12.512	Federal	Congresso Nacional	17/10/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.644	Federal	Presidência	19/12/2011	Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	2.475	Estadual	Governo do Estado	13/09/2010	Dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açai, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	12.188	Federal	Congresso Nacional	12/01/2010	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.215	Federal	Presidência	16/06/2010	Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	19	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	O presente ato normativo já foi listado nessa planilha (aba 3) devendo, portanto, ser excluído.	Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	10.831	Federal	Congresso Nacional	24/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.323	Federal	Presidência	28/12/2007	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	42	Federal	INCRA	21/09/2007	Dispõe sobre procedimentos para reconhecimento de Projeto de Reassentamento de Barragem - PRB e a inclusão das agricultoras e dos agricultores reassentados em função da construção de barragens no Programa Nacional de Reforma Agrária e acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - Grupo A.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	24	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/12/2005	Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de mudas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	215	Federal	INCRA	07/06/2006	Trata da aprovação da metodologia de criação dos Projetos de Assentamento Florestais - PAF.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	618	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2007	Cria o Selo de Responsabilidade Social denominado "Parceiros da Juventude", que poderá ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuarem em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, qualificação, preparação e inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Norma Conjunta de Execução	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA	27/02/2007	Estabelece procedimentos referentes ao Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	284	Federal	CONAMA	01/10/2001	Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	22/06/2011	Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de Biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	275	Federal	ANVISA	23/10/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	890	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	20/05/2011	Regulamenta o procedimento de licenciamento nos processos cujo objeto seja licença de atividade rural para reflorestamento, plantios de culturas industriais de ciclo-longo, frutíferas de porte arbóreo e sistemas agroflorestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	17	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Meio Ambiente	29/05/2009	Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	4.504	Federal	Congresso Nacional	30/11/1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	5.764	Federal	Congresso Nacional	16/12/1971	Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das Sociedades Cooperativas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	477	Federal	INCRA	04/11/1999	Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	60	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/12/2010	Estabelece o procedimento de análise prévia para protocolo de projetos agrossilvipastoris.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	09/06/2011	Estabelece Normas Técnicas para os Sistemas Orgânicos de Produção Aquícola a serem seguidos por toda pessoa física ou jurídica responsável por unidades de produção em conversão ou por sistemas orgânicos de produção.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	1.001	Estadual	Governo do Estado	30/05/2008	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	174	Estadual	Governo do Estado	18/05/2007	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	216	Estadual	Governo do Estado	22/09/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	13/06/2011	Disciplina a regularização de atividades estratégicas para o Estado do Pará em reflorestamento e cultura de dendê consolidados ou a serem implantados em áreas alteradas e/ou subutilizadas, fora da Reserva Legal e de área de preservação permanente, nos termos da legislação vigente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	15	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/11/2011	Institui o modelo da Declaração de Corte e Colheita - DCC e estabelece os procedimentos administrativos para a colheita, transporte e industrialização dos produtos oriundos de florestas plantadas no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	1.148	Estadual	Governo do Estado	18/07/2008	Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA, Área de Reserva Legal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	30/11/2006	Estabelece normas e procedimentos para o Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPROF-PA e do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará - SISFLORA-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	5.106	Federal	Congresso Nacional	05/09/1966	Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	11.284	Federal	Congresso Nacional	03/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria Interministerial	1.053	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	17/07/2006	Cria a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo - CNVC -, com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragem.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	93	Federal	IBAMA	06/03/2006	Dispõe sobre o protocolo no Ibama dos Planos de Manejo Florestal Sustentável e das solicitações de autorização para uso alternativo do solo nos diversos biomas brasileiros.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	06/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	11.326	Federal	Congresso Nacional	25/07/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	15	Estadual	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	07/12/2006	Especifica que só poderá solicitar a utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	5.879	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/1994	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	22/01/2002	Regula a exploração de recursos florestais realizada por pequenos extratores de madeira, cujos proprietários ou legítimos possuidores de glebas, que processam ou não sua produção através de pequenas serrarias e que exerçam suas atividades tradicionalmente, poderá ser implementada através de corte seletivo de indivíduos com DAP de 45 cm.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria Interministerial	239	Federal	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social	22/07/2009	Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	40	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/02/2010	Estabelece normas para a atividade de manejo florestal praticada, no Estado do Pará, por pequenos extrativistas de madeira, de forma individual ou comunitária, que processam ou não sua produção, nas áreas de várzea, às margens dos rios, ou em terrenos de marinha e seus acrescidos, denominados de ribeirinhos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	406	Federal	CONAMA	06/02/2009	Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria Normativa Interministerial	2	Federal	Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário	04/11/2007	Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura - MinC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para o estabelecimento de ações conjuntas que contribuam para a inserção da cultura nos processos de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, promovendo a afirmação e o reconhecimento das identidades culturais dos territórios e o seu potencial criativo e produtivo, no âmbito do Programa Mais Cultura.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	7.043	Estadual	Assembleia Legislativa	09/10/2007	Dispõe Sobre a Política Estadual para a Promoção do Uso de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária e Agroindustrial	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	20/03/2007	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2008	Revogar a Instrução Normativa no 12, SECTAM, 01 de dezembro de 2006 1, e estabelecer normas e procedimentos para disciplinar o uso da Guia Florestal – GF-PA para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	04/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	17	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29/05/2009	Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	91	Estadual	Conselho Estadual do Meio Ambiente	14/10/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado da atividade de manejo florestal praticada no Estado do Pará por pequenos extrativistas de madeira, de forma individual ou nas áreas de várzea, ou em terrenos de marinha e seus acrescidos, denominados de ribeirinhos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	2.436	Estadual	Governo do Estado	11/08/2010	Regulamenta as ações ligadas, direta ou indiretamente, às atividades Agrosilvopastoris, executadas dentro das áreas de uso alternativo do solo, consideradas como sendo de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	425	Federal	CONAMA	27/05/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	1.703	Federal	Presidência	20/11/1995	Promulga a Convenção 141, da Organização Internacional do Trabalho, Relativa às Organizações de Trabalhadores Rurais e sua Função no Desenvolvimento Econômico e Social, Adotada em Genebra, em 23 de junho de 1975.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	326	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Estabelece requisitos higiênicos sanitários para a manipulação de Açai e Bacaba por batedores artesanais, de forma a prevenir surtos com Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) e minimizando o risco sanitário, garantindo a segurança dos alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	08/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	1.428	Federal	Ministério da Saúde	02/12/1993	Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	375	Federal	CONAMA	30/08/2006	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	12.805	Federal	Congresso Nacional	30/04/2013	Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	13	Estadual	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e Procedimentos para disciplinar o uso da DECLARACAO DE VENDA DE PRODUTOS FLORESTAIS-DVPP-PA e da DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO FLORESTAIS - DTCF-PA, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	3.991	Federal	Presidência	31/10/2001	Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	60	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	10/09/2012	Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	11.326	Federal	Congresso Nacional	25/07/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	1	Federal	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional	30/04/2012	Institui o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012/2015.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	7.580	Estadual	Assembleia Legislativa	21/12/2011	Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SISANS-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	217	Estadual	Governo do Estado	26/09/2011	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para elaborar anteprojeto de lei da Política Estadual do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	23/05/2011	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de Supressão florestal nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal, conforme especificações detalhadas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.882	Federal	Presidência	22/06/2009	Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar - PRONAF Sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.874	Federal	Presidência	08/06/2009	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	850	Estadual	Governo do Estado	16/07/2012	Cria Grupo de Trabalho para elaborar o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural Paraense - Programa Campo Cidadão, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria Conjunta	26	Federal	Ministério de Desenvolvimento Agrário e Ministério da Educação	27/12/2006	Estabelece a cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Educação, com o objetivo de apoiar o Projeto Saberes da Terra - Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integradas com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) Familiares, por meio do qual será realizado repasse de recursos, mediante instrumentos específicos a serem celebrados entre o Ministério da Educação e as instituições públicas e organizações dos agricultores familiares, que venham, por intermédio da geração e apropriação de conhecimentos e tecnologias, promover a transição agroecológica e o fortalecimento da Agricultura e Pecuária Familiares de base ecológica, assim como a pesca artesanal e a aqüicultura ambientalmente sustentáveis.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	63	Federal	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável	13/07/2007	Aprova Recomendações e Proposição sobre o Programa Nacional de Educação do Campo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	19/01/2006	Dispõe sobre a criação, finalidade, competências, composição, funcionamento do Conselho Nacional do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - PROAMBIENTE - 1270, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	2	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/09/2005	Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos ao enquadramento de projetos de produção de biodiesel ao selo combustível social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Protocolo	s/n	Federal	Ministério das Relações Exteriores	27/04/2005	Protocolo de Intercâmbio entre Brasil e Venezuela sobre Cooperação nas Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	346	Federal	CONAMA	17/08/2004	Disciplina a utilização das abelhas silvestres nativas, bem como a implantação de meliponários.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	75	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	28/07/2003	Define o formulário único denominado Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, elaborado conforme modelo anexo a esta Portaria, é documento de apresentação obrigatória para todos os agricultores familiares que pretendem financiamento no âmbito do PRONAF.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei Complementar	11	Federal	Congresso Nacional	26/11/1971	Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	11.346	Federal	Congresso Nacional	18/09/2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.272	Federal	Presidência	26/08/2010	, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	05/06/2006	Dispõe sobre a recuperação, recomposição e reabilitação de áreas alteradas ou degradadas, inclusive as situadas em Reserva Legal, bem como em Área de Preservação Permanente, através de sistemas florestais e/ou agroflorestais para fins energéticos, madeireiros, sócio-ambientais, frutíferos, industriais e outras finalidades.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	2.235	Estadual	Governo do Estado	13/04/2010	Institui o Plano de Safra Florestal Madeireiro no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	169	Federal	Ministério do Meio Ambiente	24/05/2012	Institui no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAFF.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	7.752	Federal	Presidência	15/06/2012	Promulga a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, firmada em Quebec, Canadá, em 16 de outubro de 1945, e atualizada por emendas que lhe foram apostas até novembro de 1955.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	23/05/2011	Dispõe sobre os procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	53	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/09/2010	Institui o fluxo de atos administrativos no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, para os processos que visam a limpeza de açaçais, com o objetivo de fortalecer a produção de frutos dos açaçeiros, em conformidade com que estabelecem os padrões técnicos, instituídos pela Instrução Normativa no 05/1999/IBAMA e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	7.392	Estadual	Assembleia Legislativa	09/04/2010	Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria	268	Federal	INCRA	25/10/1996	Cria em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista, destinado à exploração de área dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Dispõe sobre a exploração econômica das florestas, nas propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, incluindo as áreas de reserva legal e ressaltando as de preservação permanente estabelecidas na legislação vigente, será realizada mediante práticas de manejo florestal sustentável de uso múltiplo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	38	Federal	INCRA	14/03/2007	Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Portaria Interministerial	411	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente	21/08/2002	Cria no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, instituído pelo Decreto no 3.991, de 30 de outubro de 2001 e do Programa Nacional de Florestas - PNF, instituído pelo Decreto no 3.420, de 20 de abril de 2000, ações de incentivo a silvicultura e sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas nas pequenas propriedades rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	30/12/2013	Dispõe sobre a criação da Declaração Ambiental e sobre do Relatório Ambiental Anual, como atos autorizativos e instrumentos simplificados de controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açaí, realizados em florestas nativas de várzeas por populações agroextrativistas no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Portaria	7	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/02/2013	Dispõe, para fins de reforma agrária, sobre o valor máximo do imóvel, por família beneficiária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	27/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	27/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Estabelece que a exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévio licenciamento da SECTAM, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30/10/2009	Aprova o Regulamento Técnico de Cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	07/10/2011	Estabelecer o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos I a VII.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	56	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	09/12/2011	Regulamentar a Produção, a Comercialização e a Utilização de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais, Nativas e Exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Resolução	3.896	Federal	Banco Central do Brasil	18/08/2010	Institui, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa	45	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	13/05/2010	Estabelece normas para a utilização de matéria prima florestal remanescente de autorizações para exploração florestal de PMFSs – Planos de Manejo Florestal Sustentáveis - POAS – Planos Operacionais Anuais, para supressão florestal e para corte de floresta plantada, dentre outras..	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Lei	6.482	Estadual	Governo do Estado	18/09/2002	Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	16/05/2008	Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Decreto	4.854	Federal	Presidência	09/10/2003	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	PBA	Decreto (Revogado pelo Decreto Federal nº 3.200/1999)	1.946	Federal	Presidência	01/07/1996	Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	PBA	Lei	9.042	Federal	Congresso Nacional	09/05/1995	Dispensa a publicação de atos constitutivos de pessoa jurídica, para efeito de registro público.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	12.787	Federal	Congresso Nacional	14/01/2013	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nos 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nos 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Decreto	7.943	Federal	Presidência	06/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Lei	12.854	Federal	Congresso Nacional	27/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Portaria Interministerial	54	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério da Fazenda	13/11/2013	Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO - Brasil Agroecológico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Portaria	403	Federal	Ministério da Integração Nacional	30/08/2013	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Portaria Interministerial	984	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário	17/10/2013	Institui o Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Instrução Normativa Conjunta	2	Federal	Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	15/07/2013	Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, na forma de seu Anexo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	89.496	Federal	Congresso Nacional	30/03/1984	Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	54	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	27/09/2002	Institui os Programas de Incentivo à Correção da Acidez dos Solos e de Incentivo à Implantação de Viveiros Florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Congresso Nacional	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	7.565	Estadual	Assembleia Legislativa	26/10/2011	Dispõe sobre normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	480	Estadual	Governo do Estado	16/07/2012	Regulamenta a Lei 7.565, de 25 de outubro de 2011, que dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	7.794	Federal	Presidência	21/08/2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Decreto	8.026	Federal	Presidência	07/06/2013	Altera os Decretos no 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; no 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; no 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto (Alterado pelo Decreto Federal nº 8.026/2013)	7.775	Federal	Presidência	05/07/2012	Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Portaria	9	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/01/2012	instituída a metodologia do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade Familiar de Produção – Pronaf Sustentável.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	65	Federal	INCRA	31/12/2010	Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	12.512	Federal	Congresso Nacional	17/10/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	7.644	Federal	Presidência	19/12/2011	Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	12.188	Federal	Congresso Nacional	12/01/2010	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	7.215	Federal	Presidência	16/06/2010	Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	19	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29/05/2009	Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	10.831	Federal	Congresso Nacional	24/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	6.323	Federal	Presidência	28/12/2007	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Resolução	284	Federal	CONAMA	01/10/2001	Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Resolução	275	Federal	ANVISA	23/10/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	4.504	Federal	Congresso Nacional	30/11/1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	5.764	Federal	Congresso Nacional	16/12/1971	Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das Sociedades Cooperativas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Portaria	477	Federal	INCRA	04/11/1999	Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	60	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/12/2010	Estabelece o procedimento de análise prévia para protocolo de projetos agrossilvopastoris.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	6.198	Federal	Congresso Nacional	27/12/1974	Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	6.296	Federal	Presidência	12/12/2007	Aprova o Regulamento da Lei no 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos arts. 25 e 56 do Anexo ao Decreto no 5.053, de 22 de abril de 2004, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	216	Estadual	Governo do Estado	26/09/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/06/2011	Disciplina a nova regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR e define os procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Atividades Rurais – LAR no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	50	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	25/08/2010	Dispõe acerca dos Procedimentos a serem adotados com o objetivo de simplificar o Licenciamento de Atividades Agrossilvopastoris no âmbito da SEMA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e procedimentos para o Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará – CEPROF-PA e do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará – SISFLORA-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	5.879	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/1994	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Portaria Interministerial	239	Federal	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social	22/07/2009	Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Portaria Normativa Interministerial	2	Federal	Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário	03/11/2007	Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura - MinC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para o estabelecimento de ações conjuntas que contribuam para a inserção da cultura nos processos de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, promovendo a afirmação e o reconhecimento das identidades culturais dos territórios e o seu potencial criativo e produtivo, no âmbito do Programa Mais Cultura.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	7.043	Estadual	Assembleia Legislativa	09/10/2007	Dispõe Sobre a Política Estadual para a Promoção do Uso de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária e Agroindustrial	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Resolução	425	Federal	CONAMA	27/05/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	1.703	Federal	Presidência	20/11/1995	Promulga a Convenção 141, da Organização Internacional do Trabalho, Relativa às Organizações de Trabalhadores Rurais e sua Função no Desenvolvimento Econômico e Social, Adotada em Genebra, em 23 de junho de 1975.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Portaria	1.428	Federal	Ministério da Saúde	02/12/1993	Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	12.805	Federal	Congresso Nacional	30/04/2013	Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Portaria	38	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	16/05/2013	Define requisitos e procedimentos a serem atendidos para a incorporação de territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT na vigência do plano plurianual 2012-2015.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	7.580	Estadual	Assembleia Legislativa	21/12/2011	Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SISANS-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	30.691	Federal	Presidência	07/07/1952	Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	7.752	Federal	Presidência	15/06/2012	Promulga a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, firmada em Quebec, Canadá, em 16 de outubro de 1945, e atualizada por emendas que lhe foram apostas até novembro de 1955.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	7.392	Estadual	Assembleia Legislativa	09/04/2010	Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Resolução	342	Federal	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	11/05/1990	Discrimina atividades relativas a empreendimentos agropecuários, florestais, agroindustriais e de armazenagem com ou sem utilização de Crédito Rural ou Incentivo Fiscal, que implicam a participação efetiva e autoria declarada de profissionais legalmente habilitados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	6.712	Estadual	Assembleia Legislativa	19/01/2005	Dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	2.118	Estadual	Governo do Estado	28/03/2006	Regulamenta a Lei Estadual no 6.712, de 14 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	27/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30/10/2009	Aprova o Regulamento Técnico de Cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	07/10/2011	Estabelecer o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos I a VII.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	6.328	Estadual	Assembleia Legislativa	05/12/2000	Dispõe sobre atividades na área de biotecnologia, engenharia genética e produção, plantio, cultivo e comercialização de produtos transgênicos no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	56	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	09/12/2011	Regulamentar a Produção, a Comercialização e a Utilização de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais, Nativas e Exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Resolução	3.896	Federal	Banco Central do Brasil	18/08/2010	Institui, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Instrução Normativa	45	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	13/05/2010	Estabelece normas para a utilização de matéria prima florestal remanescente de autorizações para exploração florestal de PMFSs – Planos de Manejo Florestal Sustentáveis - POAS – Planos Operacionais Anuais, para supressão florestal e para corte de floresta plantada, dentre outras..	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Atualização	Lei	6.482	Estadual	Governo do Estado	18/09/2002	Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	PBA							
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Lei	12.854	Federal	Congresso Nacional	27/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	ICMBIO	30/12/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Portaria	403	Federal	Ministério da Integração Nacional	30/08/2013	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Portaria Interministerial	984	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário	17/10/2013	Institui o Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	7.565	Estadual	Assembleia Legislativa	26/10/2011	Dispõe sobre normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	480	Estadual	Governo do Estado	16/07/2012	Regulamenta a Lei 7.565, de 25 de outubro de 2011, que dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Decreto	8.026	Federal	Presidência	07/06/2013	Altera os Decretos no 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; no 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; no 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto (Alterado pelo Decreto Federal nº 8.026/2013)	7.775	Federal	Presidência	05/07/2012	Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	9	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	20/01/2012	instituída a metodologia do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade Familiar de Produção – Pronaf Sustentável.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	12.512	Federal	Congresso Nacional	17/10/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	7.644	Federal	Presidência	19/12/2011	Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	2.475	Estadual	Governo do Estado	13/09/2010	Dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açaí, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	19	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29/05/2009	Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	24	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	20/12/2005	Fixa diretrizes básicas a serem obedecidas na produção, comercialização e utilização de mudas, em todo o território nacional, visando à garantia de sua identidade e qualidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	215	Federal	INCRA	07/06/2006	Trata da aprovação da metodologia de criação dos Projetos de Assentamento Florestais - PAF.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	618	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2007	Cria o Selo de Responsabilidade Social denominado "Parceiros da Juventude", que poderá ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuarem em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, qualificação, preparação e inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Decreto	7.943	Federal	Congresso Nacional	06/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Dispõe sobre a criação da Declaração Ambiental e sobre do Relatório Ambiental Anual, como atos autorizativos e instrumentos simplificados de controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açai, realizados em florestas nativas de várzeas por populações agroextrativistas no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Portaria	2.806	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	18/11/2013	Estabelece procedimentos para inscrição no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPFOP-PA, para as atividades extração de madeira e micro serraria por ribeirinhos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Resolução	95	Federal	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	09/07/2013	Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais - POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Instrução Normativa Conjunta	2	Federal	Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	15/07/2013	Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, na forma de seu Anexo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Resolução	284	Federal	CONAMA	01/10/2001	Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Resolução	275	Federal	ANVISA	23/10/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	22/06/2011	Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de Biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	890	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	20/05/2011	Regulamenta o procedimento de licenciamento nos processos cujo objeto seja licença de atividade rural para reflorestamento, plantios de culturas industriais de ciclo-longo, frutíferas de porte arbóreo e sistemas agroflorestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	5.764	Federal	Congresso Nacional	16/12/1971	Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das Sociedades Cooperativas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	477	Federal	INCRA	04/11/1999	Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	60	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/12/2010	Estabelece o procedimento de análise prévia para protocolo de projetos agrossilvopastoris.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	09/06/2011	Estabelece Normas Técnicas para os Sistemas Orgânicos de Produção Aquícola a serem seguidos por toda pessoa física ou jurídica responsável por unidades de produção em conversão ou por sistemas orgânicos de produção.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	1.001	Estadual	Governo do Estado	30/05/2008	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	174	Estadual	Governo do Estado	18/05/2007	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	14/06/2011	Disciplina a regularização de atividades estratégicas para o Estado do Pará em reflorestamento e cultura de dendê consolidados ou a serem implantados em áreas alteradas e/ou subutilizadas, fora da Reserva Legal e de área de preservação permanente, nos termos da legislação vigente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	15	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/11/2011	Institui o modelo da Declaração de Corte e Colheita - DCC e estabelece os procedimentos administrativos para a colheita, transporte e industrialização dos produtos oriundos de florestas plantadas no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e procedimentos para o Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPROF-PA e do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará - SISFLORA-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	22/01/2002	Regula a exploração de recursos florestais realizada por pequenos extratores de madeira, cujos proprietários ou legítimos possuidores de glebas, que processam ou não sua produção através de pequenas serrarias e que exerçam suas atividades tradicionalmente, poderá ser implementada através de corte seletivo de indivíduos com DAP de 45 cm.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria Interministerial	239	Federal	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social	22/07/2009	Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	7.043	Estadual	Assembleia Legislativa	09/10/2007	Dispõe Sobre a Política Estadual para a Promoção do Uso de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária e Agroindustrial	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	20/03/2007	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2008	Revogar a Instrução Normativa no 12, SECTAM, 01 de dezembro de 2006 1, e estabelecer normas e procedimentos para disciplinar o uso da Guia Florestal - GF-PA para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	17	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29/05/2009	Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	2.436	Estadual	Governo do Estado	11/08/2010	Regulamenta as ações ligadas, direta ou indiretamente, às atividades Agrosilvopastoris, executadas dentro das áreas de uso alternativo do solo, consideradas como sendo de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Resolução	425	Federal	CONAMA	27/05/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	1.703	Federal	Presidência	20/11/1995	Promulga a Convenção 141, da Organização Internacional do Trabalho, Relativa às Organizações de Trabalhadores Rurais e sua Função no Desenvolvimento Econômico e Social, Adotada em Genebra, em 23 de junho de 1975.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	326	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Estabelece requisitos higiênicos sanitários para a manipulação de Açaí e Bacaba por batedores artesanais, de forma a prevenir surtos com Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) e minimizando o risco sanitário, garantindo a segurança dos alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	14/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	7.603	Federal	Presidência	10/11/2011	Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do art. 2º da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	08/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	1.428	Federal	Ministério da Saúde	02/12/1993	Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Resolução	375	Federal	CONAMA	30/08/2006	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	12.805	Federal	Congresso Nacional	30/04/2013	Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	13	Estadual	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e procedimentos para disciplinar o uso da DECLARACAO DE VENDA DE PRODUTOS FLORESTAIS-DVPF-PA e da DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO FLORESTAIS - DTCF-PA, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	38	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	16/05/2013	Define requisitos e procedimentos a serem atendidos para a incorporação de territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT na vigência do plano plurianual 2012-2015.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	60	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	10/09/2012	Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	7.580	Estadual	Assembleia Legislativa	21/12/2011	Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SISANS-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Resolução	346	Federal	CONAMA	17/08/2004	Disciplina a utilização das abelhas silvestres nativas, bem como a implantação de meliponários.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei Complementar	11	Federal	Congresso Nacional	26/11/1971	Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	2.235	Estadual	Governo do Estado	13/04/2010	Institui o Plano de Safra Florestal Madeireiro no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	29	Federal	ICMBIO	10/09/2012	Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	53	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/09/2010	Institui o fluxo de atos administrativos no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, para os processos que visam a limpeza de açaçais, com o objetivo de fortalecer a produção de frutos dos açaçeiros, em conformidade com que estabelecem os padrões técnicos, instituídos pela Instrução Normativa no 05/1999/IBAMA e dá outras providências	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	7.392	Estadual	Assembleia Legislativa	09/04/2010	Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	268	Federal	INCRA	25/10/1996	Cria em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	38	Federal	INCRA	14/03/2007	Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	38	Federal	INCRA	14/03/2007	Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria Interministerial	411	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente	21/08/2002	Cria no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, instituído pelo Decreto no 3.991, de 30 de outubro de 2001 e do Programa Nacional de Florestas - PNF, instituído pelo Decreto no 3.420, de 20 de abril de 2000, ações de incentivo a silvicultura e sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas nas pequenas propriedades rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	02/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Estabelece que a exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévio licenciamento da SECTAM, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	03/07/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do MPA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Resolução	1	Federal	CONAMA	02/04/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério do Interior	19/06/1980	Estabelece os padrões, critérios e diretrizes quanto a emissão de sons e ruídos decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propagandas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa	56	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	09/12/2011	Regulamentar a Produção, a Comercialização e a Utilização de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais, Nativas e Exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Lei	6.482	Estadual	Governo do Estado	18/09/2002	Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	16/05/2008	Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	PBA							
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	12.787	Federal	Congresso Nacional	14/01/2013	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	89.496	Federal	Congresso Nacional	30/03/1984	Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	54	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	27/09/2002	Institui os Programas de Incentivo à Correção da Acidez dos Solos e de Incentivo à Implantação de Viveiros Florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10/06/2005	Aprova as normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes, e seus respectivos anexos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Congresso Nacional	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças SSM, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.794	Federal	Presidência	21/08/2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	65	Federal	INCRA	31/12/2010	Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.572	Federal	Presidência	29/09/2011	Regulamenta dispositivos da Medida Provisória no 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	12.512	Federal	Congresso Nacional	17/10/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.644	Federal	Presidência	19/12/2011	Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.475	Estadual	Governo do Estado	13/09/2010	Dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açaí, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	12.188	Federal	Congresso Nacional	12/01/2010	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.215	Federal	Presidência	16/06/2010	Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	19	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29/05/2009	Estabelece os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica a serem seguidos pelas pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos, ou que sejam responsáveis pela avaliação da conformidade orgânica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Lei	12.854	Federal	Congresso Nacional	27/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Portaria Interministerial	54	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério da Fazenda	13/11/2013	Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO - Brasil Agroecológico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situadas em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Portaria	403	Federal	Ministério da Integração Nacional	30/08/2013	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Portaria Interministerial	984	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário	17/10/2013	Institui o Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	10.831	Federal	Congresso Nacional	24/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	6.323	Federal	Presidência	28/12/2007	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	24	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	20/12/2005	Fixa diretrizes básicas a serem obedecidas na produção, comercialização e utilização de mudas, em todo o território nacional, visando à garantia de sua identidade e qualidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	215	Federal	INCRA	07/06/2006	Trata da aprovação da metodologia de criação dos Projetos de Assentamento Florestais - PAF.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	618	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2007	Cria o Selo de Responsabilidade Social denominado "Parceiros da Juventude", que poderá ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuarem em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, qualificação, preparação e inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	284	Federal	CONAMA	01/10/2001	Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	275	Federal	ANVISA	23/10/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	890	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	20/05/2011	Regulamenta o procedimento de licenciamento nos processos cujo objeto seja licença de atividade rural para reforestamento, plantios de culturas industriais de ciclo-longo, frutíferas de porte arbóreo e sistemas agroflorestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	4.504	Federal	Congresso Nacional	30/11/1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	5.764	Federal	Congresso Nacional	16/12/1971	Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das Sociedades Cooperativas, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	477	Federal	INCRA	04/11/1999	Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	60	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/12/2010	Estabelece o procedimento de análise prévia para protocolo de projetos agrossilvopastoris.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	1.001	Estadual	Governo do Estado	30/05/2008	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	174	Estadual	Governo do Estado	18/05/2007	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	216	Estadual	Governo do Estado	26/09/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais no Estado do Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	14/06/2011	Disciplina a regularização de atividades estratégicas para o Estado do Pará em reflorestamento e cultura de dendê consolidados ou a serem implantados em áreas alteradas e/ou subutilizadas, fora da Reserva Legal e de área de preservação permanente, nos termos da legislação vigente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	15	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/11/2011	Institui o modelo da Declaração de Corte e Colheita – DCC e estabelece os procedimentos administrativos para a colheita, transporte e industrialização dos produtos oriundos de florestas plantadas no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	50	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	25/08/2010	Dispõe acerca dos Procedimentos a serem adotados com o objetivo de simplificar o Licenciamento de Atividades Agrosilvopastoris no âmbito da SEMA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e procedimentos para o Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará – CEPROF-PA e do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará – SISFLORA-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	5.106	Federal	Congresso Nacional	05/09/1966	Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	93	Federal	IBAMA	06/03/2006	Dispõe sobre o protocolo no Ibama dos Planos de Manejo Florestal Sustentável e das solicitações de autorização para uso alternativo do solo nos diversos biomas brasileiros.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	5.879	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/1994	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	22/01/2002	Regula a exploração de recursos florestais realizada por pequenos extratores de madeira, cujos proprietários ou legítimos possuidores de glebas, que processam ou não sua produção através de pequenas serrarias e que exerçam suas atividades tradicionalmente, poderá ser implementada através de corte seletivo de indivíduos com DAP de 45 cm.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria Interministerial	239	Federal	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social	22/07/2009	Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	40	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/02/2010	Estabelece normas para a atividade de manejo florestal praticada, no Estado do Pará, por pequenos extrativistas de madeira, de forma individual ou comunitária, que processam ou não sua produção, nas áreas de várzea, às margens dos rios, ou em terrenos de marinha e seus acrescidos, denominados de ribeirinhos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	406	Federal	CONAMA	06/02/2009	Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria Normativa Interministerial	2	Federal	Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário	03/11/2007	Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura - MinC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para o estabelecimento de ações conjuntas que contribuam para a inserção da cultura nos processos de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, promovendo a afirmação e o reconhecimento das identidades culturais dos territórios e o seu potencial criativo e produtivo, no âmbito do Programa Mais Cultura.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	7.043	Estadual	Assembleia Legislativa	09/10/2007	Dispõe Sobre a Política Estadual para a Promoção do Uso de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária e Agroindustrial	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	21/03/2009	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2008	Revogar a Instrução Normativa no 12, SECTAM, 01 de dezembro de 2006 1, e estabelecer normas e procedimentos para disciplinar o uso da Guia Florestal - GF-PA para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa		Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	08/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	17	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29/05/2009	Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	91	Estadual	Conselho Estadual do Meio Ambiente	14/10/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado da atividade de manejo florestal praticada no Estado do Pará por pequenos extrativistas de madeira, de forma individual ou nas áreas de várzea, ou em terrenos de marinha e seus acrescidos, denominados de ribeirinhos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	425	Federal	CONAMA	27/05/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	326	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Estabelece requisitos higiênicos sanitários para a manipulação de Açaí e Bacaba por batedores artesanais, de forma a prevenir surtos com Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) e minimizando o risco sanitário, garantindo a segurança dos alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	08/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	375	Federal	CONAMA	30/08/2006	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	12.805	Federal	Congresso Nacional	30/04/2013	Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	346	Federal	CONAMA	17/08/2004	Disciplina a utilização das abelhas silvestres nativas, bem como a implantação de meliponários.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	06/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	05/06/2006	Dispõe sobre a recuperação, recomposição e reabilitação de áreas alteradas ou degradadas, inclusive as situadas em Reserva Legal, bem como em Área de Preservação Permanente, através de sistemas florestais e/ ou agroflorestais para fins energéticos, madeireiros, sócio-ambientais, frutíferos, industriais e outras finalidades.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	5.758	Federal	Presidência	17/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	2.235	Estadual	Governo do Estado	13/04/2010	Institui o Plano de Safra Florestal Madeireiro no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	ICMBIO	08/08/2011	Regula, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	29	Federal	ICMBIO	10/09/2012	Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	23/05/2011	Dispõe sobre os procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	53	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/09/2010	Institui o fluxo de atos administrativos no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, para os processos que visam a limpeza de açaiçais, com o objetivo de fortalecer a produção de frutos dos açaizeiros, em conformidade com que estabelecem os padrões técnicos, instituídos pela Instrução Normativa no 05/1999/IBAMA e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria	268	Federal	INCRA	25/10/1996	Cria em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista, destinado à exploração de área dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Decreto	8.038	Federal	Congresso Nacional	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Dispõe sobre a criação da Declaração Ambiental e sobre do Relatório Ambiental Anual, como atos autorizativos e instrumentos simplificados de controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açaí, realizados em florestas nativas de várzeas por populações agroextrativistas no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Nova	Resolução	485	Federal	CONAMA	18/07/2013	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Decreto	3.420	Federal	Congresso Nacional	22/04/2000	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Portaria Interministerial	411	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente	21/08/2002	Cria no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, instituído pelo Decreto no 3.991, de 30 de outubro de 2001 e do Programa Nacional de Florestas - PNF, instituído pelo Decreto no 3.420, de 20 de abril de 2000, ações de incentivo a silvicultura e sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas nas pequenas propriedades rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	02/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Estabelece que a exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévio licenciamento da SECTAM, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30/10/2009	Aprova o Regulamento Técnico de Cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	07/10/2011	Estabelecer o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos I a VII.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.328	Estadual	Assembleia Legislativa	05/12/2000	Dispõe sobre atividades na área de biotecnologia, engenharia genética e produção, plantio, cultivo e comercialização de produtos transgênicos no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	56	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	09/12/2011	Regulamentar a Produção, a Comercialização e a Utilização de Sementes e Mudas de Espécies Florestais, Nativas e Exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	23/05/2011	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de Supressão florestal nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal, conforme especificações detalhadas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	45	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	13/05/2010	Estabelece normas para a utilização de matéria prima florestal remanescente de autorizações para exploração florestal de PMFSs – Planos de Manejo Florestal Sustentáveis - POAS – Planos Operacionais Anuais, para supressão florestal e para corte de floresta plantada, dentre outras..	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Instrução Normativa	35	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	15/12/2009	Dispõe sobre a reposição florestal para efeito de utilização e consumo de resíduos florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Resolução	3.139	Federal	Banco Central do Brasil	03/11/2003	Dispõe sobre o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Prop-flora).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Atualização	Lei	6.482	Estadual	Governo do Estado	18/09/2002	Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	PBA							
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	12.787	Federal	Congresso Nacional	14/01/2013	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nos 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nos 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	89.496	Federal	Congresso Nacional	30/03/1984	Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	IBAMA	26/08/2003	Dispõe sobre os planos de manejo florestal sustentável que contemplem a exploração da espécie Mogno (Swietenia macrophylla King)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	54	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	27/09/2002	Institui os Programas de Incentivo à Correção da Acidez dos Solos e de Incentivo à Implantação de Viveiros Florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	8.171	Federal	Congresso Nacional	18/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	5.153	Federal	Congresso Nacional	26/07/2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças SSM, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.794	Federal	Presidência	21/08/2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	65	Federal	INCRA	31/12/2010	Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.572	Federal	Presidência	29/09/2011	Regulamenta dispositivos da Medida Provisória no 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	12.512	Federal	Congresso Nacional	17/10/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Decreto	7.943	Federal	Congresso Nacional	06/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Lei	12.854	Federal	Congresso Nacional	27/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Dispõe sobre a criação da Declaração Ambiental e sobre do Relatório Ambiental Anual, como atos autorizativos e instrumentos simplificados de controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açai, realizados em florestas nativas de várzeas por populações agroextrativistas no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	ICMBIO	30/12/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Portaria	2.806	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	18/11/2013	Estabelece procedimentos para inscrição no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará - CEPROF-PA, para as atividades extração de madeira e micro serraria por ribeirinhos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Portaria	133	Federal	ICMBIO	11/12/2012	Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Altamira, localizada no Estado do Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Portaria Interministerial	54	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério da Fazenda	13/11/2013	Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO - Brasil Agroecológico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais - POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Portaria	403	Federal	Ministério da Integração Nacional	30/08/2013	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Portaria Interministerial	984	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário	17/10/2013	Institui o Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.644	Federal	Presidência	19/12/2011	Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	2.475	Estadual	Governo do Estado	13/09/2010	Dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açaí, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	12.188	Federal	Congresso Nacional	12/01/2010	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.215	Federal	Presidência	16/06/2010	Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria	215	Federal	INCRA	07/06/2006	Trata da aprovação da metodologia de criação dos Projetos de Assentamento Florestais - PAF.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Resolução	275	Federal	ANVISA	23/10/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	22/06/2011	Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de Biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria	890	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	23/05/2011	Regulamenta o procedimento de licenciamento nos processos cujo objeto seja licença de atividade rural para reflorestamento, plantios de culturas industriais de ciclo-longo, frutíferas de porte arbóreo e sistemas agroflorestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	17	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Meio Ambiente	29/05/2009	Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	4.504	Federal	Congresso Nacional	30/11/1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria	477	Federal	INCRA	04/11/1999	Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Resolução	33	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	29/07/2005	Trata da concessão de Autorização para o Uso de Recursos Florestais de Áreas do Domínio Público Estadual, nos termos estabelecidos no Plano de Manejo Florestal, devidamente aprovado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	60	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/12/2010	Estabelece o procedimento de análise prévia para protocolo de projetos agrossilvopastoris.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	1.001	Estadual	Governo do Estado	30/05/2008	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	19	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29/05/2009	Estabelecer os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica a serem seguidos pelas pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos, ou que sejam responsáveis pela avaliação da conformidade orgânica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério do Meio Ambiente	18/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	174	Estadual	Governo do Estado	18/05/2007	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	216	Estadual	Governo do Estado	26/09/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/06/2011	Disciplina a nova regulamentação do Cadastro Ambiental Rural - CAR e define os procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Atividades Rurais - LAR no Estado do Pará e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	14/06/2011	Disciplina a regularização de atividades estratégicas para o Estado do Pará em reflorestamento e cultura de dendê consolidados ou a serem implantados em áreas alteradas e/ou subutilizadas, fora da Reserva Legal e de área de preservação permanente, nos termos da legislação vigente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	15	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/11/2011	Institui o modelo da Declaração de Corte e Colheita – DCC e estabelece os procedimentos administrativos para a colheita, transporte e industrialização dos produtos oriundos de florestas plantadas no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	14	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/10/2011	Estabelece os procedimentos administrativos para a regularização e o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP nos imóveis rurais no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	1.148	Estadual	Governo do Estado	18/07/2008	Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA, Área de Reserva Legal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e procedimentos para o Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais no Estado do Pará – CEPROF-PA e do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará – SISFLORA-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	5.106	Federal	Congresso Nacional	05/09/1966	Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria	88	Federal	Ministério Extraordinário de Política Fundiária	07/10/1999	Proíbe a desapropriação, a aquisição e outros quaisquer formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal Mato-grossense e em outras áreas protegidas, assim definidas pelos órgãos federais e estaduais do meio ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	11.284	Federal	Congresso Nacional	03/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	75	Federal	IBAMA	29/08/2005	Estabelece o procedimento de pedido de autorização de desmatamento nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária na região amazônica e outros projetos públicos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	93	Federal	IBAMA	06/03/2006	Dispõe sobre o protocolo no Ibama dos Planos de Manejo Florestal Sustentável e das solicitações de autorização para uso alternativo do solo nos diversos biomas brasileiros.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	06/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	15	Federal	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	13/12/2006	Dispõe sobre a solicitação e utilização de resíduos florestais os detentores de planos de manejo (PMF) e requerentes de supressão da vegetação para uso alternativo do solo licenciados pela SECTAM	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	5.879	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/1994	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	IBAMA	22/01/2002	Regula a exploração de recursos florestais realizada por pequenos extratores de madeira, cujos proprietários ou legítimos possuidores de glebas, que processam ou não sua produção através de pequenas serrarias e que exerçam suas atividades tradicionalmente, poderá ser implementada através de corte seletivo de indivíduos com DAP de 45 cm.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria Interministerial	239	Federal	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social	22/07/2009	Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	40	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/02/2010	Estabelece normas para a atividade de manejo florestal praticada, no Estado do Pará, por pequenos extrativistas de madeira, de forma individual ou comunitária, que processam ou não sua produção, nas áreas de várzea, às margens dos rios, ou em terrenos de marinha e seus acrescidos, denominados de ribeirinhos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Resolução	406	Federal	CONAMA	06/02/2009	Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	7.043	Estadual	Assembleia Legislativa	09/10/2007	Dispõe Sobre a Política Estadual para a Promoção do Uso de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária e Agroindustrial	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	6.063	Federal	Presidência	20/03/2007	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2008	Revogar a Instrução Normativa no 12, SECTAM, 01 de dezembro de 2006 1, e estabelecer normas e procedimentos para disciplinar o uso da Guia Florestal - GF-PA para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa		Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	08/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	26/06/2008	Dispõe sobre os procedimentos técnicos para o licenciamento ambiental para o uso sustentável de florestas públicas, na modalidade concessão florestal, e para a elaboração, apresentação e avaliação técnica do Relatório Ambiental Preliminar-RAP.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	17	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29/05/2009	Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Resolução	91	Estadual	Conselho Estadual do Meio Ambiente	14/10/2011	Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado da atividade de manejo florestal praticada no Estado do Pará por pequenos extrativistas de madeira, de forma individual ou nas áreas de várzea, ou em terrenos de marinha e seus acrescidos, denominados de ribeirinhos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Resolução	425	Federal	CONAMA	27/05/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	1.703	Federal	Presidência	20/11/1995	Promulga a Convenção 141, da Organização Internacional do Trabalho, Relativa às Organizações de Trabalhadores Rurais e sua Função no Desenvolvimento Econômico e Social, Adotada em Genebra, em 23 de junho de 1975.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	326	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Estabelece requisitos higiênicos sanitários para a manipulação de Açaí e Bacaba por batedores artesanais, de forma a prevenir surtos com Doenças Transmissíveis por Alimentos (DTA) e minimizando o risco sanitário, garantindo a segurança dos alimentos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	08/04/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para fins de reflorestamento e exploração de floresta plantada em áreas degradadas e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Resolução	375	Federal	CONAMA	30/08/2006	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	12.805	Federal	Congresso Nacional	30/04/2013	Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	5.741	Federal	Presidência	31/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.172	Federal	Presidência	10/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	13	Estadual	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	01/12/2006	Estabelece normas e Procedimentos para disciplinar o uso da DECLARACAO DE VENDA DE PRODUTOS FLORESTAIS-DVFP-PA e da DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO FLORESTAIS - DTCF-PA, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	11.326	Federal	Congresso Nacional	25/07/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	7.580	Estadual	Assembleia Legislativa	21/12/2011	Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SISANS-PA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	6.874	Federal	Presidência	08/06/2009	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	05/06/2006	Dispõe sobre a recuperação, recomposição e reabilitação de áreas alteradas ou degradadas, inclusive as situadas em Reserva Legal, bem como em Área de Preservação Permanente, através de sistemas florestais e/ou agroflorestais para fins energéticos, madeireiros, sócio-ambientais, frutíferos, industriais e outras finalidades.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	5.758	Federal	Presidência	17/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	2.235	Estadual	Governo do Estado	13/04/2010	Institui o Plano de Safra Florestal Madeireiro no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	ICMBIO	08/08/2011	Regula, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria	29	Federal	ICMBIO	10/09/2012	Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	7.752	Federal	Presidência	15/06/2012	Promulga a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, firmada em Quebec, Canadá, em 16 de outubro de 1945, e atualizada por emendas que lhe foram apostas até novembro de 1955.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	23/05/2011	Dispõe sobre os procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Resolução	342	Federal	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	11/05/1990	Discrimina atividades relativas a empreendimentos agropecuários, florestais, agroindustriais e de armazenagem com ou sem utilização de Crédito Rural ou Incentivo Fiscal, que implicam a participação efetiva e autoria declarada de profissionais legalmente habilitados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria	268	Federal	INCRA	25/10/1996	Cria em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista, destinado à exploração de área dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	3.420	Federal	Congresso Nacional	22/04/2000	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	Ministério do Meio Ambiente	14/05/2001	Dispõe sobre a exploração econômica das florestas, nas propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, incluindo as áreas de reserva legal e ressaltando as de preservação permanente estabelecidas na legislação vigente, será realizada mediante práticas de manejo florestal sustentável de uso múltiplo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Portaria Interministerial	411	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente	21/08/2002	Cria no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, instituído pelo Decreto no 3.991, de 30 de outubro de 2001 e do Programa Nacional de Florestas - PNF, instituído pelo Decreto no 3.420, de 20 de abril de 2000, ações de incentivo à silvicultura e sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas nas pequenas propriedades rurais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	9.972	Federal	Congresso Nacional	26/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e Resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	6.268	Federal	Presidência	23/11/2007	Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	02/10/2006	Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	19/10/2006	Estabelece que a exploração de florestas manejadas e demais formações florestais sucessoras no Estado do Pará, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévio licenciamento da SECTAM, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	22	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	28/08/2012	Estabelece as Normas para a Produção e a Comercialização de Mudanças e de Outras Estruturas de Propagação obtidas por meio de Cultura de Tecidos de Plantas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30/10/2009	Aprova o Regulamento Técnico de Cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	46	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	07/10/2011	Estabelecer o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos I a VII.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16/01/2002	Aprova as definições contidas no Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	6.328	Estadual	Assembleia Legislativa	05/12/2000	Dispõe sobre atividades na área de biotecnologia, engenharia genética e produção, plantio, cultivo e comercialização de produtos transgênicos no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto	2.707	Federal	Congresso Nacional	05/08/1998	Promulga o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, assinado em Genebra, em 26 de janeiro de 1994.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	56	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	09/12/2011	Regulamentar a Produção, a Comercialização e a Utilização de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais, Nativas e Exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	45	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	13/05/2010	Estabelece normas para a utilização de matéria prima florestal remanescente de autorizações para exploração florestal de PMFSs – Planos de Manejo Florestal Sustentáveis - POAS – Planos Operacionais Anuais, para supressão florestal e para corte de floresta plantada, dentre outras..	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa	35	Estadual	Secretaria do Meio Ambiente	15/12/2009	Dispõe sobre a reposição florestal para efeito de utilização e consumo de resíduos florestais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Resolução	3.139	Federal	Banco Central do Brasil	03/11/2003	Dispõe sobre o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Prop-flora).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Decreto-lei	3.583	Federal	Presidência	08/09/1941	Proíbe a derrubada de cajueiros em áreas rurais do território nacional e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Lei	6.482	Estadual	Governo do Estado	18/09/2002	Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	16/05/2008	Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Decreto-Lei	1.801	Federal	Presidência	18/08/1980	Consolida e altera a legislação relativa ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como do Fundo de Marinha Mercante e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Nova	Resolução	3.066	Federal	ANTAQ	20/09/2013	Aprova a proposta de norma que dispõe sobre a autorização para a construção, exploração e ampliação de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo, a fim de submetê-la à audiência pública.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	27/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Nova	Portaria	3	Federal	Secretaria de Portos da Presidência da República	08/01/2014	Estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário - Plano Nacional de Logística Portuária - PNL e respectivos Planos Mestres, Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ e Plano Geral de Outorgas - PGO.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	2.390	Federal	ANTAQ	22/02/2012	Aprova a norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de instalação portuária pública de pequeno porte.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	2.520	Federal	ANTAQ	12/07/2012	Aprova a norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de estação de transbordo de cargas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	12	Federal	ANP	22/03/2007	Estabelece a regulamentação para operação e desativação das instalações de Ponto de Abastecimento e os requisitos necessários à sua autorização.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Lei	12.815	Federal	Congresso Nacional	05/06/2013	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nos 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nos 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nos 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Decreto	8.033	Federal	Presidência	28/06/2013	Regulamenta o disposto na Lei no 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	107	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	12/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	1	Federal	CONAMA	17/02/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	434	Federal	ANTAQ	02/06/2005	Aprova a Norma para o Afretamento de Embarcação por Empresa Brasileira de Navegação na Navegação de Apoio Portuário para execução dos serviços de dragagem hidroviária e portuária em canais de acesso, berços de atracação, bacias de evolução e de fundeio, para a desobstrução e regularização da navegabilidade marítima e hidroviária interior.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	1.660	Federal	ANTAQ	12/04/2010	Aprova a norma para outorga de autorização para a construção a exploração e a ampliação de terminal portuário de uso privado.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/2981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	Secretaria de Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	Secretaria do Meio Ambiente	05/06/2013	Estabelece os procedimentos para celebração de Convênio de Delegação de Competência para o Licenciamento Ambiental entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	1.274	Federal	ANTAQ	04/02/2009	Aprova a Norma para Outorga de Autorização para Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros, Veículos e Cargas na Navegação Interior de Travessia.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	398	Federal	CONAMA	12/06/2008	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Lei	9.432	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Resolução	1	Federal	CONAMA	02/04/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério do Interior	19/06/1980	Estabelece os padrões, critérios e diretrizes quanto a emissão de sons e ruídos decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propagandas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	59	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	29/11/2010	Estabelece normas para a regularização ambiental de instalação portuária utilizada como atividade de apoio.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Atualização	Portaria	124	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/08/1980	Dispõe sobre a localização de indústrias potencialmente poluidoras, bem como as construções ou estruturas que armazenam substâncias capazes de causar poluição hídrica, devem ficar localizadas a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros das coleções hídricas ou cursos d'água mais próximos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	PBA	Lei	1.514	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	08/12/2003	Dá nova redação ao Código de Posturas do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	PBA							

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	2.475	Estadual	Governo do Estado	13/09/2010	Dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açaí, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria	618	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2007	Cria o Selo de Responsabilidade Social denominado "Parceiros da Juventude", que poderá ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuarem em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, qualificação, preparação e inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei Complementar	18	Estadual	Governo do Estado	27/01/1994	Institui o Programa Especial de Mineração do Estado do Pará, estabelece normas para a utilização da participação do resultado da Exploração dos Minerais do Estado e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	6.803	Federal	Congresso Nacional	02/07/1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	14/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	02/01/2014	Dispõe sobre a criação da Declaração Ambiental e sobre do Relatório Ambiental Anual, como atos autorizativos e instrumentos simplificados de controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açaí, realizados em florestas nativas de várzeas por populações agroextrativistas no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Decreto	8.077	Federal	Congresso Nacional	15/08/2013	Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Resolução	469	Federal	Conselho Nacional de Trânsito	20/12/2013	Altera dispositivos e os Anexos da Resolução CONTRAN no 402, de 26 de abril de 2012, com redação dada pelas Deliberações no 104 de 24 de dezembro de 2010 e no 132 de 20 de dezembro de 2012, que estabelecem requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Resolução	3.066	Federal	ANTAQ	20/09/2013	Aprova a proposta de norma que dispõe sobre a autorização para a construção, exploração e ampliação de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo, a fim de submetê-la à audiência pública.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	27/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Resolução	39	Federal	ANVISA	15/08/2013	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	7.603	Federal	Presidência	10/11/2011	Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do art. 2o da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Resolução	107	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	12/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Resolução	313	Federal	CONAMA	22/11/2002	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Resolução	1	Federal	CONAMA	02/04/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério do Interior	19/06/1980	Estabelece os padrões, critérios e diretrizes quanto a emissão de sons e ruídos decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propagandas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Resolução	417	Federal	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	27/03//1998	Dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei no 5.194, de 1966.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	6.272	Estadual	Governo do Estado	11/09/1989	Define a Política de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria Interministerial	292	Federal	Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde e Ministério do Interior	02/05/1989	Determina que as empresas que se dedicam à indústria e comércio de preservativos e preservação de madeiras são obrigadas ao registro junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei	6.803	Federal	Congresso Nacional	03/07/1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Resolução	411	Federal	CONAMA	08/05/2009	Dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Instrução Normativa	58	Federal	IBAMA	20/12/2004	Determina que as indústrias madeireiras, serrarias e laminadoras, instaladas no Estado do Pará, ficam obrigadas a protocolar junto ao IBAMA, Declaração de Estoque de madeiras em toras ou serradas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto	2.490	Estadual	Governo do Estado	10/10/2006	Aprova o Regulamento da Lei no 6.913, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às indústrias em geral.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Resolução	382	Federal	CONAMA	02/01/2007	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Decreto	8.141	Federal	Congresso Nacional	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Instrução Normativa (Alterada pela Instrução Normativa 21/2013)	187	Federal	IBAMA	11/09/2008	Definir procedimentos e padrões de nomenclatura e coeficientes para indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, inclusive carvão vegetal.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Resolução	79	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	06/07/2009	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Decreto-lei	1.413	Federal	Presidência	14/08/1975	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Portaria	124	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/08/1980	Dispõe sobre a localização de indústrias potencialmente poluidoras, bem como as construções ou estruturas que armazenam substâncias capazes de causar poluição hídrica, devem ficar localizadas a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros das coleções hídricas ou cursos d'água mais próximos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Atualização	Lei Complementar	17	Estadual	Assembleia Legislativa	27/01/1994	Regulamenta o § 3o do art. 244 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a instalação, ampliação e operacionalização das indústrias de pesca pelo sistema de arrasto e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Decreto	62.934	Federal	Presidência	02/07/1968	Aprova o Regulamento do Código de Mineração.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Decreto	6.403	Federal	Presidência	18/03/2008	Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Decreto-Lei	227	Federal	Presidência	28/02/1967	Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Nova	Portaria	526	Federal	Departamento Nacional de Produção Mineral	11/12/2013	Estabelece a periodicidade de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM), conforme art. 8o, 11 e 12 da Lei no 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e art. 8o da Portaria no 416, de 3 de setembro de 2012.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	27/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Lei	6.567	Federal	Presidência	26/09/1978	Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	30/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	NBR	9.935	Federal	ABNT	03/01/2011	Agregados – Terminologia.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Parecer	114	Federal	Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC) do IBAMA	23/11/2009	Faz análise técnica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental, o principal instrumento para a identificação, avaliação e indicação das mitigações e compensações dos impactos ambientais ocasionados por empreendimentos de grande porte.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	222	Federal	Ministério de Minas e Energia	23/06/2008	Institui o Plano Nacional de Agregados Minerais para Construção Civil - PNACC, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	618	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2007	Cria o Selo de Responsabilidade Social denominado "Parceiros da Juventude", que poderá ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuarem em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, qualificação, preparação e inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei	6.040	Federal	Congresso Nacional	08/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	59	Federal	Departamento Nacional de Produção Mineral	26/02/1992	Regulamenta a extração de areia em cursos d'água que houverem sido beneficiados por obras realizadas pela Secretaria do Desenvolvimento Regional - SDR	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	178	Federal	Departamento Nacional de Produção Mineral	13/04/2004	Estabelece o procedimento para outorga e transformação do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei	6.376	Estadual	Assembleia Legislativa	13/07/2001	Dispõe sobre a Política Minerária do Estado do Pará, cria o Conselho Consultivo da Política Minerária do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Instrução Normativa	12	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	26/09/2011	Regulamenta o Licenciamento Ambiental do Transporte de Minério no Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	199	Federal	Departamento Nacional de Produção Mineral	17/07/2006	Estabelece a forma e os documentos necessários para concessão de anuência prévia e averbação de contratos de cessão e transferência de direitos minerários.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	237	Federal	Departamento Nacional de Produção Mineral	19/10/2001	Aprova as Normas Reguladoras de Mineração - NRM, de que trata o art. 97 do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Decreto-lei	1.985	Federal	Presidência	31/12/1940	Código de Minas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Resolução	107	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	12/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Resolução	1	Federal	CONAMA	02/04/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério do Interior	19/06/1980	Estabelece os padrões, critérios e diretrizes quanto a emissão de sons e ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propagandas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Resolução	1	Estadual	Conselho Estadual do Meio Ambiente	27/11/1992	Dispõe sobre procedimentos referentes à concessão de licença ambiental, para permissão de lavra garimpeira	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Resolução	417	Federal	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	27/03//1998	Dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei no 5.194, de 1966.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Decreto	6.272	Estadual	Governo do Estado	11/09/1989	Define a Política de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	144	Federal	Departamento Nacional de Produção Mineral	07/05/2007	Dispõe sobre a regulamentação do § 2º do art. 22 do Código de Mineração, que trata da extração de substâncias minerais antes da outorga de concessão de lavra.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Portaria	266	Federal	Departamento Nacional de Produção Mineral	11/07/2008	Dispõe sobre o processo de registro de licença e altera as Normas Reguladoras de Mineração aprovadas pela Portaria no 237, de 18 de outubro de 2001.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Atualização	Resolução	79	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	06/07/2009	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	430	Federal	CONAMA	16/05/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	PBA	Lei	10.172	Federal	Congresso Nacional	09/01/2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Altamira	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	7.492	Federal	Presidência	03/06/2011	Institui o Plano Brasil Sem Miséria.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	12.594	Federal	Congresso Nacional	19/01/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	98	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	30/07/2009	Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Instrução Normativa	54	Federal	INCRA	03/01/2007	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	618	Federal	Ministério do Trabalho e Emprego	14/12/2007	Cria o Selo de Responsabilidade Social denominado "Parceiros da Juventude", que poderá ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuarem em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, qualificação, preparação e inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	22/06/2011	Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de Biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	9.795	Federal	Congresso Nacional	28/04/1999	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	5.199	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/1984	Dispõe sobre o Sistema de Saúde de Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	9.394	Federal	Congresso Nacional	23/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	3.948	Estadual	Governo do Estado	10/10/1985	Regulamenta a Lei no 5.199, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	7.853	Federal	Congresso Nacional	25/10/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	3.298	Federal	Presidência	21/12/1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Portaria	1.139	Federal	Ministério da Saúde	12/06/2013	Define, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as responsabilidades das esferas de gestão e estabelece as Diretrizes Nacionais para Planejamento, Execução e Avaliação das Ações de Vigilância e Assistência à Saúde em Eventos de Massa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Lei	12.933	Federal	Congresso Nacional	27/12/2013	Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	8.842	Federal	Congresso Nacional	05/01/1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	10.098	Federal	Congresso Nacional	20/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	476	Federal	Ministério do Emprego e do Trabalho - Conselho Curador do Fundo de Garantia do tempo de Serviço	03/05/2005	Aprova o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.296	Federal	Presidência	03/12/2004	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	192	Federal	FUNASA	04/02/2013	Institui Processo Seletivo para repasses de recursos para ações de saneamento básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	3.871	Federal	ANTT	07/08/2012	Estabelece procedimentos a serem observados pelas empresas transportadoras, para assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na utilização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e, dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria Interministerial	423	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes	28/10/2011	Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis para a regularização ambiental das rodovias federais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	5	Federal	Conselho Nacional de Educação	25/06/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	63	Federal	ANVISA	28/11/2011	Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	420	Federal	Ministério do Meio Ambiente	28/10/2011	Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - na regularização e no licenciamento ambiental das rodovias federais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	2	Federal	Conselho Nacional de Educação	18/06/2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	75	Federal	Conselhos da Cidade	05/07/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	11.340	Federal	Congresso Nacional	08/08/2006	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução Recomendada	107	Federal	Conselhos da Cidade	13/07/2011	Recomenda a inclusão do saneamento básico no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, como um Macrodesafio Estratégico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	54	Estadual	Governo do Estado	30/03/2011	Institui o Programa de Municípios Verdes - PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria Interministerial	1.053	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	17/07/2006	Cria a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo - CNVC -, com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragem.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Governo do Estado	31/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	63	Federal	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável	13/07/2007	Aprova Recomendações e Proposição sobre o Programa Nacional de Educação do Campo.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria Normativa Interministerial	2	Federal	Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário	03/11/2007	Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura - MinC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para o estabelecimento de ações conjuntas que contribuam para a inserção da cultura nos processos de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, promovendo a afirmação e o reconhecimento das identidades culturais dos territórios e o seu potencial criativo e produtivo, no âmbito do Programa Mais Cultura.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	488	Federal	ANEEL	23/05/2012	Estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural, considerando a instituição do Programa Luz para Todos para o período 2011 a 2014; revoga os parágs. 4º e 5º do art. 14 da Resolução ANEEL 223 de 29.04.2003; revoga os parágs. 4º e 5º do art. 9º da Resolução Normativa ANEEL 229 de 08.08.2006; bem como altera a alínea "a" do Anexo II da Resolução Normativa ANEEL 472 de 24.01.2012.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	14/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	349	Federal	CONAMA	17/08/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	9.432	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto-lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	8.069	Federal	Congresso Nacional	16/07/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	8.313	Federal	Congresso Nacional	24/12/1991	Restabelece princípios da Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	7.505	Federal	Congresso Nacional	03/07/1986	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	7.505	Federal	Congresso Nacional	03/07/1986	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	12.587	Federal	Presidência	04/01/2012	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	7.535	Federal	Presidência	27/07/2011	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2004	Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, os procedimentos relativos ao enquadramento prévio e habilitação das operações de crédito para a execução de ações de drenagem urbana e saneamento integrado a que se refere a Resolução no 3.173, de 19/02/2004, do Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	560	Federal	FUNASA	06/07/2012	Institui o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - DESAM, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Instrução Normativa	218	Federal	Ministério das Cidades	11/05/2006	Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução Recomendada	107	Federal	Ministério das Cidades	13/07/2011	Recomenda a inclusão do saneamento básico no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, como um Macrodesafio Estratégico.	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	5.318	Federal	Congresso Nacional	27/09/1967	Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	4.281	Federal	Presidência	26/06/2002	Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	99.710	Federal	Presidência	22/11/1990	Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Norma de Execução	54	Federal	INCRA	29/12/2006	Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento.	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	377	Federal	CONAMA	10/10/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	375	Federal	CONAMA	30/08/2006	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	6.144	Federal	Presidência	04/07/2007	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, instituído pelos arts. 1o a 5o da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007.	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	12.305	Federal	Assembleia Legislativa	03/08/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	7.404	Federal	Presidência	23/12/2010	Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atendida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Moção	55	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	01/02/2011	Recomenda a manutenção do Programa de Pesquisas em Saneamento Básico - PROSAB, como uma ação permanente de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e inovação.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	1.541	Federal	FUNASA	14/01/2008	Estabelece critérios de priorização de obras de saneamento em áreas indígenas e manutenção das obras implantadas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	5	Federal	CONAMA	16/11/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de saneamento básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	63	Federal	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável	13/07/2007	Aprova Recomendações e Proposição sobre o Programa Nacional de Educação do Campo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	27/07/1961	Dispõe sobre os monumentos Arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.904	Federal	Presidência	22/09/2006	Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	11.126	Federal	Congresso Nacional	28/06/2005	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia..	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	591	Federal	Presidência	07/07/1992	Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.761	Federal	Presidência	28/04/2006	Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	2.612	Estadual	Governo do Estado	07/12/2006	Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu nos Municípios de São Félix do Xingu e Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	5	Federal	Conselho Nacional de Educação	25/06/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Portaria	68	Federal	Ministério do Meio Ambiente	04/03/2005	Aprova o Regimento Interno da Comissão Intersecretorial de Educação Ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	7.943	Federal	Presidência	06/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Moção	61	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	14/08/2012	Recomenda promoção de ações de ciência e tecnologia para melhoria de técnicas de monitoramento e de tratamento de água de abastecimento e de efluentes, visando a remoção de micropoluentes emergentes e eliminação de micro-organismos patogênicos emergentes.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	430	Federal	CONAMA	16/05/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	6.437	Federal	Congresso Nacional	24/08/1997	Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	9.782	Federal	Congresso Nacional	27/01/1999	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Resolução	79	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	06/07/2009	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	6.481	Federal	Presidência	13/06/2008	Regulamenta os artigos 3o, alínea "d", e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	4.876	Federal	Presidência	13/11/2003	Dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos Projetos Inovadores de Cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	7.651	Estadual	Assembleia Legislativa	05/09/2012	Institui a política estadual de proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	11.904	Federal	Congresso Nacional	15/01/2009	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	16/05/2008	Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	87.497	Federal	Presidência	19/08/1982	Regulamenta a Lei no 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2o grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Lei	11.788	Federal	Congresso Nacional	26/09/2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto-lei	719	Federal	Presidência	31/07/1969	Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Lei	8.172	Federal	Congresso Nacional	22/01/1991	Restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Atualização	Decreto	3.956	Federal	Presidência	09/10/2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.	
Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	22/07/2013	Altera os subitens 3.1.1 e 3.1.2 do anexo I da Instrução Normativa no 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Instrução Normativa (Alterada pela Instrução Normativa nº 16/2013)	41	Federal	Ministério das Cidades	25/10/2012	Regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	27/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Estatuto da Cidade)	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Nova	Resolução	469	Federal	Conselho Nacional de Trânsito	20/12/2013	Altera dispositivos e os Anexos da Resolução CONTRAN no 402, de 26 de abril de 2012, com redação dada pelas Deliberações no 104 de 24 de dezembro de 2010 e no 132 de 20 de dezembro de 2012, que estabelecem requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Nova	Portaria	311	Federal	Ministério do Turismo	04/12/2013	Institui a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Nova	Resolução	3.066	Federal	ANTAQ	20/09/2013	Aprova a proposta de norma que dispõe sobre a autorização para a construção, exploração e ampliação de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo, a fim de submetê-la à audiência pública.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	17/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	PBA	Resolução	274	Federal	CONAMA	29/11/2000	Dispõe sobre as condições de balneabilidade.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	PBA	Resolução	302	Federal	CONAMA	20/03/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	6.513	Federal	Congresso Nacional	20/12/1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	7.492	Federal	Presidência	03/06/2011	Institui o Plano Brasil Sem Miséria.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	7.994	Federal	Presidência	25/04/2013	Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013-2016	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	174	Estadual	Governo do Estado	18/05/2007	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	54	Estadual	Governo do Estado	30/03/2011	Institui o Programa de Municípios Verdes - PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Resolução Recomendada	75	Federal	Conselhos da Cidade	05/10/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Governo do Estado	31/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	6.987	Estadual	Assembleia Legislativa	03/07/2007	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	86.176	Federal	Presidência	07/07/1981	Regulamenta a Lei no 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	11.771	Federal	Congresso Nacional	18/09/2008	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto-lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	27/07/1961	Dispõe sobre os monumentos Arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	6.945	Estadual	Assembleia Legislativa	16/03/2007	Dispõe sobre a sinalização de locais de interesse ecológico e turístico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	S/N	Federal	Presidência	18/02/2005	Cria o Parque Nacional da Serra do Pardo, localizado nos Municípios de Altamira e São Félix do Xingu, Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Resolução	30	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	14/06/2005	Cria a área especial para pesca esportiva denominada "SÍTIO PESQUEIRO TURÍSTICO ESTADUAL VOLTA GRANDE DO XINGU".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura	14/06/2012	Estabelece Normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	15/06/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira nas categorias de Pescador Amador, Organizador de Competição de Pesca Amadora e de Embarcações utilizadas na pesca amadora, no âmbito do MPA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Portaria Interministerial	282	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes	17/09/2008	Dispõe sobre a criação de estradas sobre de parques.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Decreto	3.553	Estadual	Governo do Estado	06/07/1999	Institui o Programa de Gestão Ambiental da Pesca Esportiva - PEGAPE, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Resolução	1	Federal	CONAMA	02/04/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério do Interior	19/06/1980	Estabelece os padrões, critérios e diretrizes quanto a emissão de sons e ruídos decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propagandas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Decreto	946	Federal	Presidência	01/10/1993	Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	25/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Decreto	86.176	Federal	Presidência	07/07/1981	Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Decreto	2.483	Federal	Presidência	02/02/1998	Cria a Floresta Nacional de Altamira, no Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Decreto	24.643	Federal	Presidência	10/07/1934	Decreta o Código de Águas e realça a importância da navegação nas águas públicas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	8.623	Federal	Congresso Nacional	28/01/1993	Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	6.513	Federal	Congresso Nacional	20/12/1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	11.284	Federal	Congresso Nacional	03/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	30/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos entre outras medidas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	Lei	9.795	Federal	Congresso Nacional	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	PBA	NORMAM	3	Federal	Marinha do Brasil	26/04/2004	Estabelecer normas e procedimentos sobre o emprego das embarcações de esporte e/ou recreio e atividades correlatas NÃO COMERCIAIS visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção contra a poluição do meio ambiente marinho por tais embarcações.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	7.492	Federal	Presidência	03/06/2011	Institui o Plano Brasil Sem Miséria.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	7.994	Federal	Presidência	25/04/2013	Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013-2016	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	11.904	Federal	Congresso Nacional	15/01/2009	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	341	Federal	INMETRO	26/09/2008	Aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Sistema de Gestão da Segurança em Turismo de Aventura.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	12.591	Federal	Congresso Nacional	19/01/2012	Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	7.243	Estadual	Assembleia Legislativa	20/01/2009	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	174	Estadual	Governo do Estado	18/05/2007	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	54	Estadual	Governo do Estado	30/03/2011	Institui o Programa de Municípios Verdes - PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Resolução Recomendada	75	Federal	Conselhos da Cidade	05/10/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	6.013	Estadual	Assembleia Legislativa	30/12/1996	Disciplina as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	857	Estadual	Governo do Estado	30/01/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Governo do Estado	31/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	6.987	Estadual	Assembleia Legislativa	03/07/2007	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	7.603	Federal	Presidência	10/11/2011	Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do art. 2o da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	11.771	Federal	Congresso Nacional	18/09/2008	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto-lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	4.281	Federal	Presidência	26/06/2002	Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	27/07/1961	Dispõe sobre os monumentos Arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	5.864	Federal	Presidência	02/08/2006	Promulga o Acordo de Cooperação no Campo do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, celebrado em Brasília, em 25 de junho de 2000.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	6.945	Estadual	Assembleia Legislativa	16/03/2007	Dispõe sobre a sinalização de locais de interesse ecológico e turístico e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	399	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	14/07/1999	Institui o Núcleo de Gerência do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado do Pará - NGP/PROECOTUR/PA, de acordo com o disposto na Portaria no 242, de 1999, do Ministério do Meio Ambiente, publicada no Diário Oficial da União de 01.07.99.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	376	Estadual	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	30/06/1999	Constituí a Secretaria Executiva do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo no Estado do Pará - PROECOTUR/PA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	4.091	Estadual	Governo do Estado	08/06/2000	Dispõe sobre a criação, no Estado do Pará, do Núcleo de Gerência do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - NGP/PARA e o Grupo de Assessoramento - GTC/PARÁ.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	376	Federal	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Esporte e Turismo e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	03/08/2001	Institui o Comitê Interinstitucional, com o objetivo de promover a integração institucional recíproca dos órgãos e entidades do Governo Federal, responsáveis por atividades compatíveis e complementares àquelas implementadas pelo Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	44	Federal	IBAMA	08/04/2002	Cria, no âmbito do IBAMA, o Núcleo de Gerência do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - NGP/IBAMA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	S/N	Federal	Presidência	18/02/2005	Cria o Parque Nacional da Serra do Pardo, localizado nos Municípios de Altamira e São Félix do Xingu, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Resolução	30	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente	14/06/2005	Cria a área especial para pesca esportiva denominada "SÍTIO PESQUEIRO TURÍSTICO ESTADUAL VOLTA GRANDE DO XINGU".	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria Interministerial	187	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo	13/06/2006	Instituir Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de promover o turismo nos Parques Nacionais, como ferramenta para a conservação da biodiversidade e elemento dinamizador do desenvolvimento local.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	1.221	Estadual	Governo do Estado	27/08/2008	Institui o Comitê de Normas e Vistorias Turísticas do Estado do Pará.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria Interministerial	281	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo	17/09/2008	Institui o Grupo de Trabalho de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Instrução Normativa	8	Federal	ICMBIO	19/09/2008	Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Instrução Normativa	100	Federal	IBAMA	06/06/2006	Dispõe sobre o turismo espeleológico.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	57	Federal	IBAMA	06/06/1997	Institui o "Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV"	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura	14/06/2012	Estabelece Normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	15/06/2012	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira nas categorias de Pescador Amador, Organizador de Competição de Pesca Amadora e de Embarcações utilizadas na pesca amadora, no âmbito do MPA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	11.959	Federal	Congresso Nacional	30/06/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria Interministerial	282	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes	17/09/2008	Dispõe sobre a criação de estradas sobre de parques.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	3.553	Estadual	Governo do Estado	06/07/1999	Institui o Programa de Gestão Ambiental da Pesca Esportiva - PEGAPE, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	29	Federal	ICMBIO	10/09/2012	Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Resolução	1	Federal	CONAMA	02/04/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério do Interior	19/06/1980	Estabelece os padrões, critérios e diretrizes quanto a emissão de sons e ruídos decorréncia de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propagandas.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Nova	Decreto	8.124	Federal	Presidência	18/10/2013	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Nova	Resolução	469	Federal	Conselho Nacional de Trânsito	20/12/2013	Altera dispositivos e os Anexos da Resolução CONTRAN no 402, de 26 de abril de 2012, com redação dada pelas Deliberações no 104 de 24 de dezembro de 2010 e no 132 de 20 de dezembro de 2012, que estabelecem requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Nova	Portaria	311	Federal	Ministério do Turismo	04/12/2013	Institui a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Nova	Resolução	3.066	Federal	ANTAQ	20/09/2013	Aprova a proposta de norma que dispõe sobre a autorização para a construção, exploração e ampliação de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo, a fim de submetê-la à audiência pública.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural		Nova	Portaria	1	Federal	SPU	03.01.2014	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A AUTORIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO MEDIANTE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO, E FIXA PARÂMETROS PARA O CÁLCULO DO VALOR DE OUTORGA ONEROSA E CRITÉRIOS PARA CONTROLE DO USO.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana		Nova	Portaria	1	Federal	SPU	03.01.2014	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A AUTORIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO MEDIANTE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO, E FIXA PARÂMETROS PARA O CÁLCULO DO VALOR DE OUTORGA ONEROSA E CRITÉRIOS PARA CONTROLE DO USO.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Nova	Resolução	3.259	Federal	ANTAQ	30.01.2014	APROVA A NORMA QUE DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O PROCEDIMENTO SANACIONADOR EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA ANTAQ.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais		Nova	Instrução Normativa	1	Federal	CEPLAC	28.03.2014	INSTITUI AS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PREVISÃO DE SAFRA DE CACAU EM AMÊNDOAS NO BRASIL (PSC) NO ÂMBITO DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural		Nova	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	05.05.2014	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A INTEGRAÇÃO, EXECUÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL-SICAR E DEFINE OS PROCEDIMENTOS GERAIS DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL-CAR.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana		Nova	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	05.05.2014	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A INTEGRAÇÃO, EXECUÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL-SICAR E DEFINE OS PROCEDIMENTOS GERAIS DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL-CAR.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais		Nova	Instrução Normativa	17	Federal	MAPA	31.07.2014	DEFINIR PARA O ANO-SAFRA 2014-2015 DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - PNCRC/VEGETAL AS CULTURAS AGRÍCOLAS QUE SERÃO MONITORADAS; O ESCOPO MÍNIMO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS; OS LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS (LMR) DE AGROTÓXICOS POR CULTURA; E O ESCOPO MÍNIMO DE CONTAMINANTES QUE DEVEM SER MONITORADOS POR CULTURA AGRÍCOLA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer		Nova	Instrução Normativa	18	Federal	MPA	25.08.2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES REGISTRADAS E AUTORIZADAS NO ÂMBITO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural		Nova	Decreto	8.235	Federal		05.05.2014	Procedimentos necessários para inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR, definido pela Lei nº 12.651, de 25.05.2012, como registro público eletrônico nacional, instituído com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana		Nova	Decreto	8.235	Federal		05.05.2014	Procedimentos necessários para inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR, definido pela Lei nº 12.651, de 25.05.2012, como registro público eletrônico nacional, instituído com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais		Nova	Lei	12.890	Federal		10.12.2013	ALTERA A LEI NO 6.894, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980, PARA INCLUIR OS REMINERALIZADORES COMO UMA CATEGORIA DE INSUMO DESTINADO À AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13.01.2014	ESTABELECE DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, FLUXOS E COMPETÊNCIA PARA OBTENÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO (LAPM) E DO ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS) DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCO OU ENDÊMICA PARA MALÁRIA.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Portaria	51	Federal	INMETRO	28.01.2014	APROVA OS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais		Nova	Instrução Normativa	2	Federal	MAPA	06.02.2014	ESTABELECE AS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELO PRODUTOR, IMPORTADOR, COMERCIANTE OU DETENTOR DE PLANTAS E PARTES DE PLANTAS DE ESPÉCIES DO GÊNERO VITIS, PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA PRAGA XANTHOMONAS CAMPESTRIS PV. VITICOLA, AGENTE ETIOLÓGICO DO CANCRO BACTERIANO DA VIDEIRA.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Nova	Instrução Normativa	5	Federal	MAPA	14.03.2014	ESTABELECE A ESTRATÉGIA DE VAZIO SANITÁRIO COMO FERRAMENTA DE DEFESA PARA O CONTROLE DE PRAGAS NÃO QUARENTENÁRIAS DE INTERESSE ECONÔMICO NO BRASIL COMO PARTE DA POLÍTICA FITOSSANITÁRIA NACIONAL.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Instrução Normativa	5	Federal	MAPA	14.03.2014	ESTABELECE A ESTRATÉGIA DE VAZIO SANITÁRIO COMO FERRAMENTA DE DEFESA PARA O CONTROLE DE PRAGAS NÃO QUARENTENÁRIAS DE INTERESSE ECONÔMICO NO BRASIL COMO PARTE DA POLÍTICA FITOSSANITÁRIA NACIONAL.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Instrução Normativa	5	Federal	MAPA	14.03.2014	ESTABELECE A ESTRATÉGIA DE VAZIO SANITÁRIO COMO FERRAMENTA DE DEFESA PARA O CONTROLE DE PRAGAS NÃO QUARENTENÁRIAS DE INTERESSE ECONÔMICO NO BRASIL COMO PARTE DA POLÍTICA FITOSSANITÁRIA NACIONAL.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Nova	Instrução Normativa	5	Federal	MAPA	14.03.2014	ESTABELECE A ESTRATÉGIA DE VAZIO SANITÁRIO COMO FERRAMENTA DE DEFESA PARA O CONTROLE DE PRAGAS NÃO QUARENTENÁRIAS DE INTERESSE ECONÔMICO NO BRASIL COMO PARTE DA POLÍTICA FITOSSANITÁRIA NACIONAL.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Nova	Instrução Normativa	5	Federal	MAPA	14.03.2014	ESTABELECE A ESTRATÉGIA DE VAZIO SANITÁRIO COMO FERRAMENTA DE DEFESA PARA O CONTROLE DE PRAGAS NÃO QUARENTENÁRIAS DE INTERESSE ECONÔMICO NO BRASIL COMO PARTE DA POLÍTICA FITOSSANITÁRIA NACIONAL.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição de Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Decreto	8.211	Federal		21.03.2014	ALTERA O DECRETO Nº 7.217, DE 21-06-2010, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 11.445, DE 05-01-2007, QUE ESTABELECE DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais		Nova	Resolução	12	Federal	ANVISA	24.03.2014	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTO PARA A NOTIFICAÇÃO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANVISA, DE ALTERAÇÕES DE NATUREZA TÉCNICA NO REGISTRO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais		Nova	Orientação Técnica	9	Federal	CGEN	17.09.2013	ESCLARECE QUE O USO DE PARASITAS, PRAGAS E VETORES DE DOENÇAS PARA AS ATIVIDADES DESCRITAS NÃO CONFIGURA ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO NO ÂMBITO DA MP Nº 2.18616/2001.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer		Nova	Resolução	75	Federal	CAU	10.04.2014	DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA REFERENTE A PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ARQUITETURA E URBANISMO, EM DOCUMENTOS, PLACAS, PEÇAS PUBLICITÁRIAS E OUTROS ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais		Nova	Resolução	75	Federal	CAU	10.04.2014	DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA REFERENTE A PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ARQUITETURA E URBANISMO, EM DOCUMENTOS, PLACAS, PEÇAS PUBLICITÁRIAS E OUTROS ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais		Nova	Instrução Normativa Conjunta	1	Federal	MAPA - IBAMA - ANVISA	16.06.2014	ESTABELECE AS DIRETRIZES E EXIGÊNCIAS PARA O REGISTRO DOS AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS PARA CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE, BEM COMO O LIMITE MÁXIMO DE RESÍDUOS PERMITIDO.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Nova	Lei	180	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	05/11/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Brasil Novo	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Nova	Lei	180	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	05/11/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Brasil Novo	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Plano Gerenciamento de Resíduos		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	04/07/1905	Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do município de Brasil Novo.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Plano Gerenciamento de Resíduos		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	04/07/1905	Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do município de Brasil Novo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Plano Gerenciamento de Resíduos		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	04/07/1905	Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do município de Brasil Novo.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Lei	6	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	10/05/1993	Institui normas sobre a polícia administrativa no município de Brasil Novo, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Nova	Lei	199	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/03/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Anapu e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Nova	Lei	199	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/03/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Anapu e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Nova	Lei	223	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	03/06/2014	Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, instrumento da política municipal de resíduos sólidos, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Nova	Lei	223	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	03/06/2014	Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, instrumento da política municipal de resíduos sólidos, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Nova	Lei	223	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	03/06/2014	Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, instrumento da política municipal de resíduos sólidos, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana		Nova	Lei	226	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	22/09/2014	Dispõe sobre a Expansão da Área Urbana do Município de Anapu e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas		Nova	Lei	226	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	22/09/2014	Dispõe sobre a Expansão da Área Urbana do Município de Anapu e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social		Nova	Lei	226	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	22/09/2014	Dispõe sobre a Expansão da Área Urbana do Município de Anapu e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer		Nova	Lei	226	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	22/09/2014	Dispõe sobre a Expansão da Área Urbana do Município de Anapu e dá outras providências	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais		Nova	Lei	226	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	22/09/2014	Dispõe sobre a Expansão da Área Urbana do Município de Anapu e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana		Nova	Lei	165A	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	27/03/2009	Dispõe sobre a delimitação da área urbana, da divisão urbana em bairros e a denominação das vias e logradouros públicos da cidade de Vitória do Xingu - Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas		Nova	Lei	165A	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	27/03/2009	Dispõe sobre a delimitação da área urbana, da divisão urbana em bairros e a denominação das vias e logradouros públicos da cidade de Vitória do Xingu - Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social		Nova	Lei	165A	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	27/03/2009	Dispõe sobre a delimitação da área urbana, da divisão urbana em bairros e a denominação das vias e logradouros públicos da cidade de Vitória do Xingu - Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer		Nova	Lei	165A	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	27/03/2009	Dispõe sobre a delimitação da área urbana, da divisão urbana em bairros e a denominação das vias e logradouros públicos da cidade de Vitória do Xingu - Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais		Nova	Lei	165A	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	27/03/2009	Dispõe sobre a delimitação da área urbana, da divisão urbana em bairros e a denominação das vias e logradouros públicos da cidade de Vitória do Xingu - Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Estudo para elaboração de Plano Diretor	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Plano Diretor Municipal de Vitória do Xingu.	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas Macrozonas Urbanas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	28/04/2000	Dispõe sobre a criação do Código Sanitário do município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Plano Diretor	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Código de Posturas	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Resolução	465	Federal	CONAMA	08/12/2014	Dispõe sobre os requisitos e critérios técnicos mínimos necessários para o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Decreto	4.377	Federal	Presidência	16/09/2002	Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Nova	Decreto	4.377	Federal	Presidência	16/09/2002	Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Decreto	7.508	Federal	Presidência	29/06/2011	Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Decreto-Lei	1.876	Federal	Presidência	16/07/1981	Dispensa do pagamento de foros e laudêmos os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Decreto-Lei	271	Federal	Presidência	28/02/1967	Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Decreto-Lei	9.760	Federal	Presidência	06/09/1946	Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Decreto-Lei	9.514	Federal	Presidência	24/01/1997	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Nova	Decreto	8.375	Federal	Poder Executivo	12/12/2014	Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Atendimento à População Atingida	Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Nova	Decreto	8.375	Federal	Poder Executivo	12/12/2014	Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto	713	Estadual	Assembleia Legislativa	02/04/2013	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual no 7.649, de 24 de julho de 2012.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Assembleia Legislativa	08/06/2011	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	5.629	Estadual	Assembleia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei	5.793	Estadual	Assembleia Legislativa	04/01/1994	Define a política Minerária e hídrica do Estado do Pará, seus objetivos, diretrizes; instrumentos e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	5.877	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao direito a informação.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	1.516	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Define o Perímetro da Zona Urbana do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	1.517	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na zona urbana de Altamira, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	1.518	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	08/06/2011	Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	2.269	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2011	Dispõe sobre as descrições de limites do perímetro urbano do Município de Altamira.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei	2.270	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2011	Delimita as áreas que compõem os Bairros de Altamira, altera denominações e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Altamira. Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Resolução	476	Federal	CCFGTS	03/06/2005	Aprova o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Resolução	302	Federal	CONAMA	03/05/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Complementa a Resolução CONAMA no 303/02	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Resolução	303	Federal	CONAMA	13/05/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Resolução	307	Federal	CONAMA	17/07/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Resolução	348	Federal	CONAMA	17/08/2004	Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Resolução	369	Federal	CONAMA	29/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.424, de 2011 e nº 12.608, de 2012)	6.766	Federal	Congresso Nacional	19/12/1979	Dispõe sobre parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei	10.683	Federal	Congresso Nacional	29/05/2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei	12.424	Federal	Congresso Nacional	17/06/2011	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	constitui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Portaria	4	Federal	IBAMA	20/04/2012	Autorizar o Centro Especializado em Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo - a contratar Brigadas temporárias com a estrutura de 01 (um) Brigadista Chefe de Brigada, 04 (quatro) Brigadistas Chefe de Esquadrão e 24 (vinte e quatro) Brigadistas para prevenção e combate aos incêndios florestais nos seguintes municípios: Itacarambi no Estado de Minas Gerais; Brasnorte, Cáceres, Cocalinho, Comodoro, Confresa, Cotriguaçu, Nova Ubiratã e São Félix do Araguaia, no Estado de Mato Grosso; Corumbá e Porto Murtinho no Estado do Mato Grosso do Sul; Altamira, Moju, Paragominas, São Geraldo do Araguaia, Tailândia, Itaituba, e Novo Progresso, no Estado do Pará; Machadinho d'Oeste e Nova Mamoré no estado de Rondônia; Amajari, Cantá, Iracema, Mucajá e Pacaraima no estado de Roraima e Goiatins no estado de Tocantins.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Nova	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Instrução Normativa	11	Federal	Ministério das Cidades	28/05/2012	Regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em operações de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Nova	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	22/07/2013	Altera os subitens 3.1.1 e 3.1.2 do anexo I da Instrução Normativa no 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto Legislativo	256	Federal	Presidência	Ano de 2012	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TELEVISÃO BELO MONTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Altamira, Estado do Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Medida Provisória	2.220	Federal	Presidência	05/09/2001	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Decreto-Lei	3.866	Federal	Presidência	31/12/1941	Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Decreto	5.790	Federal	Presidência	26/05/2006	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Nova	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei	6.513	Federal	Presidência	22/12/1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962 1; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei no 4.717, de 29 de junho de 1965 2; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto	7.340	Federal	Presidência	22/10/2010	Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, o seu Comitê Gestor e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto	7.499	Federal	Presidência	17/06/2011	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei	11.977	Federal	Presidência	07/07/2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Lei	12.424	Federal	Presidência	16/06/2011	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	PBA	Decreto	95.733	Federal	Presidência	18/02/1988	Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto	S/N	Federal	Presidência	05/06/2001	Dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto	S/N	Federal	Presidência	05/06/2008	Cria a Reserva Extrativista Rio Xingu, no Município de Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Decreto	S/N	Federal	Presidência	05/06/2012	Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Xipáya, localizada no Município de Altamira, Estado do Pará.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Atualização	Portaria	583	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	18/04/2011	Institui o Conselho da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, criada pelo Decreto no. 2.612, de 04 de dezembro de 2006.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Decreto	713	Estadual	Assembleia Legislativa	02/04/2013	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual no 7.649, de 24 de julho de 2012.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei	5.629	Estadual	Assembleia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei	5.877	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao direito a informação.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Altamira. Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Resolução	302	Federal	CONAMA	03/05/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Complementa a Resolução CONAMA no 303/02	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Resolução	303	Federal	CONAMA	13/05/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Resolução	369	Federal	CONAMA	29/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei	3.824	Federal	Congresso Nacional	24/11/1960	Torna obrigatória a destoca e conseqüente limpeza das bacias hidráulicas de açúdes, represas ou lagos artificiais.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei	6.902	Federal	Congresso Nacional	28/04/1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei	7.735	Federal	Congresso Nacional	23/02/1989	Estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei	9.985	Federal	Congresso Nacional	19/07/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Lei	10.683	Federal	Congresso Nacional	29/05/2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Resolução	17	Federal	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)	02/03/2012	Dispões sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	Resolve que os empreendimentos hidrelétricos dentro do território nacional deverão doravante de renovação da licença ambiental de operação devem prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Portaria	69	Federal	IPHAN	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	05/05/2009	Esta portaria regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Portaria	420	Federal	IPHAN	24/12/2010	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	1	Federal	MD - MPA	29/09/2010	Estabelece norma complementar para autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União, regulamentado pelo Decreto no 4.895/2003.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Nova	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Nova	Portaria	311	Federal	Ministério do Turismo	04/12/2013	Institui a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Medida Provisória	2.220	Federal	Presidência	05/09/2001	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Decreto	4.340	Federal	Presidência	23/08/2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Decreto	5.746	Federal	Presidência	06/04/2006	Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Decreto	5.790	Federal	Presidência	26/05/2006	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Nova	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Lei	6.513	Federal	Presidência	22/12/1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2o da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962 1; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei no 4.717, de 29 de junho de 1965 2; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Decreto	84.017	Federal	Presidência	21/09/1979	Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Decreto	95.733	Federal	Presidência	18/02/1988	Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	PBA	Decreto	99.274	Federal	Presidência	07/06/1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	DECRETO	S/N	Federal	Presidência	05/06/2001	Dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	10/05/2013	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades aquícolas no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo)	Atualização	Portaria	420	Federal	IPHAN	24/12/2010	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Lei Complementar	61	Estadual	Assembleia Legislativa	24/07/2007	Institui a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA - e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Decreto	713	Estadual	Assembleia Legislativa	02/04/2013	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual no 7.649, de 24 de julho de 2012.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Decreto	2.670	Estadual	Assembleia Legislativa	27/12/2010	Autoriza a permuta de áreas do "Projeto Trairão", quando incidentes em faixa considerada pela União como imemorialmente indígena.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Lei	5.629	Estadual	Assembleia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Lei	5.877	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao direito a informação.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Lei	1.512	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	25/06/1905	Plano Diretor Municipal de Altamira	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Altamira. Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Resolução	1	Estadual	CEPAF-PA	30/06/2011	Estabelece a tabela de Valor da Terra Nua (VTN) que deverá incidir nas regularizações onerosas de imóveis rurais integrantes do patrimônio fundiário do Estado do Pará, e dá outras providencias.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Resolução	6	Federal	CONAMA	16/09/1987	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Resolução	369	Federal	CONAMA	29/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.424, de 2011 e nº 12.608, de 2012)	6.766	Federal	Congresso Nacional	19/12/1979	Dispõe sobre parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Lei	12.424	Federal	Congresso Nacional	17/06/2011	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	nstitui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Resolução	17	Federal	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)	02/03/2012	Dispões sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providência	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	Resolve que os empreendimentos hidrelétricos dentro do território nacional deverão doravante de renovação da licença ambiental de operação devem prever a execução dep rojetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	05/05/2009	Esta portaria regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Portaria	187	Federal	IPHAN	11/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Nova	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Medida Provisória	2.220	Federal	Presidência	05/09/2001	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Decreto-Lei	3.365	Federal	Presidência	18/07/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Decreto	5.790	Federal	Presidência	26/05/2006	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Nova	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Lei	6.513	Federal	Presidência	22/12/1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962 1; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei no 4.717, de 29 de junho de 1965 2; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Lei	12.378	Federal	Presidência	31/12/2010	Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Decreto	84.017	Federal	Presidência	21/09/1979	Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	PBA	Decreto	95.733	Federal	Presidência	18/02/1988	Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Reassentamento (seleção de áreas, arquitetura e urbanismo);	Atualização	Decreto	S/N	Federal	Presidência	05/06/2001	Dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	7.362	Federal	ABNT	29/07/2005	Tube de PVC rígido com junta elástica, coletor de esgoto.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	7.367	Federal	ABNT	30/12/1988	Projeto e assentamento de tubulações de PVC rígido.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	9.648	Federal	ABNT	30/11/1986	Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	9.649	Federal	ABNT	30/11/1986	Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.208	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estações elevatórias de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	13.896	Federal	ABNT	30/06/1997	Estabelece critérios para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	14.486	Federal	ABNT	30/03/2000	Sistemas enterrados para condução de esgoto sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.209	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	48	Federal	ANA	28/02/2011		
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Altamira. Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	476	Federal	CCFGTS	03/06/2005	Aprova o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	5	Federal	CONAMA	15/06/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para as obras de saneamento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	396	Federal	CONAMA	07/04/2008	Estabelece a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento, prevenção e controle da poluição das águas subterrâneas.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	377	Federal	CONAMA	10/10/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada	33	Federal	ConCidades	10/05/2007	Recomendar prazos para a elaboração dos Planos de Saneamento Básico e instituição de Grupo de Trabalho para formular proposta de planejamento para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	Lei	11.445	Federal	Congresso Nacional	05/01/2007	Estabelece diretrizes nacionais para saneamento básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	192	Federal	FUNASA	04/02/2013	Institui Processo Seletivo para repasses de recursos para ações de saneamento básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	14/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	11	Federal	Ministério das Cidades	28/05/2012	Regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em operações de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	12	Federal	Ministério das Cidades	14/06/2012	Altera a Instrução Normativa no 22, de 10 de maio de 2011, que regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referentes à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	26	Federal	Ministério das Cidades	04/09/2012	Altera a Instrução Normativa no 22, de 10 de maio de 2011, com redação conferida pela Instrução Normativa no 12, de 14 de junho de 2012, a qual regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referente à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	334	Federal	Ministério das Cidades	27/07/2012	Aprova os Manuais Técnicos dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, para o exercício de 2012 e subsequentes.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	7.217	Federal	Presidência	22/06/2010	Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Presidência	25/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	12.693	Federal	Presidência	25/07/2012	Altera as Leis nos 12.409, de 25 de maio de 2011, 11.578, de 26 de novembro de 2007, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 9.636, de 15 de maio de 1998, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 11.941, de 27 de maio de 2009.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	Decreto	95.733	Federal	Presidência	18/02/1988	Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		PBA	Lei	5.877	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao direito a informação.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		PBA	Lei	1.516	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Define o Perímetro da Zona Urbana do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		PBA	Lei	1.517	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na zona urbana de Altamira, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		PBA	Lei	1.518	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2003	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	08/06/2011	Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		PBA	Lei	2.269	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2011	Dispõe sobre as descrições de limites do perímetro urbano do Município de Altamira.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		PBA	Lei	2.270	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	16/12/2011	Delimita as áreas que compõem os Bairros de Altamira, altera denominações e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		Nova	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		Nova	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	22/07/2013	Altera os subitens 3.1.1 e 3.1.2 do anexo I da Instrução Normativa no 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira		Nova	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	7.362	Federal	ABNT	29/07/2005	Tube de PVC rígido com junta elástica, coletor de esgoto.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	7.367	Federal	ABNT	30/12/1988	Projeto e assentamento de tubulações de PVC rígido.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	9.648	Federal	ABNT	30/11/1986	Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	9.649	Federal	ABNT	30/11/1986	Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.208	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estações elevatórias de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.209	Federal	ABNT	24/11/2011	Esta Norma apresenta as condições recomendadas para a elaboração de projeto hidráulico e de processo de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETE), observada a regulamentação específica das entidades responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do sistema de esgoto sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.209	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário - Procedimento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	13.896	Federal	ABNT	30/06/1997	Estabelece critérios para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	14.486	Federal	ABNT	30/03/2000	Sistemas enterrados para condução de esgoto sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	476	Federal	CCFGTS	03/06/2005	Aprova o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	5	Federal	CONAMA	16/11/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para as obras de saneamento básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	396	Federal	CONAMA	07/04/2008	Estabelece a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento, prevenção e controle da poluição das águas subterrâneas.	



Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	14/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	11	Federal	Ministério das Cidades	28/05/2012	Regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em operações de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	12	Federal	Ministério das Cidades	14/06/2012	Altera a Instrução Normativa no 22, de 10 de maio de 2011, que regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referentes à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	26	Federal	Ministério das Cidades	04/09/2012	Altera a Instrução Normativa no 22, de 10 de maio de 2011, com redação conferida pela Instrução Normativa no 12, de 14 de junho de 2012, a qual regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referente à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	334	Federal	Ministério das Cidades	27/07/2012	Aprova os Manuais Técnicos dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, para o exercício de 2012 e subsequentes.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	7.217	Federal	Presidência	22/06/2010	Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Presidência	25/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	12.693	Federal	Presidência	25/07/2012	Altera as Leis nos 12.409, de 25 de maio de 2011, 11.578, de 26 de novembro de 2007, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 9.636, de 15 de maio de 1998, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 11.941, de 27 de maio de 2009.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		PBA	Resolução	303	Federal	CONAMA	13/05/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		PBA	Resolução	369	Federal	CONAMA	29/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.424, de 2011 e nº 12.608, de 2012)	6.766	Federal	Congresso Nacional	19/12/1979	Dispõe sobre parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		Atualização	Lei	12.424	Federal	Congresso Nacional	17/06/2011	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	constitui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		Nova	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		Nova	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	22/07/2013	Altera os subitens 3.1.1 e 3.1.2 do anexo I da Instrução Normativa no 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		Nova	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		PBA	Decreto	95.733	Federal	Presidência	18/02/1988	Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	7.362	Federal	ABNT	29/07/2005	Tubo de PVC rígido com junta elástica, coletor de esgoto.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	7.367	Federal	ABNT	30/12/1988	Projeto e assentamento de tubulações de PVC rígido	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	9.648	Federal	ABNT	30/11/1986	Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	9.649	Federal	ABNT	30/11/1986	Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.208	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estações elevatórias de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	NBR	12.209	Federal	ABNT	24/11/2011	Esta Norma apresenta as condições recomendadas para a elaboração de projeto hidráulico e de processo de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETE), observada a regulamentação específica das entidades responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do sistema de esgoto sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.209	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	13.896	Federal	ABNT	30/06/1997	Estabelece critérios para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	14.486	Federal	ABNT	30/03/2000	Sistemas enterrados para condução de esgoto sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	48	Federal	ANA	28/02/2011		

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	713	Estadual	Assembleia Legislativa	02/04/2013	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual no 7.649, de 24 de julho de 2012.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	5.849	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a Lei Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	476	Federal	CCFGTS	03/06/2005	Aprova o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	647	Federal	CCFGTS	21/12/2010	Altera o Anexo da Resolução no 476, de 31 de maio de 2005, que dispõe sobre o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	5	Federal	CONAMA	15/06/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para as obras de saneamento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	377	Federal	CONAMA	10/10/2006	Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado de sistemas de esgotamento sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	Resolução	396	Federal	CONAMA	07/04/2008	Estabelece a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento, prevenção e controle da poluição das águas subterrâneas.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada	33	Federal	ConCidades	10/05/2007	Recomendar prazos para a elaboração dos Planos de Saneamento Básico e instituição de Grupo de Trabalho para formular proposta de planejamento para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada	75	Federal	ConCidades	05/10/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	192	Federal	FUNASA	04/02/2013	Institui Processo Seletivo para repasses de recursos para ações de saneamento básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	14/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	11	Federal	Ministério das Cidades	28/05/2012	Regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em operações de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	12	Federal	Ministério das Cidades	14/06/2012	Altera a Instrução Normativa no 22, de 10 de maio de 2011, que regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referentes à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Instrução Normativa	26	Federal	Ministério das Cidades	04/09/2012	Altera a Instrução Normativa no 22, de 10 de maio de 2011, com redação conferida pela Instrução Normativa no 12, de 14 de junho de 2012, a qual regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referente à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	334	Federal	Ministério das Cidades	27/07/2012	Aprova os Manuais Técnicos dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, para o exercício de 2012 e subsequentes.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	6.942	Federal	Presidência	19/08/2009	Institui o Biênio Brasileiro do Saneamento - 2009-2010 e institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional para coordenar a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	7.217	Federal	Presidência	22/06/2010	Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	7.603	Federal	Presidência	10/11/2011	Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do art. 2o da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	7.967	Federal	Presidência	22/03/2013	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	8.032	Federal	Presidência	25/06/2013	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	05/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Presidência	25/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	12.693	Federal	Presidência	25/07/2012	Altera as Leis nos 12.409, de 25 de maio de 2011, 11.578, de 26 de novembro de 2007, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 9.636, de 15 de maio de 1998, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 11.941, de 27 de maio de 2009.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	Decreto	95.733	Federal	Presidência	18/02/1988	Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	S/N	Federal	Presidência	05/06/2001	Dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	S/N	Federal	Presidência	22/09/2004	Cria Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de analisar e consolidar as contribuições da sociedade ao anteprojeto de lei que estabelece diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Ambiental - PNSA.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Lei	5.877	Estadual	Assembleia Legislativa	27/06/1994	Dispõe sobre a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao direito a informação.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA			Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Plano Diretor Municipal de Vitória do Xingu.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Resolução	303	Federal	CONAMA	13/05/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Resolução	369	Federal	CONAMA	29/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.424, de 2011 e nº 12.608, de 2012)	6.766	Federal	Congresso Nacional	19/12/1979	Dispõe sobre parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.608, de 2012)	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		Atualização	Lei	10.683	Federal	Congresso Nacional	29/05/2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		Atualização	Lei	12.424	Federal	Congresso Nacional	17/06/2011	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		Nova	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	22/07/2013	Altera os subitens 3.1.1 e 3.1.2 do anexo I da Instrução Normativa no 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Medida Provisória	2.220	Federal	Presidência	05/09/2001	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Decreto	5.790	Federal	Presidência	26/05/2006	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		PBA	Decreto	95.733	Federal	Presidência	18/02/1988	Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção de Altamira		Nova	Resolução	3.259	Federal	ANTAQ	30.01.2014	APROVA A NORMA QUE DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O PROCEDIMENTO SANCIONADOR EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA ANTAQ.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção de Altamira		Nova	Instrução Normativa	18	Federal	MPA	25.08.2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES REGISTRADAS E AUTORIZADAS NO ÂMBITO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP.	
Plano de Requalificação Urbana			Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13.01.2014	ESTABELECE DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, FLUXOS E COMPETÊNCIA PARA OBTENÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO (LAPM) E DO ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS) DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCO OU ENDÊMICA PARA MALÁRIA.	
Plano de Requalificação Urbana			Nova	Portaria	51	Federal	INMETRO	28.01.2014	APROVA OS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção de Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.211	Federal		21.03.2014	ALTERA O DECRETO Nº 7.217, DE 21-06-2010, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 11.445, DE 05-01-2007, QUE ESTABELECE DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.211	Federal		21.03.2014	ALTERA O DECRETO Nº 7.217, DE 21-06-2010, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 11.445, DE 05-01-2007, QUE ESTABELECE DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.211	Federal		21.03.2014	ALTERA O DECRETO Nº 7.217, DE 21-06-2010, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 11.445, DE 05-01-2007, QUE ESTABELECE DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção de Altamira	Diretrizes para o Planejamento Integrado	Nova	Resolução	75	Federal	CAU	10.04.2014	DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA REFERENTE A PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ARQUITETURA E URBANISMO, EM DOCUMENTOS, PLACAS, PEÇAS PUBLICITÁRIAS E OUTROS ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção de Altamira	Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Nova	Resolução	75	Federal	CAU	10.04.2014	DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA REFERENTE A PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ARQUITETURA E URBANISMO, EM DOCUMENTOS, PLACAS, PEÇAS PUBLICITÁRIAS E OUTROS ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO.	
Plano de Requalificação Urbana			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Requalificação Urbana			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	5318	Federal	Congresso Nacional	26/09/1967	Institui a Política Nacional de Saneamento e Cria o Conselho Nacional de Saneamento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	5	Federal	CONAMA	15/06/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de saneamento básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12211	Federal	ABNT	30/04/1992	Estudos de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12216	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12217	Federal	ABNT	30/07/1994	Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12218	Federal	ABNT	30/07/2000	Tecnologia gráfica - Controle processo - Preparação de chapas offset	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12212	Federal	ABNT	31/03/2006	Poço tubular - Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	377	Federal	CONAMA	09/10/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	218	Federal	Ministério das Cidades	09/05/2006	Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento.	Texto não disponibilizado/ encontrado
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei (Alterada pela Lei Federal 12.862/2013)	11445	Federal	Congresso Nacional	08/01/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada ConCidades	75	Federal	Conselho das Cidades	02/07/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	Texto não disponibilizado/ encontrado

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada Concidades	111	Federal	Conselho das Cidades	10/06/2011	Estabelece orientações relativas ao estímulo à participação social e à elaboração dos Planos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal de Saneamento Básico.	Texto não disponibilizado/encontrado
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	7535	Federal	Presidência	26/07/2011	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	177	Federal	FUNASA	21/03/2011	Estabelece as diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria Min	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	13/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	130	Federal	MDS	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	20/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	1.225	Federal	FUNASA	20/10/2013	Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do programa de Resíduos Sólidos Urbanos, no que se refere à implantação de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Resolução	85	Federal	ARPE-PE	15/10/2013	Estabelece as condições relacionadas ao segmento comercial referente aos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	902	Federal	FUNASA	16/07/2013	Dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento e saúde ambiental custeadas pela Fundação Nacional de Saúde e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	7731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	389	Federal	Mcidades	30/08/2013	Altera o Manual Técnico Para Apresentação de Propostas Para Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Programa Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	571	Federal	MIN MMA MS MF CC-PR MCidades MPOG	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8141	Federal	Presidência	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Altamira	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	12862	Federal	Congresso Nacional	18/09/2013	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei	5318	Federal	Congresso Nacional	26/09/1967	Institui a Política Nacional de Saneamento e Cria o Conselho Nacional de Saneamento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	5	Federal	CONAMA	15/06/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de saneamento básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12211	Federal	ABNT	30/04/1992	Estudos de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12216	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12217	Federal	ABNT	30/07/1994	Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12218	Federal	ABNT	30/07/1994	Projeto de rede de distribuição de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12212	Federal	ABNT	31/03/2006	Poço tubular - Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	377	Federal	CONAMA	09/10/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	218	Federal	Ministério das Cidades	09/05/2006	Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento.	Texto não disponibilizado/ encontrado
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei (Alterada pela Lei Federal 12.862/2013)	11445	Federal	Congresso Nacional	08/01/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada ConCidades	75	Federal	Conselho das Cidades	02/07/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	177	Federal	FUNASA	21/03/2011	Estabelece as diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução Recomendada Concidades	111	Federal	Conselho das Cidades	10/06/2011	Estabelece orientações relativas ao estímulo à participação social e à elaboração dos Planos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal de Saneamento Básico.	Não encontrei
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	7535	Federal	Presidência	26/07/2011	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria Min	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	13/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	130	Federal	MDS	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	20/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	1.225	Federal	FUNASA	20/10/2013	Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do programa de Resíduos Sólidos Urbanos, no que se refere à implantação de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Resolução	85	Federal	ARPE-PE	15/10/2013	Estabelece as condições relacionadas ao segmento comercial referente aos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	902	Federal	FUNASA	16/07/2013	Dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento e saúde ambiental custeadas pela Fundação Nacional de Saúde e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	7731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	389	Federal	Mcidades	30/08/2013	Altera o Manual Técnico Para Apresentação de Propostas Para Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Programa Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	571	Federal	MIN MMA MS MF CC-PR MCidades MPOG	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8141	Federal	Presidência	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	12862	Federal	Congresso Nacional	18/09/2013	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	5	Federal	CONAMA	15/06/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de saneamento básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.211	Federal	ABNT	30/04/1992	Estudos de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água - Procedimento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.216	Federal	ABNT	30/04/1992	Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.217	Federal	ABNT	30/07/1994	Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público - Procedimento.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.218	Federal	ABNT	30/07/2000	Tecnologia gráfica - Controle processo - Preparação de chapas offset	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	PBA	NBR	12.212	Federal	ABNT	31/03/2006	Poço tubular - Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Resolução	377	Federal	CONAMA	09/10/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Lei (Alterada pela Lei Federal 12.862/2013)	11.445	Federal	Congresso Nacional	08/01/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978, e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Decreto	7.535	Federal	Presidência	26/07/2011	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria	177	Federal	FUNASA	21/03/2011	Estabelece as diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Atualização	Portaria Min	528	Federal	Ministério da Integração Nacional	13/09/2012	Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto no 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	130	Federal	MDS	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	20/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	1.225	Federal	FUNASA	20/10/2013	Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do programa de Resíduos Sólidos Urbanos, no que se refere à implantação de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Resolução	85	Federal	ARPE-PE	15/10/2013	Estabelece as condições relacionadas ao segmento comercial referente aos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	902	Federal	FUNASA	16/07/2013	Dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento e saúde ambiental custeadas pela Fundação Nacional de Saúde e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	389	Federal	Mcidades	30/08/2013	Altera o Manual Técnico Para Apresentação de Propostas Para Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Programa Saneamento Básico.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Portaria	571	Federal	MIN MMA MS MF CC-PR MCidades MPOG	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Decreto	8.141	Federal	Presidência	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	12.862	Federal	Congresso Nacional	18/09/2013	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	165A	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	27/03/2009	Dispõe sobre a delimitação da área urbana, da divisão urbana em bairros e a denominação das vias e logradouros públicos da cidade de Vitória do Xingu - Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	183	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	17/12/2010	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano do município e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Projeto de Saneamento	Nova	Lei	168	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	20/08/2009	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano de Requalificação Urbana	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Requalificação Urbana			Nova	Estudo para elaboração de Plano Diretor	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Plano Diretor Municipal de Vitória do Xingu.	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano de Requalificação Urbana			Nova	Lei	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas Macrozonas Urbanas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências .	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.
Plano de Atendimento à População Atingida			Nova	Lei	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	28/04/2000	Dispõe sobre a criação do Código Sanitário do município de Vitória do Xingu e dá outras providencias.	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	07/04/2011	Dispões sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		PBA	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos entre outras medidas.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		PBA	Lei	10.257	Federal	Congresso Nacional	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	27/05/2013	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Anexo I do Decreto no 6.099, de 26 de abril de 2007 (Estrutura Regimental do IBAMA), publicado no DOU de 27 de abril de 2007; e o artigo 111 do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria GM/MMA no 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no DOU do dia subsequente;	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Resolução	1	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Decreto	518	Estadual	Assembleia Legislativa	05/09/2012	Institui o Fórum Paraense de Mudanças Climáticas e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Portaria	341	Federal	MMA	31/08/2011	Aprovar o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, na forma do Anexo 1 a esta Portaria.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Portaria	417	Federal	MMA	25/08/2011	Estabelecer normas e procedimentos relativos à Política de Desenvolvimento dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Lei	12.651	Federal	Presidência	25/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Portaria	117	Federal	Assembleia Legislativa	17/05/2012	Dispõe sobre as regras e os critérios para a seleção de propostas e entidades, por meio de chamamento público, visando à celebração de convênios para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Lei	12.529	Federal	Presidência	30/11/2011	Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	15/03/2013	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, Parágrafo único, do Decreto no 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Portaria no GM/MMA no 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, e	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Decreto	8.033	Federal	Presidência	27/06/2013	Regulamenta o disposto na Lei no 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Resolução	1	Estadual	COGES-PA	07/02/2012	Fixa os critérios para avaliação quanto ao cumprimento dos compromissos e das metas estabelecidas para os municípios participantes do Programa Municípios Verdes - PMV.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Decreto	261	Estadual	Assembleia Legislativa	22/11/2011	Institui a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Decreto	54	Estadual	Assembleia Legislativa	29/03/2011	Institui o Programa de Municípios Verdes - PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Lei	7.398	Estadual	Assembleia Legislativa	16/04/2010	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	13/06/2012	Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural - CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.  Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural - CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.  Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural - CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Atualização	Decreto	1.646	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/2009	Disciplina a criação do Comitê Gestor dos Projetos de Investimentos Produtivos (PIPs) do Programa Pará Rural e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		PBA	Lei	12.305	Federal	Congresso Nacional	02/08/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal		O Programa cita genericamente as Leis Orgânicas dos Municípios envolvidos no empreendimento.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Altamira	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		PBA	Plano Diretor		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal		O Programa cita genericamente os Planos Diretores dos Municípios envolvidos no empreendimento.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Portaria	1	Federal	SPU	03/01/2014	A Secretária do Patrimônio da União, no uso de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Secretária do Patrimônio da União - SPU, aprovado pela Portaria MP no 232, de 3 de agosto de 2005, Anexo XII, e tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei no 9636, de 15 de maio de 1998, artigo 14 do Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Portaria Conjunta	148	Federal	ANA/ CEMADEN/ SEPED/MCTI/ CENAD/ SEDEC/MI/ CPRM	18/12/2013	Estabelece o Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.	
									Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, instituído pela Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1942 - Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nos 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água -	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei - CONVERSÃO DA MP No 619/2013	12.873	Federal	Congresso Nacional	24/10/2013	Programa Cisternas; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei no 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário - CEDUPI; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoonosológica, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nos 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Decreto	8.127	Federal	Congresso Nacional	22/10/2013	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto no 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Resolução	1.041	Federal	ANA	19/08/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		PBA	Lei	1.514	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	08/12/2003	Dá nova redação ao Código de Posturas do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		PBA	Lei	1.840	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	21/12/2007	Institui taxas deocrentes das atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento, em virtude do controle da qualidade ambiental e do exercício do poder de polícia ambiental.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Decreto	8.026	Federal	Presidência	06/06/2013	Altera os Decretos no 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; no 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; no 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Resolução	379	Federal	ANA	21/03/2013	Aprova o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Decreto	7.963	Federal	Congresso Nacional	15/03/2013	Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Portaria	192	Federal	FUNASA	01/02/2013	Institui Processo Seletivo para repasses de recursos para ações de saneamento básico.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Lei	12.897	Federal	Congresso Nacional	18/12/2013	Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Portaria Conjunta	148	Federal	ANA/ CEMADEN/ SEPED/MCTI/ CENAD/ SEDEC/MI/ CPRM	18/12/2013	Estabelece o Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Centro Nacional de Monitoramento a Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	10/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Portaria	1	Federal	SPU	03/01/2014	Estabelece normas e procedimentos para a autorização da utilização a título precário, de áreas de domínio da União mediante outorga de Permissão de Uso, e fixa parâmetros para o cálculo do valor de outorga onerosa e critérios para controle do uso.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Portaria Conjunta	1	Federal	PFE/IBAMA	16/12/2013	Considerando a necessidade de regulamentação da estrutura administrativa e do funcionamento interno da Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA, para um atendimento mais eficaz e adequado das demandas apresentadas pelo Instituto, e	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Portaria	835	Federal	PGF	10/12/2013	Constitui Grupos Permanentes no âmbito do Departamento de Consultoria da Procuradoria - Geral Federal.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Decreto	8.135	Federal	Congresso Nacional	04/11/2013	Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Decreto	8.127	Federal	Congresso Nacional	22/10/2013	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto no 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	24/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Decreto	739	Estadual	Assembleia Legislativa	29/05/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	27/05/2013	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF/AIDA.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Portaria	173	Federal	MMA	21/05/2013	A Ministra de Estado do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto no 6.101, de 26 de abril de 2007, e considerando a proposta apresentada no Plenário da 109ª reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA para acompanhar o processo de regulamentação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, resolve:	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Decreto	7.983	Federal	Presidência	08/04/2013	Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Portaria	117	Federal	MME	05/04/2012	O Ministro de Estado de Minas e Energia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto no 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta do Processo no 48000.000513/2013-71, resolve:	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Atualização	Instrução Normativa	2	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	05/04/2013	Dispõe os critérios técnicos a serem observados no licenciamento das atividades relativas ao carvoejamento no âmbito do Estado do Pará, regulamenta a Resolução COEMA no 025/2002 e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		PBA						Não há legislação que obrigue o empreendedor a realizar este programa, contudo, decorre das diretrizes emanadas do EIA da UHE Belo Monte para o desenvolvimento local e regional.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Decreto	7.943	Federal	Presidência	05/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Decreto	793	Estadual	Assembleia Legislativa	01/07/2013	Institui o Comitê Interinstitucional para Inclusão Social Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC/Pará) para coordenar e acompanhar as ações do Convênio no 089/2012/MTE/SENAES e promover a instalação do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Decreto	1.001	Estadual	Assembleia Legislativa	29/05/2008	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Decreto	2.612	Estadual	Assembleia Legislativa	04/12/2006	Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu nos Municípios de São Félix do Xingu e Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Assembleia Legislativa	29/10/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Decreto	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	27/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Resolução	148	Federal	CNRH	13/12/2013	Aprova o Detalhamento Operativo do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Decreto	838	Estadual	Assembleia Legislativa	24/09/2013	Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Lei	12.854	Federal	Presidência	26/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Resolução	107	Estadual	COEMA/PA	08/03/2013	Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Instrução Normativa	29	Federal	ICMBIO	05/09/2012	Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Instrução Normativa	11	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	10/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Decreto	8.127	Federal	Presidência	22/10/2013	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto no 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Instrução Normativa	4	Estadual	IDEFLOR	23/09/2013	Estabelece os parâmetros do regime econômico-financeiro dos editais e dos contratos de concessão florestal estadual, define o potencial volumétrico de referência, regulamenta os procedimentos para a cobrança dos preços dos produtos florestais e da outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Decreto	741	Estadual	Assembleia Legislativa	29/05/2013	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	05/06/2013	Estabelece os procedimentos para celebração de Convênio de Delegação de Competência para o Licenciamento Ambiental entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	27/05/2013	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Anexo I do Decreto no 6.099, de 26 de abril de 2007 (Estrutura Regimental do IBAMA), publicado no DOU de 27 de abril de 2007; e o artigo 111 do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria GM/MMA no 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no DOU do dia subsequente;	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		PBA	Carta de Atenas		Internacional	Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos	Novembro de 1933	Trata de quatro funções básicas na cidade: habitação, trabalho, diversão e circulação.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		PBA	Constituição		Estadual		06/10/1989		
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		PBA	Decreto	3.100	Federal	Presidência	13/07/1999	Regulamenta a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Lei	12.727	Federal	Presidência	17/10/2012	ALTERA A LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA; ALTERA AS LEIS NºS 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, E 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006; E REVOGA AS LEIS NºS 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989, A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166- 67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001, O ITEM 22 DO INCISO II DO ART. 167 DA LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E O § 2º DO ART. 4º DA LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Decreto	7.830	Federal	Presidência	17/10/2012	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL, O CADASTRO AMBIENTAL RURAL, ESTABELECE NORMAS DE CARÁTER GERAL AOS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL, DE QUE TRATA A LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Lei	12.651	Federal	Presidência	25/05/2012	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA; ALTERA AS LEIS NºS 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, E 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006; REVOGA AS LEIS NºS 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Decreto	7.992	Federal	Presidência	24/04/2013	Promulga o Instrumento de Criação do Fundo Reestruturado do Meio Ambiente Global, firmado em Genebra, em 16 de março de 1994	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Resolução	379	Federal	ANA	21/03/2013	O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, no uso das atribuições do art. 13, III, da Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, e do art. 63, IV, do Regimento Interno, torna público, ad referendum da DIRETORIA COLEGIADA, com fundamento no art. 12, II, da Lei n.º 9.984, de 2000, resolveu:	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Portaria	56	Federal	MMA	14/03/2013	A Ministra de Estado do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista a importância das atividades extrativistas na preservação da diversidade biológica e do uso sustentável dos recursos naturais do País e considerando o disposto na Portaria Interministerial no 29, de 13 de fevereiro de 2013	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Portaria	155	Federal	ICMBio	22/02/2013	Renova o Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Rio Trombetas, no Estado do Pará	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Portaria	157	Federal	ICMBio	25/02/2013	Renova o Conselho Consultivo da Floresta Nacional Saracá-Taquera, no Estado do Pará	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Portaria	72	Federal	ICMBio	25/06/2012	Modifica a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Altamira/ PA.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	13/06/2012	Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural – CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.  Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural – CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.  Estabelece procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural – CAR de áreas onde incidem projetos de assentamentos federais e estaduais, em suas diversas modalidades, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Presidência	08/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Portaria	19	Federal	ICMBio	16/09/2011	Regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos, culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Portaria	1.941	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	06/09/2011	Aprova o Plano de Manejo da Estação Ecológica (ESEC) do Grão-Pará.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Decreto	7.404	Federal	Presidência	23/12/2010	Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Lei	7.398	Estadual	Assembleia Legislativa	16/04/2010	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Portaria	216	Federal	DNPM	20/05/2010	Delega competência do Diretor-Geral ao Diretor de Gestão Administrativa, ao Diretor de Gestão de Títulos Minerários e aos Superintendentes do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		PBA	Lei	11.107	Federal	Congresso Nacional	06/04/2005	Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		PBA	Lei	9.790	Federal	Congresso Nacional	23/03/1999	Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal		Deve ser observada cada Lei Orgânica dos Municípios envolvidos.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		PBA	Portaria Interministerial	127	Federal	Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão da Fazenda e do Controle e da Transparência	30/05/2008	Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Resolução	148	Federal	CNRH	13/12/2013	Aprova o Detalhamento Operativo do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Nova	Decreto	886	Estadual	Assembleia Legislativa	31/10/2013	O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e VII, alínea "a", da Constituição Estadual, e	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Nova	Portaria	857	Federal	MCT	05/09/2013	Aprovar o Regimento Interno do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, na forma do Anexo a presente Portaria.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Nova	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	05/06/2013	Estabelece os procedimentos para celebração de Convênio de Delegação de Competência para o Licenciamento Ambiental entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	Ibama	27/05/2013	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Anexo I do Decreto no 6.099, de 26 de abril de 2007 (Estrutura Regimental do IBAMA), publicado no DOU de 27 de abril de 2007; e o artigo 111 do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria GM/MMA no 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no DOU do dia subsequente;	
Plano de Articulação Institucional			Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional			Atualização	Lei	12.608	Federal	Congresso Nacional	11/04/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional			Nova	Decreto	886	Estadual	Assembleia Legislativa	31/10/2013	O Estado do Pará adere ao Pacto Nacional pela gestão das Águas, nos termos estabelecidos pela Resolução ANA no 379, de 21 de março de 2013;	
Plano de Articulação Institucional			Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento	
Plano de Articulação Institucional			Nova	Portaria	857	Federal	Congresso Nacional	05/09/2013	O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 4o do Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006 e o Decreto no 7.513, de 1o de julho de 2011, que altera o Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006, e o disposto no inciso IV do artigo no 29 da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei no 12.545, de 14 de dezembro de 2011	
Plano de Articulação Institucional			Nova	Portaria	270	Federal	MMA	10/07/2013	Dispõe sobre o funcionamento do Comitê Interno de Gênero do Ministério do Meio Ambiente e dá outras providências	
Plano de Articulação Institucional			Nova	Portaria Conjunta	148	Federal	ANA-CEMADEM-SEPED-MCTI-CENAD-SEDEC-MI-CPRM	18/12/2013	Básico e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional			Nova	Instrução Normativa	5	Estadual	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	05/06/2013	Estabelece os procedimentos para celebração de Convênio de Delegação de Competência para o Licenciamento Ambiental entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Municípios do Estado do Pará e dá outras providências	
Plano de Articulação Institucional			Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	27/05/2013	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Anexo I do Decreto no 6.099, de 26 de abril de 2007 (Estrutura Regimental do IBAMA), publicado no DOU de 27 de abril de 2007; e o artigo 111 do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria GM/MMA no 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no DOU do dia subsequente;	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional			Nova	Port. Ministerial- MCTI	149	Federal	Ministério da Integração Nacional - MI e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	18/12/2013	Altera o Anexo I da Portaria no 314, de 17 de outubro de 2012, que cria e estabelece o Protocolo de Ação Integrada entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), nesse documento representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento a Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), nesse documento representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCTI).	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Instrução Normativa	1	Federal	CEPLAC	28.03.2014	INSTITUI AS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PREVISÃO DE SAFRA DE CACAU EM AMÊNDOAS NO BRASIL (PSC) NO ÂMBITO DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Instrução Normativa	17	Federal	MAPA	31.07.2014	DEFINIR PARA O ANO-SAFRA 2014-2015 DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - PNCRC/VEGETAL AS CULTURAS AGRÍCOLAS QUE SERÃO MONITORADAS; O ESCOPO MÍNIMO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS; OS LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS (LMR) DE AGROTÓXICOS POR CULTURA; E O ESCOPO MÍNIMO DE CONTAMINANTES QUE DEVEM SER MONITORADOS POR CULTURA AGRÍCOLA.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Lei	12.890	Federal		10.12.2013	ALTERA A LEI NO 6.894, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980, PARA INCLUIR OS REMINERALIZADORES COMO UMA CATEGORIA DE INSUMO DESTINADO À AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Instrução Normativa	2	Federal	MAPA	06.02.2014	ESTABELECE AS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELO PRODUTOR, IMPORTADOR, COMERCIANTE OU DETENTOR DE PLANTAS E PARTES DE PLANTAS DE ESPÉCIES DO GÊNERO VITIS, PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA PRAGA XANTHOMONAS CAMPESTRIS PV. VITICOLA, AGENTE ETIOLÓGICO DO CANCRO BACTERIANO DA Videira.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Resolução	12	Federal	ANVISA	24.03.2014	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTO PARA A NOTIFICAÇÃO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANVISA, DE ALTERAÇÕES DE NATUREZA TÉCNICA NO REGISTRO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Orientação Técnica	9	Federal	CGEN	17.09.2013	ESCLARECE QUE O USO DE PARASITAS, PRAGAS E VETORES DE DOENÇAS PARA AS ATIVIDADES DESCRITAS NÃO CONFIGURA ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO NO ÂMBITO DA MP Nº 2.18616/2001.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Instrução Normativa Conjunta	1	Federal	MAPA - IBAMA - ANVISA	16.06.2014	ESTABELECE AS DIRETRIZES E EXIGÊNCIAS PARA O REGISTRO DOS AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS PARA CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE, BEM COMO O LIMITE MÁXIMO DE RESÍDUOS PERMITIDO.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional	Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas		Nova	Instrução Normativa	13	Federal	MPA	24.06.2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA PARA O INGRESSO NA FROTA DE CAMARÃO SETE BARBAS/FAUNA ACOMPANHANTE (XIPHOPENAEUS KROYERI), ASSIM COMO PARA O INGRESSO NA FROTA DE CAMARÃO ROSA/FAUNA ACOMPANHANTE (PENAEUS PAULENSIS, P. BRASILIENSIS E P. SUBTILIS), COM AUXÍLIO DE REDE ARRASTO DUPLO, NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, PARA AS EMBARCAÇÕES LISTADAS NO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 28 DE MAIO DE 2014, E NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 12, DE 11 DE JUNHO DE 2014.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei	180	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	05/11/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Brasil Novo	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Nova	Plano Gerenciamento de Resíduos		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	2012	Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do município de Brasil Novo.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Plano Gerenciamento de Resíduos		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	2012	Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do município de Brasil Novo.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Fortalecimento da Administração Pública		Nova	Lei	6	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	10/05/1993	Institui normas sobre a polícia administrativa no município de Brasil Novo, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei	199	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/03/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Anapu e da outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Interação e Articulação Institucional		Nova	Lei	223	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	03/06/2014	Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, instrumento da política municipal de resíduos sólidos, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei	223	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	03/06/2014	Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, instrumento da política municipal de resíduos sólidos, e dá outras providências.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Articulação Institucional	Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal	1990	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano de Articulação Institucional			Nova	Estudo para elaboração de Plano Diretor	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Plano Diretor Municipal de Vitória do Xingu.	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano de Articulação Institucional			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Plano Diretor	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações
Plano de Articulação Institucional			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Código de Posturas	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o anteprojeto.

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13/01/2014	Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos e competência para obtenção do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) de projetos de assentamento de reforma agrária e outros empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e máreas de risco ou endêmica para malária.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Acompanhamento Social	Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Atualização	Decreto	591	Federal	Presidência	07/07/1992	Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13/01/2014	Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos e competência para obtenção do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) de projetos de assentamento de reforma agrária e outros empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e máreas de risco ou endêmica para malária.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	MMA	25/06/2008	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006 e nos arts. 25 a 28 do Decreto no 6.063, de 20 de março de 2007, e o que consta do Processo no 02000.001496/2007-49, resolve:	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	47	Federal	Secretaria de Vigilância em Saúde	29/12/2006	Dispõe sobre a Avaliação do Potencial Malarígeno e o Atestado de Condição Sanitária para os projetos de assentamento de reforma agrária e para outros empreendimentos, nas regiões endêmicas de malária. Dispõe sobre a Avaliação do Potencial Malarígeno e o Atestado de Condição Sanitária para os projetos de assentamento de reforma agrária e para outros empreendimentos, nas regiões endêmicas de malária.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Instrução Normativa	50	Federal	Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	24/09/2013	O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto no 5.741, de 30 de março de 2006, no art. 61, parágrafo único, do Decreto no 24.548, de 3 de julho de 1934, e o que consta do Processo no 21000.006555/2013-68, resolve:	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Resolução	63	Federal	ANVISA	28/11/2011	Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	71	Federal	Ministério da Saúde	10/01/2007	Revoga a Portaria Nº 509/GM, de 6 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União Nº 67, de 8 de abril de 2005, seção 1, página 32.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	106	Federal	FUNASA	08/03/2004	Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos financeiros com o fim de ampliar e aprimorar os parâmetros de atuação da Instituição nas ações de saneamento, buscando maior eficiência na aplicação de recursos financeiros e maior impacto das ações na qualidade de vida e de saúde da população brasileira.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	254	Federal	Ministério da Saúde	06/02/2002	Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria Interministerial	279	Federal	Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	08/03/2001	Estabelece ação integrada do Ministério da Saúde-MS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, no Programa Nacional de Controle da Malária na Amazônia Legal.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		PBA	Resolução	286	Federal	CONAMA	17/12/2001	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	421	Federal	MMA	26/11/2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	560	Federal	FUNASA	06/07/2012	Institui o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - DESAM, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	1.541	Federal	Fundo Nacional de Saúde	14/01/2008	Estabelece critérios de priorização de obras de saneamento em áreas indígenas e manutenção das obras implantadas.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	3.916	Federal	Ministério da Saúde	30/10/1998	Aprova a Política Nacional de Medicamentos.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Decreto	3.948	Estadual	Assembleia Legislativa	10/10/1985	Regulamenta a Lei no 5.199, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Lei	5.199	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/1984	Dispõe sobre o Sistema de Saúde de Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Lei	5.318	Federal	Congresso Nacional	27/09/1967	Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	20/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Decreto	8.077	Federal	Presidência	14/08/2013	Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Decreto	8.133	Federal	Presidência	28/10/2013	Dispõe sobre a declaração de estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei no 12.873, de 24 de outubro de 2013, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Lei	9.782	Federal	Congresso Nacional	27/01/1999	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Lei	12.873	Federal	Presidência	24/10/2013	Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, instituído pela Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1942 - Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nos 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei no 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário - CEDUPI; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nos 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Lei	12.873	Federal	Congresso Nacional	24/10/2013	Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, instituído pela Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1942 - Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nos 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei no 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário - CEDUPI; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoonossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nos 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	SEMA	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	2	Federal	Conselho Nacional de Educação	18/06/2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	2	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	19/02/2008	Estabelece a composição das Câmaras Técnicas de Câmaras Técnicas de Assuntos Legais e Institucionais, do Plano Estadual de Recursos Hídricos e de Capacitação e Educação Ambiental dos Recursos Hídricos.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	ICMBIO	18/09/2009	Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para implementação do Programa de Voluntariado no âmbito do ICMBio.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	5	Federal	Conselho Nacional de Educação	25/06/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	7	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	03/09/2008	Dispõe sobre a capacitação, desenvolvimento tecnológico e educação ambiental em recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	13	Federal	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	10/04/2006	Estabelece orientações, diretrizes e normas para a assistência financeira suplementar, no exercício de 2006, a projetos educacionais voltados para a Educação Ambiental.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	14	Federal	CONAMA	27/04/2012	Recomenda a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	48	Estadual	Conselho Estadual do Meio Ambiente	30/10/2006	Adequa a composição da Câmara Técnica Permanente de Educação Ambiental do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	63	Federal	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável	13/07/2007	Aprova Recomendações e Proposição sobre o Programa Nacional de Educação do Campo.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Portaria	64	Federal	MS	29/11/2013	Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento da execução de ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS).	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Portaria	68	Federal	MMA	04/03/2005	Aprova o Regimento Interno da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Portaria Interministerial	68	Federal	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação	17/10/2006	Aprova o Regimento Interno do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Portaria	77	Federal	IBAMA	14/07/1992	Cria as Superintendências Estaduais do IBAMA, os Núcleos de Educação Ambiental - NEA'S, vinculados diretamente ao Gabinete do Superintendente.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Portaria	89	Federal	IBAMA	10/12/2004	Criar o Clubinho da Turma do Dinho, em âmbito nacional, com o objetivo de promover a educação ambiental focalizada na proteção de cavidades naturais subterrâneas e espeleologia.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	98	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	30/07/2009	Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Portaria	169	Federal	MMA	24/05/2012	Instituir, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Portaria	218	Federal	Ministério das Cidades	11/05/2006	Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	327	Federal	CONAMA	30/04/2003	Institui a Câmara Técnica de Educação Ambiental.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Resolução	422	Federal	CONAMA	24/03/2010	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Portaria	560	Federal	FUNASA	06/07/2012	Institui o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - DESAM, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Decreto	793	Estadual	Assembleia Legislativa	01/07/2013	Institui o Comitê Interinstitucional para Inclusão Social Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC/Pará) para coordenar e acompanhar as ações do Convênio no 089/2012/ MTE/SENAES e promover a instalação do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Decreto	1.025	Estadual	Governo do Estado	06/06/2008	Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Educação Ambiental - PEAM e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Decreto	2.959	Federal	Presidência	11/02/1999	Dispõe sobre medidas a serem implementadas na Amazônia Legal, para monitoramento, prevenção, educação ambiental e combate a incêndios florestais.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		PBA	Decreto	4.281	Federal	Presidência	26/06/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	5.600	Estadual	Assembleia Legislativa	29/06/1990	Dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o artigo 255, inciso IV da Constituição Estadual, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	6.381	Estadual	Assembleia Legislativa	27/07/2001	Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	6.462	Estadual	Assembleia Legislativa	05/07/2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	7.304	Estadual	Assembleia Legislativa	15/09/2009	Dispõe sobre a criação do serviço ambiental no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	8.069	Federal	Congresso Nacional	16/07/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	9.394	Federal	Congresso Nacional	23/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		PBA	Lei	9.795	Federal	Congresso Nacional	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	10.172	Federal	Congresso Nacional	09/01/2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	12.594	Federal	Congresso Nacional	19/01/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Atualização	Lei	12.633	Federal	Congresso Nacional	15/05/2012	Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Lei	12.862	Federal	Presidência	17/09/2013	Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Memorando	s/n	Federal	SECRETARIA- GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES	09/12/2013	Determinados a fortalecer e aprofundar a cooperação técnica nos termos do Acordo entre a República da África do Sul e a República Federativa do Brasil sobre Cooperação Técnica celebrado em 1o de março de 2000;	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	22/06/2011	Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de Biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	PORTARIA	1	Federal	SPU	03/01/2014	A Secretária do Patrimônio da União, no uso de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, aprovado pela Portaria MP no 232, de 3 de agosto de 2005, Anexo XII, e tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei no 9636, de 15 de maio de 1998, artigo 14 do Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	ICMBIO	18/09/2009	Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para implementação do Programa de Voluntariado no âmbito do ICMBio.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Resolução	6	Federal	CONAMA	16/09/1987	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Resolução	9	Federal	CONAMA	03/12/1987	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.	Resolução em processo de revisão
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei Complementar	11	Federal	Congresso Nacional	26/11/1971	Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Resolução	14	Federal	CONAMA	27/04/2012	Recomenda a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Portaria	89	Federal	IBAMA	10/12/2004	Criar o Clubinho da Turma do Dinho, em âmbito nacional, com o objetivo de promover a educação ambiental focalizada na proteção de cavidades naturais subterrâneas e espeleologia.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Resolução	98	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	30/07/2009	Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Portaria	169	Federal	MMA	24/05/2012	Instituir, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Resolução	422	Federal	CONAMA	23/03/2010	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	Portaria	857	Federal	Ministério da Ciência e Tecnologia	05/09/2013	O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 4o do Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006 e o Decreto no 7.513, de 1o de julho de 2011, que altera o Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006, e o disposto no inciso IV do artigo no 29 da	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Portaria Interministerial	1.053	Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	17/07/2006	Cria a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo - CNVC -, com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragem.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	07/04/2011	Dispões sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Decreto	3.298	Federal	Presidência	21/12/1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Decreto	4.281	Federal	Presidência	26/06/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Decreto	5.296	Federal	Presidência	03/12/2004	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	5.600	Estadual	Assembleia Legislativa	29/06/1990	Dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o artigo 255, inciso IV da Constituição Estadual, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Decreto	5.904	Federal	Presidência	22/09/2006	Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Decreto	6.047	Federal	Presidência	23/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	6.987	Estadual	Assembleia Legislativa	03/07/2007	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	7.651	Estadual	Assembleia Legislativa	05/09/2012	Institui a política estadual de proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	Lei	7.756	Estadual	ASsembleia Legislativa	03/12/2013	Dispõe sobre a criação do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	7.853	Federal	Congresso Nacional	25/10/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	Decreto	8.038	Federal	Presidência	04/07/2013	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.435, de 2011)	8.742	Federal	Congresso Nacional	07/12/1993	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	9.394	Federal	Congresso Nacional	23/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Lei	9.795	Federal	Congresso Nacional	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	10.098	Federal	Congresso Nacional	20/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	10.172	Federal	Congresso Nacional	09/01/2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Lei	10.650	Federal	Congresso Nacional	16/04/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	11.126	Federal	Congresso Nacional	28/06/2005	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia..	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	12.435	Federal	Congresso Nacional	07/07/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Lei	12.594	Federal	Congresso Nacional	19/01/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Atualização	Decreto	86.176	Federal	Presidência	07/07/1981	Regulamenta a Lei no 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente. □	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	ICMBIO	21/05/2010	Estabelece os procedimentos relativos à concessão de autorização para a realização de estudos técnicos sobre potenciais de energia hidráulica e sobre a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação federais.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Resolução	19	Estadual	Comissão de Política de Incentivo ao Desenvolvimento Sócio-econômicos	30/12/2002	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado do Pará.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Decreto	261	Estadual	Governo do Estado	23/11/2011	Institui a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Portaria	316	Federal	Ministério da Ciência e Tecnologia	02/07/2004	Dispõe sobre a rede GEOMA, que tem por finalidade desenvolver modelos computacionais capazes de analisar e prever a dinâmica espaço-temporal dos sistemas ecológicos e socioeconômicos em diferentes escalas geográficas na Amazônia, visando contribuir para a formulação e acompanhamento de políticas públicas.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Portaria Interministerial	340	Federal	Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	04/06/2012	Estabelece competências e procedimentos para a execução do Cadastro Socioeconômico para fins de identificação, quantificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, nos termos previstos no Decreto no 7.342, de 26 de outubro de 2010.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Decreto	1.001	Estadual	Governo do Estado	30/05/2008	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Decreto	5.743	Estadual	Governo do Estado	30/12/2002	Homologa a Resolução no 39, de 19 de dezembro de 2002, através da qual a Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará aprova seu Regimento Interno.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Decreto	6.323	Federal	Presidência	28/12/2007	Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Decreto	7.342	Federal	Presidência	27/10/2010	Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Atualização	Lei	10.831	Federal	Congresso Nacional	24/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Portaria Interministerial	3	Federal	Ministério do Desenvolvimento Nacional e Ministério do Meio Ambiente	09/10/2009	Dispõe sobre a cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Meio Ambiente direcionada para instituir a destinação para a Estratégia Fome Zero de bens oriundos de apreensão em operações de fiscalização ambiental e a aplicação dos recursos auferidos em leilões destes bens.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	8	Federal	Conselho Nacional de Assistência Social	30/04/2013	Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Instrução Normativa	16	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2007	Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Portaria Interministerial	340	Federal	Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	04/06/2012	Estabelece competências e procedimentos para a execução do Cadastro Socioeconômico para fins de identificação, quantificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, nos termos previstos no Decreto no 7.342, de 26 de outubro de 2010.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Portaria	566	Federal	Ministério da Integração Nacional	20/03/2007	Regulamenta no âmbito do Ministério da Integração Nacional os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Decreto	591	Federal	Presidência	07/07/1992	Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Portaria	954	Federal	Ministério da Integração Nacional	25/11/2010	Regulamenta, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os mecanismos e instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Decreto	1.948	Federal	Presidência	04/07/1996	Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	5.199	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/1984	Dispõe sobre o Sistema de Saúde de Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Decreto	5.615	Estadual	Governo do Estado	08/11/2002	Aprova o Regulamento da Lei no 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado Pará.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Decreto	5.626	Federal	Presidência	23/12/2005	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	6.015	Federal	Congresso Nacional	31/12/1973	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	6.489	Estadual	Assembleia Legislativa	30/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	6.969	Federal	Congresso Nacional	11/12/1981	Dispõe sobre a Aquisição, por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Decreto	7.492	Federal	Presidência	03/06/2011	Institui o Plano Brasil Sem Miséria.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	7.651	Estadual	Assembleia Legislativa	05/09/2012	Institui a política estadual de proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	8.069	Federal	Congresso Nacional	16/07/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.435, de 2011)	8.742	Federal	Congresso Nacional	07/12/1993	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	8.842	Federal	Congresso Nacional	05/01/1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	10.436	Federal	Congresso Nacional	25/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	10.741	Federal	Congresso Nacional	03/10/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	11.340	Federal	Congresso Nacional	08/08/2006	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	11.346	Federal	Congresso Nacional	18/09/2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	12.288	Federal	Congresso Nacional	21/07/2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	12.435	Federal	Congresso Nacional	07/07/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Lei	12.594	Federal	Congresso Nacional	19/01/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Decreto	87.620	Federal	Congresso Nacional	22/09/1982	Dispõe sobre o procedimento administrativo para o reconhecimento da aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais compreendidos em terras devolutas.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Atualização	Decreto	99.710	Federal	Presidência	22/11/1990	Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População			Nova	Lei	12.966	Federal		24.04.2014	ALTERA A LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 (LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA), PARA INCLUIR A PROTEÇÃO À HONRA E À DIGNIDADE DE GRUPOS RACIAIS, ÉTNICOS OU RELIGIOSOS.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13.01.2014	ESTABELECE DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, FLUXOS E COMPETÊNCIA PARA OBTENÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO (LAPM) E DO ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS) DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCO OU ENDÊMICA PARA MALÁRIA.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Nova	Instrução Normativa	13	Federal	MPA	24.06.2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA PARA O INGRESSO NA FROTA DE CAMARÃO SETE BARBAS/FAUNA ACOMPANHANTE (XIPHOPENAEUS KROYERI), ASSIM COMO PARA O INGRESSO NA FROTA DE CAMARÃO ROSA/FAUNA ACOMPANHANTE (PENAEUS PAULENSIS, P. BRASILIENSIS E P. SUBTILIS), COM AUXÍLIO DE REDE ARRASTO DUPLO, NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, PARA AS EMBARCAÇÕES LISTADAS NO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 28 DE MAIO DE 2014, E NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 12, DE 11 DE JUNHO DE 2014.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal	1990	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal	1990	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal	1990	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Interação Social e Comunicação		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante		Nova	Decreto	4.377	Federal	Presidência	16/09/2002	Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Nova	Decreto	4.377	Federal	Presidência	16/09/2002	Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984.	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Educação Ambiental de Belo Monte		Nova	Instrução Normativa	11	Federal	ICMBio	12/12/2014	Estabelecer procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).	
Plano de Relacionamento com a População	Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos		Nova	Portaria	540	Federal	DNPM	19/12/2014	Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Resolução	63	Federal	ANVISA	28/11/2011	Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Decreto	3.948	Estadual	Assembleia Legislativa	10/10/1985	Regulamenta a Lei no 5.199, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Lei	5.199	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/1984	Dispõe sobre o Sistema de Saúde de Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental, o principal instrumento para a identificação, avaliação e indicação das mitigações e compensações dos impactos ambientais ocasionados por empreendimentos de grande porte.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Resolução	286	Federal	CONAMA	17/12/2001	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Lei	5.318	Federal	Congresso Nacional	27/09/1967	Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Lei	9.782	Federal	Congresso Nacional	27/01/1999	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Lei	12.871	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	106	Federal	FUNASA	08/03/2004	Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos financeiros com o fim de ampliar e aprimorar os parâmetros de atuação da Instituição nas ações de saneamento, buscando maior eficiência na aplicação de recursos financeiros e maior impacto das ações na qualidade de vida e de saúde da população brasileira.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	560	Federal	FUNASA	06/07/2012	Institui o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - DESAM, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	1.541	Federal	Fundo Nacional de Saúde	14/01/2008	Estabelece critérios de priorização de obras de saneamento em áreas indígenas e manutenção das obras implantadas.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Portaria	64	Federal	Ministério da Saúde	04/11/2013	Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento da execução de ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	71	Federal	Ministério da Saúde	10/01/2007	Revoga a Portaria Nº 509/GM, de 6 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União Nº 67, de 8 de abril de 2005, seção 1, página 32.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	254	Federal	Ministério da Saúde	06/02/2002	Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Atualização	Portaria	3.916	Federal	Ministério da Saúde	30/10/1998	Aprova a Política Nacional de Medicamentos.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		PBA	Portaria Interministerial	279	Federal	Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	08/03/2001	Estabelece ação integrada do Ministério da Saúde-MS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, no Programa Nacional de Controle da Malária na Amazônia Legal.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Integração Nacional e Casa Civil da Presidência da República	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Ações Contra a Malária		Nova	Portaria	1	Federal	Secretaria de Vigilância em Saúde	14/01/2014	Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos e competência para obtenção do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) de projetos de assentamento de reforma agrária e outros empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e máreas de risco ou endêmica para malária.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Resolução	50	Federal	ANVISA	21/02/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Resolução	50	Federal	ANVISA	21/02/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução	63	Federal	ANVISA	28/11/2011	Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	216	Federal	ANVISA	16/09/2004	Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	354	Federal	ANVISA	14/08/2006	Aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Decreto	3.948	Estadual	Assembleia Legislativa	10/10/1985	Regulamenta a Lei no 5.199, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Lei	5.199	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/1984	Dispõe sobre o Sistema de Saúde de Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução	5	Federal	CONAMA	16/11/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de saneamento básico.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução	336	Federal	CONAMA	26/05/2003	Dispõe sobre a revogação das Resoluções CONAMA nº 5, de 9 de outubro de 1995 e 288, de 12 de julho de 2001.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução	377	Federal	CONAMA	10/10/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Lei	5.318	Federal	Congresso Nacional	27/09/1967	Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Lei	6.259	Federal	Congresso Nacional	31/10/1975	Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Lei	8.080	Federal	Congresso Nacional	19/09/1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Lei	8.080	Federal	Congresso Nacional	20/09/1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Lei	9.782	Federal	Congresso Nacional	27/01/1999	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Lei	11.346	Federal	Congresso Nacional	18/09/2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Lei	11.445	Federal	Congresso Nacional	08/01/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Lei	12.871	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução	5	Federal	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	29/06/2012	Dispõe sobre as regras mínimas para a destinação do lixo de estabelecimentos penais, como estratégia para a melhoria da qualidade de vida e da saúde no sistema prisional.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Moção	55	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	01/02/2011	Recomenda a manutenção do Programa de Pesquisas em Saneamento Básico - PROSAB, como uma ação permanente de apoio à pesquisa e esenvolvimento tecnológico e inovação.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Moção	61	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	14/08/2012	Recomenda promoção de ações de ciência e tecnologia para melhoria de técnicas de monitoramento e de tratamento de água de abastecimento e de efluentes, visando a remoção de micropoluentes emergentes e eliminação de micro-organismos patogênicos emergentes.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	338	Federal	Conselho Nacional de Saúde	20/05/2004	Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução Recomendada	75	Federal	Conselhos da Cidade	05/10/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução Recomendada	107	Federal	Conselhos da Cidade	13/07/2011	Recomenda a inclusão do saneamento básico no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, como um Macrodesafio Estratégico.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	560	Federal	FUNASA	06/07/2012	Institui o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - DESAM, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	23/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	1.541	Federal	Fundo Nacional de Saúde	14/01/2008	Estabelece critérios de priorização de obras de saneamento em áreas indígenas e manutenção das obras implantadas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Decreto	326	Estadual	Governo do Estado	24/01/2012	Estabelece requisitos higiênico sanitários para a manipulação de Açai e Bacaba por batedores artesanais, de forma a prevenir surtos com Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) e minimizando o risco sanitário, garantindo a segurança dos alimentos.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Resolução	8	Federal	IBGE	27/08/2008	Divulga as estimativas da população para Estados e Municípios.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12/04/2013	Define o programa de gestão de risco diferenciado, baseado em vigilância epidemiológica e adoção de vacinas, para os estabelecimentos avícolas considerados de maior susceptibilidade à introdução e disseminação de agentes patogênicos no plantel avícola nacional e para estabelecimentos avícolas que exerçam atividades que necessitam de maior rigor sanitário	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	193	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22/09/1994	Instituir o Programa Nacional de Sanidade Avícola no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	16/05/2008	Instituí o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	177	Federal	Ministério da Integração Nacional	24/03/2011	Estabelece as diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	379	Federal	Ministério da Integração Nacional	02/07/2012	Dispõe sobre a padronização de objetos ea implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS", instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS)	1	Federal	Ministério da Saúde	27/02/2002	Regionalização da Assistência à Saúde: Aprofundamento a Descentralização com Equidade no acesso.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Portaria	44	Federal	Ministério da Saúde	08/01/2002	Estabelece atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na prevenção e controle da malária.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	44	Federal	Ministério da Saúde	03/07/2010	Aprovar as diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Portaria	64	Federal	Ministério da Saúde	04/11/2013	Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento da execução de ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	70	Federal	Ministério da Saúde	22/01/2004	Aprova as Diretrizes da Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	254	Federal	Ministério da Saúde	06/02/2002	Aprovar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	340		Ministério da Saúde	04/03/2013	Redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	571	Federal	Ministério da Saúde	08/04/2013	Atualiza as diretrizes de cuidado à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	1.565	Federal	Ministério da Saúde	29/08/1994	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e sua abrangência, esclarece a competência das três esferas de governo e estabelece as bases para a descentralização da execução de serviços e ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Portaria	1.823	Federal	Ministério da Saúde	24/08/2012	Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Portaria	2.226	Federal	Ministério da Saúde	18/09/2009	Institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	2.488	Federal	Ministério da Saúde	21/10/2011	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	2.656	Federal	Ministério da Saúde	18/10/2007	Dispõe sobre as responsabilidades na prestação da atenção à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e regulamentação dos Incentivos de Atenção Básica e Especializada aos Povos Indígenas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Portaria	3.916	Federal	Ministério da Saúde	10/11/1998	Aprova a Política Nacional de Medicamentos.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Portaria	204/GM	Federal	Ministério da Saúde	31/01/2007	Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Integração Nacional e Casa Civil da Presidência da República	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	Ministério das Cidades	10/05/2004	Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, os procedimentos relativos ao enquadramento prévio e habilitação das operações de crédito para a execução de ações de drenagem urbana e saneamento integrado a que se refere a Resolução no 3.173, de 19/02/2004, do Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução Recomendada	107	Federal	Ministério das Cidades	13/07/2011	Recomenda a inclusão do saneamento básico no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, como um Macrodesafio Estratégico.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Instrução Normativa	218	Federal	Ministério das Cidades	11/05/2006	Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Resolução	476	Federal	Ministério do Emprego e do Trabalho - Conselho Curador do Fundo de Garantia do tempo de Serviço	03/05/2005	Aprova o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Portaria Interministerial	2.021	Federal	Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Agrário	21/10/2003	Estabelece ação integrada do Ministério da Saúde-MS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, no Programa Nacional de Controle da Malária na Amazônia Legal.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Decreto	3.156	Federal	Presidência	27/08/1999	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nos 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Decreto	7.217	Federal	Presidência	22/06/2010	Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Decreto	7.272	Federal	Presidência	26/08/2010	Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Decreto	7.508	Federal	Presidência	29/06/2011	Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Atualização	Decreto	7.535	Federal	Presidência	27/07/2011	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Decreto	8.141	Federal	Presidência	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Portaria	1	Federal	Secretaria de Vigilância em Saúde	14/01/2014	Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos e competência para obtenção do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) de projetos de assentamento de reforma agrária e outros empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e máreas de risco ou endêmica para malária.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Portaria	409	Estadual	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	27/02/2013	Definir a regionalização do combate à febre aftosa no Estado do Pará.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		PBA	Resolução	50	Federal	ANVISA	21/02/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Resolução	63	Federal	ANVISA	28/11/2011	Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	216	Federal	ANVISA	16/09/2004	Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	354	Federal	ANVISA	14/08/2006	Aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Decreto	3.948	Estadual	Assembleia Legislativa	10/10/1985	Regulamenta a Lei no 5.199, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Lei	5.199	Estadual	Assembleia Legislativa	31/12/1984	Dispõe sobre o Sistema de Saúde de Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental, o principal instrumento para a identificação, avaliação e indicação das mitigações e compensações dos impactos ambientais ocasionados por empreendimentos de grande porte.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Resolução	5	Federal	CONAMA	16/11/1988	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de saneamento básico.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Resolução	336	Federal	CONAMA	26/05/2003	Dispõe sobre a revogação das Resoluções CONAMA nº 5, de 9 de outubro de 1995 e 288, de 12 de julho de 2001.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Resolução	377	Federal	CONAMA	10/10/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Lei	5.318	Federal	Congresso Nacional	27/09/1967	Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Lei	6.259	Federal	Congresso Nacional	31/10/1975	Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		PBA	Lei	8.080	Federal	Congresso Nacional	19/09/1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Lei	8.080	Federal	Congresso Nacional	20/09/1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Lei	9.782	Federal	Congresso Nacional	27/01/1999	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Lei	11.445	Federal	Congresso Nacional	08/01/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Lei	12.871	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Resolução	5	Federal	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	29/06/2012	Dispor sobre as regras mínimas para a destinação do lixo de estabelecimentos penais, como estratégia para a melhoria da qualidade de vida e da saúde no sistema prisional.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Moção	55	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	01/02/2011	Recomenda a manutenção do Programa de Pesquisas em Saneamento Básico - PROSAB, como uma ação permanente de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e inovação.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Moção	61	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	14/08/2012	Recomenda promoção de ações de ciência e tecnologia para melhoria de técnicas de monitoramento e de tratamento de água de abastecimento e de efluentes, visando a remoção de micropoluentes emergentes e eliminação de micro-organismos patogênicos emergentes.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	338	Federal	Conselho Nacional de Saúde	20/05/2004	Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Resolução Recomendada	75	Federal	Conselhos da Cidade	05/10/2009	Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	560	Federal	FUNASA	06/07/2012	Institui o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - DESAM, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	1.541	Federal	Fundo Nacional de Saúde	14/01/2008	Estabelece critérios de priorização de obras de saneamento em áreas indígenas e manutenção das obras implantadas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12/04/2013	Define o programa de gestão de risco diferenciado, baseado em vigilância epidemiológica e adoção de vacinas, para os estabelecimentos avícolas considerados de maior suscetibilidade à introdução e disseminação de agentes patogênicos no plantel avícola nacional e para estabelecimentos avícolas que exerçam atividades que necessitam de maior rigor sanitário	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	193	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22/09/1994	Instituir o Programa Nacional de Sanidade Avícola no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Pesca e Aquicultura	16/05/2008	Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, nos termos desta Instrução Normativa.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	177	Federal	Ministério da Integração Nacional	24/03/2011	Estabelece as diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	379	Federal	Ministério da Integração Nacional	02/07/2012	Dispõe sobre a padronização de objetos e a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS", instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		PBA	Portaria	44	Federal	Ministério da Saúde	08/01/2002	Estabelece atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na prevenção e controle da malária.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	44	Federal	Ministério da Saúde	03/07/2010	Aprovar as diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Portaria	64	Federal	Ministério da Saúde	04/11/2013	Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e monitoramento da execução de ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas por meio de convênios no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	70	Federal	Ministério da Saúde	22/01/2004	Aprova as Diretrizes da Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	254	Federal	Ministério da Saúde	06/02/2002	Aprovar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	571	Federal	Ministério da Saúde	08/04/2012	Atualiza as diretrizes de cuidado à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Portaria	1.139	Federal	Ministério da Saúde	12/06/2013	Define, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as responsabilidades das esferas de gestão e estabelece as Diretrizes Nacionais para Planejamento, Execução e Avaliação das Ações de Vigilância e Assistência à Saúde em Eventos de Massa.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	1.565	Federal	Ministério da Saúde	29/08/1994	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e sua abrangência, esclarece a competência das três esferas de governo e estabelece as bases para a descentralização da execução de serviços e ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Portaria	1.823	Federal	Ministério da Saúde	24/08/2012	Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	2.656	Federal	Ministério da Saúde	18/10/2007	Dispõe sobre as responsabilidades na prestação da atenção à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e regulamentação dos Incentivos de Atenção Básica e Especializada aos Povos Indígenas.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	2.866	Federal	Ministério da Saúde	05/12/2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Portaria	3.916	Federal	Ministério da Saúde	10/11/1998	Aprova a Política Nacional de Medicamentos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Portaria Interministerial	571	Federal	Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Integração Nacional e Casa Civil da Presidência da República	06/12/2013	Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Resolução Recomendada	107	Federal	Ministério das Cidades	13/07/2011	Recomenda a inclusão do saneamento básico no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, como um Macrodesafio Estratégico.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Instrução Normativa	218	Federal	Ministério das Cidades	11/05/2006	Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Resolução	476	Federal	Ministério do Emprego e do Trabalho - Conselho Curador do Fundo de Garantia do tempo de Serviço	03/05/2005	Aprova o Programa SANEAMENTO PARA TODOS.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Decreto	3.156	Federal	Presidência	27/08/1999	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nos 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Decreto	7.217	Federal	Presidência	22/06/2010	Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Decreto	7.272	Federal	Presidência	26/08/2010	Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Decreto	7.508	Federal	Presidência	29/06/2011	Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Atualização	Decreto	7.535	Federal	Presidência	27/07/2011	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Decreto	8.141	Federal	Presidência	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Instrução Normativa	10	Federal	Secretaria de Defesa Agropecuária	12/04/2013	Define o programa de gestão de risco diferenciado, baseado em vigilância epidemiológica e adoção de vacinas, para os estabelecimentos avícolas considerados de maior susceptibilidade à introdução e disseminação de agentes patogênicos no plantel avícola nacional e para estabelecimentos avícolas que exerçam atividades que necessitam de maior rigor sanitário.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Portaria	1	Federal	Secretaria de Vigilância em Saúde	14/01/2014	Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos e competência para obtenção do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) de projetos de assentamento de reforma agrária e outros empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e máreas de risco ou endêmica para malária.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Saúde Pública			Nova	Portaria	1	Federal	SVS	13.01.2014	ESTABELECE DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, FLUXOS E COMPETÊNCIA PARA OBTENÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO (LAPM) E DO ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS) DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCO OU ENDÊMICA PARA MALÁRIA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Saúde Pública			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Saúde Pública			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Saúde Pública			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano de Saúde Pública			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal	1990	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano de Saúde Pública			Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde		Nova	Portaria	540	Federal	DNPM	19/12/2014	Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais.	
Plano de Saúde Pública	Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças		Nova	Portaria	540	Federal	DNPM	19/12/2014	Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Portaria Interministerial	419	Federal	MMA/MJ/MC/MS	26/10/2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007. Os Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, resolvem:	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Nova	Decreto	8.124	Federal	Presidência	18/10/2013	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Nova	Portaria	311	Federal	Ministério do Turismo	04/12/2013	Institui a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Nova	Decreto	8.084	Federal	Presidência	27/08/2013	Regulamenta a Lei no 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério da Cultura	05/07/2012	Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	20/08/2009	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5o do Decreto no 99.556, de 1o de outubro de 1990 1, resolve:	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Resolução	4	Federal	CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	26/07/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Resolução	17	Federal	CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	02/03/2012	Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Lei	12.257	Federal	Presidência	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Assembléia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Portaria	187	Federal	IPHAN	09/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Portaria	7	Federal	IPHAN	01/12/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembléia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Portaria	11	Federal	IPHAN	11/09/1986	Resoluções sobre a Instauração do Processo de Tombamento.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Portaria Interministerial	69	Federal	Ministério da Marinha e da Cultura	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, enclalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Educação Patrimonial	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	30/04/2009	Esta portaria regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	20/08/2009	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto no 99.556, de 1º de outubro de 1990 1, resolve:	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Resolução	4	Federal	CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	26/07/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Resolução	17	Federal	CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	02/03/2012	Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Lei	12.257	Federal	Presidência	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Assembleia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Portaria	187	Federal	IPHAN	09/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Portaria	7	Federal	IPHAN	01/12/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Portaria Interministerial	69	Federal	Ministério da Marinha e da Cultura	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, enclalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	30/04/2009	Esta portaria regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	20/08/2009	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto no 99.556, de 1º de outubro de 1990 1, resolve:	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Resolução	4	Federal	CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	26/07/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Resolução	17	Federal	CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	02/03/2012	Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Lei	12.257	Federal	Presidência	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Assembléia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Portaria	7	Federal	IPHAN	01/12/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Portaria	187	Federal	IPHAN	09/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembléia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Portaria Interministerial	69	Federal	Ministério da Marinha e da Cultura	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, enclafados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	30/04/2009	Esta portaria regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Nova	Decreto	8.124	Federal	Presidência	18/10/2013	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	20/08/2009	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto no 99.556, de 1º de outubro de 1990, resolve:	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Resolução	4	Federal	CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	26/07/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Resolução	17	Federal	CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	02/03/2012	Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Lei	12.257	Federal	Presidência	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Assembléia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Portaria	187	Federal	IPHAN	09/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Portaria	7	Federal	IPHAN	01/12/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembléia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	PORTARIA INTERMINISTERIAL	69	Federal	Ministério da Marinha e da Cultura	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	30/04/2009	Esta portaria regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	20/08/2009	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5o do Decreto no 99.556, de 1o de outubro de 1990 1, resolve:	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Resolução	4	Federal	CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	26/07/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Resolução	17	Federal	CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	02/03/2012	Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Lei	12.257	Federal	Presidência	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Assembléia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Portaria	187	Federal	IPHAN	09/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Portaria	7	Federal	IPHAN	01/12/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembléia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	PORTARIA INTERMINISTERIAL	69	Federal	Ministério da Marinha e da Cultura	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva	Projeto de Salvamento Arqueológico	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	30/04/2009	Esta portaria regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Carta de Atenas		Internacional	UNESCO (ICOMOS/ICAHM)	Outubro de 1931	Conclusões e deliberações da Sociedade Internacional de Museus sobre a proteção de monumentos, abordando conclusões gerais a respeito da doutrinas e princípios gerais da proteção, administração e legislação de monumentos históricos, valorização dos monumentos, materiais de restauração, deterioração de monumentos, técnica da conservação, conservação e colaboração internacional; deliberações sobre a anastilose dos monumentos da Acrópole.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Carta de Lausanne (ano 1990)		Internacional	UNESCO (ICOMOS/ICAHM)	Ano de 1990	Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembléia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Carta de Nova Delhi		Internacional	UNESCO (ICOMOS/ICAHM)	05/12/1956	Carta para garantir meios mais eficazes de conservar monumentos e obras do passado.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Lei	9.985	Federal	Congresso Nacional	18/07/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva		PBA	Portaria	22	Federal	IPHAN	24/08/2010	Estabelece o Monitoramento Arqueológico para Canteiro de Obras dos Parques Eólicos de Mangue Seco, no Município de Guamaré, Rio Grande do Norte.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Portaria	7	Federal	IPHAN	01/12/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental, o principal instrumento para a identificação, avaliação e indicação das mitigações e compensações dos impactos ambientais ocasionados por empreendimentos de grande porte.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de arqueologia Preventiva		PBA	Resolução	371	Federal	CONAMA	05/04/2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		Atualização	Lei	6.987	Estadual	Assembléia Legislativa	29/06/2007	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		Atualização	PORTARIA INTERMINISTERIAL	69	Federal	Ministério da Marinha e da Cultura	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	30/04/2009	Esta portaria regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	PBA	Lei	2.178	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	07/04/2011	Dispões sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Altamira e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	30/04/2009	Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Nova	Decreto	8.124	Federal	Presidência	18/10/2013	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Nova	Portaria	311	Federal	Ministério do Turismo	04/12/2013	Institui a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Nova	Decreto	8.084	Federal	Presidência	27/08/2013	Regulamenta a Lei no 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	20/08/2009	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5o do Decreto no 99.556, de 1o de outubro de 1990 1, resolve:	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Resolução	4	Federal	CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	26/07/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Resolução	339	Federal	CONAMA	25/09/2003	Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento dos jardins botânicos, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério da Cultura	05/07/2012	Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Resolução	17	Federal	CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	02/03/2012	Dispões sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Instrução Normativa	19	Federal	ICMBio	16/09/2011	Regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos, culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Lei	12.378	Federal	Presidência	31/12/2010	Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Lei	12.257	Federal	Presidência	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Assembléia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Decreto	95.733	Federal	Presidência	12/02/1988	Dispõe sobre a inclusão no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Portaria	187	Federal	IPHAN	09/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Portaria	7	Federal	IPHAN	01/12/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembléia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	Portaria	11	Federal	IPHAN	11/09/1986	Resoluções sobre a Instauração do Processo de Tombamento.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Atualização	PORTARIA INTERMINISTERIAL	69	Federal	Ministério da Marinha e da Cultura	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, enclachados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Portaria	127	Federal	IPHAN	30/04/2009	Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Portaria	28	Federal	IPHAN	31/01/2003	O Diretor do Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	20/08/2009	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5o do Decreto no 99.556, de 1o de outubro de 1990 1, resolve:	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Resolução	4	Federal	CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Lei	3.924	Federal	Congresso Nacional	26/07/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Portaria	92	Federal	Ministério da Cultura	05/07/2012	Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Resolução	17	Federal	CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	02/03/2012	Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Instrução Normativa	19	Federal	ICMBio	16/09/2011	Regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos, culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Lei	12.378	Federal	Presidência	31/12/2010	Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Lei	12.257	Federal	Presidência	10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Lei	5.629	Estadual	Assembléia Legislativa	20/12/1990	Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Portaria	187	Federal	IPHAN	09/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Portaria	7	Federal	IPHAN	01/12/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	Portaria	11	Federal	IPHAN	11/09/1986	Resoluções sobre a Instauração do Processo de Tombamento.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Atualização	PORTARIA INTERMINISTERIAL	69	Federal	Ministério da Marinha e da Cultura	23/01/1989	Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Nova	Decreto	8.124	Federal	Presidência	18/10/2013	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		PBA	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial		Internacional	UNESCO	17/10/2003		
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		Atualização	Decreto	6.844	Federal	Presidência	07/05/2009	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		Atualização	Decreto	5.753	Federal	Presidência	13/04/2006	Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		PBA	Decreto	3.551	Federal	Presidência	04/08/2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		PBA	Decreto-Lei	25	Federal	Presidência	06/12/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental, o principal instrumento para a identificação, avaliação e indicação das mitigações e compensações dos impactos ambientais ocasionados por empreendimentos de grande porte.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Constituição (Atualizado pela EC nº 71/2012)	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Convenção de Paris	s/n	Internacional	ONU	16/11/1972	Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e natural.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		Atualização	Decreto	80.978	Federal	Presidência	12/12/1977	Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Decreto	7.092	Federal	Presidência	02/02/2010	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das Funções Comissionadas do Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Decreto-Lei	4.146	Federal	Presidência	04/03/1941	Dispõe sobre a proteção de depósitos fossilíferos.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Decreto-Lei	227	Federal	Presidência	28/02/1967	Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas).	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Lei (alterada pela Lei nº 12.529, de 2011)	7.347	Federal	Congresso Nacional	24/07/1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		Atualização	Lei	12.529	Federal	Congresso Nacional	01/11/2011	Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Lei	8.176	Federal	Congresso Nacional	08/02/1991	Define crimes contra a ordem econômica e ria o Sistema de Estoques de Combustíveis.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		PBA	Parecer	107/2010/FM/PROG E/DNPM	Federal	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)	23/04/2010	Apresenta ampla análise jurídico-constitucional sobre as atribuições do DNPM em matéria de fósseis e sítios de valor paleontológico encontrados no território nacional.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico		Atualização	Portaria	247	Federal	MME	08/04/2011	Aprova o Regimento Interno do Departamento Nacional de Produção Mineral.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Valorização do Patrimônio		Nova	Decreto	8.124	Federal	Presidência	18/10/2013	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Valorização do Patrimônio		Nova	Decreto	8.084	Federal	Presidência	27/08/2013	Regulamenta a Lei no 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Valorização do Patrimônio		PBA	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio			Nova	Lei	13.004	Federal		24.06.2014	ALTERA OS ARTS. 1º, 4º E 5º DA LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985, PARA INCLUIR, ENTRE AS FINALIDADES DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA, A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Nova	Lei	180	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	05/11/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Brasil Novo	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Nova	Lei	199	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/03/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Anapu e da outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		Nova	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		Nova	Lei Orgânica	1990	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Valorização do Patrimônio	Programa de Arqueologia Preventiva		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Valorização do Patrimônio			Nova	Estudo para elaboração de Plano Diretor	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Plano Diretor Municipal de Vitória do Xingu.	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano de Valorização do Patrimônio			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Plano Diretor	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	PBA	Decreto-Lei	227	Federal	Presidência	28/02/1967	Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas).	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Decreto	3.358	Federal	Presidência	02/02/2000	Regulamenta o disposto na Lei no 9.827, de 27 de agosto de 1999, que "acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei no 9.314, de 14 de novembro de 1996".	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Lei	7.886	Federal	Presidência	20/11/1989	Regulamenta o art. 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Decreto	386	Estadual	Governador do Estado do Pará	23/03/2012	Regulamenta a Lei no 7.591, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - CERM.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Lei	7.591	Estadual	Governador do Estado do Pará	28/12/2011	Institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - CERM.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	263	Federal	DNPM	13/07/2010	Disciplina a aplicação de autos de paralisação e de interdição nas ações de fiscalização promovidas pelo DNPM.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	216	Federal	DNPM	20/05/2010	Delega competência do Diretor-Geral ao Diretor de Gestão Administrativa, ao Diretor de Gestão de Títulos Minerários e aos Superintendentes do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	79	Federal	DNPM	12/03/2009	Altera as Portarias nos 439, de 21 de novembro de 2003, e 199, de 14 de julho de 2006 e revoga a Portaria no 70, publicada no DOU do dia 12 de março de 2009. O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, XI, do Regimento Interno do DNPM, aprovado pela Portaria MME no 385, de 13 de agosto de 2003,	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	425	Federal	DNPM	22/10/2008	Dispõe sobre a apresentação, ao DNPM, de mapas estatísticos de produção e comercialização de metais não-ferrosos, pelos titulares e arrendatários de direito minerário.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	199	Federal	DNPM	14/07/2006	Estabelece a forma e os documentos necessários para concessão de anuência prévia e averbação de contratos de cessão e transferência de direitos minerários.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	691	Federal	DNPM	03/09/2011	Atualiza os valores dos emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das multas, das vistorias e dos demais serviços prestados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	247	Federal	MME	08/04/2011	Aprova o Regimento Interno do Departamento Nacional de Produção Mineral.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	DECRETO	2.194	Estadual	Assembleia Legislativa	17/03/2010	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para fornecer informações técnicas referentes às unidades de conservação Estação Ecológica Grão Pará e Floresta Estadual do Paru, localizadas no Norte do Estado do Pará.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	439	Federal	DNPM	21/11/2003	O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com fundamento no que dispõem os arts. 20, § 1º; 174 e 176 da Constituição Federal, o Decreto-lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 [1] (Código de Mineração), as Leis no 7.990 de 28 de dezembro de 1989 [2] e 8.001, de 13 de março de 1990 [3] e, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 27, do Decreto no 1, de 11 de janeiro de 1991 [4] e art. 3º, inciso IX, da Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994 [5], a Portaria no 5, de 17 de janeiro de 1995 [6], do Ministro de Minas e Energia e,	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	315	Federal	DNPM	31/07/2008	Altera a Portaria no 270, de 10 de julho de 2008, que institui o Cadastro de Titulares de Direitos Minerários - CTDM no âmbito do DNPM.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	270	Federal	DNPM	10/07/2008	Institui o Cadastro de Titulares de Direitos Minerários - CTDM no âmbito do DNPM.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	269	Federal	DNPM	10/07/2008	Regulamenta o arrendamento de direitos minerários.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Lei	11.685	Federal	Presidência	02/06/2008	Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	15	Federal	DNPM	07/01/2008	Estabelece que os requerentes e titulares de direitos minerários pessoas jurídicas deverão ser identificados no DNPM por meio do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do estabelecimento matriz e altera a Portaria DNPM no 199, de 14 de julho de 2006 1.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	456	Federal	DNPM	26/11/2007	Estabelece a tonelada como unidade de medida-padrão para uso nos documentos exigíveis pela legislação minerária relativos às substâncias especificadas, e dá outras providências	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	144	Federal	MME	23/06/2006	O Ministro de Estado de Minas e Energia, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto no 5.267, de 9 de novembro de 2004, resolve:  O Ministro de Estado de Minas e Energia, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto no 5.267, de 9 de novembro de 2004, resolve:	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	268	Federal	DNPM	27/09/2005	Institui o pré-requerimento eletrônico para obtenção de alvará de pesquisa, registro de licença, permissão de lavra garimpeira e registro de extração.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	439	Federal	DNPM	21/11/2003	O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com fundamento no que dispõem os arts. 20, § 1º; 174 e 176 da Constituição Federal, o Decreto-lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 [1] (Código de Mineração), as Leis no 7.990 de 28 de dezembro de 1989 [2] e 8.001, de 13 de março de 1990 [3] e, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 27, do Decreto no 1, de 11 de janeiro de 1991 [4] e art. 3º, inciso IX, da Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994 [5], a Portaria no 5, de 17 de janeiro de 1995 [6], do Ministro de Minas e Energia e,	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	DNPM	03/04/2002	O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com fundamento no que dispõem dos arts. 20, § 1º, 174 e 176 da Constituição Federal, o Decreto-lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 1 (Código de Mineração), as Leis nos 7.990, de 28 de dezembro de 1989 2, 8.001, de 13 de março de 1990 3 e 9.993, de 24 de julho de 2000 4, e no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 27, do Decreto no 1, de 11 de janeiro de 1991 5 e art. 3º, inciso IX, da Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994 6 e Portaria no 5, de 17 de janeiro de 1995 7, do Ministério de Minas e Energia, resolve	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Portaria	237	Federal	DNPM	18/10/2001	Aprova as Normas Reguladoras de Mineração - NRM, de que trata o art. 97 do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Lei	8.876	Federal	Presidência	02/05/1994	Autoriza o Poder Executivo a instituir como Autarquia, o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e dá outras providências.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Atualização	Lei	8.970	Federal	Presidência	28/12/1994	Transforma a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM em empresa pública, e dá outras providências.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		Atualização	Portaria	117	Federal	MME	05/04/2012	O Ministro de Estado de Minas e Energia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto no 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta do Processo no 48000.000513/2013-71, resolve:	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		Atualização	Instrução Normativa Interministerial	1	Federal	SEAP-PR/MPOG/SPU-MPOG	01/10/2007	Estabelece os procedimentos operacionais entre a SEAP/PR e a SPU/MP para a autorização de uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aquicultura	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		Atualização	Moção	57	Federal	CNRH	16/12/2010	Recomenda princípios e prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação em recursos hídricos.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		Atualização	Resolução Conjunta	3	Federal	ANA - ANEEL	10/08/2010	Estabelecer as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água associado a aproveitamentos hidrelétricos, e dar outras providências.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		Atualização	Resolução	91	Federal	CNRH	05/11/2008	Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		PBA	NBR	6.484	Federal	ABNT	28/02/2001	Prescreve o método de execução de sondagens de simples reconhecimento de solos, com SPT, cujas finalidades, para aplicações em Engenharia Civil.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		Atualização	Portaria	416	Federal	DNPM	03/09/2012	Cria o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração e dispõe sobre o Plano de Segurança, Revisão Periódica de Segurança e Inspeções Regulares e Especiais de Segurança das Barragens de Mineração conforme a Lei no 12.334, de 20 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		Atualização	Resolução	3	Estadual	CERH-PA	03/09/2008	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Lei	12.334	Federal	Presidência	20/09/2010	Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4o da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Instrução Normativa	152	Federal	IBAMA	17/01/2007	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 26, inciso V, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto no 5.718, de 13 de março de 2006 e no art. 95, item VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA no 230, de 14 de maio de 2002.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	ICMBio	28/04/2010	O Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, nomeado pela Portaria no 532, de 30 de julho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, do Anexo I ao Decreto no 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, Considerando a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências;	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Lei	12.651	Federal	Presidência	25/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	01/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Resolução	91	Federal	ANA	02/04/2012	Estabelece a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem e da Revisão Periódica de Segurança da Barragem, conforme art. 8o, 10 e 19 da Lei no 12.334 de 20 de setembro de 2010 - a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Resolução	662	Federal	ANA	29/11/2010	Estabelece procedimentos acerca das atividades de fiscalização do uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União exercidas pela Agência Nacional de Águas - ANA	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Resolução	10	Estadual	CERH-PA	03/09/2010	Dispõe sobre os critérios para análise de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos e dá outras providências	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Decreto	3.358	Federal	Presidência	02/02/2000	Regulamenta o disposto na Lei no 9.827, de 27 de agosto de 1999, que "acrescenta parágrafo único ao art. 2o do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei no 9.314, de 14 de novembro de 1996".	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Lei	7.886	Federal	Presidência	20/11/1989	Regulamenta o art. 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Decreto	386	Estadual	Governador do Estado do Pará	23/03/2012	Regulamenta a Lei no 7.591, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - CERM.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Lei	7.591	Estadual	Governador do Estado do Pará	28/12/2011	Institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - CERM.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Portaria	263	Federal	DNPM	13/07/2010	Disciplina a aplicação de autos de paralisação e de interdição nas ações de fiscalização promovidas pelo DNPM.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Portaria	216	Federal	DNPM	20/05/2010	Delega competência do Diretor-Geral ao Diretor de Gestão Administrativa, ao Diretor de Gestão de Títulos Minerários e aos Superintendentes do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Portaria	79	Federal	DNPM	12/03/2009	Altera as Portarias nos 439, de 21 de novembro de 2003, e 199, de 14 de julho de 2006 e revoga a Portaria no 70, publicada no DOU do dia 12 de março de 2009. O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, XI, do Regimento Interno do DNPM, aprovado pela Portaria MME no 385, de 13 de agosto de 2003,	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Portaria	425	Federal	DNPM	22/10/2008	Dispõe sobre a apresentação, ao DNPM, de mapas estatísticos de produção e comercialização de metais não-ferrosos, pelos titulares e arrendatários de direito minerário.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Portaria	199	Federal	DNPM	14/07/2006	Estabelece a forma e os documentos necessários para concessão de anuência prévia e averbação de contratos de cessão e transferência de direitos minerários.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		Atualização	Portaria	691	Federal	DNPM	03/09/2011	Atualiza os valores dos emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das multas, das vistorias e dos demais serviços prestados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		PBA	NBR	11.682	Federal	ABNT	21/08/2009	Prescreve os requisitos exigíveis para o estudo e controle da estabilidade de encostas e de taludes resultantes de cortes e aterros realizados em encostas. Abrange, também, as condições para estudos, projeto, execução, controle e observação de obras de estabilização. Não estão incluídas nesta Norma os requisitos específicos aplicáveis a taludes de cavas de mineração e a taludes de barragens, de subsolos de prédios e de cavas de metrô, a aterros sobre solos moles e de encontro de pontes, bem como qualquer outra situação distinta que não envolva encostas.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos		PBA	Resolução	302	Federal	CONAMA	20/03/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Sismicidade		PBA	ISO	19338:2007	Internacional	ISO	04/06/2008	Fornecer desempenho e avaliação de requisitos para os padrões de design para concreto estrutural. Ele pode ser usado para a harmonização internacional de design e requisitos de construção. Inclui requisitos que definem o desempenho estrutural exigido concreto, os critérios que dão meios para expressar as exigências e cláusulas de avaliação, que dão métodos aceitáveis de verificar os critérios específicos.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Sismicidade		Atualização	ISO	19338:2007	Internacional	ISO	04/06/2008	Fornecer desempenho e avaliação de requisitos para os padrões de design para concreto estrutural. Ele pode ser usado para a harmonização internacional de design e requisitos de construção. Inclui requisitos que definem o desempenho estrutural exigido concreto, os critérios que dão meios para expressar as exigências e cláusulas de avaliação, que dão métodos aceitáveis de verificar os critérios específicos.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Sismicidade		Atualização	ISO	19338:2007	Internacional	ISO	17/06/2009	Fornecer desempenho e avaliação de requisitos para os padrões de design para concreto estrutural. Ele pode ser usado para a harmonização internacional de design e requisitos de construção. Inclui requisitos que definem o desempenho estrutural exigido concreto, os critérios que dão meios para expressar as exigências e cláusulas de avaliação, que dão métodos aceitáveis de verificar os critérios específicos.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Sismicidade		PBA	NBR	15.421	Federal	ABNT	30/11/2006	Fixa os requisitos exigíveis para verificação da segurança das estruturas usuais da construção civil relativamente às ações de sismos e os critérios de quantificação destas ações e das resistências a serem consideradas no projeto das estruturas de edificações, relativamente a estas ações, quaisquer que sejam sua classe e destino, salvo os casos previstos em Normas Brasileiras específicas.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Monitoramento da Sismicidade		PBA	NBR	6.118	Federal	ABNT	21/05/2007	Fixa os requisitos básicos exigíveis para projeto de estruturas de concreto simples, armado e protendido, excluídas aquelas em que se empregam concreto leve, pesado ou outros especiais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias			Portaria	526	Federal	DNPM	09.12.2013	ESTABELECE A PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO E REVISÃO, A QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O CONTEÚDO MÍNIMO E O NÍVEL DE DETALHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA DAS BARRAGENS DE MINERAÇÃO (PAEBM), CONFORME ART. 8º, 11 E 12 DA LEI Nº 12.334, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010, QUE ESTABELECE A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (PNSB), E ART. 8º DA PORTARIA Nº 416, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias			Portaria	67	Federal	DNPM	14.02.2014	ALTERA A PORTARIA DNPM Nº 374, DE 01-10-2009, QUE APROVA A NORMA TÉCNICA QUE DISPÕE SOBRE AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O APROVEITAMENTO DE ÁGUA MINERAL, TERMAL, GASOSA, POTÁVEL DE MESA, DESTINADAS AO ENVASE, OU COMO INGREDIENTE PARA O PREPARO DE BEBIDAS EM GERAL OU AINDA DESTINADA PARA FINS BALNEÁRIOS, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais	Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios		Nova	Resolução	153	Federal	CNRH	17.12.2013	ESTABELECE CRITÉRIOS E DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE RECARGA ARTIFICIAL DE AQUÍFEROS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO. RECARGA ARTIFICIAL - INTRODUÇÃO NÃO NATURAL DE ÁGUA EM UM AQUÍFERO, POR INTERVENÇÃO ANTRÓPICA PLANEJADA, POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS PROJETADAS PARA ESTE FIM;	
Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais			Nova	Portaria	540	Federal	DNPM	19/12/2014	Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	PBA	Norma	15.495-1	Federal	ABNT	18/06/2007	Fixa os requisitos exigíveis para a execução de projeto e construção de poços de monitoramento de águas subterrâneas em meios granulares.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	PBA	Norma	6.010	Estadual/SP	CETESB	Abril de 1988	Fornecer diretrizes para implantação de poços, amostragem e monitoramento das águas subterrâneas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Resolução	379	Federal	Agência Nacional das Águas	21/03/2013	Aprova o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Resolução	1.485	Federal	Agência Nacional das Águas	16/12/2013	Estabelece procedimentos para acompanhamento e certificação das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO, e define os critérios a serem observados para o alcance das metas de cooperação federativa, correspondentes ao ano de 2013.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Resolução	1.041	Federal	Agência Nacional das Águas	19/09/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Resolução	903	Federal	Agência Nacional das Águas	06/08/2013	Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais - RNQA e estabelece suas diretrizes.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Portaria Conjunta	148	Federal	Agência Nacional das Águas, Ministério da Integração Nacional, Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres	24/12/2013	Estabelece o Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Moção	61	Federal	CNRH	10/07/2012	Recomenda promoção de ações de ciência e tecnologia para melhoria de técnicas de monitoramento e de tratamento de água de abastecimento e de efluentes, visando a remoção de micropoluentes emergentes e eliminação de micro-organismos patogênicos emergentes.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Portaria Interministerial	419	Federal	MMA/MJ/MC/MS	28/10/2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Moção	57	Federal	CNRH	16/12/2010	Recomenda princípios e prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação em recursos hídricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	420	Federal	CONAMA	30/12/2009	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Moção	40	Federal	CNRH	07/12/2006	Recomenda princípios e prioridades de investimento de ciência e tecnologia em recursos hídricos. □	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 10 da Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Lei	9.984	Federal	Congresso Nacional	18/07/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Decreto	7.708	Federal	Presidência	03/04/2012	Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NEBS.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	567	Federal	ANA	19/08/2009	Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da Agência Nacional de Águas - ANA.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	766	Federal	ANA	03/01/2011	Altera e acresce dispositivos na Resolução ANA nº 567, de 17 de agosto de 2009.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	430	Federal	CONAMA	16/05/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	25	Federal	ANA	01/02/2012	Estabelece diretrizes para análise dos aspectos de qualidade da água dos pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos em reservatórios de domínio da União.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Instrução Normativa	55	Estadual	SEMA	11/10/2010	Dispõe sobre os procedimentos referentes aos requerimentos de concessão de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos no âmbito desta Secretaria, revoga a IN no 31/2009 e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	10	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	03/09/2010	Dispõe sobre os critérios para análise de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	107	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	01/06/2010	Estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, a implantação e a operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	92	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH	05/11/2008	Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	22	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH	24/05/2002	Estabelece diretrizes para inserção das águas subterrâneas no instrumento Planos de Recursos Hídricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Lei	6.381	Estadual	Assembleia Legislativa	27/07/2001	Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	3	Federal	ANEEL/ANA	10/08/2010	Estabelece condições e procedimentos a serem observados pelos concessionários de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico e sedimentométrico associado a aproveitamentos hidrelétricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Atualização	Decreto	5.565	Estadual	Governo do Estado	14/10/2002	Define o Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos e da Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Nova	Decreto	8.141	Federal	Presidência	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	PBA	Resolução	396	Federal	CONAMA	03/04/2008	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Decreto	5.565	Estadual	Governo do Estado	14/10/2002	Define o Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos e da Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Moção	61	Federal	CNRH	10/07/2012	Recomenda promoção de ações de ciência e tecnologia para melhoria de técnicas de monitoramento e de tratamento de água de abastecimento e de efluentes, visando a remoção de micropoluentes emergentes e eliminação de micro-organismos patogênicos emergentes.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Portaria Interministerial	419	Federal	MMA/MJ/MC/MS	28/10/2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Moção	57	Federal	CNRH	16/12/2010	Recomenda princípios e prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação em recursos hídricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	420	Federal	CONAMA	30/12/2009	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Moção	40	Federal	CNRH	07/12/2006	Recomenda princípios e prioridades de investimento de ciência e tecnologia em recursos hídricos. □	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1o da Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Lei	9.984	Federal	Congresso Nacional	18/07/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Decreto	7.708	Federal	Presidência	03/04/2012	Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NEBS.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	567	Federal	ANA	19/08/2009	Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da Agência Nacional de Águas - ANA.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	766	Federal	ANA	03/01/2011	Altera e acresce dispositivos na Resolução ANA nº 567, de 17 de agosto de 2009.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	430	Federal	CONAMA	16/05/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	25	Federal	ANA	01/02/2012	Estabelece diretrizes para análise dos aspectos de qualidade da água dos pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos em reservatórios de domínio da União.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Instrução Normativa	55	Estadual	SEMA	11/10/2010	Dispõe sobre os procedimentos referentes aos requerimentos de concessão de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos no âmbito desta Secretaria, revoga a IN no 31/2009 e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	10	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	03/09/2010	Dispõe sobre os critérios para análise de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	107	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	13/04/2010	Estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, a implantação e a operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	92	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH	05/11/2008	Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	22	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH	24/05/2002	Estabelece diretrizes para inserção das águas subterrâneas no instrumento Planos de Recursos Hídricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Lei	6.381	Estadual	Assembleia Legislativa	27/07/2001	Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Resolução	3	Federal	ANEEL/ANA	10/08/2010	Estabelece condições e procedimentos a serem observados pelos concessionários de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico e sedimentométrico associado a aproveitamentos hidrelétricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Nova	Decreto	8.141	Federal	Presidência	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Nova	Resolução	379	Federal	Agência Nacional das Águas	21/03/2013	Aprova o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Nova	Resolução	1.485	Federal	Agência Nacional das Águas	16/12/2013	Estabelece procedimentos para acompanhamento e certificação das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO, e define os critérios a serem observados para o alcance das metas de cooperação federativa, correspondentes ao ano de 2013.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Nova	Resolução	1.041	Federal	Agência Nacional das Águas	19/09/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Nova	Resolução	903	Federal	Agência Nacional das Águas	06/08/2013	Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais - RNQA e estabelece suas diretrizes.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento do Microclima Local		Nova	Resolução	379	Federal	Agência Nacional das Águas	21/03/2013	Aprova o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento do Microclima Local		Nova	Resolução	1.485	Federal	Agência Nacional das Águas	16/12/2013	Estabelece procedimentos para acompanhamento e certificação das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO, e define os critérios a serem observados para o alcance das metas de cooperação federativa, correspondentes ao ano de 2013.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento do Microclima Local		Nova	Resolução	1.041	Federal	Agência Nacional das Águas	19/09/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento do Microclima Local		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento do Microclima Local		Nova	Resolução	903	Federal	Agência Nacional das Águas	06/08/2013	Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais - RNQA e estabelece suas diretrizes.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Resolução	379	Federal	Agência Nacional das Águas	21/03/2013	Aprova o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Resolução	1.485	Federal	Agência Nacional das Águas	16/12/2013	Estabelece procedimentos para acompanhamento e certificação das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO, e define os critérios a serem observados para o alcance das metas de cooperação federativa, correspondentes ao ano de 2013.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Instrução Normativa	4	Estadual	Secretaria Estadual do Meio Ambiente	10/05/2013	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades aquícolas no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Resolução	1.041	Federal	Agência Nacional das Águas	19/09/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Portaria Conjunta	148	Federal	Agência Nacional das Águas, Ministério da Integração Nacional, Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres	24/12/2013	Estabelece o Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Resolução	903	Federal	Agência Nacional das Águas	06/08/2013	Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais - RNQA e estabelece suas diretrizes.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		PBA	Lei	6.462	Estadual	Assembleia Legislativa	04/07/2002	Regula a Política de Florestas e demais formas de vegetação que tem por objetivo incentivar a recuperação de áreas alteradas para fins energéticos, madeireiros, frutíferos, industriais ou outros, mediante o repovoamento florestal e agroflorestal com espécies nativas e exóticas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Resolução	3	Federal	ANEEL/ANA	10/08/2010	Estabelece condições e procedimentos a serem observados pelos concessionários de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico e sedimentométrico associado a aproveitamentos hidrelétricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Resolução	3	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	03/09/2008	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	IBAMA	14/04/2011	Estabelece procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Área Alterada, para fins de cumprimento da legislação ambiental.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Resolução	429	Federal	CONAMA	02/03/2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Resolução	369	Federal	CONAMA	29/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Lei	6.462	Estadual	Assembleia Legislativa	05/07/2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	PBA	Resolução	3	Federal	ANEEL/ANA	10/08/2010	Estabelece condições e procedimentos a serem observados pelos concessionários de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico e sedimentométrico associado a aproveitamentos hidrelétricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Resolução	430	Federal	CONAMA	16/05/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Nova	Resolução	379	Federal	Agência Nacional das Águas	21/03/2013	Aprova o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Nova	Resolução	1.485	Federal	Agência Nacional das Águas	16/12/2013	Estabelece procedimentos para acompanhamento e certificação das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO, e define os critérios a serem observados para o alcance das metas de cooperação federativa, correspondentes ao ano de 2013.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Nova	Resolução	1.041	Federal	Agência Nacional das Águas	19/09/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Nova	Portaria Conjunta	148	Federal	Agência Nacional das Águas, Ministério da Integração Nacional, Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres	24/12/2013	Estabelece o Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Nova	Resolução	903	Federal	Agência Nacional das Águas	06/08/2013	Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais - RNQA e estabelece suas diretrizes.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Lei	6.381	Estadual	Assembleia Legislativa	27/07/2001	Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 10 da Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Resolução	16	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	08/05/2001	Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Resolução	10	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	03/09/2010	Dispõe sobre os critérios para análise de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Resolução	3	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	03/09/2008	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Decreto	5.565	Estadual	Governo do Estado	14/10/2002	Define o órgão gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos e da Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	Ministério do Meio Ambiente	03/07/2000	Aprova os procedimentos administrativos para a emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos, em cursos d'água de domínio da União.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Resolução	141	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	10/07/2012	Estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, em rios intermitentes e efêmeros, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Atualização	Portaria	443	Federal	Ministério da Saúde	06/10/1978	Aprova as normas sobre proteção sanitária dos mananciais, dos serviços de abastecimento público e o controle de qualidade da água nos mesmos, e das instalações prediais.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	PBA	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 10 da Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Portaria	2.914	Federal	Ministério da Saúde	14/12/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	17/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	PBA	Resolução	274	Federal	CONAMA	25/01/2001	Dispõe sobre as condições de balneabilidade (recreação de contato primário) das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	454	Federal	CONAMA	01/11/2012	Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	3	Federal	ANEEL/ANA	10/08/2010	Estabelece condições e procedimentos a serem observados pelos concessionários de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico e sedimentométrico associado a aproveitamentos hidrelétricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Moção	61	Federal	CNRH	10/07/2012	Recomenda promoção de ações de ciência e tecnologia para melhoria de técnicas de monitoramento e de tratamento de água de abastecimento e de efluentes, visando a remoção de micropoluentes emergentes e eliminação de micro-organismos patogênicos emergentes.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Portaria Interministerial	419	Federal	MMA/MJ/MC/MS	28/10/2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Moção	57	Federal	CNRH	16/12/2010	Recomenda princípios e prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação em recursos hídricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	420	Federal	CONAMA	30/12/2009	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Moção	40	Federal	CNRH	07/12/2006	Recomenda princípios e prioridades de investimento de ciência e tecnologia em recursos hídricos.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	09/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 10 da Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Lei	9.984	Federal	Congresso Nacional	18/07/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Decreto	7.708	Federal	Presidência	03/04/2012	Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NEBS.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	567	Federal	ANA	19/08/2009	Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da Agência Nacional de Águas - ANA.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	766	Federal	ANA	03/01/2011	Altera e acresce dispositivos na Resolução ANA nº 567, de 17 de agosto de 2009.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	430	Federal	CONAMA	16/05/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	25	Federal	ANA	01/02/2012	Estabelece diretrizes para análise dos aspectos de qualidade da água dos pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos em reservatórios de domínio da União.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Instrução Normativa	55	Estadual	SEMA	11/10/2010	Dispõe sobre os procedimentos referentes aos requerimentos de concessão de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos no âmbito desta Secretaria, revoga a IN no 31/2009 e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	10	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	03/09/2010	Dispõe sobre os critérios para análise de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	107	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	13/04/2010	Estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, a implantação e a operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	92	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH	05/11/2008	Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	22	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH	24/05/2002	Estabelece diretrizes para inserção das águas subterrâneas no instrumento Planos de Recursos Hídricos.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Lei	6.381	Estadual	Assembleia Legislativa	27/07/2001	Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Resolução	357	Federal	CONAMA	18/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Decreto	5.440	Federal	Presidência	05/05/2005	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Atualização	Decreto	5.565	Estadual	Governo do Estado	14/10/2002	Define o Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos e da Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Decreto	8.141	Federal	Presidência	21/11/2013	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Resolução	379	Federal	Agência Nacional das Águas	21/03/2013	Aprova o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Resolução	1.485	Federal	Agência Nacional das Águas	16/12/2013	Estabelece procedimentos para acompanhamento e certificação das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO, e define os critérios a serem observados para o alcance das metas de cooperação federativa, correspondentes ao ano de 2013.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Resolução	1.041	Federal	Agência Nacional das Águas	19/09/2013	Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recurso hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Decreto	8.039	Federal	Presidência	05/07/2013	Altera o Decreto no 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Portaria	130	Federal	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19/11/2013	Dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Resolução	903	Federal	Agência Nacional das Águas	06/08/2013	Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais - RNQA e estabelece suas diretrizes.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos			Nova	Resolução	153	Federal	CNRH	17.12.2013	ESTABELECE CRITÉRIOS E DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE RECARGA ARTIFICIAL DE AQUÍFEROS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO. RECARGA ARTIFICIAL - INTRODUÇÃO NÃO NATURAL DE ÁGUA EM UM AQUÍFERO, POR INTERVENÇÃO ANTRÓPICA PLANEJADA, POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS PROJETADAS PARA ESTE FIM;	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos			Nova	Lei	168	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	20/08/2009	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos			Nova	Instrução Normativa	11	Federal	ICMBio	12/12/2014	Estabelecer procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Nova	Lei	13.081	Federal	Poder Executivo	05/01/2015	Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis n 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos	Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques		Nova	Lei	13.081	Federal	Poder Executivo	05/01/2015	Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis n 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.	
Plano de Gestão de Recursos Hídricos			Nova	Portaria	297	Federal	ANA	29/12/2014	Dispõe sobre procedimentos internos para implementação do Protocolo de Segurança de Barragens em Caso de Emergência, para atendimento à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gestão de Recursos Hídricos			Nova	Portaria	540	Federal	DNPM	19/12/2014	Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Portaria	194	Federal	ICMBIO	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	03/07/2013	Dispõe sobre normas e padrões para o transporte de caranguejo-uçá, <i>Ucides cordatus</i> , nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Instrução Normativa	32	Federal	ICMBIO	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Portaria	203	Federal	ICMBIO	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo e formas de implementação e supervisão.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		PBA	Lei	1.765	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	19/09/2007	Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente do município de Altamira, dispõe sobre a política e o sistema municipal de meio ambiente, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	24/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	21/08/2009	Estabelece a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Decreto	99.556	Federal	Presidência	02/10/1990	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Decreto	6.640	Federal	Presidência	10/11/2008	Dá nova redação aos arts. 1c, 2c, 3c, 4c e 5c e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto nº 99.556, de 1c de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Portaria	236	Federal	MMA	08/08/2008	Reestrutura o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Instrução Normativa	154	Federal	IBAMA	02/03/2007	Institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - Sisbio, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Lei	6.381	Estadual	Assembleia Legislativa	27/07/2001	Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	ICMBIO	29/04/2010	Estabelece procedimentos para a obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação no interior de Florestas Nacionais para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, bem como para uso alternativo do solo, nas hipóteses admitidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, pelo ato de criação da Unidade de Conservação e por seu respectivo Plano de Manejo.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Portaria	358	Federal	MMA	01/10/2009	Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, que tem como objetivo desenvolver estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Portaria	78	Federal	ICMBIO	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, PA) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da Área Diretamente Afetada		Atualização	Decreto Legislativo	74	Federal	Congresso Nacional	04/07/1977	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	PBA	Decreto	4.340	Federal	Presidência	22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais – POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	ICMBIO	30/12/2013	Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	16/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	PBA	Decreto	6.848	Federal	Presidência	15/05/2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	PBA	Lei	9.985	Federal	Congresso Nacional	18/07/2000	Estabelece o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Portaria Conjunta	1	Federal	FUNAI/ICMBIO	05/06/2013	Cria Grupo de Trabalho Interinstitucional com o objetivo de identificar e analisar situações de interface entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, inclusive Reservas Extrativistas - RESEX, caracterizando as situações de conflito e as situações não conflituosas.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	14	Federal	IBAMA	19/05/2009	Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a cobrança de multas no âmbito do IBAMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	29	Federal	ICMBIO	10/09/2012	Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	26	Federal	ICMBIO	06/07/2012	Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Lei	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Portaria	421	Federal	MMA	28/10/2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Nova	Instrução Normativa	11	Federal	IBAMA	06/06/2013	Altera a Instrução Normativa no 08/2011, que regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento para a Compensação Ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa (Alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11/2013)	8	Federal	IBAMA	15/07/2011	Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto nos Decretos no 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Resolução	428	Federal	CONAMA	20/12/2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o artigo 36, § 3o, da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Portaria	2.640	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	30/11/2010	Dispõe sobre o Planejamento da Coordenadoria de Unidade de Conservação - CUC da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	ICMBIO	29/04/2010	Estabelece procedimentos para a obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação no interior de Florestas Nacionais para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, bem como para uso alternativo do solo, nas hipóteses admitidas pela Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, pelo ato de criação da Unidade de Conservação e por seu respectivo Plano de Manejo.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Decreto	7.154	Federal	Presidência	12/04/2010	Sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos de aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de unidades de conservação bem como para autorizar a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Portaria Conjunta	4	Federal	INCRA/ICM	26/03/2010	O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA efetuará a concessão de direito real de uso ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio das áreas de seu domínio localizadas em unidades de conservação federal de posse e domínio públicos, conforme modelo constante do ANEXO I.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Portaria Interministerial	436	Federal	MPOG/MMA	03/12/2009	O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP, através da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, efetuará a entrega ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, nos termos do art. 79 do Decreto-Lei no 9.760, de 1946, das áreas de domínio da União, ainda que não incorporadas ao seu patrimônio, localizadas em Unidades de Conservação Federais de posse e domínio públicos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, conforme Lei no 9.985, de 2000.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	ICMBIO	02/12/2009	Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	ICMBIO	18/09/2009	Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Portaria	31	Federal	ICMBIO	15/05/2009	Cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Altamira, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Lei	7.213	Estadual	Assembleia Legislativa	04/11/2008	Altera o art. 1o da Lei Estadual no 6.745, de 6 de maio de 2005, que instituiu o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Portaria Interministerial	3	Federal	MDA/MMA	06/10/2008	Reconhece os povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação das categorias de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, como potenciais beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	8	Federal	ICMBIO	19/09/2008	Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	ICMBIO	08/04/2008	Disciplina os procedimentos para a autorização de pesquisas em Unidades de Conservação Federais das categorias Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que envolvam acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	ICMBIO	20/09/2007	Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	ICMBIO	20/09/2007	Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Resolução	371	Federal	CONAMA	06/04/2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 1, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Decreto	5.746	Federal	Presidência	06/04/2006	Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Lei	11.284	Federal	Congresso Nacional	03/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis no 10.683, de 28 de maio de 20031, 5.868, de 12 de dezembro de 1972 2, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 3, 4.771, de 15 de setembro de 1965 4, 6.938, de 31 de agosto de 1981 5, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 6; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Portaria	380	Federal	MMA	28/12/2005	Define os procedimentos para organização e manutenção do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pelo art. 50 da Lei no9.985, de 18 de julho de 2000.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Lei	11.132	Federal	Congresso Nacional	05/07/2005	Acrescenta artigo à Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Resolução	331	Federal	CONAMA	30/04/2003	Instituir a Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Decreto	4.340	Federal	Presidência	23/08/2002	Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Atualização	Resolução	11	Federal	CONAMA	11/08/1989	Dispõe sobre as queimadas de manejo nas Unidades de Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	PBA	Decreto	4.340	Federal	Presidência	22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	PBA	Decreto	6.848	Federal	Presidência	15/05/2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	PBA	Lei	9.985	Federal	Congresso Nacional	18/07/2000	Estabelece o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Portaria Conjunta	1	Federal	FUNAI/ICMBIO	05/06/2013	Cria Grupo de Trabalho Interinstitucional com o objetivo de identificar e analisar situações de interface entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, inclusive Reservas Extrativistas - RESEX, caracterizando as situações de conflito e as situações não conflituosas.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	14	Federal	IBAMA	19/05/2009	Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a cobrança de multas no âmbito do IBAMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	29	Federal	ICMBIO	10/09/2012	Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	26	Federal	ICMBIO	06/07/2012	Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Lei	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Portaria	421	Federal	MMA	26.10.2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Nova	Instrução Normativa	11	Federal	IBAMA	06/06/2013	Altera a Instrução Normativa no 08/2011, que regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento para a Compensação Ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa (Alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11/2013)	8	Federal	IBAMA	15/07/2011	Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto nos Decretos no 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Resolução	428	Federal	CONAMA	20/12/2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o artigo 36, § 3º, da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Portaria	2.640	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	30/11/2010	Dispõe sobre o Planejamento da Coordenadoria de Unidade de Conservação - CUC da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	ICMBIO	29/04/2010	Estabelece procedimentos para a obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação no interior de Florestas Nacionais para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, bem como para uso alternativo do solo, nas hipóteses admitidas pela Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, pelo ato de criação da Unidade de Conservação e por seu respectivo Plano de Manejo.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Decreto	7.154	Federal	Presidência	12/04/2010	Sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos de aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de unidades de conservação bem como para autorizar a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Portaria Conjunta	4	Federal	INCRA/ICM	26/03/2010	O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA efetuará a concessão de direito real de uso ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio das áreas de seu domínio localizadas em unidades de conservação federal de posse e domínio públicos, conforme modelo constante do ANEXO I.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Portaria Interministerial	436	Federal	MPOG/MMA	03/12/2009	O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP, através da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, efetuará a entrega ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, nos termos do art. 79 do Decreto-Lei no 9.760, de 1946, das áreas de domínio da União, ainda que não incorporadas ao seu patrimônio, localizadas em Unidades de Conservação Federais de posse e domínio públicos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, conforme Lei no 9.985, de 2000.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	ICMBIO	02/12/2009	Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	ICMBIO	18/09/2009	Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Portaria	31	Federal	ICMBIO	15/05/2009	Cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Altamira, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Lei	7.213	Estadual	Assembleia Legislativa	04/11/2008	Altera o art. 1o da Lei Estadual no 6.745, de 6 de maio de 2005, que instituiu o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Lei	6.745	Estadual	Assembleia Legislativa	12/05/2005	Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Portaria Interministerial	3	Federal	MDA/MMA	06/10/2008	Reconhece os povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação das categorias de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, como potenciais beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	8	Federal	ICMBIO	19/09/2008	Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	ICMBIO	08/04/2008	Disciplina os procedimentos para a autorização de pesquisas em Unidades de Conservação Federais das categorias Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que envolvam acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	ICMBIO	20/09/2007	Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	ICMBIO	20/09/2007	Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Resolução	371	Federal	CONAMA	06/04/2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 1, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Decreto	5.746	Federal	Presidência	06/04/2006	Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Lei	11.284	Federal	Congresso Nacional	03/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis no 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972 2, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 3, 4.771, de 15 de setembro de 1965 4, 6.938, de 31 de agosto de 1981 5, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 6; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Portaria	380	Federal	MMA	28/12/2005	Define os procedimentos para organização e manutenção do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pelo art. 50 da Lei no9.985, de 18 de julho de 2000.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Lei	11.132	Federal	Congresso Nacional	05/07/2005	Acrescenta artigo à Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais – POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	ICMBIO	30/12/2013	Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	16/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Resolução	331	Federal	CONAMA	30/04/2003	Instituir a Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Atualização	Decreto	4.340	Federal	Presidência	23/08/2002	Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Portaria	194	Federal	ICMBIO	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	03/07/2013	Dispõe sobre normas e padrões para o transporte de caranguejo-uçá, <i>Ucides cordatus</i> , nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Instrução Normativa	32	Federal	ICMBIO	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Portaria	202	Federal	ICMBIO	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Cachorro Vinagre, <i>Speothos venaticus</i> - PAN Cachorro Vinagre, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	PBA	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	PBA	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Instrução Normativa	52	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	17/09/2010	Estabelece normas e procedimentos para o plano de conservação de fauna silvestre em áreas que necessitem de prévia supressão vegetal em processos de licenciamento ambiental, no âmbito do Estado, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Instrução Normativa	43	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	07/05/2010	Estabelece procedimentos para a gradação de impacto ambiental, nos casos de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Atualização	Instrução Normativa	6	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	03/12/2007	Estabelece procedimentos para a gradação de impacto ambiental, nos casos de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Portaria	194	Federal	ICMBIO	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Instrução Normativa	32	Federal	ICMBIO	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Portaria	202	Federal	ICMBIO	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Cachorro Vinagre, Speothos venaticus - PAN Cachorro Vinagre, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Portaria Normativa	15	Federal	IBAMA	22/07/2013	Reestrutura o Programa Quelônios da Amazônia - PQA, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios in situ e ex situ.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Instrução Normativa	50	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	25/09/2013	Altera a lista de doenças passíveis da aplicação de medidas de defesa sanitária animal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	PBA	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	28/05/2003	Reconhece como Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 7.679/88 e 9.111/75; v. Lei 9.605/98, Decreto 97.633/89 e Portaria IBAMA 1.522/89).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/40.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Nova	Portaria	194	Federal	ICMBIO	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Nova	Instrução Normativa	32	Federal	ICMBIO	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 7.679/88 e 9.111/75; v. Lei 9.605/98, Decreto 97.633/89 e Portaria IBAMA 1.522/89).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	24/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/40.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Instrução Normativa	32	Federal	ICMBIO	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Portaria	203	Federal	ICMBIO	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo e formas de implementação e supervisão.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre -TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 7.679/88 e 9.111/75; v. Lei 9.605/98, Decreto 97.633/89 e Portaria IBAMA 1.522/89).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	24/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Portaria	421	Federal	MMA	26.10.2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	20/09/2011	Dispõe sobre o manejo de passeriformes da fauna silvestre brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Portaria	78	Federal	ICMBIO	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Deliberação	164	Federal	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	28/11/2006	Credencia a coleção de Aves Aquáticas Brasileiras - Ave Gene, do Laboratório de Genética de Aves da Universidade Federal que indica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento da Avifauna	Atualização	Instrução Normativa	27	Federal	IBAMA	24/12/2002	Dispõe sobre o controle e normatização dos procedimentos inerentes ao exercício das atividades de anilhamento de aves silvestres na natureza.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/40.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Instrução Normativa	184	Federal	IBAMA	18/07/2008	Estabelece, no âmbito desta Autarquia, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Instrução Normativa	32	Federal	ICMBIO	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Portaria	202	Federal	ICMBIO	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Cachorro Vinagre, <i>Speothos venaticus</i> - PAN Cachorro Vinagre, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre -TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Nova	Portaria Normativa	15	Federal	IBAMA	22/07/2013	Reestrutura o Programa Quelônios da Amazônia - PQA, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios in situ e ex situ.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 7.679/88 e 9.111/75; v. Lei 9.605/98, Decreto 97.633/89 e Portaria IBAMA 1.522/89).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Lei	7.653	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	PBA	Lei	9.111	Federal	Congresso Nacional	10/10/1995	Acrescenta dispositivo à Lei 5.197/67, que dispõe sobre a proteção da fauna.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Portaria	78	Federal	ICMBIO	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Decreto	6.099	Federal	Presidência	27/04/2007	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 7.679/88 e 9.111/75; v. Lei 9.605/98, Decreto 97.633/89 e Portaria IBAMA 1.522/89).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Atualização	Instrução Normativa Conjunta	3	Federal	MAPA/SDA/ANVISA/IBAMA	21/02/2008	Estabelece procedimentos a serem adotados para efeito de registro de agentes microbiológicos, empregados no controle de uma população ou de atividades biológicas de um outro organismo vivo considerado nocivo.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/40.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Instrução Normativa	32	Federal	ICMBIO	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre -TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Nova	Portaria Normativa	15	Federal	IBAMA	22/07/2013	Reestrutura o Programa Quelônios da Amazônia - PQA, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios in situ e ex situ.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Instrução Normativa	184	Federal	IBAMA	18/07/2008	Estabelece, no âmbito desta Autarquia, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 7.679/88 e 9.111/75; v. Lei 9.605/98, Decreto 97.633/89 e Portaria IBAMA 1.522/89).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Atualização	Lei	7.653	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Lei	9.111	Federal	Congresso Nacional	10/10/1995	Acrescenta dispositivo à Lei 5.197/67, que dispõe sobre a proteção da fauna.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Lei	1.765	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	19/09/2007	Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente do município de Altamira, dispõe sobre a política e o sistema municipal de meio ambiente, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Atualização	Portaria	78	Federal	ICMBIO	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/40.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Portaria	194	Federal	ICMBIO	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	03/07/2013	Dispõe sobre normas e padrões para o transporte de caranguejo-uçá, Ucides cordatus, nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Portaria	203	Federal	ICMBIO	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Portaria	202	Federal	ICMBIO	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Cachorro Vinagre, Speothos venaticus - PAN Cachorro Vinagre, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre -TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Nova	Portaria Normativa	15	Federal	IBAMA	22/07/2013	Reestrutura o Programa Quelônios da Amazônia - PQA, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios in situ e ex situ.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 7.679/88 e 9.111/75; v. Lei 9.605/98, Decreto 97.633/89 e Portaria IBAMA 1.522/89).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Instrução Normativa	52	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	17/09/2010	Estabelece normas e procedimentos para o plano de conservação de fauna silvestre em áreas que necessitem de prévia supressão vegetal em processos de licenciamento ambiental, no âmbito do Estado, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Portaria	10	Federal	IBAMA	25/05/2009	Dispõe sobre restrições relativas a aplicação da Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 janeiro de 2007, que estabelece procedimentos para o manejo de fauna silvestre relativos a processos de licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Decreto	6.515	Federal	Presidência	23/07/2008	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Decreto	746	Estadual	Governo do Estado	28/12/2007	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Instrução Normativa	9	Federal	ICMBIO	29/04/2010	Estabelece procedimentos para a obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação no interior de Florestas Nacionais para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, bem como para uso alternativo do solo, nas hipóteses admitidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, pelo ato de criação da Unidade de Conservação e por seu respectivo Plano de Manejo.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Portaria	794	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	26/04/2010	Cria o Núcleo de Fiscalização de Áreas Protegidas Estaduais (NFAP), para controle e proteção da fauna, da flora e da reserva mineral existente em Unidade de Conservação Estadual.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	ICMBIO	02/12/2009	Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Lei	6.713	Estadual	Assembleia Legislativa	27/01/2005	Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Atualização	Decreto	2.020	Estadual	Governo do Estado	25/01/2006	Regulamenta a Lei no 6.713, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/40.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Portaria	194	Federal	ICMBIO	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Instrução Normativa	32	Federal	ICMBIO	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Instrução Normativa	184	Federal	IBAMA	17/07/2008	Estabelece, no âmbito desta Autarquia, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 7.679/88 e 9.111/75; v. Lei 9.605/98, Decreto 97.633/89 e Portaria IBAMA 1.522/89).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Atualização	Lei	7.653	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Lei	9.111	Federal	Congresso Nacional	10/10/1995	Acrescenta dispositivo à Lei 5.197/67, que dispõe sobre a proteção da fauna.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Atualização	Portaria	194	Federal	ICMBIO	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Portaria	194	Federal	ICMBIO	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Instrução Normativa	9	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura	03/07/2013	Dispõe sobre normas e padrões para o transporte de caranguejo-uçá, <i>Ucides cordatus</i> , nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	ICMBIO	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	IBAMA	23/07/2013	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Portaria	202	Federal	ICMBIO	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Cachorro Vinagre, Speothos venaticus - PAN Cachorro Vinagre, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	PBA	Lei	5.977	Estadual	Assembleia Legislativa	10/07/1996	Dispõe sobre a proteção da fauna silvestre no Estado.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	PBA	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Nova	Resolução Normativa	15	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/12/2013	Baixa a Estrutura Física e Ambiente de Roedores e Lagomorfos do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Decreto	7.708	Federal	Presidência	03/04/2012	Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NEBS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	08/04/2009	Dispõe sobre as emissão a Autorização de Supressão de Vegetação - ASV e as respectivas Autorizações de Utilização de Matéria-Prima Florestal - AUMPF, nos empreendimentos licenciados pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	MMA	24/09/2008	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Decreto	6.041	Federal	Presidência	09/02/2007	Institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, cria o Comitê Nacional de Biotecnologia e dá outras providências.  □	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Decreto	5.759	Federal	Presidência	18/04/2006	Promulga o texto revisto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIVP), aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, em 17 de novembro de 1997.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Deliberação	73	Federal	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	13/09/2004	Credencia a Coleção de Base - COLBASE de Conservação de Germoplasma Semente e Germoplasma In Vitro, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, CNPJ 00.348.003/0001-10, como fiel depositária de amostras de componentes do patrimônio genético.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Deliberação	7	Federal	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	21/11/2002	Aprova, o formulário para solicitação de autorização de acesso e de remessa de amostra de componente do patrimônio genético.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Decreto	4.339	Federal	Presidência	23/08/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Atualização	Instrução Normativa	8	Federal	Ministro da Agricultura e do Abastecimento	05/07/1999	Estabelece normas sobre a que a guarda e conservação das amostras vivas destinadas à manipulação e coleção de germoplasma de cultivar protegida, nos termos do Parágrafo único do art. 22, da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, caberá ao titular do Certificado de Proteção, ou ao seu representante legal, na qualidade de fiel depositário.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais - POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Nova	Lei	12.854	Federal	Congresso Nacional	27/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	ICMBIO	30/12/2013	Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	16/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	PBA	Lei	6.462	Estadual	Assembleia Legislativa	04/07/2002	Tem por objetivo preservar, conservar e recuperar o patrimônio da flora natural e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Pará, em consonância com a Política Estadual de Meio Ambiente.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	PBA	Lei	7.803	Federal	Congresso Nacional	18/07/1989	Altera a redação da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nos 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	PBA	Lei	1.765	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	19/09/2007	Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente do município de Altamira, dispõe sobre a política e o sistema municipal de meio ambiente, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	24/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Atualização	Instrução Normativa	54	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	18/10/2010	Revoga a Instrução Normativa No 05, de 01 de Abril de 2008, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	PBA	Instrução Normativa	154	Federal	IBAMA	01/03/2007	Instituiu o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO, com objetivo de fixar normas sobre a realização de atividades com finalidade científica ou didática no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais - POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	ICMBIO	30/12/2013	Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	16/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	PBA	Instrução Normativa	6	Federal	MMA	23/09/2008	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	24/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Atualização	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/40.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Atualização	Instrução Normativa	28	Federal	IBAMA	09/10/2009	Dispõe sobre a apreensão e destinação de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza apreendidos pelo IBAMA e órgãos conveniados.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Atualização	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora	Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Atualização	Lei	6.462	Estadual	Assembleia Legislativa	05/07/2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações	PBA	Lei	3.824	Federal	Congresso Nacional	23/11/1960	Torna obrigatória a destoca e consequente limpeza das bacias hidráulicas dos açudes, represas ou lagos artificiais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações	Atualização	Decreto	7.708	Federal	Presidência	03/04/2012	Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NEBS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	PBA	Decreto	5.975	Federal	Presidência	30/11/2006	Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4o, inciso III, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2o da Lei no 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Nova	Instrução Normativa	8	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	27/12/2013	Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, a análise e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS's e dos Planos Operacionais Anuais - POA's, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Nova	Lei	12.854	Federal	Congresso Nacional	27/08/2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	ICMBIO	30/12/2013	Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Nova	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	16/01/2014	Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	PBA	Lei	11.284	Federal	Congresso Nacional	02/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Lei Complementar	61	Estadual	Assembleia Legislativa	24/07/2007	Institui a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará - FAPESPA - e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	PBA	Resolução	371	Federal	CONAMA	05/04/2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	PBA	Resolução	369	Federal	CONAMA	28/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	740	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o apoio e incentivos aos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	739	Estadual	Governo do Estado	04/06/2013	Dispõe sobre o processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes - PMV e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	7.957	Federal	Presidência	13/03/2013	Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental; altera o Decreto no 5.289, de 29 de novembro de 2004, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	518	Estadual	Governo do Estado	06/09/2012	Institui o Fórum Paraense de Mudanças Climáticas e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	1.697	Estadual	Governo do Estado	08/06/2009	Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	54	Estadual	Governo do Estado	30/03/2011	Institui o Programa de Municípios Verdes - PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	IBAMA	14/04/2011	Estabelece procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Área Alterada, para fins de cumprimento da legislação ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Lei	6.462	Estadual	Assembleia Legislativa	05/07/2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	7.390	Federal	Presidência	10/12/2010	Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Lei	12.187	Federal	Congresso Nacional	30/12/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Lei	12.114	Federal	Congresso Nacional	10/12/2009	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	7.343	Federal	Presidência	27/10/2010	Regulamenta a Lei no 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	7.008	Federal	Presidência	13/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	ICMBIO	02/12/2009	Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	6.686	Federal	Presidência	11/12/2008	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	6.565	Federal	Presidência	16/09/2008	Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Portaria	96	Federal	MMA	28/03/2008	Considera todos os municípios dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, bem como os municípios dos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, listados na forma do Anexo a esta Portaria, como municípios abrangidos pelo Bioma Amazônia.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	MMA	29.02.2008	Regulamenta os procedimentos administrativos das entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente em relação ao embargo de obras ou atividades que impliquem em desmatamento, supressão ou degradação florestal quando constatadas infrações administrativas ou penais contra a flora.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	746	Estadual	Governo do Estado	28/12/2007	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	6.321	Federal	Presidência	21/12/2007	Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	sem número	Federal	Presidência	06/12/2007	Altera o Decreto de 3 de julho de 2003, que institui o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	sem número	Federal	Presidência	03/07/2003	Institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para os fins que especifica, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Resolução	4	Federal	Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Decreto	4.339	Federal	Presidência	23/08/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	MMA	04/03/2002	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Instrução Normativa	7	Federal	MMA	28/04/1999	Dispõe sobre Autorização para Desmatamento nos Estados da Amazônia Legal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Atualização	Portaria	48	Federal	IBAMA	17/07/1995	Dispõe sobre a exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea na Bacia Amazônica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		PBA	Decreto	99.556	Federal	Presidência	02/10/1990	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas no Território Nacional.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		PBA	Decreto	6.640	Federal	Presidência	10/11/2008	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os arts. 5-A e 5-B.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		PBA	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	20/08/2009	Afirma que qualquer impacto negativo irreversível deverá ser precedido de registro e armazenamento cartográfico e fotográfico, bem como de inventário e coleta de elementos geológicos e biológicos representativos do ecossistema cavernícola, compreendendo o resgate, transporte adequado e destinação a coleções científicas institucionais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		PBA	Portaria	358	Federal	MMA	01/10/2009	Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, que tem como objetivo desenvolver estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Regulamenta o licenciamento ambiental.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		PBA	Resolução	347	Federal	CONAMA	10/09/2004	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico nacional.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		Atualização	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		Atualização	Instrução Normativa	2	Federal	MMA	21/08/2009	Estabelece a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos		Atualização	Instrução Normativa	100	Federal	IBAMA	06/06/2006	Dispõe sobre dimensão e a importância dos sistemas cársticos, para proteção da biodiversidade e do patrimônio espeleológico, paleontológico e arqueológico, localizado no território nacional dentro do contexto do uso sustentável do turismo, espeleoturismo e da conservação, e da outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Nova	Portaria	48	Federal	INMETRO	27.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLuíDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CADEIA DE CUSTÓDIA PARA PRODUTOS DE BASE FLORESTAL.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira	Nova	Portaria	48	Federal	INMETRO	27.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CADEIA DE CUSTÓDIA PARA PRODUTOS DE BASE FLORESTAL.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Nova	Portaria	54	Federal	INMETRO	28.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL, APROVADOS PELA PORTARIA INMETRO N.º 547, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2012, SEÇÃO 01, PÁGINA 78, NO CAPÍTULO 6, ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira	Nova	Portaria	54	Federal	INMETRO	28.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL, APROVADOS PELA PORTARIA INMETRO N.º 547, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2012, SEÇÃO 01, PÁGINA 78, NO CAPÍTULO 6, ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental		Nova	Portaria	54	Federal	INMETRO	28.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL, APROVADOS PELA PORTARIA INMETRO N.º 547, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2012, SEÇÃO 01, PÁGINA 78, NO CAPÍTULO 6, ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora		Nova	Portaria	54	Federal	INMETRO	28.01.2014	DETERMINA QUE SEJA INCLUÍDO NOVO ITEM NOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL, APROVADOS PELA PORTARIA INMETRO N.º 547, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2012, SEÇÃO 01, PÁGINA 78, NO CAPÍTULO 6, ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Portaria	43	Federal	MMA	31.01.2014	INSTITUIR O PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - PRÓ-ESPÉCIES, COM O OBJETIVO DE ADOTAR AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANEJO E GESTÃO, COM VISTAS A MINIMIZAR AS AMEAÇAS E O RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Instrução Normativa	1	Federal	MMA	15.04.2014	PUBLICA AS LISTAS DAS ESPÉCIES INCLuíDAS NOS ANEXOS I, II E III DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ESPÉCIES DA FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Resolução	25	Federal	SFB	02.04.2014	ESTABELECE OS PARÂMETROS DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS EDITAIS E DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL, DEFINE O POTENCIAL VOLUMÉTRICO DE REFERÊNCIA, REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA A COBRANÇA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS FLORESTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	Projeto de Desmatamento	Nova	Instrução Normativa	12	Federal	IBAMA	06.08.2014	DEFINE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES DECORRENTES DE INFRAÇÕES COMETIDAS ANTES DE 22 DE JULHO DE 2008, RELATIVAS À SUPRESSÃO IRREGULAR DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DE RESERVA LEGAL E DE USO RESTRITO, E DE DECLARAÇÃO DE CONVERSÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE, NOS TERMOS DO § 5º DO ART. 59 DA LEI N. 12.651, DE 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental		Nova	Portaria	190	Federal	MMA	23.05.2014	Relativa à aplicação de recursos de compensação ambiental em unidades de conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Lei	164	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	22/05/2013	Institui o Código de Meio Ambiente do município de Brasil Novo e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Lei	168	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	20/08/2009	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal	1990	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	30/04/1990	Dispõe sobre a organização da administração, atividades e a política de desenvolvimento municipal, dentro de um processo de planejamento permanente.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental		Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Nova	Instrução Normativa	7	Federal	ICMBio	05/11/2014	Estabelece Procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos Processos de Licenciamento Ambiental	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental	Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Nova	Instrução Normativa	7	Federal	ICMBio	05/11/2014	Estabelece Procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos Processos de Licenciamento Ambiental	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Decreto	8.375	Federal	Poder Executivo	12/12/2014	Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Instrução Normativa	9	Federal	ICMBio	12/12/2014	Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais (Processo Administrativo nº 02070.001464/2013-68).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Instrução Normativa	11	Federal	ICMBio	12/12/2014	Estabelecer procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Instrução Normativa	3	Federal	Ministério do Meio Ambiente	19/12/2014	Institui a Política de Integração e Segurança da Informação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Nova	Instrução Normativa	1	Federal	ICMBio/ IBAMA	19/12/2014	Estabelece procedimentos entre o ICMBio e o Ibama para o manejo e a conservação de espécies da fauna silvestre brasileira.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Lei	13.081	Federal	Poder Executivo	05/01/2015	Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis n 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre		Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	05/01/2015	Define as diretrizes e os procedimentos para a destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados por autoridade competente ou entregues voluntariamente pela população, bem como para o funcionamento dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA - CETAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Portaria	297	Federal	ANA	29/12/2014	Dispõe sobre procedimentos internos para implementação do Protocolo de Segurança de Barragens em Caso de Emergência, para atendimento à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Instrução Normativa	21	Federal	IBAMA	29/12/2014	Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, em observância ao disposto no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres			Nova	Instrução Normativa	22	Federal	IBAMA	29/12/2014	Estabelecer critérios e procedimentos para solicitação, análise e concessão de anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, nos termos do Art.19 do Decreto nº 6.660, de 2008.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Compensação Ambiental		Nova	Instrução Normativa	10	Federal	ICMBio	08/12/2014	Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso para cumprimento da obrigação referente à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito das unidades de conservação federais, e dá outras providências (processo 02070.000426/2014-79).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação e Manejo da Flora		Nova	Portaria	443	Federal	MMA	18/12/2014	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo à presente Portaria, que inclui o grau de risco de extinção de cada espécie, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	Programa de Conservação da Fauna Terrestre		Nova	Portaria	444	Federal	MMA	18/12/2014	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	MMA	05/03/2008	Regulamenta os procedimentos administrativos das entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente em relação ao embargo de obras ou atividades que impliquem em desmatamento, supressão ou degradação florestal quando constatadas infrações administrativas ou penais contra a flora.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	1	Federal	MPA/MMA	04/01/2012	Estabelece normas, critérios e padrões para a exploração de peixes nativos ou exóticos de águas continentais com finalidade ornamental ou de aquarofilia.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	IBAMA	13/02/2002	Dispõe sobre manutenção em cativeiro das espécies de mamíferos aquáticos.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Instrução Normativa	3	Federal	IBAMA	04/06/2003	Suspende por tempo indeterminado a obrigatoriedade de identificação eletrônica por meio de microchip de filhotes de jabutis das espécies	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	PBA	Instrução Normativa	3		SEAP	31/05/2004	Estabelece normas e procedimentos para a operacionalização do Registro Geral da Pesca -RGP.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Resolução	4	Federal	Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO	25/04/2007	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	MMA	09/09/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Instrução Normativa	4	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	10/05/2013	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades aquícolas no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Nova	Instrução Normativa	4	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	10/05/2013	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades aquícolas no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Instrução Normativa	4	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	10/05/2013	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades aquícolas no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Resolução	5	Federal	Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO	21/10/2009	Dispõe sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	Ministério de Estado da Pesca e Aquicultura	21/12/2009	Institui o Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC) para os produtos de origem da pesca extrativa marinha, capturados por embarcações fornecedoras de matéria prima com finalidade de exportação, devidamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Instrução Normativa	5	Federal	Ministério do Meio Ambiente	28/05/2004	Reconhece como espécies ameaçadas de extinção e espécies sobre-explotadas ou ameaçadas de sobre-explotação, os invertebrados aquáticos e peixes. As espécies consideradas ameaçadas de extinção listadas nesta normativa estão proibidas de serem capturadas, nos termos da legislação em vigor, exceto para fins científicos, mediante autorização especial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Para as espécies consideradas ameaçadas de extinção, deverão ser desenvolvidos planos de recuperação e plano de gestão que serão elaborados e implementados sob a coordenação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, em prazo máximo de cinco anos, a contar da publicação da Instrução Normativa	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	PBA	Instrução Normativa	6	Federal	Ministério da Pesca e Agricultura	31/05/2004	Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Instrução Normativa	6			03/09/2008	Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Instrução Normativa Interministerial	9	Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente	14/06/2012	Estabelece Normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Instrução Normativa	9	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente		Rege o licenciamento para empreendimentos aquícolas da secretaria de estado de meio ambiente onde são enquadrados na classe 3, cujo potencial poluidor/degradador geral é obtido após a conjugação dos potenciais impactos nos meios físico, biótico e antrópico.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	IBAMA	20/09/2011	Dispõe sobre o manejo de passeriformes da fauna silvestre brasileira.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Atualização	Instrução Normativa	10	Federal	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12/04/2013	Define o programa de gestão de risco diferenciado, baseado em vigilância epidemiológica e adoção de vacinas, para os estabelecimentos avícolas considerados de maior susceptibilidade à introdução e disseminação de agentes patogênicos no plantel avícola nacional e para estabelecimentos avícolas que exerçam atividades que necessitam de maior rigor sanitário.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	10	Federal	MPA/MMA	13/06/2011	Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Portaria	11	Federal	IBAMA	11/06/2009	Aprova o Regulamento Interno da Fiscalização - RIF do IBAMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Nova	Resolução Normativa	12	Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	25/09/2013	Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos - DBCA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Instrução Normativa	13	Federal	Ministério do Meio Ambiente	09/06/2005	Considera as recomendações das reuniões técnicas sobre peixes ornamentais realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, considerando a necessidade de alterações na lista de espécies de peixes nativos de águas continentais para fins ornamentais e de aquariofilia permitidas ao comércio de peixes ornamentais e considerando as atuais revisões taxonômicas e a necessidade de controlar o comércio de peixes nativos de águas continentais para fins ornamentais e de aquariofilia, sendo listadas as espécies que são permitidas, para fins ornamentais e de aquariofilia, a captura, o transporte e a comercialização de exemplares vivos de peixes nativos de águas continentais. As espécies não listadas estão proibidas para qualquer exploração para fins ornamentais e de aquariofilia, salvo àqueles cujas espécies tenham regulamentação própria que permita a utilização para tais fins, desde que não ocorram naturalmente no território nacional ou que sejam reproduzidos por aqüicultor devidamente registrado no órgão competente acompanhados de comprovante de origem e poderão ser utilizados como ornamentais, exclusivamente para fins didáticos, educacionais ou expositivos, desde que autorizados pela Comissão Executiva de	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Instrução Normativa	13	Federal	MMA	13/06/2005	Permite, para fins ornamentais e de aquariofilia, a captura, o transporte e a comercialização de exemplares vivos de peixes nativos de águas continentais listados no Anexo I desta Instrução Normativa.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Instrução Normativa	13	Federal	MMA	13/06/2005	Permite, para fins ornamentais e de aquariofilia, a captura, o transporte e a comercialização de exemplares vivos de peixes nativos de águas continentais listados no Anexo I desta Instrução Normativa.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Nova	Portaria Normativa	15	Federal	IBAMA	22/07/2013	Reestruturar o Programa Quelônios da Amazônia - PQA, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios in situ e ex situ, por meio da estruturação de modelos de uso sustentável, que levem em consideração os aspectos ambientais, bem como os aspectos sociais, econômicos, e culturais das comunidades ribeirinhas, assegurando a manutenção dos processos ecológicos básicos e a qualidade ambiental das áreas de sua distribuição natural.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Nova	Portaria Normativa	15	Federal	IBAMA	22/07/2013	Reestruturar o Programa Quelônios da Amazônia - PQA, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios in situ e ex situ, por meio da estruturação de modelos de uso sustentável, que levem em consideração os aspectos ambientais, bem como os aspectos sociais, econômicos, e culturais das comunidades ribeirinhas, assegurando a manutenção dos processos ecológicos básicos e a qualidade ambiental das áreas de sua distribuição natural.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Nova	Portaria Normativa	15	Federal	IBAMA	22/07/2013	Reestruturar o Programa Quelônios da Amazônia - PQA, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios in situ e ex situ, por meio da estruturação de modelos de uso sustentável, que levem em consideração os aspectos ambientais, bem como os aspectos sociais, econômicos, e culturais das comunidades ribeirinhas, assegurando a manutenção dos processos ecológicos básicos e a qualidade ambiental das áreas de sua distribuição natural.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Nova	Instrução Normativa	20	Federal	IBAMA	24/12/2013	Especifica tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre - TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Atualização	Instrução Normativa	28	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	10/09/2012	Estabelece normas para a utilização sustentável das populações naturais de crocodilianos em Reserva Extrativista (RESEX), Floresta Nacional (FLONA) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na área da distribuição das espécies.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Instrução Normativa Interministerial	28	Federal	MPA/MMA	09/06/2011	Estabelece Normas Técnicas para os Sistemas Orgânicos de Produção Aquícola a serem seguidos por toda pessoa física ou jurídica responsável por unidades de produção em conversão ou por sistemas orgânicos de produção.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Instrução Normativa	31	Federal	IBAMA	04/12/2009	Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental e sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Instrução Normativa	32	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	14/08/2013	Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Autoridade Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Nova	Instrução Normativa	34	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	18/10/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	30/12/2013	Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Nova	Instrução Normativa	35	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	30/12/2013	Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	PBA	Resolução	54	Estadual	COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Atualização	Resolução	54	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Atualização	Resolução	54	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Atualização	Resolução	54	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Atualização	Resolução	54	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Atualização	Resolução	54	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Atualização	Resolução	54	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Resolução	54	Estadual	Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA	26/10/2007	Homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas do Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Portaria	58	Federal	IBAMA	25/04/2001	Institui o Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios - Répteis e Anfíbios Nacionais (RAN), com sede em Brasília e atuação em todo o território nacional.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Atualização	Instrução Normativa	60	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	31/12/2010	Estabelece o procedimento de análise prévia para protocolo de projetos agrossilvipastoris.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Nova	Portaria	63	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	16/01/2014	Instituir a metodologia de análise de geoprocessamento, no âmbito desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, para áreas exploradas no passado sem autorização do órgão ambiental competente, que forem objeto de pedido de Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Nova	Portaria	63	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	16/01/2014	Instituir a metodologia de análise de geoprocessamento, no âmbito desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, para áreas exploradas no passado sem autorização do órgão ambiental competente, que forem objeto de pedido de Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Portaria	70	Federal	IBAMA	26/08/1996	Dispõe sobre a normatização para a comercialização de produtos e subprodutos das espécies de quelônios Podocnemis expansa, tartaruga-da-amazônia e Podocnemis unifilis, tracajá, provenientes de criadouros comerciais regulamentados pelo IBAMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Decreto Legislativo	74	Federal	Legislativo	30/06/1977	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgado pelo Decreto 80.978 de 12/12/1977.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Decreto Legislativo	74	Federal	Presidência	30/06/1977	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgado pelo Decreto 80.978 de 12/12/1977.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Decreto Legislativo	74	Federal	Presidência	30/06/1977	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgado pelo Decreto 80.978 de 12/12/1977.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Atualização	Portaria	78	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Atualização	Portaria	78	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Atualização	Portaria	78	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Atualização	Portaria	78	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Atualização	Portaria	78	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Portaria	78	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Portaria	78	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Portaria	78	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	04/09/2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Nova	Portaria	139	Federal	IBAMA	27/03/2002	Cria Unidades Executoras do Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo dos Mamíferos Aquáticos, nos Estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba e Piauí.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Portaria	142	Federal	IBAMA	21/01/1993	Normatiza a criação em cativeiro da tartaruga-da-amazônia, ( <i>Podocnemis expansa</i> ), e do tracajá, ( <i>Podocnemis unifilis</i> ), em criadouros com finalidade comercial, partindo de filhotes, nas áreas de distribuição geográfica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Instrução Normativa	146	Federal	IBAMA	11/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Instrução Normativa	154	Federal	IBAMA	02/03/2007	Institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - Sisbio, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Instrução Normativa	154	Federal	IBAMA	02/03/2007	Instituiu o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO, com objetivo de fixar normas sobre a realização de atividades com finalidade científica ou didática no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Atualização	Deliberação	164	Federal	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	28/11/2006	Credencia a coleção de Aves Aquáticas Brasileiras - Ave Gene, do Laboratório de Genética de Aves da Universidade Federal que indica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	Nova	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Nova	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Nova	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Nova	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Instrução Normativa	169	Federal	IBAMA	21/02/2008	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Atualização	Instrução Normativa	184	Federal	IBAMA	18/07/2008	Estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Atualização	Instrução Normativa	184	Federal	IBAMA	18/07/2008	Estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Atualização	Instrução Normativa	184	Federal	IBAMA	18/07/2008	Estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Instrução Normativa	184	Federal	IBAMA	18/07/2008	Estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	29/05/2013	Dispõe sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção - PAN Herpetofauna Insular, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação e supervisão, em substituição à Portaria ICMBio no 94, de 27 de agosto de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Nova	Portaria	198	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20/06/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Instrução Normativa	202	Federal	IBAMA	24/10/2008	Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Instrução Normativa	203	Federal	IBAMA	24/10/2008	Dispõe sobre normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de peixes nativos ou exóticos de águas continentais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Nova	Portaria	203	Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	11/07/2013	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo e formas de implementação e supervisão.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Instrução Normativa	204	Federal	IBAMA	24/10/2008	Estabelece normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de exemplares vivos de raças nativas de água continental, Família Potamotrygonidae, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Decreto-Lei	221	Federal		28/02/1967	Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Decreto-Lei	221	Federal		28/02/1967	Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Resolução	237	Federal	CONAMA	22/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Nova	Portaria	281	Federal	Ministério do Meio Ambiente	28/07/2013	Autoriza, nos termos da justificativa anexa a esta Portaria, a concessão florestal, cujo objeto é a prática do manejo florestal sustentável, na Floresta Nacional de Altamira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Nova	Portaria	281	Federal	Ministério do Meio Ambiente	28/07/2013	Autoriza, nos termos da justificativa anexa a esta Portaria, a concessão florestal, cujo objeto é a prática do manejo florestal sustentável, na Floresta Nacional de Altamira.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Nova	Decreto Legislativo	387	Federal	Congresso Nacional	16/10/2013	Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres - CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Atualização	Portaria	421	Federal	MMA	28/10/2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Portaria	421	Federal	MMA	28/10/2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Resolução	429	Federal	CONAMA	02/03/2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Nova	Resolução	457	Federal	CONAMA	26/06/2013	Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1o do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Resolução	459	Federal	CONAMA	07/10/2013	Altera a Resolução no 413, de 26 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Resolução	459	Federal	CONAMA	07/10/2013	Altera a Resolução no 413, de 26 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Nova	Resolução	459	Federal	CONAMA	07/10/2013	Altera a Resolução no 413, de 26 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Atualização	Portaria	543	Federal	IBAMA	11/04/1990	Institui o Centro de Estudos de Migrações de Aves - CEMAVE, que passa a ter a constituição e o funcionamento constantes do anexo a esta Portaria.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Decreto	746	Estadual	Governo do Estado	28/12/2007	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Portaria	794	Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	26/04/2010	Cria o Núcleo de Fiscalização de Áreas Protegidas Estaduais (NFAP), para controle e proteção da fauna, da flora e da reserva mineral existente em Unidade de Conservação Estadual.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	PBA	Decreto	802	Estadual	Governo do Estado	21/02/2008	Cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero, declara as espécies da fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Lei	1.765	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	19/09/2007	Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente do município de Altamira, dispõe sobre a política e o sistema municipal de meio ambiente, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Decreto	2.020	Estadual	Governo do Estado	25/01/2006	Regulamenta a Lei no 6.713, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Decreto	2.020	Estadual	Governo do Estado	25/01/2006	Regulamenta a Lei no 6.713, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Atualização	Decreto	2.099	Estadual	Governo do Estado	27/01/2010	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Decreto	2.118	Estadual	Governo do Estado	28/03/2006	Regulamenta a Lei Estadual 6.712, de 14 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal no Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Decreto	2.435	Estadual	Governo do Estado	11/08/2010	Estabelece e oficializa os Instrumentos de Fiscalização Ambiental utilizados pelos Agentes Estaduais de Fiscalização Ambiental e os procedimentos para aplicação de sanções por infrações ambientais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Decreto	2.519	Federal	Presidência	17/03/1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, Assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Decreto	3.607	Federal	Presidência	22/09/2000	Dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Decreto	4.339	Federal	Presidência	23/08/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Decreto	4.895	Federal	Presidência	26/11/2003	Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Lei	5.197	Federal	Congresso Nacional	05/01/1967	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	PBA	Lei	5.630	Estadual	Assembleia Legislativa	20/12/1990	Estabelece normas para a preservação de áreas dos corpos aquáticos, principalmente as nascentes, inclusive os "olhos d'água", que deverão ser asseguradas por meio do plantio ou manutenção de mata ciliar, cuja largura mínima será estabelecida na legislação florestal brasileira, podendo o órgão de controle ambiental do Pará (SEMA) fixar larguras maiores, se o exame do caso assim o recomendar.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Decreto	5.758	Federal	Presidência	17/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Política de Meio Ambiente do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Política de Meio Ambiente do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	11/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Política de Meio Ambiente do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Política de Meio Ambiente do Pará.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Política de Meio Ambiente do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Política de Meio Ambiente do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Política de Meio Ambiente do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	PBA	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Política de Meio Ambiente do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Lei	5.977	Estadual	Assembleia Legislativa	12/07/1996	Dispõe sobre a proteção à fauna silvestre no Estado do Pará.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Atualização	Decreto	6.099	Federal	Presidência	27/04/2007	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Lei	6.381	Estadual	Assembleia Legislativa	27/07/2001	Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	PBA	Lei	6.462	Estadual	Assembleia Legislativa	04/07/2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	PBA	Lei	6.462	Estadual	Assembleia Legislativa	04/07/2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Decreto	6.686	Federal	Presidência	11/12/2008	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Lei	6.712	Estadual	Assembleia Legislativa	19/01/2005	Dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal no Estado do Pará e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Lei	6.713	Estadual	Assembleia Legislativa	27/01/2005	Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Lei	6.713	Estadual	Assembleia Legislativa	27/01/2005	Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Lei	6.713	Estadual	Assembleia Legislativa	27/01/2005	Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura e dá outras providências.  □	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	Nova	Lei	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	02/09/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Lei	7.019	Estadual	Assembleia Legislativa	26/07/2007	Cria a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - SEPAQ, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Lei	7.019	Estadual	Assembleia Legislativa	26/07/2007	Cria a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - SEPAQ, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Lei	7.019	Estadual	Assembleia Legislativa	26/07/2007	Cria a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - SEPAQ, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Lei	7.389	Estadual	Assembleia Legislativa	01/04/2010	Define as atividades de impacto ambiental local no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Atualização	Lei	7.653	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Lei	7.653	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Atualização	Lei	7.653	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Atualização	Lei	7.653	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Lei	7.653	Federal	Congresso Nacional	12/02/1998	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	PBA	Lei	7.803	Federal	Congresso Nacional	18/07/1989	Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	PBA	Lei	7.803	Federal	Congresso Nacional	18/07/1989	Altera a redação da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nos 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	PBA	Lei	9.111	Federal	Congresso Nacional	11/10/1995	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Lei	9.111	Federal	Congresso Nacional	11/10/1995	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	PBA	Lei	9.111	Federal	Congresso Nacional	11/10/1995	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Lei	9.111	Federal	Congresso Nacional	11/10/1995	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Lei	9.111	Federal	Congresso Nacional	11/10/1995	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	PBA	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos entre outras medidas.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Lei	9.443	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Política Nacional de Recursos Hídricos.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Lei	9.605	Federal	Congresso Nacional	13/02/1998	Trata dos Crimes Ambientais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Lei	9.985	Federal	Congresso Nacional	19/07/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Lei	11.959	Federal	Congresso Nacional	29/06/2009	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Decreto	58.054	Federal	Presidência	30/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Decreto	97.633	Federal	Presidência	12/04/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção a Fauna - CNPF, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Atualização	Portaria	119-N	Federal	IBAMA	21/11/1992	Normatiza a comercialização de peles de crocodilianos brasileiros, das espécies Caiman crocodilus yacare e Caiman crocodilus crocodilus, produzidas pelos criadouros comerciais devidamente legalizados no IBAMA, em consonância com as demais Portarias específicas sobre o assunto.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Atualização	Portaria	145-N	Federal	IBAMA	30/10/1998	Estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		Atualização	Portaria	145-N	Federal	IBAMA	30/10/1998	Estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Nova	Resolução	413 (Alterada pela Resolução CONAMA nº 459/2013)	Federal	CONAMA	26/06/2009	Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Nova	Resolução	413 (Alterada pela Resolução CONAMA nº 459/2013)	Federal	CONAMA	26/06/2009	Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	PBA	Resolução	413 (Alterada pela Resolução CONAMA nº 459/2013)	Federal	CONAMA	26/06/2009	Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Atualização	Portaria	N-5	Federal	Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE	06/02/1986	Proíbe a captura de quaisquer espécies de tartarugas marinhas, e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos		PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projeto pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	Projetos de Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora	Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Investigação Taxionômica da Ictiofauna	PBA							
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Portaria	43	Federal	MMA	31.01.2014	INSTITUIR O PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - PRÓ-ESPÉCIES, COM O OBJETIVO DE ADOTAR AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANEJO E GESTÃO, COM VISTAS A MINIMIZAR AS AMEAÇAS E O RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Instrução Normativa	1	Federal	MMA	15.04.2014	PUBLICA AS LISTAS DAS ESPÉCIES INCLuíDAS NOS ANEXOS I, II E III DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ESPÉCIES DA FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO - CITES.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna		Nova	Resolução	641	Federal	ANA	14.04.2014	ESTABELECE REGRAS DE RESTRIÇÃO DE USO PARA AS CAPTAÇÕES DE ÁGUA COM FINALIDADES DE IRRIGAÇÃO E AQUICULTURA LOCALIZADAS NOS SEGUINTEs CORPOS HÍDRICOS, IDENTIFICADOS NO MAPA CONSTANTE DO ANEXO I.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Instrução Normativa	16	Federal	MAPA	11.08.2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA DE EXEMPLARES SELVAGENS DE ORGANISMOS AQUÁTICOS PARA CONSTITUIÇÃO DE PLANTEL DE REPRODUTORES EM EMPREENDIMENTOS DE AQUICULTURA.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Instrução Normativa	18	Federal	MPA	25.08.2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES REGISTRADAS E AUTORIZADAS NO ÂMBITO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Ictiofauna	Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Nova	Instrução Normativa	13	Federal	MPA	24.06.2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA PARA O INGRESSO NA FROTA DE CAMARÃO SETE BARBAS/FAUNA ACOMPANHANTE (XIPHOPENAEUS KROYERI), ASSIM COMO PARA O INGRESSO NA FROTA DE CAMARÃO ROSA/FAUNA ACOMPANHANTE (PENAEUS PAULENSIS, P. BRASILIENSIS E P. SUBTILIS), COM AUXÍLIO DE REDE ARRASTO DUPLO, NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, PARA AS EMBARCAÇÕES LISTADAS NO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 28 DE MAIO DE 2014, E NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 12, DE 11 DE JUNHO DE 2014.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	01/12/2003	Lei Orgânica do Município de Brasil Novo	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Lei	164	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	22/05/2013	Institui o Código de Meio Ambiente do município de Brasil Novo e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	15/12/2009	Lei Orgânica do Município de Anapu	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Lei	168	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	20/08/2009	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Instrução Normativa	11	Federal	ICMBio	12/12/2014	Estabelecer procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos			Nova	Portaria	297	Federal	ANA	29/12/2014	Dispõe sobre procedimentos internos para implementação do Protocolo de Segurança de Barragens em Caso de Emergência, para atendimento à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Monitoramento da Flora		Nova	Portaria	443	Federal	MMA	18/12/2014	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo à presente Portaria, que inclui o grau de risco de extinção de cada espécie, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	OBSERVAÇÕES RC
Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	Programa de Conservação da Fauna Aquática		Nova	Portaria	444	Federal	MMA	18/12/2014	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo 1 da presente Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Nova	Instrução Normativa	6	Estadual	SEMA-PA	04/07/2013	Dispõe sobre o licenciamento para a atividade de lavra garimpeira de ouro no Estado do Pará.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	23/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Nova	Portaria	857	Federal	MCT	09/09/2013	Aprova o Regimento Interno do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	314	Federal	MI/MCTI	18/10/2012	Cria e estabelece o Protocolo de Ação entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI).	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	PBA	Decreto-Lei	227	Federal	Presidência	28/02/1967	Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	PBA	Lei	7.805	Federal	Congresso Nacional	18/07/1989	Criou o regime de permissão de lavra garimpeira, condiciona a sua outorga e a concessão de lavra ao licenciamento ambiental.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Decreto	714	Estadual	Assembleia Legislativa	05/04/2013	O Governador do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Instrução Normativa	6	Federal	IBAMA	11/04/2013	O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, Parágrafo único, do Decreto no 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Portaria no GM/MMA no 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, e	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	IBAMA	30/01/2013	O Presidente Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, nomeado pela Portaria no 173, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto no 6.099, de 27 de abril de 2007, que aprovou a estrutura regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial do dia subsequente e;	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	303	Federal	AGU	16/07/2012	Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	11	Federal	DNPM	13/01/2012	O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, no uso da competência que lhe confere os incisos VIII e IX do art. 17 da Estrutura Regimental do DNPM, aprovada pelo Decreto no 7.092, de 02 de fevereiro de 2010; tendo em vista o disposto no § 2º do art. 22, no inciso XVI do art. 47, no art. 50 e no art. 97 do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração); no art. 3º da Lei no 8.876, de 02 de maio de 1994; nos arts. 8º e 9º da Lei no 6.567, de 24 de setembro de 1978; e no inciso IX do art. 9º, da Lei no 7.805, de 18 de julho de 1989, resolve:	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	419	Federal	MMA - MS - MC - MJ	26/10/2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	268	Federal	DNPM	27/09/2005	Institui o pré-requerimento eletrônico para obtenção de alvará de pesquisa, registro de licença, permissão de lavra garimpeira e registro de extração.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	LEI	11.685	Federal	Congresso Nacional	02/06/2008	Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	15	Federal	DNPM	07/01/2008	Estabelece que os requerentes e titulares de direitos minerários pessoas jurídicas deverão ser identificados no DNPM por meio do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do estabelecimento matriz e altera a Portaria DNPM no 199, de 14 de julho de 2006.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	178	Federal	DNPM	12/04/2004	Estabelece o procedimento para outorga e transformação do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Lei	6.376	Estadual	Assembleia Legislativa	12/07/2001	Dispõe sobre a Política Minerária do Estado do Pará, cria o Conselho Consultivo da Política Minerária do Estado do Pará e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Resolução	237	Federal	CONAMA	19/12/1997	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Lei	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Resolução	1	Estadual	CONSEMA-PA	27/11/1992	Dispõe sobre procedimentos referentes à concessão de licença ambiental, para permissão de lavra garimpeira	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	247	Federal	MME	08/04/2011	Aprova o Regimento Interno do Departamento Nacional de Produção Mineral.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	01/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	564	Federal	DNPM	19/12/2008	Altera as Portarias nos 23, de 16 de janeiro de 1997; 178, de 12 de abril de 2004; 347, de 29 e setembro de 2004; 11, de 14 de janeiro de 2005; 268, de 27 de setembro de 2005; 199 e 201, e 14 de julho de 2006; 144, de 3 de maio de 2007; 15, de 7 de janeiro de 2008; 263, 266, 268, 69 e 270, de 10 de julho de 2008; e 400, de 30 de setembro de 2008.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	400	Federal	DNPM	29/09/2008	Atualiza os valores dos emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das multas, os critérios e valores a serem cobrados pelas vistorias realizadas pelo DNPM na fiscalização dos trabalhos de pesquisa e lavra e dos demais serviços prestados pela Autarquia.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	269	Federal	DNPM	10/07/2008	Regulamenta o arrendamento de direitos minerários.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	267	Federal	DNPM	10/07/2008	Altera a Portaria no 178, de 12 de abril de 2004, que dispõe sobre a permissão de lavra garimpeira	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	266	Federal	DNPM	10/07/2008	Dispõe sobre o processo de registro de licença e altera as Normas Reguladoras de Mineração aprovadas pela Portaria no 237, de 18 de outubro de 2001.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Portaria	782	Federal	DNPM	27/12/2002	O Diretor-Geral Adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, no uso da competência que lhe confere o Decreto no 3.576, de 30 de agosto de 2000 1; tendo em vista o disposto no § 2o do art. 22; no inciso XVI do art. 47; no art. 50 do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 2 (Código de Mineração); no art. 3o da Lei no 8.876, de 02 de maio de 1994 3; nos arts. 8o e 9o da Lei no 6.567, de 24 de setembro de 1978 4; e no inciso IX do art. 9o, da Lei no 7.805, de 18 de julho de 1989 5, resolve:	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Resolução	29	Federal	CNRH	11/12/2002	O Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997 1, regulamentada pelo Decreto no 2.612, de 3 de junho de 1998 2, e conforme o disposto em seu Regimento Interno	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Lei	5.793	Estadual	Assembleia Legislativa	04/01/1994	Define a política Minerária e hídrica do Estado do Pará, seus objetivos, diretrizes; instrumentos e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Decreto	7.432	Estadual	Presidência	07/12/1990	Proíbe o funcionamento de Balsas e Dragas Escariantes no Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Decreto	98.812	Federal	Presidência	09/01/1990	Regulamenta a Lei no 7.805, de 18 de julho de 1989, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Atualização	Decreto	62.934	Federal	Presidência	02/07/1968	Aprova o Regulamento do Código de Mineração	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Resolução	3.201	Federal	ANTAQ	24/12/2013	Aprova a proposta de Norma que dispõe sobre a gestão portuária e a prestação de serviço portuário adequado e estabelece infrações administrativas.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Portaria	526	Federal	DNPM	11/12/2013	Estabelece a periodicidade de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM), conforme art. 8º, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e art. 8º da Portaria no 416, de 3 de setembro de 2012.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Decreto	8.127	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	23/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Resolução	85	Federal	ARPE-PE	15/10/2013	Estabelece as condições relacionadas ao segmento comercial referente aos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Portaria	857	Federal	MCT	09/09/2013	Aprova o Regimento Interno do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Resolução Normativa	583	Federal	ANEEL	05/11/2013	Estabelece os procedimentos e condições para obtenção e manutenção da situação operacional e definição de potência instalada e líquida de empreendimento de geração de energia elétrica.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Resolução	3.201	Federal	ANTAQ	24/12/2013	Aprova a proposta de Norma que dispõe sobre a gestão portuária e a prestação de serviço portuário adequado e estabelece infrações administrativas.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Portaria	187	Federal	SRF-ES	12/11/2013	Dispõe sobre a movimentação de unidade de carga vazia e de outros bens, o tráfego de cabotagem e a retirada de resíduo de embarcação	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Nova	Portaria	50	Federal	Tribunal Marítimo - TM	04/10/2013	Estabelece procedimentos para o pré-registro e registro de casco/embarcação no Registro Especial Brasileiro (REB).	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Portaria (alterada pela Portaria MI/MCTI nº 149/2013)	314	Federal	MI/MCTI	18/10/2012	Cria e estabelece o Protocolo de Ação entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI).	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 01, de 23 de janeiro de 1986.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Instrução Normativa	7	Estadual	SEMA-PA	09/08/2012	Disciplina a emissão e o uso da Guia Florestal – GF5-PA, destinada a acompanhar a comercialização e o transporte de ferro-gusa	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Resolução	10	Estadual	CERH-PA	03/09/2010	Dispõe sobre os critérios para análise de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Resolução	72	Federal	ANVISA	29/12/2009	Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Resolução	3	Estadual	CERH-PA	03/09/2008	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Resolução	16	Federal	CNRH	08/05/2001	O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 13 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 1, pelo art. 11 do Decreto nº 2.612, de 3 de junho de 1998 2, e conforme o disposto em seu Regimento Interno	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Instrução Normativa	4	Federal	MMA	21/06/2000	O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998 1, alterada pela Medida Provisória no 1.999-19, de 8 de junho de 2000 2; e na Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997 3, resolve:	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	LEI	5.887	Estadual	Assembleia Legislativa	09/05/1995	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Resolução	19	Federal	ANP	14/06/2013	Estabelece nesta Resolução os critérios e procedimentos para execução das atividades de Certificação de Conteúdo Local.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Resolução	72	Federal	ANVISA	29/12/2009	Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Atualização	Resolução	28	Federal	ANP	18/10/2006	O Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Resolução de Diretoria no 344, de 17 de outubro de 2006, e considerando o disposto nas cláusulas específicas do Contrato de Concessão relativas à reversão de bens e a garantia de manutenção de condições de viabilidade econômica para recuperação de reservas remanescentes em campos devolvidos;	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Resolução	3.201	Federal	ANTAQ	24/12/2013	Aprova a proposta de Norma que dispõe sobre a gestão portuária e a prestação de serviço portuário adequado e estabelece infrações administrativas.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Portaria	526	Federal	DNPM	11/12/2013	Estabelece a periodicidade de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM), conforme art. 8º, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e art. 8º da Portaria no 416, de 3 de setembro de 2012.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Decreto	8.127	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	23/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Resolução	85	Federal	ARPE-PE	15/10/2013	Estabelece as condições relacionadas ao segmento comercial referente aos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Portaria	857	Federal	MCT	09/09/2013	Aprova o Regimento Interno do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Portaria	187	Federal	SRF-ES	12/11/2013	Dispõe sobre a movimentação de unidade de carga vazia e de outros bens, o tráfego de cabotagem e a retirada de resíduo de embarcação	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Portaria	50	Federal	Tribunal Marítimo - TM	04/10/2013	Estabelece procedimentos para o pré-registro e registro de casco/embarcação no Registro Especial Brasileiro (REB).	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Atualização	Portaria (alterada pela Portaria MI/MCTI nº 149/2013)	314	Federal	MI/MCTI	18/10/2012	Cria e estabelece o Protocolo de Ação entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento a Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI).	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 01, de 23 de janeiro de 1986.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	PBA	Resolução	1	Federal	CONAMA	23/01/1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Resolução	3.201	Federal	ANTAQ	24/12/2013	Aprova a proposta de Norma que dispõe sobre a gestão portuária e a prestação de serviço portuário adequado e estabelece infrações administrativas.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Portaria	526	Federal	DNPM	11/12/2013	Estabelece a periodicidade de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM), conforme art. 8º, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e art. 8º da Portaria no 416, de 3 de setembro de 2012.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Decreto	8.127	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	23/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Resolução	85	Federal	ARPE-PE	15/10/2013	Estabelece as condições relacionadas ao segmento comercial referente aos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Portaria	857	Federal	MCT	09/09/2013	Aprova o Regimento Interno do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Portaria (alterada pela Portaria MI/MCTI nº 149/2013)	314	Federal	MI/MCTI	18/10/2012	Cria e estabelece o Protocolo de Ação entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento a Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI).	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	PBA	Lei (alterada pelas Leis nº 12.651, de 2012 e nº 12.727, de 2012, e LC nº 140, de 2011)	6.938	Federal	Congresso Nacional	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 01, de 23 de janeiro de 1986.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Lei Complementar	140	Federal	Congresso Nacional	09/12/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	PBA	Lei	10.233	Federal	Congresso Nacional	05/07/2001	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Resolução	10	Estadual	CERH-PA	03/09/2010	Dispõe sobre os critérios para análise de Outorga Preventiva e de Direito de Uso de Recursos Hídricos e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Resolução	77	Federal	ANA	22/03/2010	Delega competência para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências na implementação da Agenda Operativa	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Resolução	72	Federal	ANVISA	29/12/2009	Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Resolução	3	Estadual	CERH-PA	03/09/2008	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Resolução	434	Federal	ANTAQ	31/05/2005	Aprova a Norma para o Afretamento de Embarcação por Empresa Brasileira de Navegação na Navegação de Apoio Portuário para execução dos serviços de dragagem hidroviária e portuária em canais de acesso, berços de atracação, bacias de evolução e de fundeio, para a desobstrução e regularização da navegabilidade marítima e hidroviária interior.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Instrução Normativa	1	Estadual	SEMA-PA	11/03/2013	Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso e termo de concordância do cálculo de compensação ambiental em cumprimento à obrigação de compensação ambiental, decorrentes de processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos promotores de significativo impacto ambiental no âmbito do Estado do Pará.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	02/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Decreto	s/n	Federal	Presidência	06/06/2008	Cria a Reserva Extrativista Rio Xingu, no Município de Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Decreto	S/n	Federal	Presidência	25/02/2008	Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Decreto	2.612	Estadual	Assembleia Legislativa	04/12/2006	Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu nos Municípios de São Félix do Xingu e Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Decreto	7.708	Federal	Presidência	02/04/2012	Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NEBS.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Atualização	Portaria	200	Federal	MTE - SIT	20/01/2011	Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Instrução Normativa	23	Federal	IBAMA	31/12/2013	Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Resolução	3.201	Federal	ANTAQ	24/12/2013	Aprova a proposta de Norma que dispõe sobre a gestão portuária e a prestação de serviço portuário adequado e estabelece infrações administrativas.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Portaria	526	Federal	DNPM	11/12/2013	Estabelece a periodicidade de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM), conforme art. 8º, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e art. 8º da Portaria no 416, de 3 de setembro de 2012.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Decreto	8.127	Federal	Congresso Nacional	23/10/2013	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Portaria	1.226	Federal	FUNASA	23/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Portaria	1.207	Federal	FUNASA	21/10/2013	Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Resolução	85	Federal	ARPE-PE	15/10/2013	Estabelece as condições relacionadas ao segmento comercial referente aos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Lei	7.731	Estadual	Assembleia Legislativa	23/09/2013	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Portaria	857	Federal	MCT	09/09/2013	Aprova o Regimento Interno do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Resolução	3.066	Federal	ANTAQ	20/09/2013	Aprova a proposta de norma que dispõe sobre a autorização para a construção, exploração e ampliação de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo, a fim de submetê-la à audiência pública.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Portaria	404	Federal	SPU	31/12/2012	Estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, a título de retribuição à União.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Portaria	404	Federal	SPU	31/12/2012	Estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, a título de retribuição à União.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Portaria (alterada pela Portaria MI/MCTI nº 149/2013)	314	Federal	MI/MCTI	18/10/2012	Cria e estabelece o Protocolo de Ação entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI).	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Decreto	24.643	Federal	Presidência	10/07/1934	Decreta o Código de Águas e realça a importância da navegação nas águas públicas.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Decreto	2.256	Federal	Presidência	18/06/1997	Regulamenta o Registro Especial Brasileiro - REB, para embarcações de que trata a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Decreto	2.596	Federal	Presidência	19/05/1998	Regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Decreto-Lei	2.281	Federal	Presidência	07/06/1940	Dispõe sobre a tributação das empresas de energia elétrica, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Lei	9.432	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, regulamentada pelo Decreto nº 2.256 de 17 de junho de 1997.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Lei	9.537	Federal	Congresso Nacional	11/12/1997	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Lei	5.917	Federal	Congresso Nacional	10/09/1973	Permitir o estabelecimento de infraestrutura de um sistema viário integrado, assim como bases para planos globais de transporte que atendam, pelo menor custo, as necessidades do país sob os diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e militares.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos entre outras medidas.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Lei	9.432	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Dispõe sobre o Ordenamento do Transporte Aquaviário.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Lei	10.233	Federal	Congresso Nacional	05/07/2001	Cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Resolução (ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 2.025-ANTAQ, DE 20 DE ABRIL DE 2011; PELA RESOLUÇÃO Nº 2.358, DE 26 DE JANEIRO DE 2012 E PELA RESOLUÇÃO Nº 2.886-ANTAQ, DE 29 DE ABRIL DE 2013).	1.558	Federal	ANTAQ	11/12/2009	Aprova a norma para a outorga de autorização para prestação de serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Resolução	2.025	Federal	ANTAQ	20/04/2011	ADITA O TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 616-ANTAQ, QUE AUTORIZOU O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL PEDRO IRAN PEREIRA ESPÍRITO SANTO, A OPERAR, POR PRAZO INDETERMINADO, COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, VEÍCULOS E CARGAS NA NAVEGAÇÃO INTERIORE DE TRAVESSIA INTERESTADUAL, NA BACIA DO NORDESTE, SOBRE O RIO PARNAÍBA, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BREJO-MA E MATIAS OLÍMPIO-PI.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Resolução	2.358	Federal	ANTAQ	23/01/2012	Altera a redação dos incisos VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX do art. 24 e inclui o item 2.3.7 ao anexo "B" da Resolução nº 1.558-ANTAQ, de 11 de dezembro de 2009 , que aprova a norma para outorga de autorização para prestação de serviço de transporte de cargas na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Resolução	2.886	Federal	ANTAQ	29/04/2013	Altera as Resoluções 912-ANTAQ, 1.274-ANTAQ, 1.558-ANTAQ E 1.864-ANTAQ.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	PBA	Resolução (ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 2.030 DE 25 DE ABRIL DE 2011; PELA RESOLUÇÃO Nº 2.444 DE 04 DE ABRIL DE 2012 E PELA RESOLUÇÃO Nº 2.886 - ANTAQ, DE 29 DE ABRIL DE 2013)	912	Federal	ANTAQ	23/11/2007	Aprova a norma para a outorga de autorização para prestação de serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Resolução	2.030	Federal	ANTAQ	27/04/2011	Adita o Termo de Autorização nº 616-ANTAQ, que autorizou o empresário individual Pedro Iran Pereira Espírito Santo, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na bacia do nordeste, sobre o Rio Parnaíba, entre os municípios de Brejo-MA e Matias Olímpio-PI.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Resolução	2.444	Federal	ANTAQ	04/04/2012	Altera o art. 6º da Resolução nº 912-ANTAQ.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Resolução	2.886	Federal	ANTAQ	29/04/2013	Altera as Resoluções 912-ANTAQ, 1.274-ANTAQ, 1.558- ANTAQ E 1.864-ANTAQ.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Lei	10.233	Federal	Congresso Nacional	05/06/2001	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Portaria	290	Federal	MS	28/02/2013	Institui o Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde Fluviais no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) aos Estados e aos Municípios da Amazônia Legal e Pantanal Sul Matogrossense.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Instrução Normativa	1	Federal	MIN	24/08/2012	Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Resolução	1.660	Federal	ANTAQ	08/04/2010	Aprova a norma para outorga de autorização para a construção a exploração e a ampliação de terminal portuário de uso privativo.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Lei	10.683	Federal	Congresso Nacional	28/05/2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Lei	10.233	Federal	Congresso Nacional	05/06/2001	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Instrução Normativa	5	Federal	IBAMA	09/05/2012	O Presidente Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, nomeado pela Portaria no 173, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto no 6.099, de 27 de abril de 2007, que aprovou a estrutura regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial do dia subsequente; e tendo em vista o disposto no artigo 7o, incisos XXIV e XXV, da Lei Complementar no 140, de 8 de dezembro de 2011;	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Lei	11.518	Federal	Congresso Nacional	05/09/2007	Acresce e altera dispositivos das Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Decreto	71	Estadual	Assembleia Legislativa	30/03/2011	O Governador do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e VII, alínea "a", da Constituição Estadual, com fundamento no art. 23, inciso VIII, parte final, da Constituição Federal, que assegura a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para organizar o abastecimento alimentar, e	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Atualização	Decreto	7.378	Federal	Presidência	01/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Resolução	3259	Federal	ANTAQ	30.01.2014	APROVA A NORMA QUE DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O PROCEDIMENTO SANCIONADOR EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA ANTAQ.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de escoamento da Produção	Nova	Resolução	3259	Federal	ANTAQ	30.01.2014	APROVA A NORMA QUE DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O PROCEDIMENTO SANCIONADOR EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA ANTAQ.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Resolução	3259	Federal	ANTAQ	30.01.2014	APROVA A NORMA QUE DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O PROCEDIMENTO SANCIONADOR EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA ANTAQ.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Resolução	3259	Federal	ANTAQ	30.01.2014	APROVA A NORMA QUE DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O PROCEDIMENTO SANCIONADOR EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA ANTAQ.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias		Nova	Portaria	526	Federal	DNPM	09.12.2013	ESTABELECE A PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO E REVISÃO, A QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O CONTEÚDO MÍNIMO E O NÍVEL DE DETALHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA DAS BARRAGENS DE MINERAÇÃO (PAEBM), CONFORME ART. 8º, 11 E 12 DA LEI Nº 12.334, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010, QUE ESTABELECE A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (PNSB), E ART. 8º DA PORTARIA Nº 416, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida		Nova	Portaria	391	Federal	DCP	23.12.2013	ALTERA AS NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS (NORMAM-04/DPC (1ª REVISÃO)).	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida		Nova	Resolução	3218	Federal	ANTAQ	08.01.2014	ALTERA O PRAZO DE QUE TRATA O ART. 33 DA RESOLUÇÃO Nº 2.520-ANTAQ, DE 20 DE JUNHO DE 2012, PASSANDO, AS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS CUJAS ATIVIDADES SEJAM PRÓPRIAS DE ETC, A TER 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA RESOLUÇÃO, PARA APRESENTAR REQUERIMENTO DE OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE ETC.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias		Nova	Portaria	67	Federal	DNPM	14.02.2014	ALTERA A PORTARIA DNP Nº 374, DE 01-10-2009, QUE APROVA A NORMA TÉCNICA QUE DISPÕE SOBRE AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O APROVEITAMENTO DE ÁGUA MINERAL, TERMAL, GASOSA, POTÁVEL DE MESA, DESTINADAS AO ENVASE, OU COMO INGREDIENTE PARA O PREPARO DE BEBIDAS EM GERAL OU AINDA DESTINADA PARA FINS BALNEÁRIOS, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida		Nova	Resolução	3285	Federal	ANTAQ	13.02.2014	APROVA A NORMA PARA OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, VEÍCULOS E CARGAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA POR MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida		Nova	Portaria	48	Federal	DCP	20.02.2014	ALTERA AS NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA AMADORES, EMBARCAÇÕES DE ESPORTE E/OU RECREIO E PARA CADASTRAMENTO E FUNCIONAMENTO DAS MARINAS, CLUBES E ENTIDADES DESPORTIVAS NÁUTICAS - NORMAM- 03/DPC.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida		Atualização	Portaria	592	Federal	TEM	28.04.2014	ALTERA A NORMA REGULAMENTADORA N.º 34 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida		Atualização	Portaria	127	Federal	DCP	26.03.2014	ALTERA AS NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO EM MAR ABERTO - NORMAM-01/DPC.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida		Atualização	Instrução Normativa	1473	Federal	RFB	02.06.2014	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 800, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O CONTROLE ADUANEIRO INFORMATIZADO DA MOVIMENTAÇÃO DE EMBARCAÇÕES, CARGAS E UNIDADES DE CARGA NOS PORTOS ALFANDEGADOS.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Resolução	188	Federal	SEP	09.06.2014	INSTITUI O REGULAMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE DRAGAGEM DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de escoamento da Produção	Nova	Resolução	188	Federal	SEP	09.06.2014	INSTITUI O REGULAMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE DRAGAGEM DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Resolução	188	Federal	SEP	09.06.2014	INSTITUI O REGULAMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE DRAGAGEM DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Nova	Lei	168	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	20/08/2009	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Nova	Lei	180	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	16/11/2010	Dispõe sobre o Código DE Posturas do Município de Vitória do Xingu e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Nova	Lei	13.081	Federal	Poder Executivo	05/01/2015	Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis n 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de escoamento da Produção	Nova	Lei	13.081	Federal	Poder Executivo	05/01/2015	Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis n 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Nova	Lei	13.081	Federal	Poder Executivo	05/01/2015	Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis n 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.	
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Nova	Lei	13.081	Federal	Poder Executivo	05/01/2015	Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis n 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Resolução	3	Estadual	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	03/09/2008	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Resolução Conjunta	3	Federal	ANEEL/ANA	20/10/2010	Estabelecer as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água associado a aproveitamentos hidrelétricos, e dar outras providências	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Instrução Normativa Interministerial	6	Federal	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Aquicultura e Pesca, Ministério do Meio Ambiente, ANA e IBAMA	31/05/2004	Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquíicultura, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Resolução	9	Federal	CONAMA	05/07/1990	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Resolução	25	Federal	ANA	01/02/2012	Estabelece diretrizes para análise dos aspectos de qualidade da água dos pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos em reservatórios de domínio da União.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Resolução	37	Federal	ANA	24/06/2004	Estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal ou da União.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Resolução	91	Federal	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	06/02/2009	Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Lei Complementar	101	Federal	Congresso Nacional	05/05/2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Portaria	117	Federal	Ministério de Minas e Energia	08/04/2013	Aprova, na forma do Anexo à presente Portaria, os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Resolução	141	Federal	CNRH	24/08/2012	Estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, em rios intermitentes e efêmeros, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Resolução	143	Federal	CNRH	04/09/2012	Estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7º da Lei no 12.334, de 20 de setembro de 2010.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Portaria	289	Federal	SPU	28/09/2007	Subdelega competência ao Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República para, observadas às disposições legais e regulamentares, fixar valores de retribuição das cessões de espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aqüicultura , especialmente autorizadas nos termos de entrega.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Resolução	302	Federal	CONAMA	13/05/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Resolução	303	Federal	CONAMA	13/05/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Portaria	327	Federal	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	28/09/2007	Permite a SPU autorizar a cessão total ou parcial de espaços físicos em águas de domínio da União entregues à Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República para fins de aqüicultura.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Resolução	357	Federal	CONAMA	17/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Resolução	369	Federal	CONAMA	28/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Em atendimento à Lei 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Resolução	413	Federal	CONAMA	30/06/2009	Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aqüicultura, e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Resolução	429	Federal	CONAMA	28/02/2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Resolução	467	Federal	ANA	22/11/2006	Dispõe sobre critérios técnicos a serem observados na análise dos pedidos de outorga em lagos, reservatórios e rios fronteirizos e transfronteirizos.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Lei	1.765	Municipal (Altamira)	Câmara Municipal	19/09/2007	Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente do município de Altamira, dispõe sobre a política e o sistema municipal de meio ambiente, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Decreto	4.895	Federal	Presidência	26/11/2003	Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Decreto	6.514	Federal	Presidência	23/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Lei	7.735	Federal	Congresso Nacional	23/02/1989	Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Lei	8.666	Federal	Congresso Nacional	22/06/1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Lei	9.433	Federal	Congresso Nacional	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos entre outras medidas.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Lei	11.959	Federal	Congresso Nacional	30/06/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Lei	12.344	Federal	Congresso Nacional	21/09/2010	Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Lei (alterada pela Lei nº 12.727, de 2012)	12.651	Federal	Congresso Nacional	28/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Atualização	Lei	12.727	Federal	Congresso Nacional	18/10/2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Portaria	145-N	Federal	IBAMA	30/10/1998	Estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Constituição	s/n	Federal		05/10/1988	Estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, bem como a proteção da fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			PBA	Plano Diretor		Municipal (Altamira)	Câmara Municipal		O Plano cita genericamente os Planos Diretores dos Municípios afetados pelo empreendimento.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Nova	Lei	164	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	22/05/2013	Institui o Código de Meio Ambiente do município de Brasil Novo e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Nova	Lei	180	Municipal (Brasil Novo)	Câmara Municipal	05/11/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Brasil Novo	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Nova	Lei	199	Municipal (Anapu)	Câmara Municipal	28/03/2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Anapu e dá outras providências.	

Plano PBA	Programa	Projeto	Status	Identificação do Documento	N. Requisito	Âmbito	Órgão Emissor	Data Publicação	Ementa	Observações RC
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Nova	Lei Orgânica		Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal	30/04/1990	Lei Orgânica do Município de Vitória do Xingu.	
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Nova	Estudo para elaboração de Plano Diretor	?	Municipal (Vitória do Xingu)	Câmara Municipal		Plano Diretor Municipal de Vitória do Xingu.	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Nova	Lei	?	Municipal (Senador José Porfírio)	Câmara Municipal		Dispõe sobre o Plano Diretor	O ato normativo ainda não foi publicado, tendo sido disponibilizado apenas o estudo que subsidiará o Plano Diretor.
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - Pacuera			Nova	Portaria	297	Federal	ANA	29/12/2014	Dispõe sobre procedimentos internos para implementação do Protocolo de Segurança de Barragens em Caso de Emergência, para atendimento à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	